

REDE SOCIAL



FELGUEIRAS

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Conselho Local de Ação Social de Felgueiras



MUNICÍPIO

Felgueiras
social

Felgueiras, dezembro de 2015



REDE SOCIAL DO CONCELHO DE FELGUEIRAS

DIAGNÓSTICO SOCIAL



ÍNDICE

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

I.1 Diagnóstico Social – enquadramento, antecedentes e estrutura.....	1
I.2 Principais fatores de mudança.....	2

CAPÍTULO II CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

II.1 Enquadramento territorial e administrativo.....	4
II.2 Breve caracterização física.....	10
II.2.1 Hipsometria.....	10
II.2.2 Geomorfologia.....	11
II.2.3 Ocupação do solo.....	13
II.3 Caraterização Socioeconómica.....	15
II.3.1 Demografia.....	16
II.3.1.1 População.....	16
II.3.1.2 População residente estrangeira.....	38
II.3.1.3 Modelo previsional para a população residente em 2021.....	40
II.3.1.4 Mobilidade.....	45
II.3.1.5 Hierarquia dos aglomerados urbanos.....	47
II.3.2 Atividade Económica.....	49
II.3.3 Condições de Vida.....	64
II.3.4 Habitação.....	69
II.3.4.1 Habitação Social.....	77
II.4 Rede viária municipal e supramunicipal.....	80
II.5 Equipamentos.....	86
II.5.1 Equipamentos Administrativos.....	86
II.5.2 Outros Equipamentos.....	87

CAPÍTULO III EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

III.1 Enquadramento geral.....	89
III.2 Rede Educativa (2014/15).....	96
III.2.1 Equipamentos escolares e de formação em funcionamento.....	96
III.2.2 Educação Pré-Escolar – oferta pública.....	99
III.3 Formação Profissional.....	105

CAPÍTULO IV SAÚDE

IV.1 Equipamentos de Saúde.....	107
IV.2 Dependências.....	110

CAPÍTULO V JUSTIÇA E SEGURANÇA



V.1 Justiça.....	113
V.2 Criminalidade.....	115
CAPÍTULO VI JUVENTUDE, DESPORTO, CULTURA E LAZER	
VI.1 Equipamentos Desportivos.....	121
VI.2 Equipamentos Culturais.....	124
VI.3 Associativismo e Juventude.....	126
CAPÍTULO VII AÇÃO SOCIAL	
VII.1 Dimensão territorial da análise.....	130
VII.2 Caracterização das respostas sociais.....	133
VII.2.1 Infância e Juventude.....	133
VII.2.1.1 Crianças e Jovens.....	133
VII.2.1.1.1 Valência: Creche.....	133
VII.2.1.1.2 Valência: Ama.....	135
VII.2.1.1.3 Valência: Estabelecimento de Educação Pré-Escolar.....	138
VII.2.1.1.4 Valência: Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL).....	139
VII.2.1.2 Crianças e Jovens com deficiência.....	141
VII.2.1.2.1 Valência: Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).....	141
VII.2.1.2.2 Valência: Centro de Recursos para a Inclusão (CRI).....	142
VII.2.1.3 Crianças e Jovens em situação de perigo.....	143
VII.2.1.3.1 Comissão de proteção de crianças e jovens.....	143
VII.2.1.3.2 Valência: Lar de Infância e Juventude (Lar Maria Viana).....	145
VII.2.2 População Adulta.....	146
VII.2.2.1 Pessoas idosas e/ou adultos com deficiência/dependência.....	146
VII.2.2.1.1 Valência: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).....	146
VII.2.2.1.2 Valência: Centro de Dia e Centro de Convívio.....	149
VII.2.2.1.3 Valência: Serviço de apoio domiciliário.....	153
VII.2.2.1.4 Valência: Acolhimento familiar.....	157
VII.2.3 Família e Comunidade.....	157
VII.2.3.1 Família e Comunidade em geral.....	157
VII.2.3.1.1 Valência: Atendimento/acompanhamento social.....	157
VII.2.3.1.2 Refeitório/Cantina Social.....	157
VII.2.4 Medidas e Programas de âmbito social.....	158
VII.2.4.1 Medidas e Programas nacionais.....	158
VII.2.4.1.1 Rendimento Social de Inserção.....	158
VII.2.4.1.2 Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (FEAC).....	161
VII.2.4.1.3 Programa de Emergência Alimentar (PEA) - cantina social.....	162



VII.2.4.1.4 Complemento Solidário para Idosos.....	165
VII.2.4.2 Medidas e Programas municipais.....	165
VII.2.4.2.1 Rede Social.....	165
VII.2.4.2.2 Apoios Sociais.....	166
VII.2.4.2.3 Cartão do Múncipe Sénior.....	167
VII.2.4.2.4 Espaço+Igualdade.....	168
VII.2.4.2.5 Apartamento Protegido de Transição.....	169
VII.2.4.2.6 Outros apoios.....	169
VII.3 Investimento municipal.....	170
CAPITULO VIII SÍNTESE CONCLUSIVA	
VIII.1 Quadro Resumo – Instituições e respetivas valências.....	175
VIII.2 Matriz SWOT.....	176
VIII.3 Linhas gerais de orientação.....	178

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento administrativo do Concelho (Portugal, Distrito e CIM) e divisão administrativa.....	6
Figura 2 – Enquadramento regional estratégico do Concelho.....	7
Figura 3 – Freguesias e respetivas áreas.....	8
Figura 4 – “Antiga” e “Nova” organização administrativa das freguesias.....	9
Figura 5 – Matriz de distâncias e tempos de deslocação das sedes de freguesia à sede de Concelho.....	9
Figura 6 – Cartograma da distribuição espacial por classes altimétricas e tabela das áreas por classe altimétrica.....	11
Figura 7 – Modelo Digital de Terreno.....	13
Figura 8 – Principais classes de ocupação do solo em 2007.....	14
Figura 9 – Cartograma das principais classes de ocupação do solo (2007).....	15
Figura 10 – Densidade populacional nos concelhos da CIM-TS em 2011.....	16
Figura 11 – Densidade populacional por freguesia em 2011.....	17
Figura 12 – Área, população residente, densidade, famílias, alojamentos e edifícios por freguesia (2011).....	18
Figura 13 – População residente por ano e freguesia.....	19
Figura 14 – Variação (%) e evolução da população entre 2001 e 2011, por freguesia.....	20
Figura 15 – Variação (%) e evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios entre 2001 e 2011, por freguesia.....	21
Figura 16 – Distribuição dos alojamentos familiares por forma de ocupação em 2011.....	22
Figura 17 – Pirâmides etárias do Concelho em 2001 e 2011.....	23
Figura 18 – Estimativas da população residente em Felgueiras entre 1991 e 2013, por grupo etário.....	25
Figura 19 – Evolução da população residente em Felgueiras entre 1991 e 2013, por ciclo de vida.....	26
Figura 20 – Evolução da taxa de fecundidade geral, entre 2003 e 2013.....	26
Figura 21 – Evolução do número de nados-vivos e da taxa de natalidade, entre 1996 e 2013.....	27
Figura 22 – Evolução do índice de envelhecimento entre 2001 e 2013.....	27
Figura 23 – Evolução dos índices de dependência entre 2001 e 2013.....	27
Figura 24 – Taxas de crescimento natural, migratório e efetivo em 2013.....	28
Figura 25 – Grupos etários por freguesia em 2011.....	30



Figura 26 – Peso relativo (%) por grupo etário e por freguesia em 2011.....	31
Figura 27 – Cartograma do peso relativo por grupo etário (ciclo de vida) e por freguesia em 2011.....	32
Figura 28 – Nados-vivos por freguesia entre 1996 e 2014.....	33
Figura 29 – Nados-vivos por freguesia em 1996, 2000, 2005 e 2010, 2011 e 2012 (gráfico).....	34
Figura 30 – Índice de envelhecimento por freguesia, em 2011.....	35
Figura 31 – Índice de dependência total por freguesia, em 2011.....	37
Figura 32 – População residente por nacionalidade e por freguesia, em 2011.....	39
Figura 33 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente 2008-2014.....	39
Figura 34 – Projeção da população por grupo etário em 2021.....	43
Figura 35 – Pirâmide etária do Concelho em 2021 (projeção).....	44
Figura 36 – Balanço de entradas e saídas de trabalhadores e estudantes nos concelhos da CIM-TS, em 2011.....	45
Figura 37 – Índice de polarização de emprego, em 2011.....	46
Figura 38 – Duração média dos movimentos pendulares da população por freguesia, em 2011.....	47
Figura 39 – Principais variáveis nos principais lugares estatísticos, em 2011.....	48
Figura 40 – Hierarquização dos aglomerados urbanos de acordo com o PDM em vigor e delimitação dos principais lugares estatísticos, em 2011.....	49
Figura 41 – Taxas de atividade e de desemprego por freguesia, em 2011.....	50
Figura 42 – Taxa de desemprego comparativa, em 2011.....	51
Figura 43 – Evolução do desemprego registado pelo IEFP.....	52
Figura 44 – Evolução do desemprego registado pelo IEFP por grupo etário.....	53
Figura 45 – Evolução da distribuição da população ativa por sector de atividade entre 1981 e 2011.....	54
Figura 46 – Distribuição da população ativa empregada por sector de atividade e freguesia em 2011.....	56
Figura 47 – Número e evolução das empresas (incluindo empresários em nome individual) sedeadas no Concelho, em consonância com a Classificação das Atividades Económicas.....	57
Figura 48 – Percentagem dos trabalhadores da indústria do calçado por concelho em relação ao total de trabalhadores - 5 principais concelhos, em 2011.....	58
Figura 49 – Origem das exportações por valor - 5 principais concelhos, em 2012.....	59
Figura 50 – Evolução do valor das exportações por valor do calçado (em cima) e de componentes de calçado (em baixo).....	59
Figura 51 – VAB total e VAB por empresa, em 2012.....	60
Figura 52 – Distribuição e evolução das explorações, SAU, produtores e população agrícola por freguesia.....	62
Figura 53 – Explorações agrícolas com culturas permanentes, em 2009.....	63
Figura 54 – Relação entre a SAU e a área total da freguesia, em 2009.....	63
Figura 55 – Pensionistas da Segurança Social em números absolutos e relativos.....	64
Figura 56 – Valor médio das pensões da segurança social.....	65
Figura 57 – Proporção de profissionais socialmente mais valorizados, em 2011.....	66
Figura 58 – População empregada por situação na profissão, em 2011.....	67
Figura 59 – Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.....	67
Figura 60 – Evolução do poder de compra per capita.....	69
Figura 61 – Tipo de alojamento vs. forma de ocupação por freguesia.....	71
Figura 62 – Tipos de edifício.....	72
Figura 63 – Utilização dominante dos edifícios.....	72
Figura 64 – Número de alojamentos por edifício.....	73
Figura 65 – Número de residentes por edifício.....	73
Figura 66 – Alojamentos familiares por época de construção.....	74
Figura 67 – Época de construção dos edifícios.....	74
Figura 68 – Alojamento familiares de residência habitual por regime de ocupação.....	75



Figura 69 – Alojamento familiares de residência habitual por existência de instalações.....	75
Figura 70 – Alojamento familiares de residência habitual por lotação.....	76
Figura 71 – Divisões dos alojamentos familiares de residência habitual por dimensão das famílias.....	76
Figura 72 – Estado de conservação dos edifícios.....	77
Figura 73 – Distribuição das tipologias em regime de habitação social pelos diversos pólos.....	78
Figura 74 – Distribuição dos pólos de habitação social pelo território do Concelho.....	78
Figura 75 – Vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional que atravessam o concelho.....	80
Figura 76 – Vias classificadas como estradas municipais ou caminhos municipais.....	81
Figura 77 – Cartograma da rede viária municipal e supramunicipal com atravessamento do concelho.....	82
Figura 78 – Hierarquização da rede viária municipal por tipo de via e respetiva quilometragem.....	84
Figura 79 – Hierarquização da rede viária municipal: planta síntese.....	85
Figura 80 – Distribuição dos equipamentos administrativos.....	87
Figura 81 – Distribuição de outros equipamentos.....	88
Figura 82 – Número total de analfabetos (2001 e 2011) e evolução da taxa de analfabetismo 1991-2011.....	89
Figura 83 – Nível de instrução da população por freguesia e taxa de analfabetismo, em 2011.....	90
Figura 84 – Nível de instrução da população (CIM), em 2011.....	90
Figura 85 – Evolução das taxas de escolarização, entre 2005/2006 e 2013/2014.....	92
Figura 86 – Estabelecimentos de educação e ensino – mapa geral.....	97
Figura 87 – Estabelecimentos e nº alunos 2014/2015 na rede pública, por escola e valência.....	98
Figura 88 – Evolução do nº de crianças a frequentar a rede pública de educação pré-escolar.....	99
Figura 89 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento de Airões – tabela e cartograma.....	100
Figura 90 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento D. Manuel Faria e Sousa – tabela e cartograma.....	101
Figura 91 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento de Felgueiras – tabela e cartograma.....	102
Figura 92 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento de Idães – tabela e cartograma.....	103
Figura 93 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento da Lixa – tabela e cartograma.....	104
Figura 94 – Oferta formativa por tipologia de curso e estabelecimento de ensino/formação (2014/2015 – dados disponíveis).....	106
Figura 95 – Distribuição dos principais equipamentos de saúde e dados disponíveis (ACES).....	108
Figura 96 – Especialidades, tipos de cirurgia e serviços prestadas no Hospital Agostinho Ribeiro.....	110
Figura 97 – Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este e respetivas instâncias.....	114
Figura 98 – Movimento global de processos no Tribunal de Felgueiras 2011-2013.....	114
Figura 99 – Movimento de processos no Tribunal de Felgueiras 2011-2013, por área processual.....	115
Figura 100 – Movimento de processos no Tribunal de Felgueiras 2011-2013, por tipo de inquérito (Ministério Público).....	115
Figura 101 – Movimento de processos nos tribunais constituintes da Comarca do Porto Este em 2013.....	115
Figura 102 – Número de crimes, por tipo de crime, e taxa de criminalidade (‰) nos concelhos da CIM-TS....	116
Figura 103 – Número de crimes, por tipo de crime nos concelhos da CIM-TS – gráfico.....	117
Figura 104 – Número de crimes, por tipo de crime no concelho de Felgueiras 2011-2014 – gráfico.....	117
Figura 105 – Taxa de criminalidade (‰) nos concelhos da CIM-TS em 2014 – gráfico.....	118
Figura 106 – Taxa de criminalidade (‰) nos concelhos da CIM-TS em 2014 – mapa.....	118
Figura 107 – Agentes/suspeitos em crimes registados segundo o tipo de crime e o escalão etário em Felgueiras 2011-2014.....	119
Figura 108 – Crimes registados pela GNR em 2015.....	120
Figura 109 – Equipamentos desportivos – listagem.....	122
Figura 110 – Distribuição dos equipamentos desportivos.....	122
Figura 111 – Agremiações desportivas por modalidade e freguesia.....	123
Figura 112 – Atividades e programas desportivos promovidos pela Autarquia em 2014.....	123



Figura 113 – Distribuição dos principais equipamentos culturais e respetivas valências.....	125
Figura 114 – Distribuição dos equipamentos culturais.....	125
Figura 115 – Os percursos da Rota do Românico.....	126
Figura 116 – Listagem das associações culturais, recreativas e outras.....	127
Figura 117 – Associações culturais, recreativas e outras apoiadas em 2014.....	128
Figura 118 – Unidades Territoriais e relação com as atuais freguesias.....	130
Figura 119 – Unidades Territoriais.....	131
Figura 120 – Grupos-alvo das respostas sociais.....	132
Figura 121 – Populações-alvo em 2011 e 2013 por unidade territorial.....	132
Figura 122 – Distribuição dos equipamentos com valência creche.....	134
Figura 123 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por protocolo, nº salas e nº crianças por instituição – 1ª infância.....	134
Figura 124 – Quadro geral da distribuição do nº de amas e crianças a cargo.....	135
Figura 125 – ICCU (1ª infância) por unidade territorial - tabela.....	136
Figura 126 – ICCU (1ª infância) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.....	137
Figura 127 – ICCU (1ª infância) nos concelhos da CIM-TS - mapa.....	138
Figura 128 – Instituições com valência educação pré-escolar - tabela.....	138
Figura 129 – Instituições com valência educação pré-escolar - mapa.....	139
Figura 130 – Instituições com valência centro de atividades de tempos livres - tabela.....	140
Figura 131 – Instituições com valência centro de atividades de tempos livres - mapa.....	140
Figura 132 – Instituições com valências para crianças e jovens com deficiência - mapa.....	142
Figura 133 – CPCJ – Volume processual nos anos 2013 e 2014.....	143
Figura 134 – CPCJ – Problemáticas sinalizadas, por grupo etário, em 2014.....	144
Figura 135 – CPCJ - Medidas de promoção e proteção aplicadas em 2014.....	144
Figura 136 – Instituições com Centro de Acolhimento Temporário - mapa.....	145
Figura 137 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por instituição – ERPI.....	146
Figura 138 – Distribuição dos equipamentos com valência ERPI.....	147
Figura 139 – ICCU (ERPI) por unidade territorial - tabela.....	147
Figura 140 – ICCU (ERPI) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.....	148
Figura 141 – ICCU (ERPI) nos concelhos da CIM-TS - mapa.....	149
Figura 142 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por instituição – Centro de Dia.....	150
Figura 143 – Distribuição dos equipamentos com valência Centro de Dia e Centro de Convívio.....	150
Figura 144 – ICCU (Centro de Dia) por unidade territorial - tabela.....	151
Figura 145 – ICCU (Centro de Dia) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.....	151
Figura 146 – ICCU (Centro de Dia) nos concelhos da CIM-TS - mapa.....	152
Figura 147 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por instituição – Serviço de Apoio Domiciliário.....	154
Figura 148 – Distribuição dos equipamentos com valência Serviço de Apoio Domiciliário.....	154
Figura 149 – ICCU (Serviço de Apoio Domiciliário) por unidade territorial - tabela.....	155
Figura 150 – ICCU (Serviço de Apoio Domiciliário) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.....	155
Figura 151 – ICCU (SAD) nos concelhos da CIM-TS - mapa.....	156
Figura 152 – Acolhimento familiar de idosos e /ou adultos com deficiência.....	157
Figura 153 – Beneficiários do RSI em números absolutos e relativos.....	158
Figura 154 – Beneficiários do RSI em números absolutos em Felgueiras 2012-2014 (dados SS).....	159
Figura 155 – Evolução do nº agregados familiares, valores médios por agregado e por beneficiário em Felgueiras 2012-2014 (dados SS) e contratos de inserção.....	160
Figura 156 – Tipologia de vulnerabilidades sociais registadas nos processos familiares (2014).....	160



Figura 157 – Instituições mediadoras e/ou beneficiárias do FEAC.....	161
Figura 158 – Agregados apoiados pela cantina social.....	162
Figura 159 – Nº de agregados e nº de refeições servidas por mês (2014).....	163
Figura 160 – Tipologia dos agregados apoiados por sexo (2014).....	163
Figura 161 – Rendimento per capita dos agregados apoiados (2014).....	164
Figura 162 – Agregados apoiados por fonte de rendimento (2014).....	164
Figura 163 – Origem dos encaminhamentos para a cantina social (2014).....	165
Figura 164 – Investimento municipal por função (2011-2014).....	170
Figura 165 – Investimento municipal nas principais rubricas relativas às funções sociais (2011-2014).....	172
Figura 166 – IPSS (ou equiparadas) e respetivas valências.....	175

ANEXOS

CARTOGRAFIA

Planta 01

Instituições Particulares de Solidariedade Social – Localização e Valências (Escala 1:25.000)



CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

I.1 Diagnóstico Social – enquadramento, antecedentes e estrutura

A rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

Posteriormente, viriam a ser consagrados os princípios, finalidades e objetivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos, através do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho.

Neste, refere-se no preâmbulo "(...) *É fundamental, para a afirmação e desenvolvimento da rede social ao nível nacional, para além de uma organização homogénea das estruturas de parceria, a integração de instrumentos e estruturas que reforcem o papel das redes sociais de base local nas decisões para a sua área territorial, nomeadamente a obrigatoriedade do pedido de parecer ao conselho local de ação social para projetos e equipamentos a desenvolver no concelho, a consideração dos diagnósticos sociais e dos planos de desenvolvimento social nos planos diretores municipais, a construção de um sistema de informação que permita a recolha de indicadores de base local, de modo a alimentar uma base nacional que leve a um melhor conhecimento das realidades concelhias e da realidade nacional no âmbito da pobreza e da exclusão social, e dos seus reflexos nas desigualdades de género, a constituição de uma estrutura supraconcelhia que permita um planeamento concertado para além das fronteiras concelhias.(...)*".

No mesmo diploma (art^{os} 34^o e 35^o), é estabelecida a necessidade de instituir um processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da rede social que tenha por objetivos a cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos e a rentabilização dos recursos locais e por finalidade o desenvolvimento social local através:

- a) Do diagnóstico social (DS);
- b) Do plano de desenvolvimento social (PDS);
- c) Do plano de ação;
- d) Do sistema de informação (SI).

Especificamente, o Diagnóstico Social deve ser um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permita o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos



problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais.

Assim, o Diagnóstico Social do Concelho apresenta-se como um momento de recolha e compilação de informação relevante no domínio de intervenção da área social, constituindo a “matéria-prima” para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social.

O presente documento surge, com este enquadramento, na sequência de outros instrumentos de planeamento versando a mesma temática (versões anteriores do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social; Carta Social), pretendendo atualizar e robustecer a informação aí contida.

Estruturalmente, o Diagnóstico inicia-se com a caracterização geral do concelho do ponto de vista socioeconómico (população, atividade económica, habitação), versando, de seguida, com maior pormenorização, temas relativos ao ambiente social: educação e formação, saúde, justiça e segurança, juventude, desporto e cultura, e ação social propriamente dita.

A leitura conjunta deste volume de informação permite alicerçar uma visão global sobre a matéria em causa no espaço geográfico do concelho, que é sintetizada através da construção de uma matriz SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças).

1.2 Principais fatores de mudança

Desde a última versão do Diagnóstico Social (2004) e da Carta Social (2008), o contexto territorial do concelho e o seu macro enquadramento sofreram algumas transformações relevantes.

Assim, será útil abordar, ainda que de forma sintética, alguns dos fatores de mudança (tanto internos como externos ao Município), verificados desde aquelas datas e que sustentam a pertinência do presente documento:

1 – A **evolução registada ao nível da prestação de valências**, uma vez que se verificou a criação de novos equipamentos e novas valências, bem como o encerramento de outros. Obviamente, esta questão é central, uma vez que a prestação de valências sociais não está apenas dependente do investimento e da vontade da administração pública, mas também (e essencialmente) do investimento (muitas vezes resultante de oportunidades de financiamento) por parte das instituições particulares vocacionadas para a intervenção social, nomeadamente das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

2 – A **realização da operação censitária em 2011** (Censos 2011 – XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação) permite, de uma forma clara e



inequívoca, perceber as principais tendências demográficas e de povoamento do território. Obviamente que estes dados são relevantes no sentido de redimensionar as perspetivas contidas no Diagnóstico Social.

3 – A **reorganização administrativa das freguesias** (ditada pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro) determinou a agregação de freguesias no Concelho de Felgueiras, diminuindo o respetivo número de 32 para 20. Muito embora a gestão do território não esteja na dependência estreita da divisão administrativa, este fator não lhe é completamente neutro, dado que esta deverá delimitar unidades territoriais dotadas de escala, dimensão, população e homogeneidade tipológica, fatores determinantes para a alocação de equipamentos de proximidade.

4 – Em conformidade com o Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, as **conclusões e propostas dos diagnósticos sociais e dos planos de desenvolvimento social deverão ser devidamente consideradas nos planos diretores municipais.**

Encontrando-se o PDM de Felgueiras a reiniciar o processo de revisão e considerando os factos referidos nos pontos anteriores, é esta uma janela de oportunidade para compaginar estes instrumentos, dando cumprimento ao espírito da legislação.

5 – Enquanto instrumento de planeamento, o Diagnóstico Social (e o Plano de Desenvolvimento Social) deverão ser compagináveis com os **objetivos de referência estratégica**, nomeadamente os constantes nos documentos de planeamento da administração central (no âmbito setorial da intervenção social), bem como com o Quadro Estratégico Comum – PORTUGAL 2020, nos seus diversos programas operacionais, em especial com o NORTE 2020 e com o PO ISE.



CAPÍTULO II

CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

II.1 Enquadramento territorial e administrativo

O Concelho de Felgueiras localiza-se na região Norte de Portugal, pertencendo, administrativamente, ao Distrito do Porto, no seu limite com o distrito de Braga, ocupando uma área de 115, 74 Km² (CAOP, 2013) e abrangendo 20 freguesias.

Este território municipal é delimitado a norte (N) por Fafe, a este (E) por Celorico de Basto, a sueste (SE) por Amarante, a sudoeste (SW) por Lousada, a oeste (W) por Vizela e a noroeste (NW) pelo Concelho de Guimarães.

Situa-se no Entre Douro e Minho, na parte superior do Vale do Sousa, estando integrado no chamado "Arco Metropolitano do Noroeste" (PROT-N, 2007), numa coroa de transição entre o Litoral e a Faixa Intermédia Poente, mantendo laços fortes com os Concelhos vizinhos e com a área metropolitana do Porto.

Assim, esta localização remete para a articulação entre importantes sub-espacos (o Vale do Sousa, o Baixo Tâmega e o Médio Ave), posição estratégica e estatuto aliás defendidos na própria 'Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Felgueiras' (Quatenaire, 2002).

Nos anos mais recentes, a delimitação administrativa clássica (Concelho – Distrito – Província/Região) vem perdendo relevância em detrimento de outro tipo de delimitações que obedecem a lógicas macro ou de foro estratégico.

É o caso da divisão em NUT (Nomenclatura de Unidades Territoriais), utilizada ao nível da União Europeia na definição dos espaços regionais e para a elaboração de estatísticas oficiais.

Nesta divisão o Concelho encontra-se integrado no NUT II Norte de Portugal e na NUT III **Tâmega** em conjunto com os Concelhos de Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Lousada, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Resende e Ribeira de Pena.

Este conjunto de concelhos constitui a base territorial que está na génese da **Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa** (excluindo os concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Paredes e Ribeira de Pena), a qual visa a realização de interesses intermunicipais nos âmbitos da promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, da articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, da participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos Programas Comunitários e do planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro).



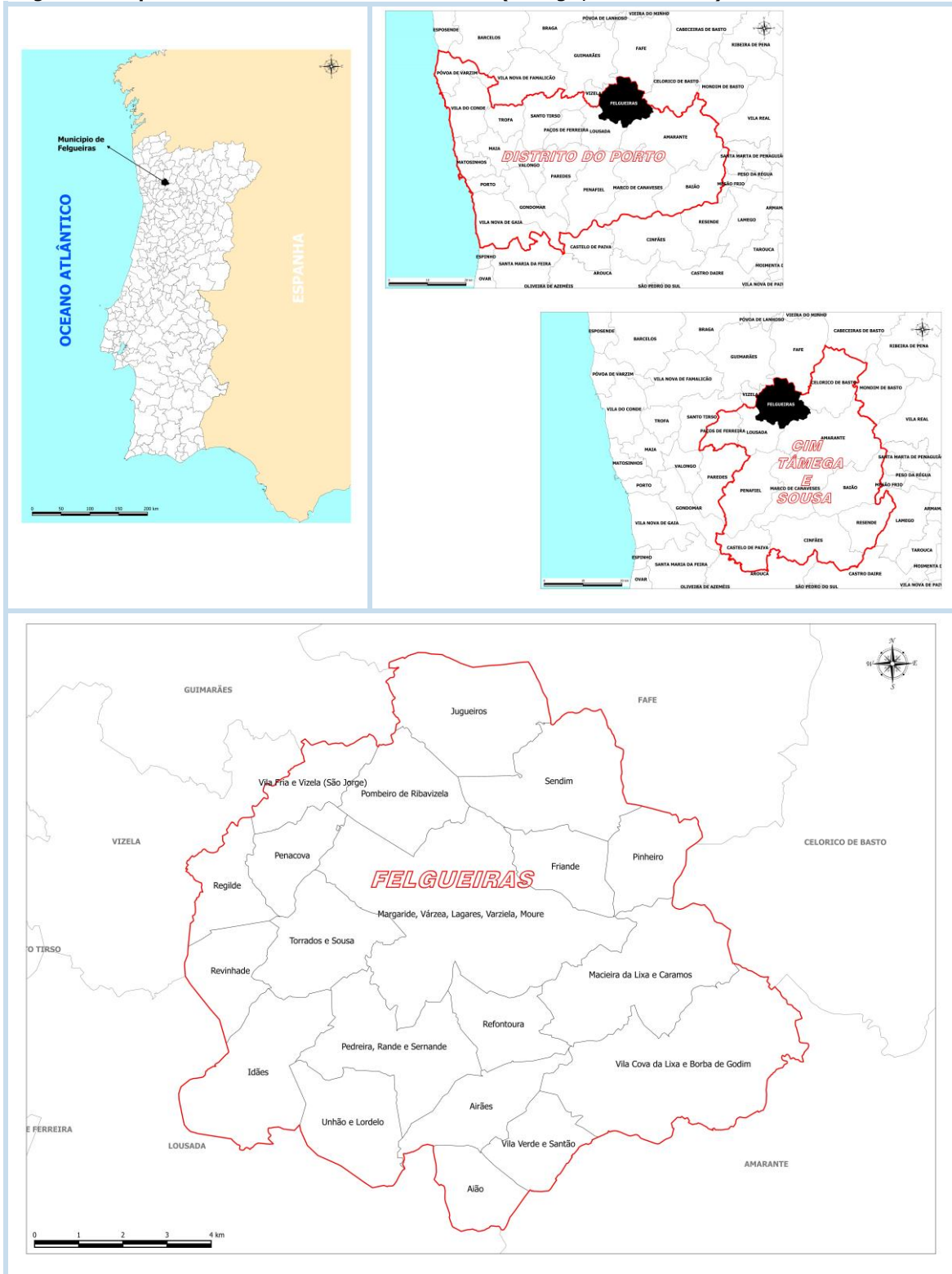
Do ponto de vista da estratégia de articulação territorial, e conforme definido no PROT-N, o concelho de Felgueiras integra o Arco Metropolitano do Noroeste, o qual é identificado como um dos principais motores da competitividade a nível nacional, sendo Felgueiras definido pelo mesmo como um Centro Estruturante Sub-Regional (cidades e vilas que desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas, polarizadoras do sistema urbano numa escala supramunicipal – PROT-N, 2009).

A proximidade desta região à Área Metropolitana do Porto confere-lhe um posicionamento privilegiado na rede de acessibilidades, estruturada em torno de um corredor bimodal, formado pela A4/IP4 e pela Linha do Douro.

A maior parte dos concelhos integrados nesta região apresenta uma densidade populacional superior ao valor médio nacional.

A região é fortemente industrializada, ainda que prevaleça um padrão territorial difuso e heterogéneo, com um tecido empresarial composto, essencialmente por pequenas e médias empresas (embora existam algumas exceções relevantes).

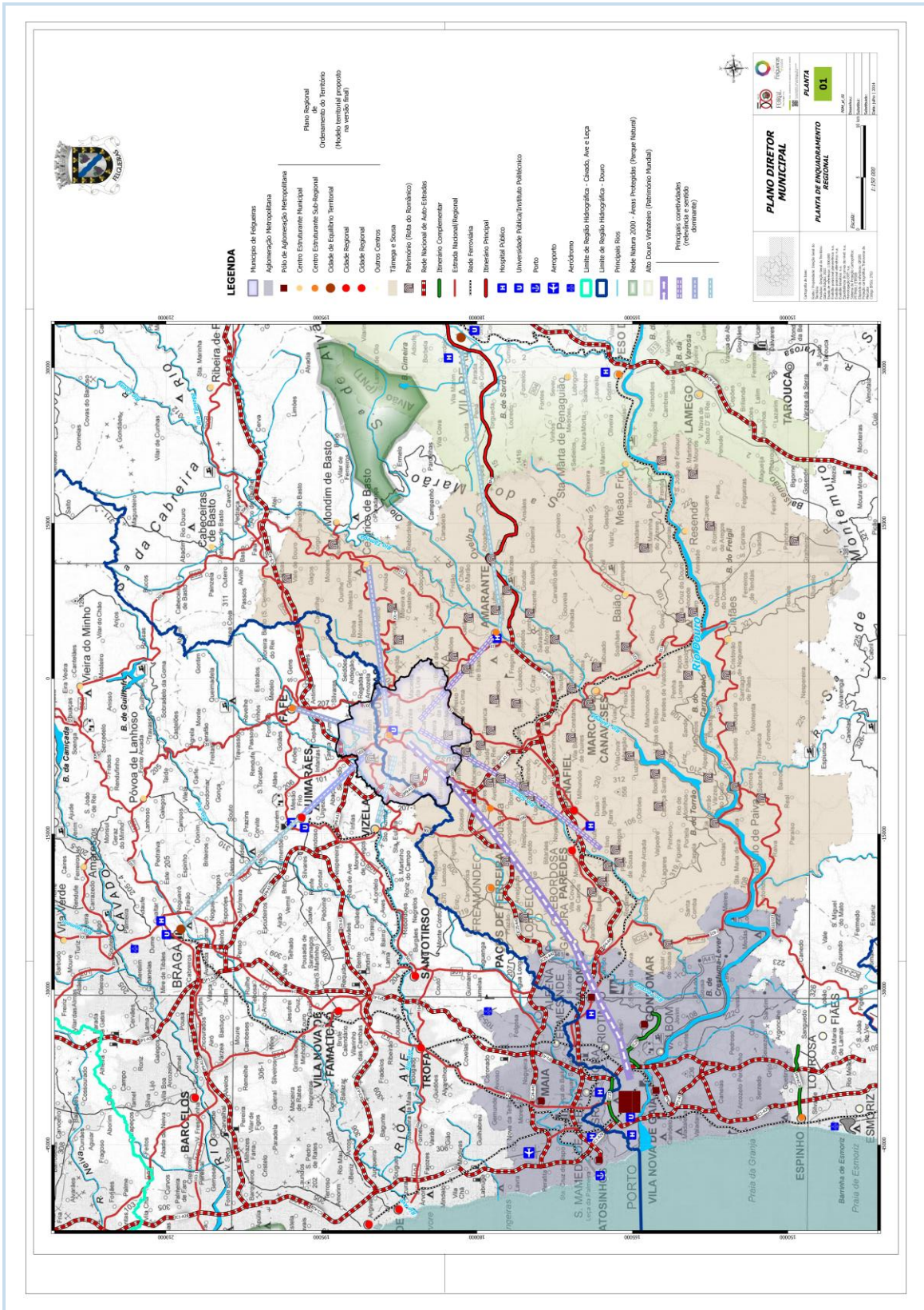
Figura 1 – Enquadramento administrativo do Concelho (Portugal, Distrito e CIM) e divisão administrativa.



Fonte: DGT / CAOP 2014



Figura 2 – Enquadramento regional estratégico do Concelho.



Fonte: CMF / DUOA, in Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal



Conforme acima referido, com uma área de 115,74 km² (Instituto Nacional de Estatística – INE, 2013), segundo a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à reorganização administrativa do território das freguesias, é composto por um total de 20 freguesias, designadamente:

Figura 3 – Freguesias e respetivas áreas.

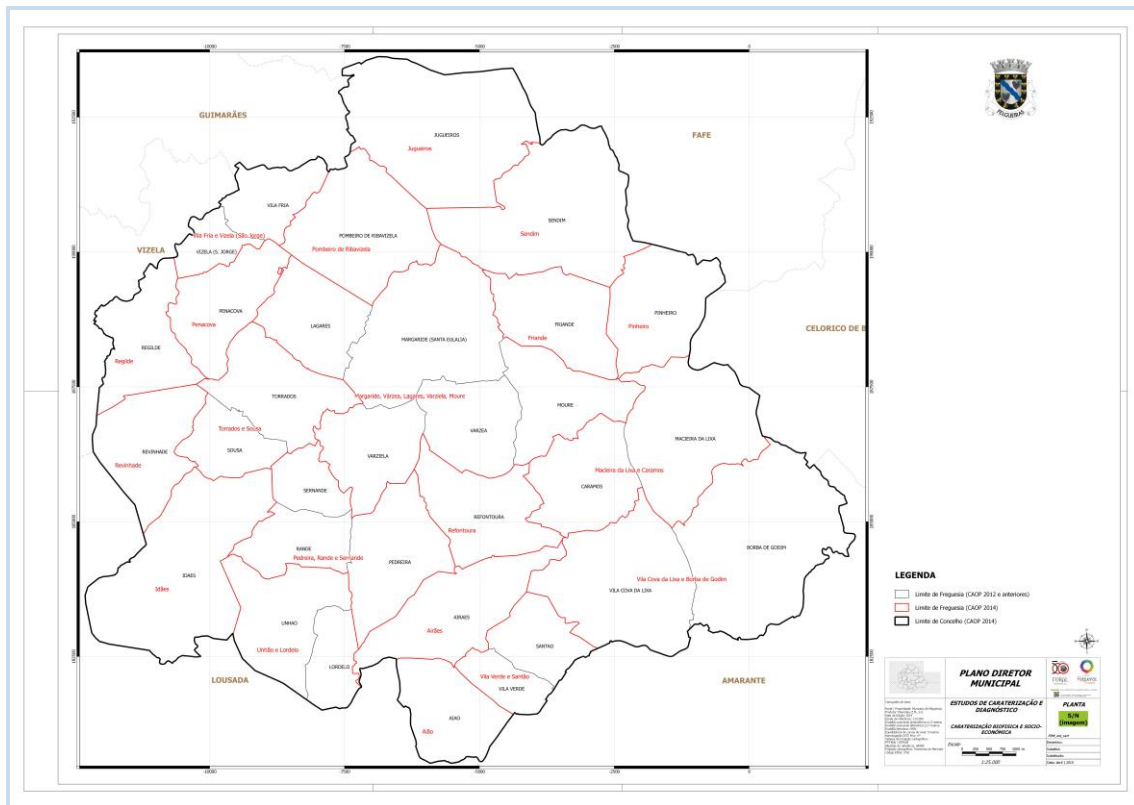
Freguesia	Área (km ²)	Área (%)
Aiã	2,78	2,40
Airões	4,01	3,47
Friande	3,29	2,84
Idães	7,11	6,14
Jugueiros	7,45	6,44
Penacova	3,00	2,59
Pinheiro	3,57	3,09
Pombeiro de Ribavizela	4,81	4,16
Refontoura	3,44	2,97
Regilde	3,08	2,66
Revinhade	3,33	2,87
Sendim	7,03	6,07
União das freguesias de Macieira da Lixa e Caramos	8,63	7,46
União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure	17,44	15,07
União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande	6,98	6,03
União das freguesias de Torrados e Sousa	5,21	4,50
União das freguesias de Unhão e Lordelo	4,96	4,28
União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim	13,47	11,63
União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)	3,02	2,61
União das freguesias de Vila Verde e Santão	3,14	2,71
Total	115,74	100,00

Fonte: DGT, 2013

De referir que neste ponto do Diagnóstico Social optou-se pela utilização da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2013).

Contudo, nos pontos seguintes optou-se pela utilização da CAOP 2012, pois os dados do Censos 2011 (e outros de natureza estatística) foram oficialmente publicados ainda de acordo com a antiga delimitação e porque a adoção da nova delimitação não traz mais-valia à informação disponibilizada no Diagnóstico Social.

Figura 4 – “Antiga” e “Nova” organização administrativa das freguesias.



Fonte: DGT, 2012 e 2014 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Figura 5 – Matriz de distâncias e tempos de deslocação das sedes de freguesia à sede de Concelho.

Freguesia	Distância (km)	Tempo apx. (minutos)	Freguesia	Distância (km)	Tempo apx. (minutos)
Aião	9,5	19	Rande	6,5	12
Airões	7,5	14	Refontoura	5,5	11
Borba de Godim	8	14	Regilde	8	15
Caramos	4,5	8	Revinhade	8	15
Friande	4	11	Santão	10	20
Idães	8,5	18	Sendim	5	13
Jogueiros	7,5	11	Sernande	4,5	9
Lagares	2	4	Sousa	5	12
Lordelo	7,5	16	Torrados	3,5	6
Macieira da Lixa	5,5	10	Unhão	8	16
Margaride (Santa Eulália)	(sede do concelho)		Várzea	3	6
Moure	3,5	8	Varziela	3,5	8
Pedreira	5,5	10	Vila Cova da Lixa	8	14
Penacova	6,5	14	Vila Fria	6	13
Pinheiro	5	12	Vila Verde	8,5	17
Pombeiro de Ribavizela	4	8	Vizela(São Jorge)	5,5	11

Fonte: CMF / DUOA



II.2 Breve caracterização física

Não constituindo uma limitação relevante ao nível do planeamento da rede social, as características físicas e morfológicas do território municipal auxiliam na compreensão da forma como este se organiza e se humaniza.

Esta perceção é importante para a compreensão da organização comunitária e para o correto ordenamento das unidades territoriais que constituem o concelho.

II.2.1 Hipsometria

Segundo Partidário (1999), a hipsometria pode ser definida como uma interpretação do relevo através da marcação de zonas significativas quanto a aspetos morfológicos ou outros (e.g. características climáticas; distribuição da vegetação).

Relativamente ao concelho de Felgueiras, as altitudes variam entre os 140 metros registados na freguesia de Regilde, junto ao Concelho de Vizela e os 570 metros observados na Senhora da Aparecida, na freguesia de pinheiro (o que se traduz numa amplitude altimétrica de 430 metros).

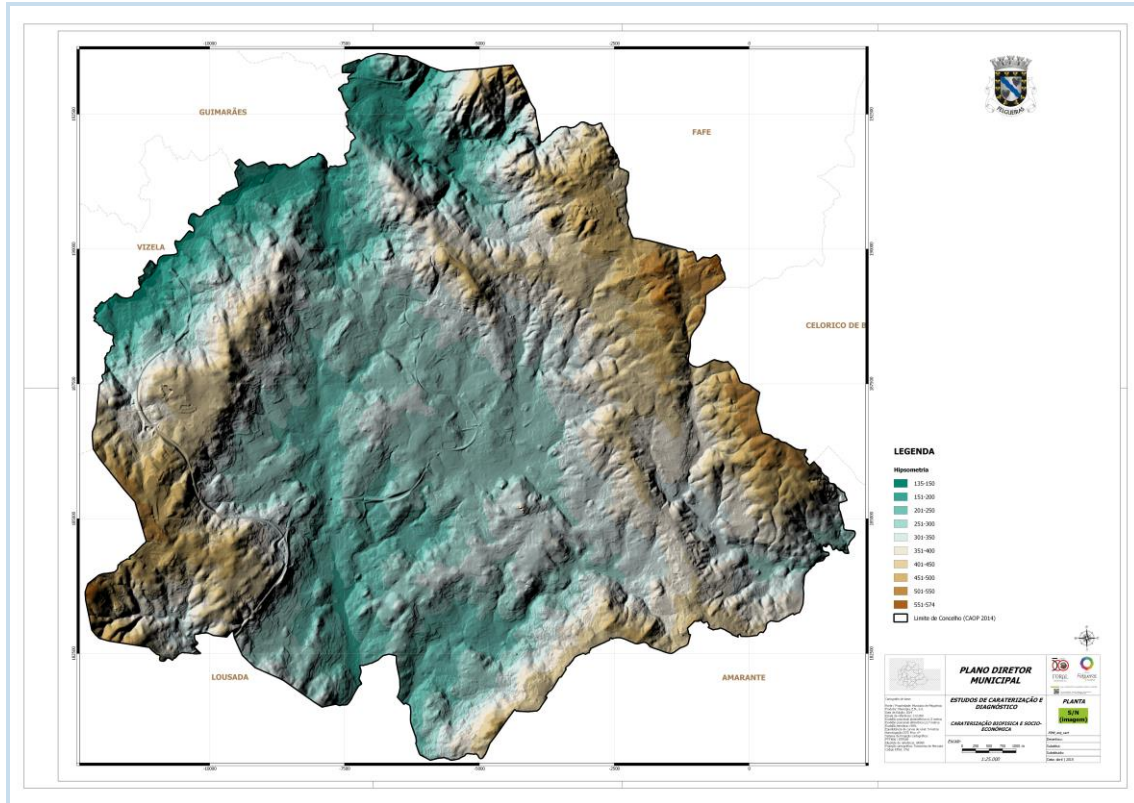
Ainda relativamente à altitude do território de Felgueiras, verifica-se que os dois pontos com altitude mais elevada localizam-se em dois extremos do território, no sentido NE-SW, nomeadamente a Senhora da Aparecida (573 metros), na freguesia de Pinheiro e Barrosas (569 metros), na freguesia de Idães, o que sugere que os atuais limites administrativos do concelho possam estar associados a fatores hipsométricos.

A variação das altitudes, implica, de acordo com os critérios do Atlas de Portugal do Instituto do Ambiente, a divisão do território em duas zonas edafo-climáticas distintas: o andar basal (inferior a 400 m) e o andar submontano (400 a 700 m).

Foram calculadas as áreas ocupadas por cada uma das classes altimétricas consideradas.

A análise da distribuição espacial das classes de altitude mostra que as de menor altitude ocupam 75,8% do território do concelho, enquanto que as áreas com altimetria superior ocupam os restantes 24,2% do território, o que corresponde a cerca de 28 km².

Figura 6 – Cartograma da distribuição espacial por classes altimétricas e tabela das áreas por classe altimétrica.



Classe de altitude	Área (ha)	%
138 - 200 m	625	5,40
200 - 300 m	4400	38,01
300 - 400 m	3742	32,33
400 - 500 m	2502	21,62
500 - 574 m	305	2,64

Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.2.2 Geomorfologia

A morfologia do território apresenta uma configuração heterogénea, podendo este ser repartido em quatro unidades fundamentais:

- **A plataforma de Felgueiras**, zona aplanada que se situa na zona central, apresentando cotas vizinhas dos 300 metros;
- **Os relevos periféricos**, que limitam o Concelho a Oeste e Sudoeste e ao longo de quase todo o plano Este, com maior evidência no sector Nordeste. Trata-se da zona sujeita à mais intensa acção erosiva, originando por vezes relevos do tipo residual de que são testemunho alguns dos pequenos picos aqui presentes;
- **A bacia Jugueiros – Pombeiro – Sendim e a bacia do Rio Vizela**, limitando o Concelho a Norte e Noroeste, com cotas baixas e declives acentuados;
- **A baixa do Rio Sousa e seus afluentes**, que constitui uma várzea de cotas mais baixas, sulcando a zona da plataforma de Felgueiras.



Na zona central do território municipal predominam relevos ondulados com declives moderados, referenciando plataformas de erosão, hoje cobertas por um manto aluvial proveniente da meteorização e arenização das rochas do substrato granítico.

A drenagem é assegurada pelo Rio Sousa e seus afluentes aos quais se associam, embora com expressão limitada, alguns depósitos de sedimento aluvionar.

A plataforma de Felgueiras representa assim o resultado de um vasto trabalho de modelação de natureza hídrica orientada por fenómenos tectónicos que terão contribuído para a meteorização do substrato granítico.

Na periferia da plataforma de Felgueiras verifica-se a existência de alguns relevos expressivos e vertentes de pendor elevado, a que se associam alguns vales bem vincados, normalmente instalados em linhas de fratura, particularmente na zona nascente do Concelho.

Identificam-se grandes linhas de fratura (algumas com correspondência a falhas importantes), a maior parte com orientação aproximada NW-SE e NE-SW. Nas fraturas de tração são frequentes as intrusões de corpos filonianos ou de rochas básicas: em substrato granítico são mais abundantes os filões de quartzo ou de rochas básicas; em substrato metamórfico predominam os filões aplíticos e pegmatíticos.

As linhas de cumeada bem vincadas (p. ex. em Barrosas e S. Domingos) e as vertentes de pendor acentuado traduzem aspetos do relevo ainda em evolução por ação de fenómenos tectónicos, criando assim condições para a continuação da atuação da erosão hídrica sobre os flancos montanhosos.

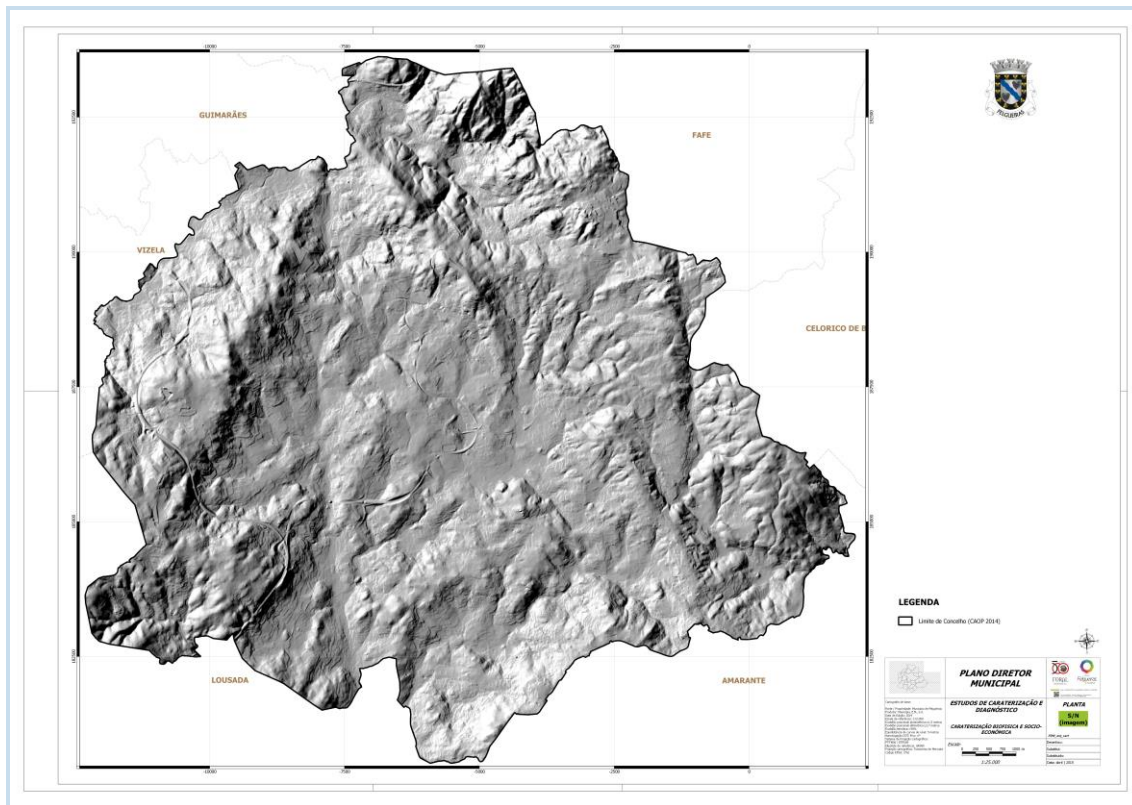
Nas zonas norte e noroeste do Concelho, a confluência dos Rios Vizela, Ferro e Bugio gera uma depressão relativamente alargada, a qual atinge a expressão de alvéolo alongado na zona de Jogueiros, Pombeiro e Sendim.

É de salientar aqui o atravessamento de uma espessa faixa de corneanas, possível pelo encaixe, em fraturas tectónicas, por parte dos cursos de água (especialmente no caso do Rio Bugio).

O fundo destas depressões, bem como o fundo dos leitos dos cursos de água, é preenchido por depósitos sedimentares de tipo aluvionar, atual ou recente.

O Modelo Digital de Terreno constitui uma síntese gráfica, uma "fotografia" de leitura rápida, sobre o relevo municipal, permitindo a visualização das condições físicas do território.

Esta imagem (acrescentada de efeito de sombreamento), permite entrever a repartição das unidades acima referidas, intimamente associadas à distribuição da rede hidrográfica.

Figura 7 – Modelo Digital de Terreno.

Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.2.3 Ocupação do solo

O conhecimento do uso existente no território, a sua evolução e o seu potencial assumem uma elevada importância em ordenamento do território. A base utilizada para a ponderação do uso e ocupação do solo do concelho de Felgueiras foi a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2007 (COS2007).

A COS 2007 é uma cartografia temática que pretende caracterizar com grande detalhe a ocupação/uso do solo no território de Portugal Continental. Esta foi produzida com base na interpretação visual de imagens aéreas ortorrectificadas, de grande resolução espacial (50 cm) e quatro bandas espectrais (azul, verde, vermelho e infravermelho próximo). A informação cartográfica da COS 2007 possui uma unidade mínima cartográfica de 1 ha, uma exatidão posicional melhor ou igual a 5,5 m e uma exatidão temática global de 85%, 13% com um erro de 2,00% para um nível de confiança de 95% (IGP, 2010).

A distribuição dos usos do solo no concelho de Felgueiras, segundo a COS 2007, segundo o qual é possível constatar que as "Florestas e meios naturais e seminaturais"¹ ocupam uma maior percentagem do território concelhio, mais precisamente 50,53%, o que corresponde a

¹Florestas e meios naturais e seminaturais - áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.



5.848,78 ha. Seguem-se as "áreas agrícolas e agroflorestais"² que ocupam 35,33% do total do concelho de Felgueiras (4.089,19 ha) e os "territórios artificializados"³ com 14,03% (1.624,25 ha).

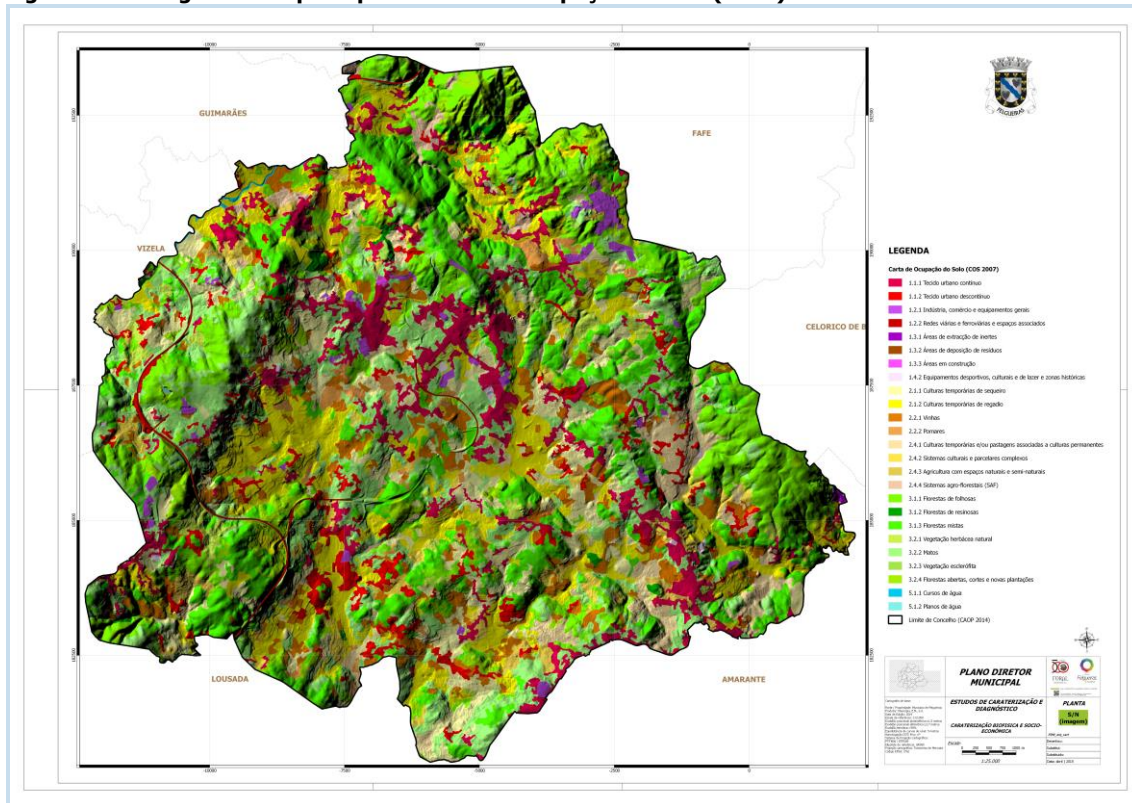
Figura 8 – Principais classes de ocupação do solo em 2007.

Nomenclatura			Área (ha)	Área (%)	
Nível 1	Nível 2	Nível 3			
1. Territórios artificializados	1.1. Tecido urbano	1.1.1. Tecido urbano contínuo	975,61	8,43	
		1.1.2. Tecido urbano descontínuo	426,70	3,69	
	1.2 Indústria, comércio e transportes	1.2.1. Indústria, comércio e equipamentos gerais	131,90	1,14	
		1.2.2. Redes viárias e ferroviárias e espaços associados	63,18	0,55	
	1.3. Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	1.3.1. Áreas de extração de inertes	3,66	0,03	
		1.3.2. Áreas de deposição de resíduos	2,64	0,02	
		1.3.3. Áreas em construção	3,19	0,03	
	1.4 Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	1.4.2. Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas	17,38	0,15	
	2. Áreas agrícolas e agroflorestais	2.1. Culturas temporárias	2.1.1. Culturas temporárias de sequeiro	1.021,95	8,83
			2.1.2. Culturas temporárias de regadio	1.532,63	13,24
2.2. Culturas permanentes		2.2.1. Vinhas	662,10	5,72	
		2.2.2. Pomares	123,81	1,07	
2. Áreas agrícolas e agroflorestais	2.4. Áreas agrícolas heterogéneas	2.4.1. Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	327,04	2,83	
		2.4.2. Sistemas culturais e parcelares complexos	240,72	2,08	
		2.4.3. Agricultura com espaços naturais e seminaturais	99,15	0,86	
		2.4.4. Sistemas agroflorestais (SAF)	81,79	0,71	
3. Florestas e meios naturais e seminaturais	3.1. Florestas	3.1.1. Florestas de folhosas	1.508,25	13,03	
		3.1.2. Florestas de resinosas	63,01	0,54	
		3.1.3. Florestas mistas	1.694,38	14,64	
	3.2. Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	3.2.1. Vegetação herbácea natural	237,76	2,05	
		3.2.2. Matos	1.881,76	16,26	
		3.2.3. Vegetação esclerófita	22,39	0,19	
		3.2.4. Florestas abertas, cortes e novas plantações	441,23	3,81	
5. Corpos de água	5.1. Águas interiores	5.1.1. Cursos de água	10,45	0,09	
		5.1.2. Planos de água	1,25	0,01	
Concelho de Felgueiras			11.573,92	100	

Fonte: DGT

² Áreas agrícolas e agroflorestais - áreas utilizadas para agricultura, constituídos por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agroflorestais.

³Territórios artificializados - superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a atividades relacionadas com as sociedades humanas. Esta classe inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.

Figura 9 – Cartograma das principais classes de ocupação do solo (2007).

Fonte: DGT/Tratamento DUOA in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.3 Caracterização Socioeconómica

A caracterização socioeconómica (demografia, atividade económica, condições de vida) do concelho tem como finalidade elencar e contextualizar uma série de variáveis e indicadores que permitam retratar as dinâmicas e tendências de desenvolvimento do território, com o fim de contribuir para a delineação do plano de ação inerente ao Diagnóstico Social.

Como fonte de informação principal utiliza-se o vasto repositório de dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, alguns discriminados geograficamente até à escala da freguesia.

Também se procura, sempre que se justifique, contextualizar comparativamente os dados do concelho em espaços geográficos mais abrangentes, nomeadamente em Portugal, na NUT II (Região Norte), NUT III (Tâmega) e com os restantes concelhos constituintes da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Para auxiliar a leitura e compreensão, enriquece-se a análise com gráficos e cartogramas de elaboração própria a partir do repositório de dados georreferenciados.

II.3.1 Demografia

II.3.1.1 População

O Concelho de Felgueiras é densamente povoado (segundo o Censos 2011, a densidade rondava os 501,7 hab/Km²).

Por comparação, à mesma data, a densidade em Portugal era de 114,5 hab/Km², na Região Norte de 173,3 hab/Km² e na NUT Tâmega de 210,2 hab/Km².

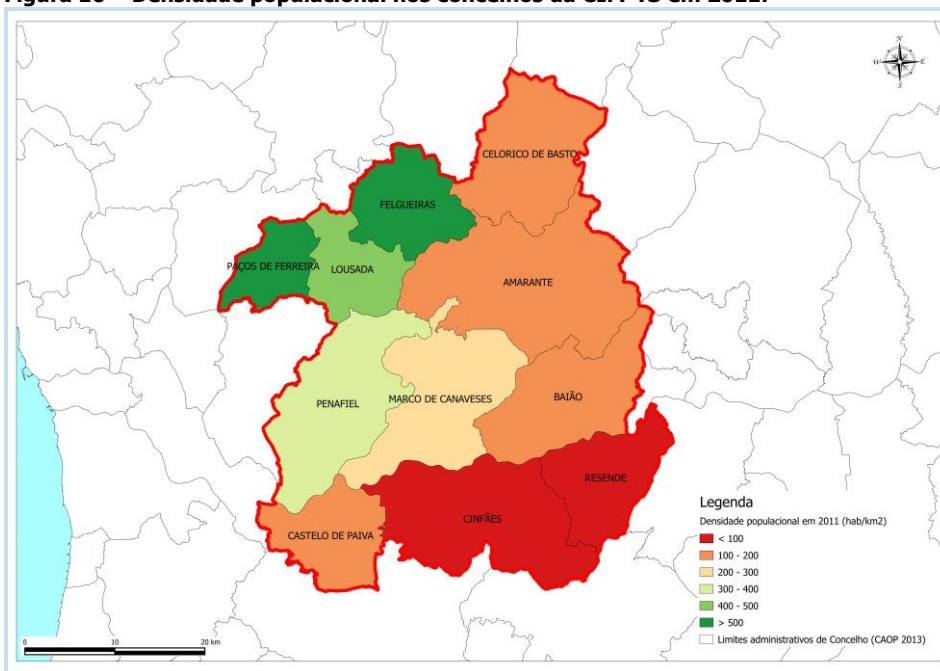
Entre os concelhos constituintes da CIM-TS, a densidade populacional de Felgueiras é apenas superada por Paços de Ferreira.

À escala do território municipal, a distribuição da população não é uniforme no território, estando esta distribuição de alguma forma relacionada com as suas próprias condições geomorfológicas.

À data dos Censos 2011, as freguesias do Concelho de Felgueiras que apresentavam um maior número de habitantes por km² eram Margaride (Santa Eulália) (1647,7 hab/km²), Várzea (1.016,00 hab/km²) e Lagares (815,50 hab/km²).

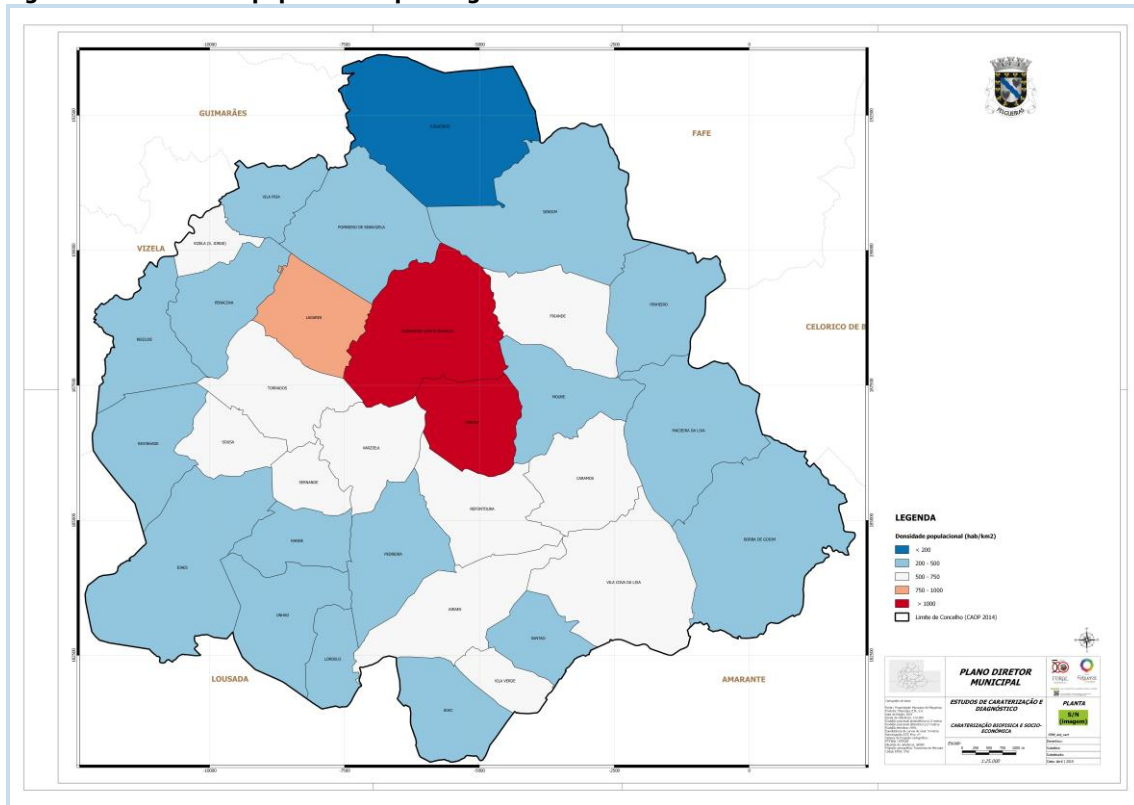
Em oposição encontravam-se as freguesias de Jogueiros (174,90 hab/km², única com densidade inferior a 200 hab/km²), Sendim (231,40 hab/km²), Unhão (232,30 hab/km²), Lordelo (236,10 hab/km²), Revinhade (243,90 hab/km²) e Pinheiro (291,50 hab/km²), todas elas com menos de 300 habitantes por km².

Figura 10 – Densidade populacional nos concelhos da CIM-TS em 2011.



Fonte: INE, Censos 2011

Figura 11 – Densidade populacional por freguesia em 2011.



Fonte: INE, Censos 2011 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Figura 12 – Área, população residente, densidade, famílias, alojamentos e edifícios por freguesia (2011).

FREGUESIA	Área (ha)	População Residente	Densidade (hab/ha)	FREGUESIA	Área (ha)	População Residente	Densidade (hab/ha)
Aião	277,87	856	3,08	Refontoura	343,94	2081	6,05
Airões	401,06	2486	6,20	Regilde	308,17	1284	4,17
Borba de Godim	774,60	2341	3,02	Revinhade	332,57	811	2,44
Caramos	325,67	1854	5,69	Margaride	585,86	9653	16,48
Friande	328,7	1838	5,59	Santão	188,97	776	4,11
Idães	711,15	2496	3,51	Vizela (São Jorge)	108,71	574	5,28
Jugueiros	744,88	1303	1,75	Sendim	703	1627	2,31
Lagares	284,5	2320	8,15	Sernande	135,13	941	6,96
Lordelo	151,19	357	2,36	Sousa	181,59	1095	6,03
Macieira da Lixa	537,76	1961	3,65	Torrados	339,09	2370	6,99
Moure	306,95	1321	4,30	Unhão	344,4	800	2,32
Pedreira	356,85	1564	4,38	Várzea	281,42	2859	10,16
Penacova	299,92	1130	3,77	Varziela	285,37	1837	6,44
Pinheiro	357,45	1042	2,92	Vila Cova da Lixa	571,91	3850	6,73
Pombeiro	480,91	2218	4,61	Vila Fria	193,48	629	3,25
Rande	206,2	982	4,76	Vila Verde	124,74	809	6,49
				FELGUEIRAS	11574	58065	5,02
FREGUESIA	Famílias	Alojament	Edifícios	FREGUESIA	Famílias	Alojament	Edifícios
Aião	262	355	325	Refontoura	622	745	652
Airões	803	1043	890	Regilde	440	474	361
Borba de Godim	817	1198	806	Revinhade	254	307	238
Caramos	599	812	643	Margaride	3316	4307	1998
Friande	564	726	596	Santão	255	370	340
Idães	791	996	788	Vizela (São Jorge)	187	245	218
Jugueiros	418	559	480	Sendim	509	636	546
Lagares	800	938	750	Sernande	308	382	307
Lordelo	103	146	139	Sousa	387	448	334
Macieira da Lixa	636	828	730	Torrados	738	881	638
Moure	423	529	431	Unhão	255	341	301
Pedreira	494	628	547	Várzea	939	1112	798
Penacova	360	425	361	Varziela	588	723	654
Pinheiro	331	468	419	Vila Cova da Lixa	1342	1870	1170
Pombeiro	683	817	644	Vila Fria	201	233	207
Rande	321	395	307	Vila Verde	269	372	311
				FELGUEIRAS	19015	24309	17929

Fonte: INE, Censos 2011

Os cartogramas e o quadro demonstram a difusão do povoamento pelo território, apesar de ser também evidente que a densidade populacional é superior nos centros urbanos e nas freguesias que os compõem.

Também é notório o aparente excesso de alojamentos face às reais necessidades (24309 alojamentos vs. 19015 famílias), bem como o baixo quociente de alojamentos por edifício (1,36), o que indicia a dominância de tipologias de habitação em baixa volumetria, designadamente a moradia unifamiliar.

Nos últimos quatro recenseamentos gerais da população (1981, 1991, 2001 e 2011) tem-se verificado um crescimento constante da população residente a nível concelhio.

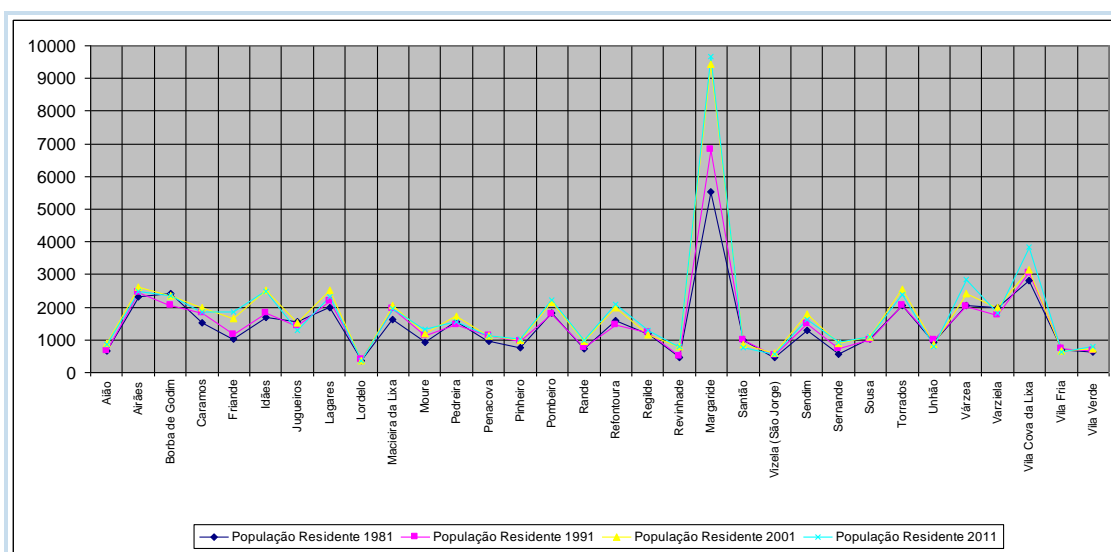
Neste âmbito, é particularmente relevante o crescimento registado entre 1991 e 2001, período no qual a população residente cresceu 17,2%, um dos maiores crescimentos da Região Norte e do País.

No entanto, entre 2001 e 2011, verifica-se que o crescimento da população é meramente residual (0,82 %).

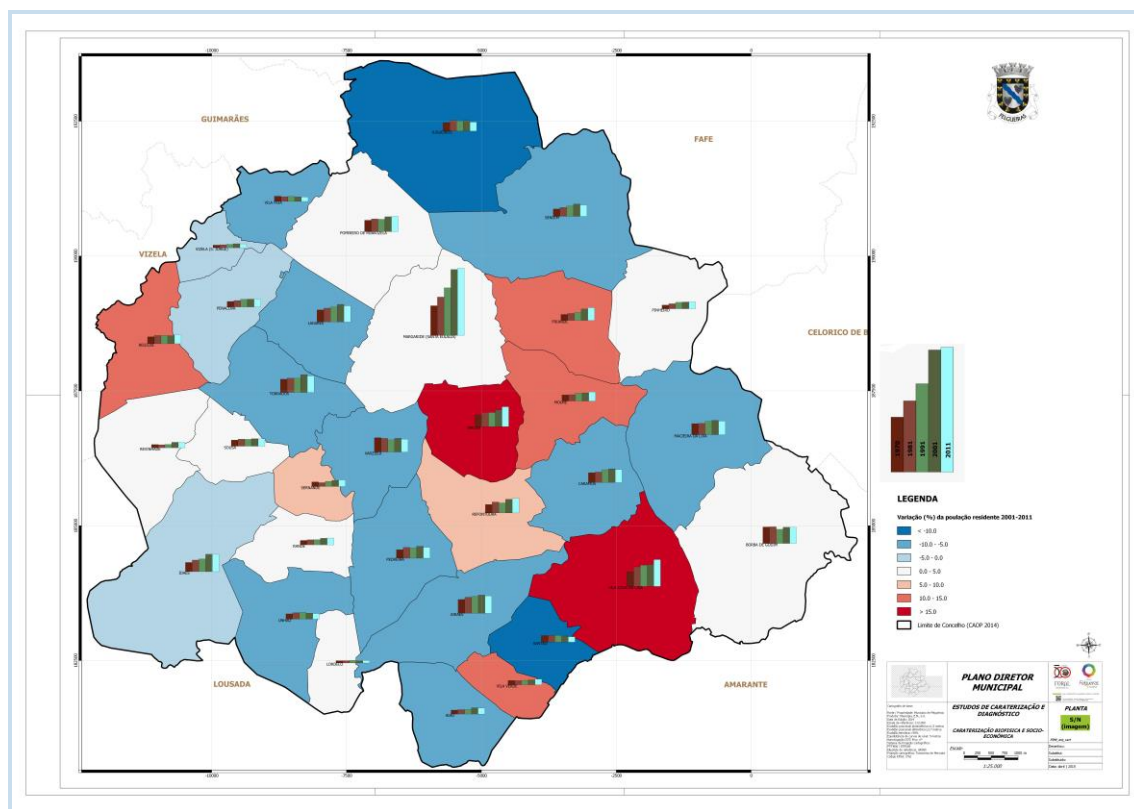


Figura 13 – População residente por ano e freguesia.

FREGUESIA	População Residente 1981	População Residente 1991	População Residente 2001	População Residente 2011
Aião	648	662	908	856
Airões	2310	2450	2628	2486
Borba de Godim	2404	2056	2340	2341
Caramos	1517	1832	1974	1854
Friande	1027	1173	1664	1838
Idães	1682	1837	2505	2496
Jugueiros	1548	1422	1531	1303
Lagares	1992	2171	2526	2320
Lordelo	371	396	356	357
Macieira da Lixa	1638	1938	2065	1961
Moure	921	1138	1177	1321
Pedreira	1555	1473	1725	1564
Penacova	947	1114	1135	1130
Pinheiro	746	961	995	1042
Pombeiro	1831	1792	2142	2218
Rande	745	761	962	982
Refontoura	1581	1443	1974	2081
Regilde	1195	1212	1164	1284
Revinhade	455	501	810	811
Margaride	5514	6835	9451	9653
Santão	995	980	870	776
Vizela (São Jorge)	450	523	596	574
Sendim	1283	1493	1775	1627
Sernande	567	737	891	941
Sousa	1029	1002	1080	1095
Torrados	2054	2045	2560	2370
Unhão	931	983	866	800
Várzea	2037	2036	2412	2859
Varziela	1975	1751	1985	1837
Vila Cova da Lixa	2811	3041	3150	3850
Vila Fria	683	730	664	629
Vila Verde	620	648	714	809
FELGUEIRAS	46062	49136	57595	58065



Fonte: INE, Censos 1981/1991/2001/2011

Figura 14 – Variação (%) e evolução da população entre 2001 e 2011, por freguesia.

Fonte: INE, Censos 2001/2011 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Focando em particular o período 2001-2011, verifica-se que existe equilíbrio entre o número de freguesias que apresentam crescimento populacional em relação a 2001 e o número das que apresentam decréscimo (15 *versus* 17).

Em termos absolutos, as freguesias que mais população ganham são Vila Cova da Lixa (+ 700 habitantes), Várzea (+ 447) e Margaride (+ 202).

No pólo oposto, as que mais população perdem são Jugueiros (- 228 habitantes), Lagares (- 206) e Torrados (- 190).

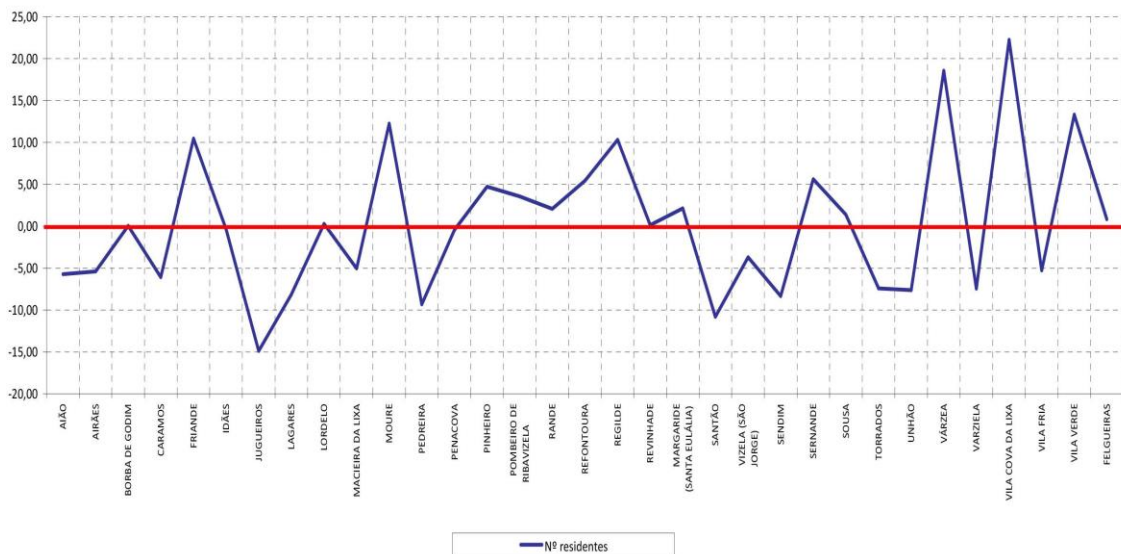
Em termos relativos, as freguesias que registam maior crescimento são Vila Cova da Lixa (+ 22 %), Várzea (+ 19 %) e Vila Verde (+ 13 %).

As que registam maior decréscimo são Jugueiros (- 15 %), Santão (- 11 %) e Pedreira (- 9 %).

Assim, de forma geral, é verificável a tendência para a maior concentração da população nas freguesias de perfil mais urbano em detrimento das freguesias de perfil mais ruralizado.

Figura 15 – Variação (%) e evolução da população residente, famílias, alojamentos e edifícios entre 2001 e 2011, por freguesia.

Codigo	Freguesia	Nº edifícios			Nº alojamentos			Nº famílias			Nº residentes		
		2001	2011	Δ (%)	2001	2011	Δ (%)	2001	2011	Δ (%)	2001	2011	Δ (%)
130301	AIÃO	239	325	35,98	294	355	20,75	267	262	-1,87	908	856	-5,73
130302	AIRÃES	724	890	22,93	894	1043	16,67	766	803	4,83	2628	2466	-5,40
130303	BORBA DE GODIM	778	806	3,60	1056	1198	13,45	766	817	6,66	2340	2341	0,04
130304	CARANOS	594	643	8,25	739	812	9,88	584	599	2,57	1974	1854	-6,08
130305	FRANDE	450	596	32,44	600	726	21,00	502	564	12,35	1664	1838	10,46
130306	IDÃES	629	788	25,28	867	996	14,88	753	791	5,05	2505	2496	-0,36
130307	JUGUEIROS	433	480	10,85	520	559	7,50	449	418	-6,90	1531	1303	-14,89
130308	LAGARES	691	750	8,54	876	938	7,08	750	800	6,67	2526	2320	-8,16
130309	LORDELO	112	139	24,11	121	146	20,66	101	103	1,98	356	357	0,28
130310	MAÇEIRA DA LIXA	643	730	13,53	748	828	10,70	642	636	-0,93	2065	1961	-5,04
130311	MOURE	347	431	24,21	428	529	23,60	369	423	14,63	1177	1321	12,23
130312	PEDREIRA	465	547	17,63	558	628	12,54	498	494	-0,80	1725	1564	-9,33
130313	PENACOVA	295	361	22,37	398	425	6,78	338	360	6,51	1135	1130	-0,44
130314	PINHEIRO	318	419	31,76	330	468	41,82	295	331	12,20	995	1042	4,72
130315	POMBEIRO DE RIBAVIZELA	570	644	12,98	757	817	7,93	640	683	6,72	2142	2218	3,55
130316	RANDE	265	307	15,85	328	395	20,43	274	321	17,15	962	982	2,08
130317	REFONTOURA	515	652	26,60	622	745	19,77	555	622	12,07	1974	2081	5,42
130318	REGILDE	275	361	31,27	374	474	26,74	345	440	27,54	1164	1284	10,31
130319	REVINHADE	188	238	26,60	249	307	23,29	220	254	15,45	810	811	0,12
130320	MARGARIDE (SANTA EULÁLIA)	1835	1998	8,88	3715	4307	15,94	2976	3316	11,42	9451	9653	2,14
130321	SANTÃO	288	340	18,06	342	370	8,19	273	255	-6,59	870	776	-10,80
130323	VIZELA (SÃO JORGE)	176	218	23,86	219	245	11,87	179	187	4,47	596	574	-3,69
130324	SENDIM	514	546	6,23	624	636	1,92	529	509	-3,78	1775	1627	-8,34
130325	SERNAIDE	261	307	17,62	324	382	17,90	265	308	16,23	891	941	5,61
130326	SOLSA	284	334	17,61	365	448	22,74	320	387	20,94	1080	1095	1,39
130327	TORRADOS	593	638	7,59	856	881	2,92	766	738	-3,66	2560	2370	-7,42
130328	UNHÃO	269	301	11,90	317	341	7,57	261	255	-2,30	866	800	-7,62
130329	VARZEA	655	798	21,83	807	1112	37,79	713	939	31,70	2412	2859	18,53
130330	VARZIELA	611	654	7,04	702	723	2,99	589	588	-0,17	1985	1837	-7,46
130331	VILA COVA DA LIXA	1019	1170	14,82	1368	1870	36,70	989	1342	35,69	3150	3850	22,22
130332	VILA FRIA	175	207	18,29	225	233	3,56	199	201	1,01	664	629	-5,27
130333	VILA VERDE	279	311	11,47	324	372	14,81	218	269	23,39	714	809	13,31
	FELGUEIRAS	15490	17929	15,75	20947	24309	16,05	17391	19015	9,34	57595	58065	0,82



Fonte: INE, Censos 2001/2011



Para além da evolução do número de residentes, o quadro anterior mostra a evolução do número de famílias, de edifícios e de alojamentos, entre 2001 e 2011.

Globalmente, o número total de famílias aumentou 9,34 % relativamente a 2001 (de 17.391 passou para 19.015).

No caso específico das famílias clássicas (19.002 em 2011), aprofunda-se a tendência para a diminuição no número médio de residentes por família clássica (3,75 em 1991; 3,31 em 2001 e 3,05 em 2011).

Trata-se de um indicador significativo, que representa uma tendência que segue os padrões demográficos do País e é natural face à evolução sociocultural verificada nas últimas décadas, com maior atomização das famílias e emergência de novas formas de família.

Entretanto, o número de edifícios cresce 15,75% (15.490 em 2001; 17.929 em 2011) e o número de alojamentos cresce 16,05% (20.947 em 2001; 24.309 em 2011).

A relativa pouca diferença entre o crescimento do número de alojamentos e de edifícios faz pressupor que o investimento em construção na última década se terá concentrado, em termos tipológicos, na moradia familiar em detrimento da habitação coletiva.

Por outro lado, verifica-se um excesso do número de alojamentos em relação ao número de famílias, que não deveria ser tão acentuado caso o mercado imobiliário se regulasse predominantemente pela demanda.

De facto, a percentagem de alojamentos familiares de residência secundária é de cerca de 10% e dos alojamentos familiares vagos é de cerca de 12%.

A percentagem dos alojamentos familiares vagos encontra-se em linha com o que ocorre na região e no país; já no caso dos alojamentos de residência secundária é consideravelmente menor (cerca de metade).

No entanto, o número de alojamentos vagos não deixa de ser claramente excessivo e desproporcionado em relação às reais necessidades do mercado.

Figura 16 – Distribuição dos alojamentos familiares por forma de ocupação em 2011.

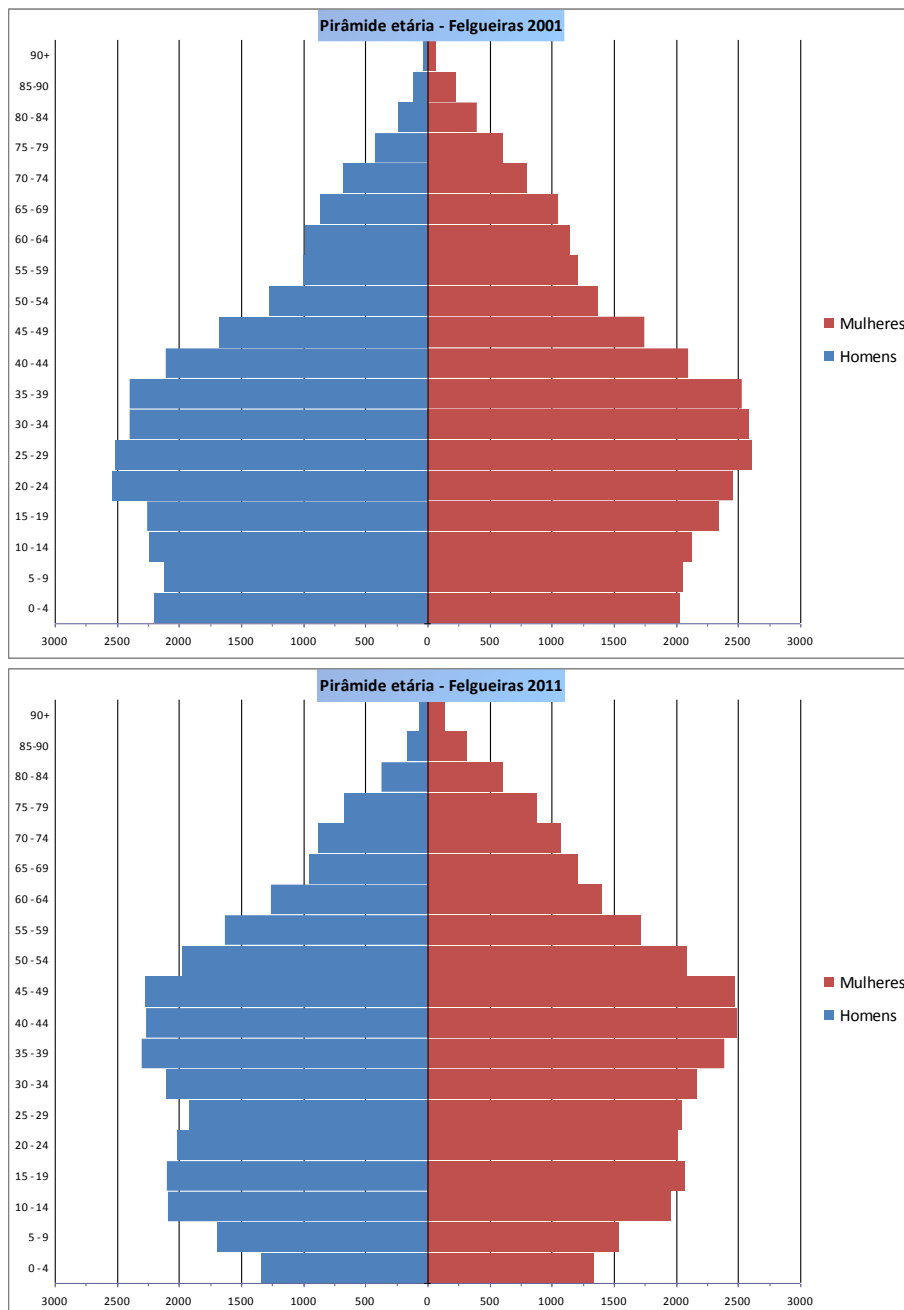
Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Forma de ocupação; Decenal						
	Forma de ocupação						
	Total	Residência habitual		Residência secundária		Vago	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	5866152	3997724	68,15	1133300	19,32	735128	12,53
Norte	1847784	1320860	71,48	324493	17,56	202431	10,96
Tâmega (NUT III)	248228	181681	73,19	38906	15,67	27641	11,14
Felgueiras	24282	18871	77,72	2470	10,17	2941	12,11

Fonte: INE, Censos 2011

Analisando as pirâmides etárias, referentes aos Censos 2001 e 2011, é possível verificar que no período intercensitário assistiu-se a um duplo envelhecimento da população residente, o qual se caracteriza por um estreitamento da base (jovens) e um aumento do topo (idosos).

Verifica-se, ainda, a existência de várias classes ocas (classe com menor representatividade do que aquela que representa o escalão etário superior): a classe 0-4 anos, 5-9 anos, 25-29 anos e 30-34 anos.

Figura 17 – Pirâmides etárias do Concelho em 2001 e 2011.



Fonte: INE, Censos 2001/2011



Estes números prefiguram, globalmente, uma quebra relevante na vitalidade demográfica do Concelho entre 2001 e 2011.

Por efeito do estreitamento da base, a população jovem com menos de 18 anos diminuiu de 15.481 (26,7%) para 12.405 (21,4%).

Esta tendência tem-se consolidando no decurso dos últimos anos: observe-se a tabela e gráfico das figuras 20 e 21, as quais representam as estimativas produzidas pelo INE para a população residente por grupo etário.

Em última análise, segundo estas estimativas, a consequência desta perda é a inversão do ciclo de crescimento populacional, verificando-se o abrandamento notório do crescimento da população e, inclusivamente, uma diminuição na população residente a partir de 2012, isto apesar do saldo fisiológico (diferença entre nados-vivos e óbitos) se manter positiva.

Estas circunstâncias são indissociáveis da quebra das taxas de natalidade e de fecundidade.

Na realidade, a taxa de fecundidade geral é, atualmente de 28,5‰, mais baixa dos que as médias nacional (33,9‰) e regional (30,2‰) e em linha com a média da NUT Tâmega – ver figura 22.

Quanto à taxa de natalidade, esta tem diminuído consistentemente ao longo das últimas duas décadas, tendo abrandado, significativamente, de 18,1‰ em 1992 para 7,6‰ em 2013.

Em números absolutos, o número de nados-vivos diminuiu de 861 em 1996 para 441 em 2013 (quebra de 49 %).

Outra consequência desta alteração dos padrões demográficos é o aumento constante do índice de envelhecimento (relação entre população jovem e população idosa), que entre 2001 e 2013 quase que duplicou, passando de 43,8 % para 84,3 % (figura 24).

Por sua vez, os índices de dependência (relação entre a população em idade ativa e as população jovem e/ou idosa) têm, entre 2001 e 2013, um percurso curioso: o índice de dependência total apresenta uma diminuição (de 47,2 % para 39,9 %), muito à custa da diminuição significativa do índice de dependência de jovens (graças à sua diminuição em termos absolutos), já que o índice de idosos até aumentou ligeiramente (figura 25).

É um dado positivo o índice de dependência total situar-se abaixo dos 50 %.

Por fim, será importante referir que o crescimento natural, sendo de valor baixo, é descompensado pelo crescimento migratório negativo, resultando num crescimento efetivo negativo em 2013 (- 0,40%).

Ainda assim, o crescimento efetivo é em Felgueiras superior ao crescimento registado em Portugal, na região Norte e na NUT Tâmega, sendo o terceiro mais elevado entre os concelhos constituintes da CIM-TS.

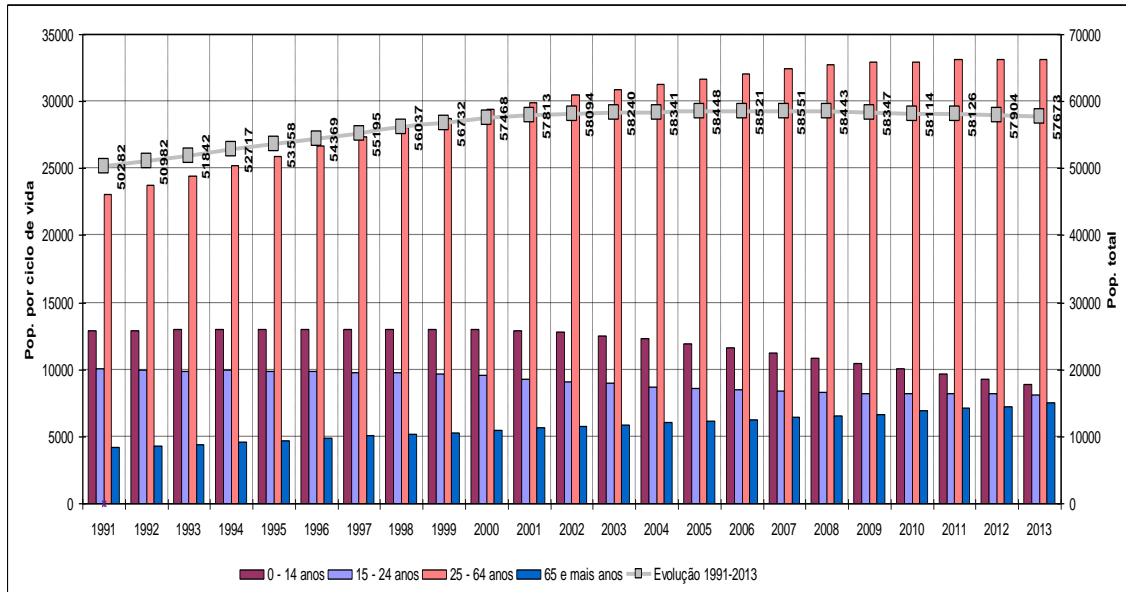


Figura 18 – Estimativas da população residente em Felgueiras entre 1991 e 2013, por grupo etário.

Período de referência dos dados	População residente (N ^o) por Local de residência, Sexo e Grupo etário: Anual																		
	Grupo etário																		
	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 e mais anos
1991	50282	4211	4181	4527	5115	4925	4668	4181	3384	2734	2229	2126	2003	1770	1489	1127	848	529	235
1992	50982	4297	4137	4497	5041	4938	4742	4294	3578	2853	2343	2098	2006	1840	1519	1152	833	571	243
1993	51842	4392	4092	4551	4855	5058	4805	4450	3758	2959	2462	2047	2110	1873	1539	1213	832	573	273
1994	52717	4438	4108	4483	4816	5111	4844	4623	3888	3124	2581	2078	2173	1917	1583	1269	816	594	291
1995	53558	4392	4186	4452	4769	5109	4890	4755	4055	3327	2689	2177	2163	1973	1638	1273	889	605	316
1996	54369	4316	4317	4388	4732	5103	4975	4821	4280	3473	2788	2224	2094	2016	1693	1311	929	613	346
1997	55195	4324	4371	4307	4723	5088	5028	4844	4412	3666	2946	2323	2082	2041	1751	1339	962	607	381
1998	56037	4352	4392	4287	4776	4987	5098	4900	4582	3846	3025	2472	2046	2117	1765	1402	999	599	412
1999	56732	4351	4417	4277	4694	4946	5139	4899	4761	3988	3177	2578	2059	2160	1816	1414	1032	587	437
2000	57468	4343	4332	4323	4630	4969	5120	4951	4902	4136	3363	2626	2172	2134	1891	1468	1028	603	477
2001	57813	4242	4271	4384	4458	4843	5069	5009	4951	4311	3534	2827	2201	2063	1948	1522	1075	623	482
2002	58094	4123	4267	4384	4331	4738	5033	5033	4902	4474	3693	3001	2290	2076	1953	1572	1104	661	459
2003	58240	3982	4193	4328	4273	4685	4901	5023	4937	4625	3879	3034	2473	2037	2001	1585	1156	682	446
2004	58341	3718	4213	4340	4187	4517	4801	4895	4898	4796	4019	3178	2600	2028	2040	1654	1184	741	432
2005	58448	3486	4193	4276	4217	4371	4673	4925	4926	4911	4140	3361	2616	2155	2033	1710	1239	733	483
2006	58521	3334	4095	4185	4290	4219	4516	4855	4954	4956	4312	3522	2809	2178	1983	1750	1296	764	503
2007	58551	3140	3947	4166	4296	4121	4400	4790	4967	4915	4470	3680	2974	2269	1993	1766	1341	777	539
2008	58443	2993	3783	4110	4225	4054	4298	4617	4959	4941	4624	3869	3002	2452	1960	1832	1342	854	528
2009	58347	2877	3530	4091	4259	3956	4148	4470	4911	4892	4801	4013	3147	2576	1962	1870	1422	868	554
2010	58114	2704	3283	4042	4182	3996	3980	4294	4815	4910	4910	4137	3336	2573	2087	1862	1484	928	611
2011	58126	2598	3149	3956	4088	4133	3867	4129	4716	4918	4945	4280	3488	2757	2096	1829	1521	1001	655
2012	57904	2507	2984	3803	4058	4140	3805	3993	4600	4906	4877	4415	3631	2912	2185	1846	1541	1045	656
2013	57673	2394	2866	3660	4026	4083	3792	3908	4416	4884	4888	4544	3795	2941	2348	1824	1606	1040	698

Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

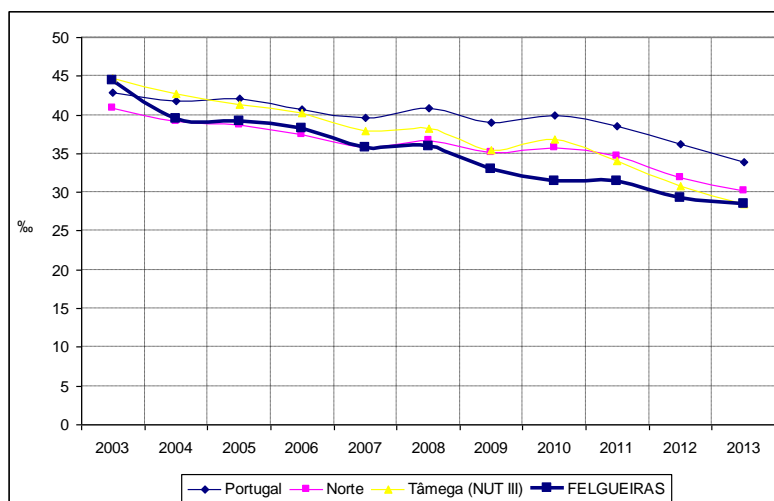
Figura 19 – Evolução da população residente em Felgueiras entre 1991 e 2013, por ciclo de vida.



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

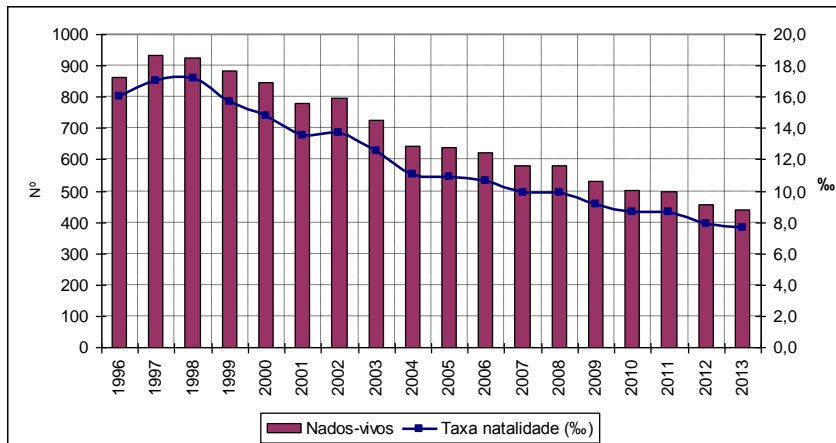
Figura 20 – Evolução da taxa de fecundidade geral, entre 2003 e 2013.

Local de residência (NUTS - 2002)	Taxa de fecundidade geral (%) por Local de residência; Anual										
	Período de referência dos dados										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	42,9	41,8	42,1	40,7	39,7	40,8	39	40	38,6	36,3	33,9
Norte	40,9	39,1	38,7	37,5	35,8	36,7	35,1	35,8	34,6	31,9	30,2
Tâmega (NUT III)	44,7	42,8	41,3	40,3	37,9	38,2	35,5	36,8	34,1	30,8	28,5
Amarante	42,4	39,1	39,8	33,5	33,5	35	34,3	33,5	32,5	30,2	27,5
Baião	44,5	42,3	35,1	32,9	33,4	34,6	32,7	30	31	27	28,4
Castelo de Paiva	49,8	45,1	38,5	40,8	38,3	41,9	33,4	35	31,9	26,9	30
Celorico de Basto	38,3	36,9	37,3	40,1	36,4	37,6	30	34,7	33,1	28	24,7
Cinfães	44,1	39,1	37	33,6	35,5	31,5	31,7	34,4	35,5	29,8	31,8
FELGUEIRAS	44,5	39,4	39,2	38,2	35,7	35,9	33	31,5	31,5	29,3	28,5
Lousada	42,6	44,4	42,6	44,7	39,3	40,1	40,5	36,6	34,3	30,2	26,2
Marco de Canaveses	44,5	43,4	42,3	43	42,4	38,9	37,3	40,1	34,9	31,1	27
Paços de Ferreira	46,7	45,1	44,5	42,2	39,3	42,5	38,5	41,4	37,7	33	28
Penafiel	46,2	44,8	42,5	41,1	38,8	39,6	34,8	38,5	33,5	32,5	30,7
Resende	38,2	41,4	39,9	33,7	41,3	35	36,2	33,7	35,9	25,6	28,9



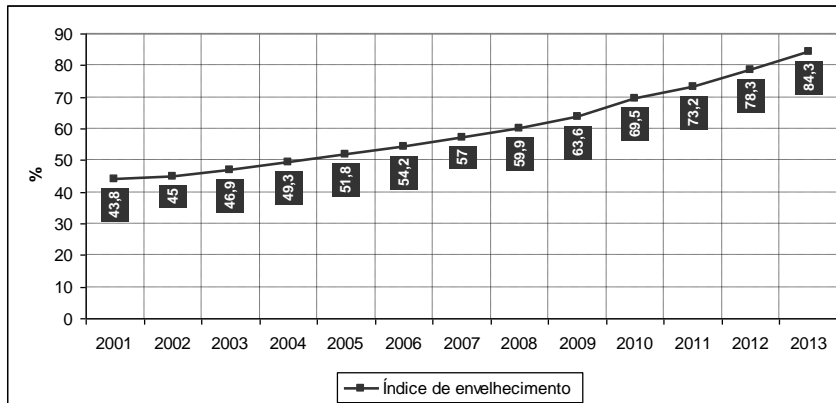
Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

Figura 21 – Evolução do número de nados-vivos e da taxa de natalidade, entre 1996 e 2013.



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

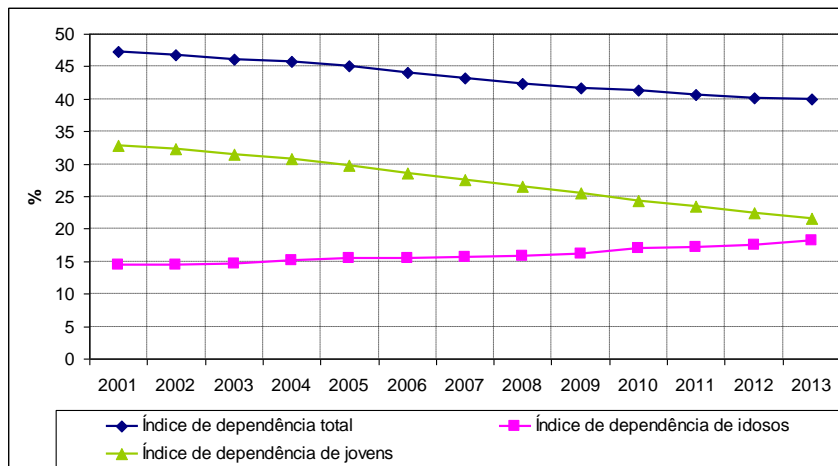
Figura 22 – Evolução do índice de envelhecimento entre 2001 e 2013.



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

Figura 23 – Evolução dos índices de dependência entre 2001 e 2013.

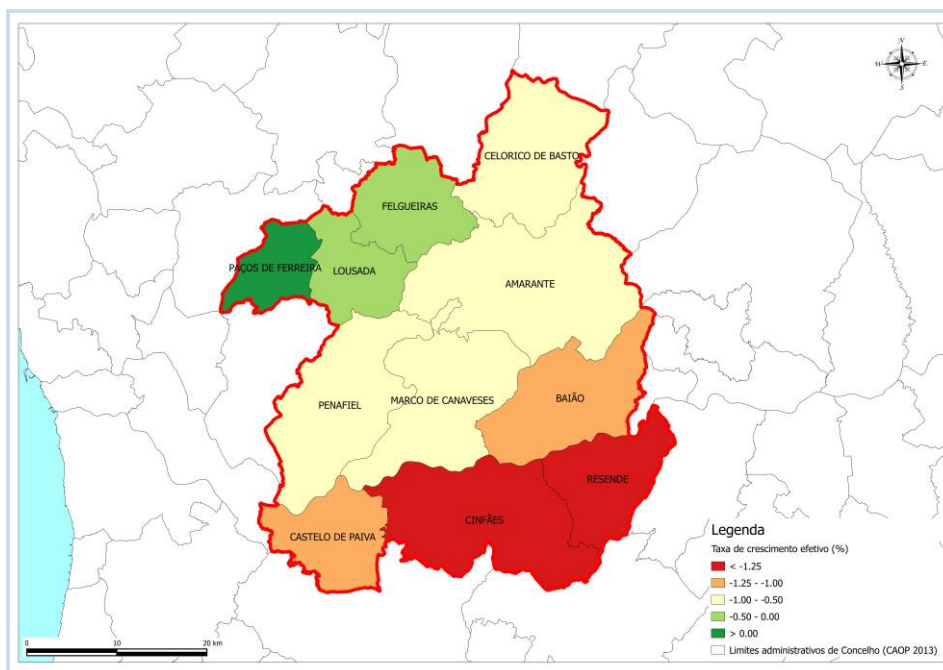
Período de referência dos dados	Índice de dependência total	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens
2001	47,2	14,4	32,8
2002	46,8	14,5	32,3
2003	46,1	14,7	31,4
2004	45,8	15,1	30,7
2005	45,1	15,4	29,7
2006	44,1	15,5	28,6
2007	43,2	15,7	27,5
2008	42,4	15,9	26,5
2009	41,7	16,2	25,5
2010	41,4	17	24,4
2011	40,7	17,2	23,5
2012	40,1	17,6	22,5
2013	39,9	18,2	21,6



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

Figura 24 – Taxas de crescimento natural, migratório e efetivo em 2013.

Período de referência dos dados	NUTS 2002 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	Taxa bruta de natalidade (%) por Local de residência; Anual	Taxa bruta de mortalidade (%) por Local de residência; Anual	Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência; Anual	Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência; Anual	Taxa de crescimento efetivo (%) por Local de residência; Anual
2013	Portugal	7,90	10,20	-0,23	-0,35	-0,57
	Norte	7,30	9	-0,17	-0,43	-0,60
	Tâmega (NUT III)	7,30	8,20	-0,09	-0,46	-0,55
	Amarante	6,80	10,10	-0,33	-0,59	-0,91
	Baião	6,80	10,40	-0,36	-0,73	-1,10
	Castelo de Paiva	7,20	8,40	-0,12	-0,89	-1,01
	Celorico de Basto	5,80	11,20	-0,53	-0,26	-0,79
	Cinfães	7,10	12,20	-0,51	-1,04	-1,55
	Felgueiras	7,60	6,70	0,10	-0,49	-0,40
	Lousada	7,10	6,80	0,04	-0,35	-0,32
	Marco de Canaveses	7	7,80	-0,08	-0,50	-0,58
	Paços de Ferreira	7,30	6,20	0,11	0,02	0,13
	Penafiel	8	7,60	0,04	-0,62	-0,58
	Resende	6,50	13,70	-0,73	-0,93	-1,66



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística



Focando a escala de análise para o espaço geográfico das freguesias, verifica-se que a distribuição da população residente por grupo etário, em termos relativos, não apresenta variações muito significativas.

Isto significa que a distribuição da população por grupo etário nas freguesias, segue, de um modo geral, os parâmetros de distribuição globais do concelho, sendo, naturalmente, proporcional à população total residente de cada freguesia (figuras 30 a 32).

Verifica-se, no entanto, em algumas freguesias e em alguns grupos etários, desvios à média que se podem considerar significativos ($\geq 2\%$).

É o caso, no grupo etário 15-19 anos em Sousa (+ 2,13%); no grupo etário 20-24 anos em Varziela (+ 2,19%); no grupo etário 25-29 anos em Aião (+ 2,05%) e Vila Verde (- 2,26%); no grupo etário 30-34 anos em Vila Fria (- 2,26%); no grupo etário 35-39 anos em Lordelo (+ 2,00%), Varziela (- 2,69%) e Vila Fria (+ 2,73%); no grupo etário 40-44 anos em Rande (+ 2,18%), Sousa (+ 2,57%) e Vila Verde (+ 2,18%); no grupo etário 45-49 anos em Lordelo (- 3,15%); no grupo etário 50-54 anos em Revinhade (+ 2,74%); no grupo etário 55-59 anos em Sernande (- 2,58%); no grupo etário 60-64 anos em Santão (+ 2,38%); no grupo etário 65-69 anos em Santão (+ 2,33%).

Repare-se que não se verificam desvios significativos nas idades mais jovens (0-14 anos) e nas mais idosas (70 anos ou superior).

Este dado está relacionado com o facto de estas populações serem, em termos absolutos, menos representativas nessas idades do que nas idades intermédias.



Figura 25 – Grupos etários por freguesia em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Grupo etário																						
	Sexo									HMI													
	Grupo etário																						
	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos	Menos de 1 ano	18 ou mais anos		
Total	59065	3237	4053	4173	4040	3966	4281	4683	4764	4756	4063	3349	2861	2163	1961	1552	979	485	212	501	45660		
Felgueiras	856	52	2677	3237	4053	4173	4040	3966	4281	4683	4764	4756	4063	3349	2861	2163	1961	1552	979	485	212	501	45660
Alvão	856	52	2677	3237	4053	4173	4040	3966	4281	4683	4764	4756	4063	3349	2861	2163	1961	1552	979	485	212	501	45660
Airões	2486	121	148	162	164	170	157	183	192	205	200	148	149	132	100	105	74	38	24	14	26	1961	
Borba de Godim	2341	101	122	148	154	147	139	167	192	212	177	147	125	112	97	114	81	59	31	16	19	1888	
Caramos	1854	88	99	121	123	125	135	147	160	155	151	124	121	89	74	54	42	27	14	5	15	1474	
Friande	1838	87	134	149	130	126	137	130	161	160	146	134	97	78	60	41	33	29	3	3	17	1383	
Idães	2496	124	160	185	192	173	191	195	208	210	171	128	99	78	60	51	38	16	6	23	1901		
Jogueiros	1303	50	76	109	100	88	65	75	114	125	111	75	64	51	58	49	51	23	14	5	9	1003	
Lagares	2320	87	124	158	164	178	165	146	179	170	199	176	130	125	110	87	63	35	20	4	14	1859	
Lordelo	357	13	26	26	24	21	27	29	36	29	18	19	22	15	18	11	13	7	2	1	2	277	
Maçeira da Lixa	1961	75	95	101	133	145	137	146	125	160	155	150	124	111	78	93	62	43	19	9	17	1607	
Moure	1321	63	81	94	101	78	92	97	128	122	90	87	79	54	58	37	22	24	8	6	10	1023	
Pedreira	1564	75	83	101	111	137	100	101	111	119	140	127	93	81	50	48	39	25	15	8	15	1249	
Penacova	1130	44	63	80	89	93	64	76	104	85	104	82	53	45	46	47	26	23	5	1	12	894	
Pinheiro	1042	61	76	66	59	67	81	78	88	86	79	77	48	39	50	23	38	16	7	3	8	801	
Pombeiro de Ribavizela	2218	111	148	160	160	171	159	153	181	184	186	173	117	89	72	85	53	40	19	6	21	1769	
Rende	982	36	50	65	84	72	49	83	83	102	79	56	62	45	34	31	31	14	4	2	5	783	
Refontoura	2081	87	128	155	171	140	151	145	155	162	183	156	130	78	64	73	52	24	20	6	19	1606	
Regilde	1284	65	66	88	83	83	87	90	108	104	97	105	80	57	40	41	37	32	6	5	12	1018	
Revinhade	811	39	42	49	63	91	65	50	71	55	74	79	39	21	25	16	16	8	5	3	4	641	
Margaride (Santa Estêvão)	9653	446	494	667	725	652	726	762	777	774	806	647	590	420	327	311	282	149	83	35	75	7583	
Santão	776	32	34	38	46	48	43	39	66	53	61	54	56	54	47	37	28	12	6	2	9	626	
Vizela (São Jorge)	574	33	27	45	41	32	35	49	50	51	40	30	34	33	31	20	11	8	3	1	5	443	
Sandim	1627	84	89	119	112	114	104	131	136	112	156	128	96	73	50	36	39	25	17	6	22	1279	
Sernande	941	43	66	83	67	66	65	82	82	89	63	74	30	29	30	30	16	11	11	4	6	711	
Sousa	1095	43	56	81	102	82	65	70	96	118	74	61	58	49	42	38	27	18	7	8	8	848	
Torrados	2370	114	126	180	173	168	155	176	204	184	197	187	144	98	67	70	62	44	16	5	13	1862	
Unhão	800	29	51	55	54	53	51	53	62	60	65	47	48	41	42	40	27	10	9	3	2	633	
Varzea	2859	139	181	210	215	184	186	222	207	247	245	206	171	122	96	95	71	29	21	12	25	2190	
Varzela	1837	75	72	129	142	168	113	109	99	150	169	143	119	82	82	56	59	41	21	8	19	1483	
Vila Cova da Lixa	3850	194	219	250	222	229	266	336	319	287	307	239	222	221	157	138	104	87	35	18	41	3059	
Vila Fria	629	34	37	41	40	48	43	29	68	46	49	44	32	35	19	19	18	17	8	2	12	490	
Vila Verde	809	32	47	65	59	48	37	60	74	84	79	52	40	34	33	27	16	11	9	2	6	631	

Fonte: INE, Censos 2011

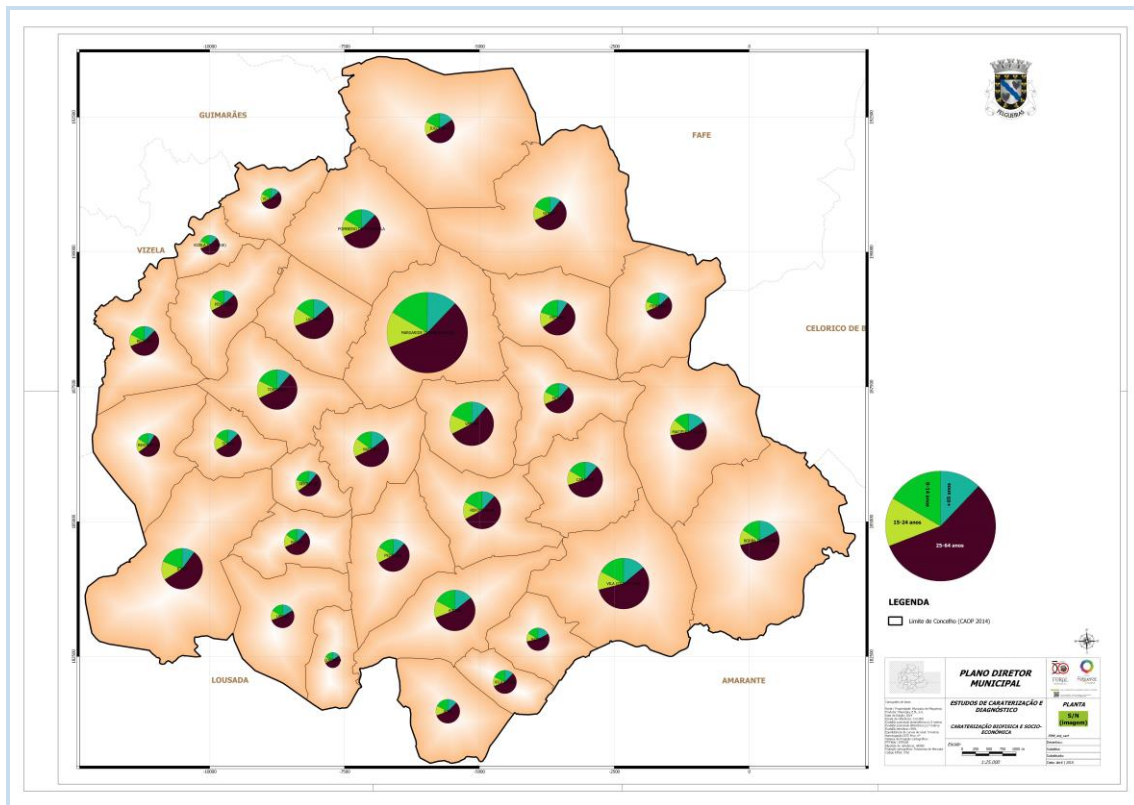




Figura 26 – Peso relativo (%) por grupo etário e por freguesia em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N ^o) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário; Decenal																					
	Sexo																					
	HM																					
	Grupo etário																					
	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos	Menos de 18 anos		
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%		
Total	100,00	4,61	5,57	6,98	7,19	6,96	6,83	7,37	8,08	8,20	8,19	7,00	5,77	4,58	3,73	2,67	1,69	0,84	0,37	0,86	78,64	
Felgueiras	100,00	6,07	6,31	5,14	8,18	5,02	8,88	8,41	6,66	7,48	6,43	7,59	5,61	5,72	3,27	3,39	3,27	1,40	0,82	0,35	1,17	77,69
Alvão	100,00	4,87	5,95	6,52	6,60	6,84	6,32	7,36	7,72	8,25	8,05	5,95	5,99	5,31	4,02	2,98	1,53	0,97	0,56	1,05	78,88	
Airões	100,00	4,31	5,21	6,32	6,58	6,28	5,94	7,13	8,20	9,06	7,56	6,28	5,34	4,78	4,14	4,87	3,46	2,52	1,32	0,68	0,81	80,65
Borba de Godim	100,00	4,75	5,34	6,53	6,63	6,74	7,28	7,93	8,63	8,36	8,14	6,69	6,53	4,80	3,99	2,91	2,27	1,46	0,76	0,27	0,81	79,50
Caramos	100,00	4,73	7,29	8,11	7,07	6,86	7,45	7,07	8,76	8,71	7,94	7,29	5,28	4,24	3,26	2,23	1,80	1,58	0,16	0,16	0,92	75,79
Friande	100,00	4,97	6,41	7,81	7,89	6,93	7,65	7,81	8,33	8,41	8,05	6,85	5,13	3,97	3,13	2,40	2,04	1,52	0,64	0,24	0,92	76,16
Idães	100,00	3,84	5,83	8,37	7,67	6,75	4,99	5,76	8,75	9,59	8,52	5,76	4,91	3,91	4,45	3,76	3,91	1,77	1,07	0,38	0,69	76,98
Junqueiros	100,00	3,75	5,34	6,81	7,07	7,67	7,11	6,29	7,72	7,33	8,58	7,59	5,60	5,39	4,74	3,75	2,72	1,51	0,86	0,17	0,60	80,13
Lagares	100,00	3,64	7,28	7,28	6,72	5,88	7,56	8,12	10,08	8,12	5,04	5,32	6,16	4,20	5,04	3,08	3,64	1,96	0,56	0,28	0,56	77,59
Madeira da Lixa	100,00	3,82	4,84	5,15	6,78	7,39	6,99	7,45	6,37	8,16	7,90	7,65	6,32	5,66	3,98	4,74	3,16	2,19	0,97	0,46	0,87	81,95
Moure	100,00	4,77	6,13	7,12	7,65	5,90	6,96	7,34	9,69	9,24	6,81	6,59	5,98	4,09	4,39	2,80	1,67	1,82	0,61	0,45	0,76	77,44
Padreia	100,00	4,80	5,31	6,46	7,10	8,76	6,39	6,46	7,10	7,61	8,95	8,12	5,95	5,18	3,20	3,07	2,49	1,60	0,96	0,51	0,96	79,86
Peracova	100,00	3,89	5,58	7,08	7,88	8,23	5,66	6,73	9,20	7,52	9,20	7,26	4,69	3,98	4,07	4,16	2,30	2,04	0,44	0,09	1,06	79,12
Pinheiro	100,00	5,85	7,29	6,33	5,66	6,43	7,77	7,49	8,45	8,25	7,58	7,39	4,61	3,74	4,80	2,21	3,65	1,54	0,67	0,29	0,77	76,87
Pombeiro de Ribavizela	100,00	5,00	5,00	6,67	7,21	7,71	7,17	6,90	8,16	8,30	8,39	7,80	5,28	4,01	3,25	3,83	2,39	1,80	0,86	0,27	0,95	79,76
Rande	100,00	3,67	5,09	6,82	8,55	7,33	4,99	8,45	8,45	10,39	8,04	5,70	6,31	4,58	3,46	3,16	3,16	1,43	0,41	0,20	0,51	79,74
Refontoura	100,00	4,18	6,15	7,50	8,22	6,73	7,26	6,97	7,45	7,78	8,79	7,50	6,25	3,75	3,08	3,51	2,50	1,15	0,96	0,29	0,91	77,17
Rejilde	100,00	5,06	5,14	7,63	6,46	6,46	6,78	7,01	8,41	8,10	7,55	8,18	6,23	4,44	3,12	3,19	2,88	2,49	0,47	0,39	0,93	79,28
Revinhade	100,00	4,81	5,18	6,04	7,77	11,22	8,01	6,17	8,75	6,78	9,12	9,74	4,81	2,59	3,08	1,97	1,97	0,99	0,62	0,37	0,49	79,04
Margaride (Santa Eulália)	100,00	4,62	5,12	6,91	7,51	6,75	7,52	7,89	8,05	8,02	8,35	6,70	6,11	4,35	3,39	3,22	2,71	1,54	0,86	0,36	0,78	78,66
Santo	100,00	4,12	4,38	7,47	5,93	6,19	5,54	5,03	8,51	6,83	7,86	6,96	7,22	6,96	6,06	4,77	3,61	1,55	0,77	0,26	1,16	80,67
Vizela (São Jorge)	100,00	5,75	4,70	7,84	7,14	5,57	6,10	8,54	8,71	8,89	6,97	5,23	5,92	5,75	5,40	3,48	1,92	1,39	0,52	0,17	0,87	77,18
Sendim	100,00	5,16	5,47	7,31	6,88	7,01	6,39	8,05	8,36	6,88	9,59	7,87	5,90	4,49	3,07	2,21	2,40	1,54	1,04	0,37	1,35	78,61
Sernandê	100,00	4,57	7,01	8,82	7,12	7,01	6,91	8,71	8,71	9,46	6,70	7,86	3,19	3,08	3,19	3,19	1,70	1,17	1,17	0,43	0,64	75,56
Sousa	100,00	3,93	5,11	7,40	9,32	7,49	5,94	6,39	8,77	10,78	6,76	5,57	5,30	4,47	3,84	3,47	2,47	1,64	0,64	0,73	0,73	77,44
Torrados	100,00	4,81	5,32	7,59	7,30	7,09	6,54	7,43	8,61	7,76	8,31	7,89	6,08	4,14	2,83	2,95	2,62	1,86	0,68	0,21	0,55	78,57
Unhão	100,00	3,63	6,38	6,88	6,75	6,63	6,38	6,63	7,75	7,50	8,13	5,88	6,00	5,13	5,25	5,00	3,38	1,25	1,13	0,38	0,25	79,13
Várzea	100,00	4,86	6,33	7,35	7,52	6,44	6,51	7,76	7,24	8,64	8,57	7,21	5,98	4,27	3,36	3,32	2,48	1,01	0,73	0,42	0,87	76,60
Varzeia	100,00	4,08	3,92	7,02	7,73	9,15	6,15	5,93	5,39	8,17	9,20	7,78	6,48	4,46	4,06	3,05	3,21	2,23	1,14	0,44	1,03	80,73
Vila Cova da Lixa	100,00	5,04	5,69	6,49	5,77	5,95	6,91	8,73	8,29	7,45	7,97	6,21	5,77	5,74	4,08	3,58	3,20	2,26	0,91	0,47	1,06	79,45
Vila Fria	100,00	5,41	5,88	6,52	6,36	7,63	6,84	4,61	10,81	7,31	7,79	7,00	5,09	5,56	3,02	3,02	2,86	2,70	1,27	0,32	1,91	77,90
Vila Verde	100,00	3,96	5,81	8,03	7,29	5,93	4,57	7,42	9,15	10,38	9,77	6,43	4,94	4,20	4,08	3,34	1,98	1,36	1,11	0,25	0,74	78,00

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 27 – Cartograma do peso relativo por grupo etário (ciclo de vida) e por freguesia em 2011.

Fonte: INE, Censos 2011 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Quanto ao número de nados-vivos por freguesia, verifica-se que, de um modo geral, as freguesias acompanham a tendência geral do concelho, isto é, registam uma quebra significativa ao longo dos anos mais recentes.

Refira-se, no entanto, que este indicador sofre oscilações relevantes, agravadas pelo facto de se tratarem de pequenos números, pelo que não é tarefa fácil estabelecer um padrão de evolução consistente (figuras 30 e 31).

Ainda assim, tomando como referência os valores nos anos extremos do período em análise (1996 e 2012, já que em 2013 já é utilizada a nova CAOP, não permitindo a comparação linear), verifica-se que em apenas três freguesias a variação é igual ou superior a 0% (Moure, Sernande, Pinheiro), enquanto que em outras a variação negativa é superior a 60% (Vila Fria, Penacova, Santão, Vizela (S. Jorge), Jugueiros, Torrados, Sousa, Revinhade, Borba de Godim).



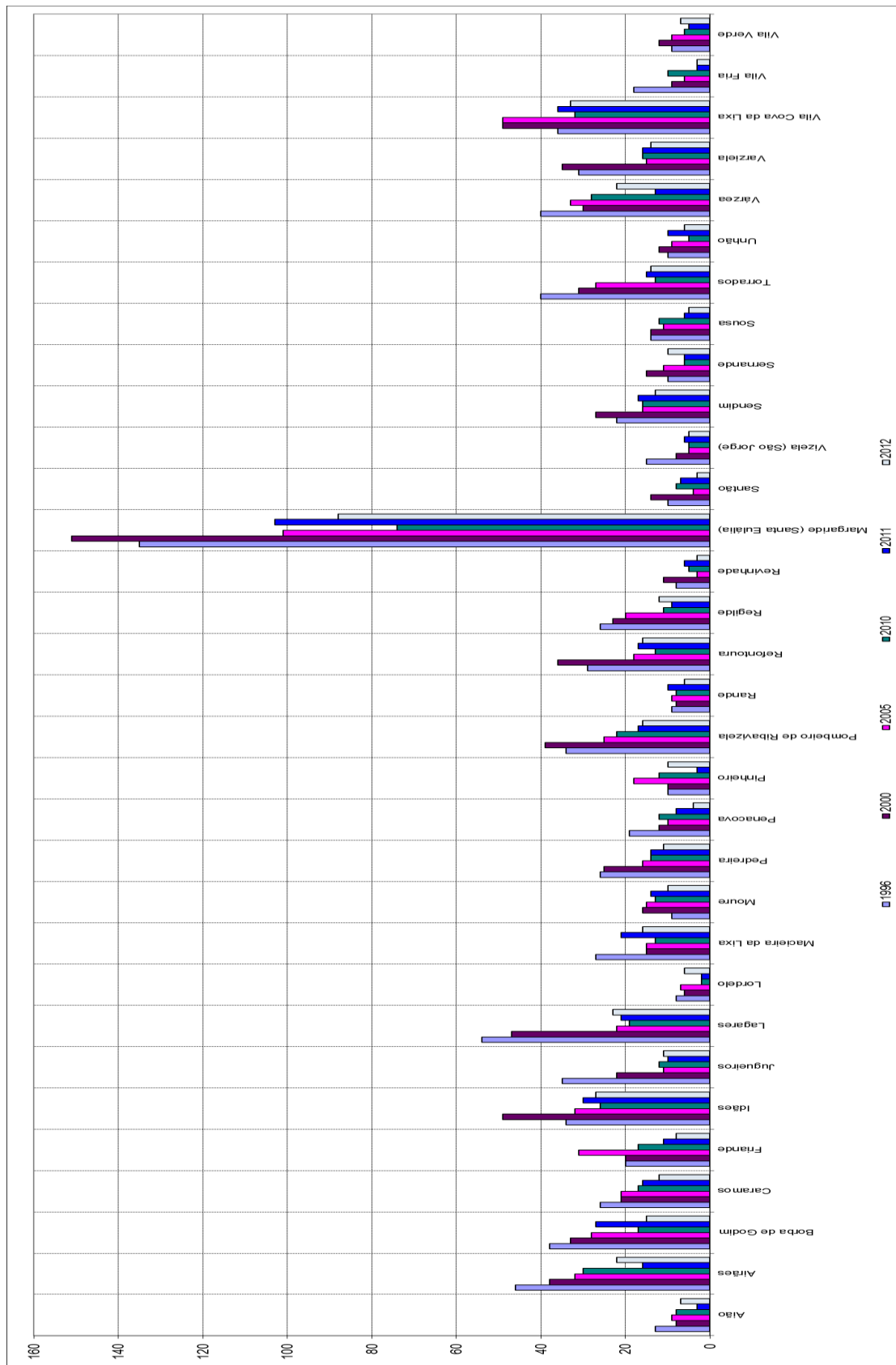
Figura 28 – Nados-vivos por freguesia entre 1996 e 2014.

Local de residência da mãe (NUTS 2002) (1)	Nados-vivos (N.º) por Local de residência da mãe (NUTS 2002) e Sexo: Anual (3)																											
	Período de referência dos dados (2)																											
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014									
FELGUEIRAS	861	932	926	885	846	760	795	728	644	638	622	579	580	530	502	498	458	441	406									
Alvão	13	9	13	8	8	12	12	11	5	6	6	7	9	9	8	3	7	8	7									
Airões	46	40	50	39	38	38	46	38	32	32	35	27	25	32	30	16	22	12	16									
Borba de Godim	38	26	29	29	33	34	32	27	26	28	20	19	24	24	17	27	15	12	x									
Caramos	26	40	39	28	21	33	20	24	24	21	21	17	22	15	17	16	12	14	x									
Friande	20	27	28	33	20	23	30	23	23	31	25	14	16	19	17	11	8	22	9									
Idães	34	43	43	47	49	44	54	23	26	32	25	35	29	32	26	30	27	19	25									
Jugueiros	35	32	32	24	22	33	18	19	20	11	8	18	9	19	12	10	11	4	6									
Lagares	54	52	39	31	47	25	34	26	30	22	23	14	29	13	19	21	23	12	x									
Lordelo	8	8	6	3	6	5	6	7	4	7	2	3	3	1	2	2	6	3	x									
Madeira da Lixa	27	24	20	33	15	20	22	24	27	15	22	12	16	13	13	21	16	10	x									
Moure	9	19	17	16	16	19	16	18	6	15	18	12	11	10	13	14	10	9	x									
Pedreira	26	26	24	29	25	20	20	20	19	16	17	15	9	14	14	11	8	x	x									
Penacova	19	18	20	17	12	19	11	12	9	10	8	11	10	2	12	8	4	10	4									
Pinheiro	10	18	19	16	10	14	14	25	15	18	14	14	18	13	12	3	10	12	10									
Pombeiro de Ribavizela	34	33	33	27	39	34	26	24	16	25	26	20	23	26	22	17	16	12	13									
Rande	9	14	21	7	8	6	11	8	13	9	11	10	5	6	8	10	6	6	x									
Refontoura	29	34	30	29	36	25	34	19	26	18	24	18	13	18	13	17	16	11	15									
Regilde	26	20	31	26	23	17	23	14	11	20	12	11	18	14	11	9	12	9	6									
Revinhade	8	9	7	8	11	11	11	11	6	3	8	9	9	4	5	6	3	2	5									
Margaride (Santa Eulália)	135	139	169	159	151	143	130	122	102	101	110	110	105	91	74	103	88	73	x									
Santão	10	16	12	10	14	12	6	9	3	4	12	4	3	3	3	8	7	3	6									
Vizela (São Jorge)	15	9	10	15	8	4	4	5	8	5	9	6	3	2	5	6	5	4	x									
Sendim	22	32	24	31	27	19	20	23	27	16	16	15	23	13	16	17	13	13	7									
Sernande	10	20	14	21	15	12	16	12	17	11	6	12	9	6	6	6	10	5	x									
Sousa	14	26	17	15	14	13	15	13	6	11	9	9	5	11	12	6	5	3	x									
Torrados	40	36	45	36	31	20	31	31	26	27	31	28	21	25	13	15	14	17	x									
Unhão	10	14	21	10	12	6	8	18	11	9	8	8	10	5	5	10	6	6	x									
Várzea	40	38	31	29	30	36	38	42	27	33	28	31	22	31	28	13	22	14	x									
Varziela	31	29	29	27	35	22	21	14	21	15	15	13	17	15	16	16	14	9	x									
Vila Cova da Lixa	36	53	39	60	49	38	45	44	42	49	41	37	44	33	32	36	33	18	x									
Vila Fria	18	11	7	8	9	11	10	7	5	6	6	5	12	5	10	3	3	3	x									
Vila Verde	9	17	7	14	12	12	11	15	11	9	6	11	10	6	6	5	7	5	x									
União das freguesias de Madeira da Lixa e Caramos																			9	28								
União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure																			39	134								
União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande																			8	21								
União das freguesias de Torrados e Sousa																			2	18								
União das freguesias de Unhão e Lordelo																			1	8								
União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim																			9	53								
União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)																			0	12								
União das freguesias de Vila Verde e Santão																			2	9								

Fonte: INE, Portal de Informação Estatística



Figura 29 – Nados-vivos por freguesia em 1996, 2000, 2005 e 2010, 2011 e 2012 (gráfico).



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística



Já os índices de envelhecimento e de dependência apresentam oscilações mais significativas no território municipal.

No caso do índice de envelhecimento, verificam-se algumas diferenças relevantes entre as freguesias, com algumas a apresentar o índice de envelhecimento superior a 100% (o que significa que a população idosa já ultrapassa, em número absoluto, a população jovem).

São os casos de Macieira da Lixa, Borba de Godim e Santão.

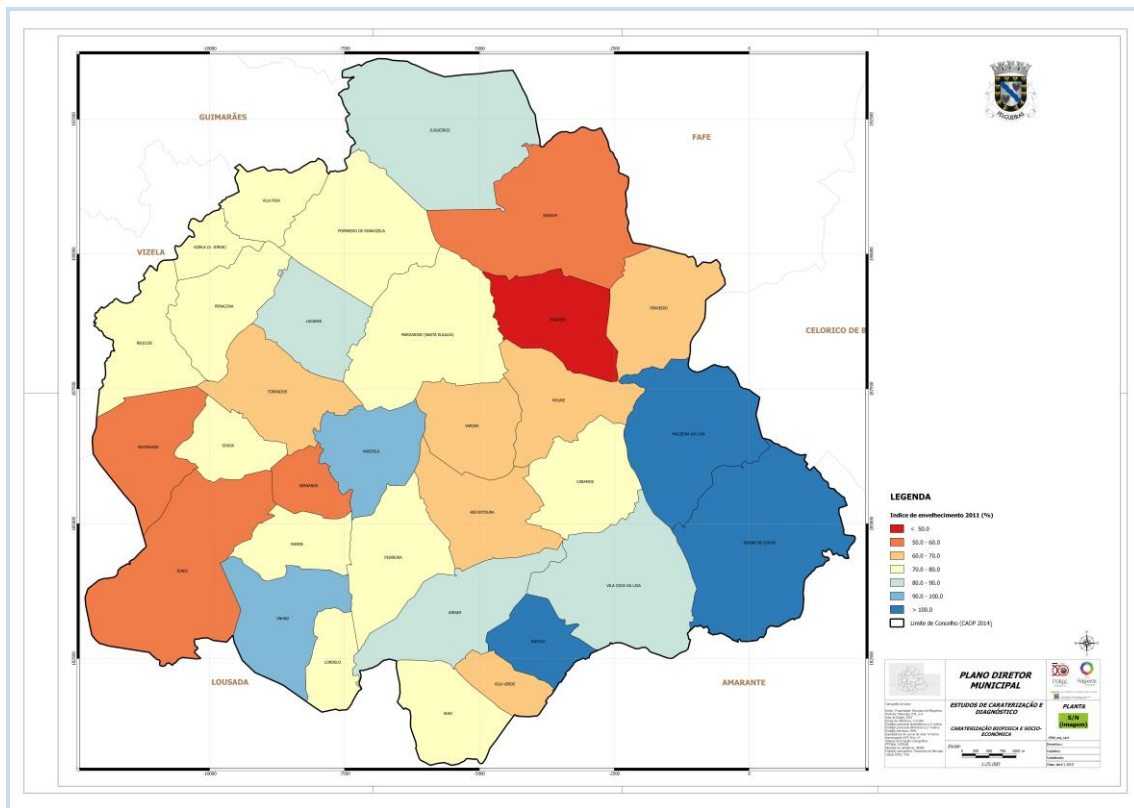
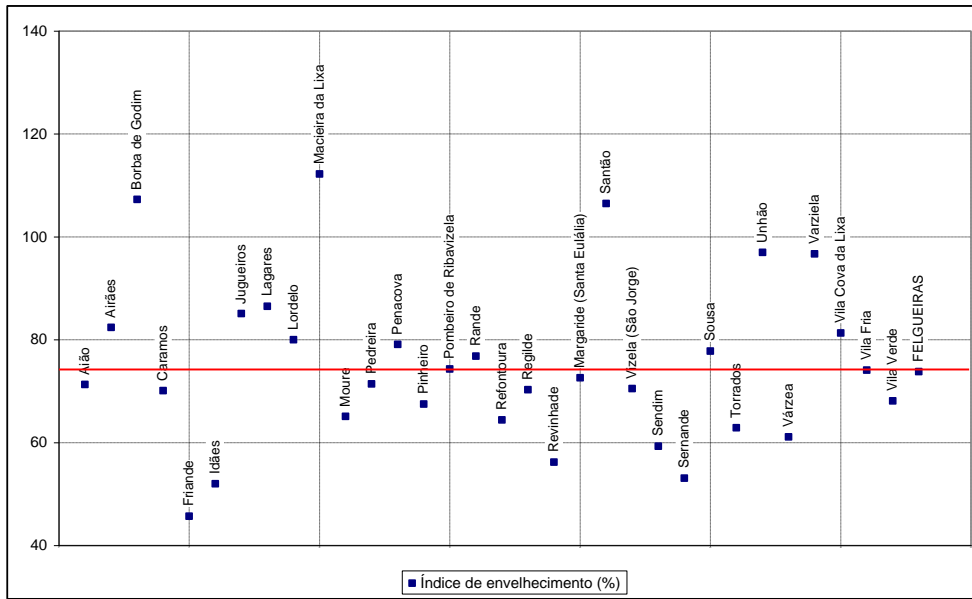
Também as freguesias de Unhão, Varziela, Airães, Lagares, Jugueiros e Vila Cova da Lixa apresentavam um índice de envelhecimento relativamente elevado (superior a 80%).

No pólo oposto, as freguesias de Friande, Idães, Revinhade, Sendim e Sernande apresentavam um índice de envelhecimento relativamente baixo (inferior a 60%).

A tabela, gráfico e cartograma seguintes ilustram estes dados.

Figura 30 – Índice de envelhecimento por freguesia, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal						
	Período de referência dos dados						
	2011						
	Sexo						
	HM	H	M		HM	H	M
Aião	71,3	56,3	92,1	Refontoura	64,4	56,3	73,2
Airães	82,4	72,1	92,6	Regilde	70,3	57,7	82,2
Borba de Godim	107,3	79,4	137,9	Revinhade	56,2	47	65,6
Caramos	70,1	65,8	74,2	Margaride (Santa Eulália)	72,6	57	89,8
Friande	45,7	40,1	51,1	Santão	106,5	95,1	117,5
Idães	52	41,8	62,6	Vizela (São Jorge)	70,5	70,6	70,4
Jugueiros	85,1	80,7	89,3	Sendim	59,3	43,3	76,1
Lagares	86,5	64,7	114,2	Sernande	53,1	39,1	70,1
Lordelo	80	65,7	96,7	Sousa	77,8	59,8	98,8
Macieira da Lixa	112,2	95,9	131	Torrados	62,9	50,2	77,2
Moure	65,1	54,2	78,5	Unhão	97	77,3	121,7
Pedreira	71,4	63,6	78,3	Várzea	61,1	50,2	72,8
Penacova	79,1	63,1	98,8	Varziela	96,7	78,1	115,1
Pinheiro	67,5	47,4	94,3	Vila Cova da Lixa	81,3	68,6	94,2
Pombeiro de Ribavizela	74,3	67,2	81,3	Vila Fria	74,1	70,9	77,2
Rande	76,8	68,7	83,3	Vila Verde	68,1	67,2	68,7
				FELGUEIRAS	73,8	60,9	87,4



Fonte: INE, Censos 2011 in Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal

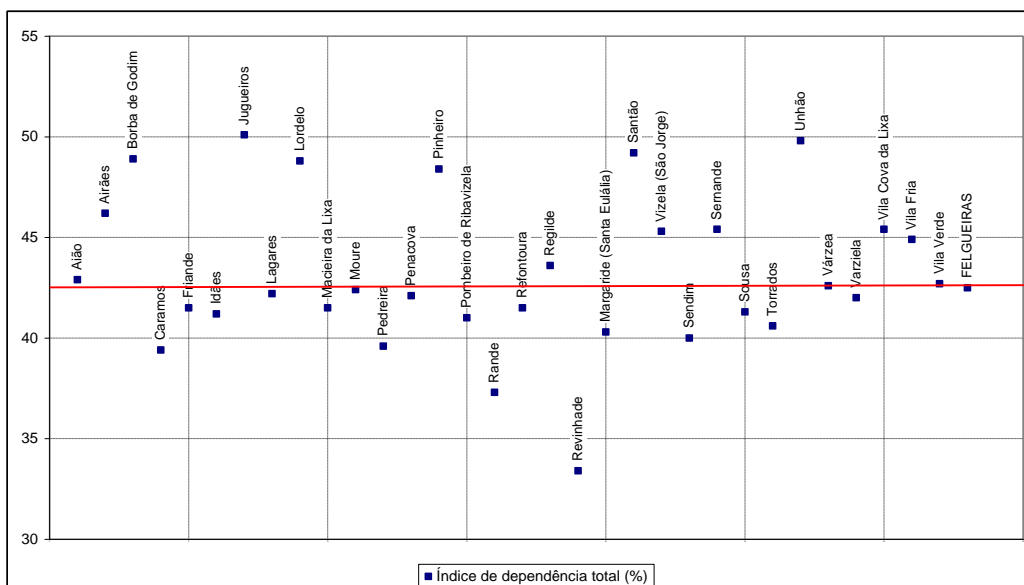
Em relação ao índice de dependência (relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa), verifica-se que apenas uma freguesia (Jugueiros) apresentava este índice superior a 50%, isto é, a população em idade ativa é inferior ao dobro da população em idade dependente.

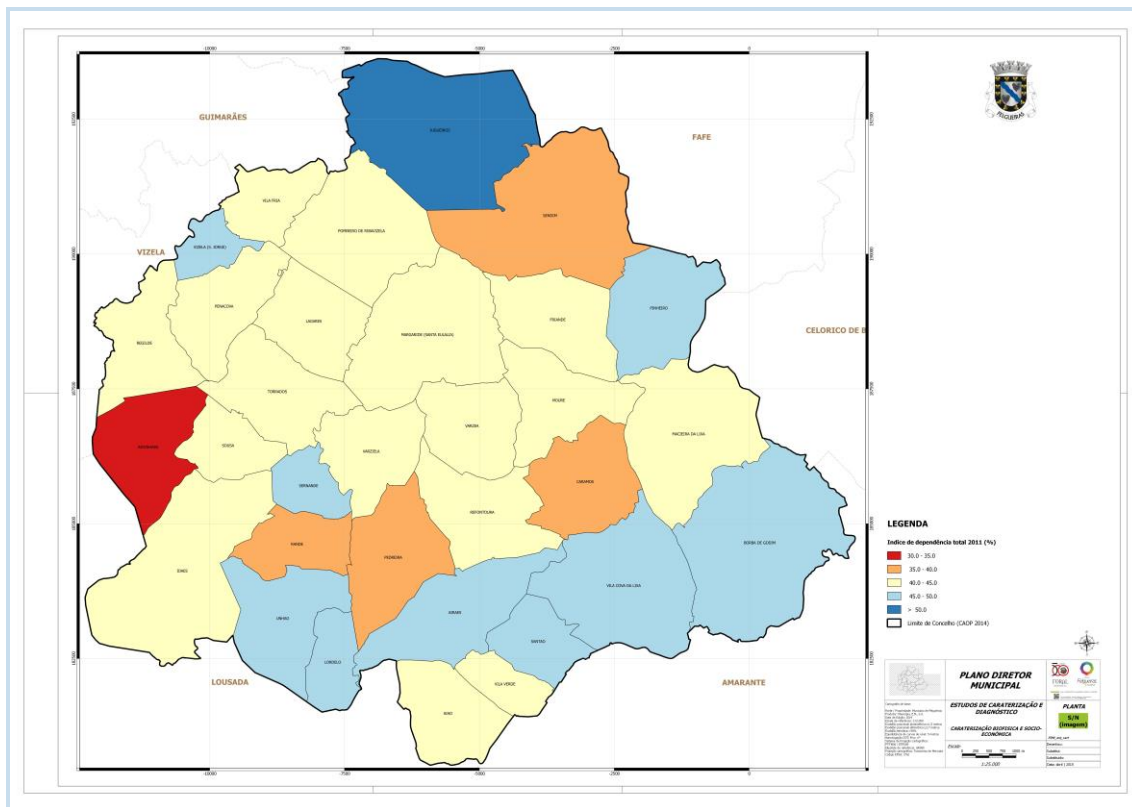
Estes valores baixos do índice de dependência verificam-se por todo o território municipal, sendo que em algumas freguesias é mesmo inferior a 40% (Caramos, Friande, Idães, Pedreira, Rande, Revinhade).

A tabela, gráfico e cartograma seguintes ilustram estes dados.

Figura 31 – Índice de dependência total por freguesia, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de dependência total (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2011		
Aião	42,9	Refontoura	41,5
Airões	46,2	Regilde	43,6
Borba de Godim	48,9	Revinhade	33,4
Caramos	39,4	Margaride (Santa Eulália)	40,3
Friande	41,5	Santão	49,2
Idães	41,2	Vizela (São Jorge)	45,3
Jugueiros	50,1	Sendim	40
Lagares	42,2	Sernande	45,4
Lordelo	48,8	Sousa	41,3
Macieira da Lixa	41,5	Torrados	40,6
Moure	42,4	Unhão	49,8
Pedreira	39,6	Várzea	42,6
Penacova	42,1	Varziela	42
Pinheiro	48,4	Vila Cova da Lixa	45,4
Pombeiro de Ribavizela	41	Vila Fria	44,9
Rande	37,3	Vila Verde	42,7
		FELGUEIRAS	42,5





Fonte: INE, Censos 2011 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.3.1.2 População residente estrangeira

A população residente oriunda de outros países constitui a mão-de-obra imigrante, a qual, em geral, ocorre por motivos pessoais ou pela busca de melhores condições de vida e de trabalho por parte dos que imigram, ou ainda para fugir de perseguições ou discriminações por motivos religiosos ou políticos.

No caso de Felgueiras, em 2011, verificava-se que a esmagadora maioria da população residente tinha apenas nacionalidade portuguesa (98,2%). A restante parte da população dispunha de dupla nacionalidade (presume-se que a maioria destes serão lusodescendentes que nasceram noutros países) ou era de nacionalidade estrangeira.

Entre estes últimos, as comunidades com maior expressão são as oriundas de outros países da Europa e de países da América.

**Figura 32 – População residente por nacionalidade e por freguesia, em 2011.**

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal														
	Nacionalidade (País)														
	Total	Portugal	Estrangeira	Europa	União Europeia 27 (SPT)	Outros países (parcial)	África	América	Ásia	Oceânia	Outros países	Dupla nacionalidade	Dupla nacionalidade portuguesa e outra	Dupla nacionalidade estrangeira	Apátrida
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Felgueiras	58065	57041	371	200	168	32	24	108	39	0	0	653	600	53	0
Aião	856	839	3	1	1	0	0	0	2	0	0	14	14	0	0
Airões	2486	2458	5	1	1	0	1	3	0	0	0	23	23	0	0
Borba de Godim	2341	2272	39	13	8	5	3	23	0	0	0	30	25	5	0
Caramos	1854	1817	10	6	6	0	1	3	0	0	0	27	26	1	0
Friande	1838	1805	15	9	8	1	0	1	5	0	0	18	17	1	0
Idães	2496	2457	14	9	8	1	0	1	4	0	0	25	19	6	0
Jaqueiros	1303	1291	2	2	2	0	0	0	0	0	0	10	9	1	0
Lagares	2320	2292	7	7	3	4	0	0	0	0	0	21	20	1	0
Lordelo	357	355	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0
Macleira da Lixa	1961	1914	15	13	13	0	1	1	0	0	0	32	29	3	0
Moure	1321	1296	5	4	4	0	0	1	0	0	0	20	20	0	0
Pedreira	1564	1539	6	4	4	0	1	1	0	0	0	19	18	1	0
Penacova	1130	1120	3	3	3	0	0	0	0	0	0	7	7	0	0
Pinheiro	1042	1022	2	0	0	0	0	2	0	0	0	18	18	0	0
Pombeiro de Ribavizela	2218	2179	9	6	6	0	1	2	0	0	0	30	27	3	0
Rande	982	973	3	3	3	0	0	0	0	0	0	6	5	1	0
Refontoura	2081	2060	9	7	7	0	2	0	0	0	0	12	10	2	0
Regilde	1284	1270	9	6	4	2	0	0	3	0	0	5	4	1	0
Revinhade	811	799	3	1	1	0	0	2	0	0	0	9	9	0	0
Margaride (Santa Eulália)	9653	9423	85	27	27	0	2	44	12	0	0	145	127	18	0
Santão	776	753	11	10	5	5	1	0	0	0	0	12	11	1	0
Vizela (São Jorge)	574	566	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	7	1	0
Sendim	1627	1592	6	5	5	0	0	1	0	0	0	29	29	0	0
Sernande	941	927	5	3	3	0	1	1	0	0	0	9	9	0	0
Sousa	1095	1075	8	5	5	0	0	0	3	0	0	12	12	0	0
Torradós	2370	2345	14	13	10	3	0	1	0	0	0	11	11	0	0
Unhão	800	789	8	3	1	2	3	2	0	0	0	3	2	1	0
Várzea	2859	2823	8	3	3	0	1	4	0	0	0	28	27	1	0
Varziela	1837	1812	7	6	3	3	0	1	0	0	0	18	17	1	0
Vila Cova da Lixa	3850	3761	53	26	20	6	3	14	10	0	0	36	32	4	0
Vila Fria	629	625	2	1	1	0	1	0	0	0	0	2	2	0	0
Vila Verde	809	792	4	3	3	0	1	0	0	0	0	13	13	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 33 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente 2008-2014.

Período de referência dos dados	População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nacionalidade; Anual									
	Nacionalidade									
	Total	Europa	África	América	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia	Oceânia	Apátrida	Desconhecida
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
2014	13	4	1	5	0	5	3	0	0	0
2013	16	5	4	5	0	5	2	0	0	0
2012	31	10	5	14	0	14	2	0	0	0
2011	20	7	6	3	1	2	4	0	0	0
2010	30	11	3	14	0	14	2	0	0	0
2009	36	14	0	16	0	16	6	0	0	0
2008	35	10	0	20	0	20	5	0	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Pela combinação dos dados destes dois quadros, poder-se-á estimar uma população entre 400 a 450 imigrantes a residir (legalmente) em Felgueiras.

São sobejamente conhecidos os conflitos e dificuldades de integração que, frequentemente, ocorrem com estas populações.

No entanto, no caso concreto de Felgueiras, não são conhecidos casos graves de exclusão, de conflitos ou de reações adversas por parte da população nacional.

Assim, trata-se de uma população discreta, que não representa atualmente risco agravado de exclusão, supõe-se que bem integrada, pelo que não haverá, de momento, a necessidade de criar uma resposta de cariz social.

II.3.1.3 Modelo previsional para a população residente em 2021

A realização de projeções de população para um determinado horizonte temporal é de grande importância em qualquer processo de planeamento.

No entanto, não é tarefa fácil efetuar este tipo de projeção para áreas geográficas de pequena dimensão.

Isto porque, por um lado, os fatores que determinam as variações de população a essa escala são difíceis de controlar e prever e, por outro, os dados disponíveis são frequentemente insuficientes para projetar com fiabilidade.

Recorde-se que a equação demográfica fundamental da demografia é traduzida por:

$$P_t = P_0 + (\text{nados-vivos} - \text{óbitos})_{0,t} + (\text{imigrantes} - \text{emigrantes})_{0,t}, \text{ em que:}$$

P_t = População no ano horizonte;

P_0 = População no ano inicial;

$(\text{nados-vivos} - \text{óbitos})_{0,t}$ = saldo natural registado entre o ano inicial e o ano horizonte;

$(\text{imigrantes} - \text{emigrantes})_{0,t}$ = saldo migratório registado entre o ano inicial e o ano horizonte.

Respeitando esta equação fundamental, frequentemente são utilizados métodos estatísticos de *coorte* componente, utilizando rácios de mudança de *coorte* (CCR), de forma a obter projeções da população para períodos intercensitários.

A fórmula genérica de um CCR é:

$${}_n\text{CCR}_x = \frac{{}_n P_{x+y,1}}{{}_n P_{x,b}}, \text{ em que:}$$

${}_n P_{x+y,1}$ = população com idade entre $x+y$ e $x+y+n$ no censo mais recente;

${}_n P_{x,b}$ = população com idade entre x e $x+n$ no segundo censo mais recente;

y = número de anos entre os dois censos mais recentes.

Uma boa hipótese para utilizar um CCR para estimar população no futuro, será considerar o método Hamilton-Perry.

Inicialmente concebido por Horace Hamilton e Josef Perry (1962), e posteriormente desenvolvido e testado por outros autores (David Swanson, Alan Scholttmann e Bob Schmidt, 2009), este método apresenta a vantagem de necessitar de poucos dados de *input*.

Na verdade, apenas necessita da população por *coorte* (grupo etário quinquenal e sexo) em dois momentos censitários sucessivos para projetar para um terceiro com o mesmo horizonte temporal.

A fórmula para aplicação deste método será:



$${}_n P_{x+z,t} = {}_n CCR_x * {}_n P_{x,l} , \text{ em que:}$$

${}_n P_{x+z,t}$ = população com idade entre $x+z$ e $x+z+n$ no censo a projetar;

${}_n CCR_x$ = fórmula de CCR (ver acima);

${}_n P_{x,l}$ = população com idade entre x e $x+n$ no censo mais recente.

Dada a natureza dos CCR, e caso as operações censitárias sejam decenais, o grupo etário mais jovem para o qual se podem efetuar projeções é o grupo etário 10-14 anos.

Para projetar a população para os grupos etários 0-4 anos e 5-9 anos é necessário recorrer a outro método, como por exemplo, o rácio criança-mulher (CRW) ou, mais simplesmente, o rácio criança-adulto (CAR).

Neste último caso, também apenas necessita da informação disponível num censo para poder efetuar projeção para o censo seguinte.

Para projetar a população no grupo etário 0-4 anos, o CAR é definido como o quociente entre a população 0-4 anos e a população 20-34 anos.

Para projetar a população no grupo etário 5-9 anos, o CAR é definido como o quociente entre a população 5-9 anos e a população 25-39 anos.

Estas são as equações para aplicação do CAR para projetar as populações nos grupos etários 0-4 anos e 5-9 anos:

$${}_5 P_{0,t+k} = ({}_5 P_{0,t} / {}_{15} P_{20,t}) * ({}_{15} P_{20,t+k})$$

$${}_5 P_{5,t+k} = ({}_5 P_{5,t} / {}_{15} P_{25,t}) * ({}_{15} P_{25,t+k}) , \text{ em que}$$

${}_5 P_0$ = população com idade entre 0 e 4 anos;

${}_5 P_5$ = população com idade entre 5 e 9 anos;

${}_{15} P_{20}$ = população com idade entre 20 e 34 anos;

${}_{15} P_{25}$ = população com idade entre 25 e 39 anos;

t = ano do censo mais recente;

$t+k$ = ano de projeção.

A projeção para o grupo aberto mais idoso também difere do CCR utilizado para os grupos de idade superior a 10 anos e até ao grupo fechado mais idoso.

Por exemplo, se o último grupo fechado for 70-74 anos, com o grupo 75+ como o grupo aberto terminal, os cálculos para o ${}_{\infty} CCR_{75,i,t}$ requer o somatório dos três grupos mais idosos para obter a população do grupo 65+ na área i e no ano $t-k$:

$${}_{\infty} CCR_{75,i,t} = {}_{\infty} P_{75,i,t} / {}_{\infty} P_{65,i,t-k}$$



A fórmula para projetar a população do grupo 75+ na área i e no ano $t+k$ será:

$${}_{\infty}P_{75+,i,t+k} = ({}_{\infty}CCR_{75,i,t}) * ({}_{\infty}P_{65,i,t})$$

Conclui-se assim que o método Hamilton-Perry é consistente com a equação demográfica fundamental, constituindo uma variante do método *coorte componente*, em que as componentes determinantes da mudança (nascimentos, óbitos e migrações) são expressas em termos de rácios de mudança de *coorte* (Swanson, Scholttmann e Schmidt, 2009; Swanson e Tayman, 2013).

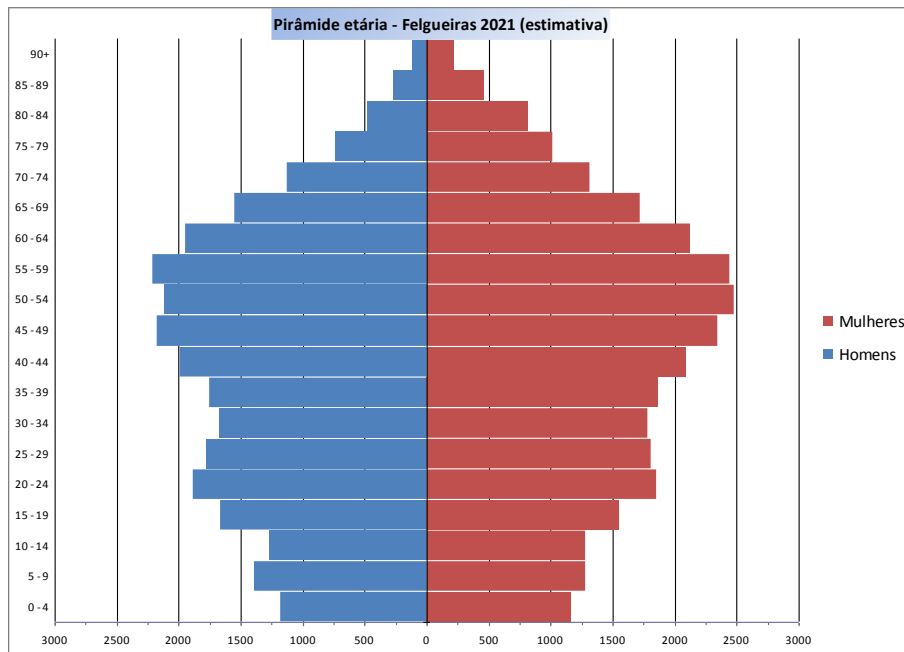
A metodologia descrita foi aplicada no caso de Felgueiras, atendendo à disponibilidade dos dados censitários de 2001 e 2011, no que se refere aos grupos etários quinquenais por sexo e por freguesia, de forma a obter projeções da população por grupo etário para o ano 2021. Os resultados estão expressos no quadro global seguinte e na pirâmide etária daí resultante.



Figura 34 – Projeção da população por grupo etário em 2021.

Local de residência (estimativa 2021)	População estimada (N.º) por Local de residência (2021, aplicação da metodologia Hamilton-Perry), por grupo etário																			
	HM																			
	Grupo etário																			
Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos	
FELGUEIRAS	57001	2352	2672	2563	3224	3739	3594	3460	3629	4085	4526	4601	4659	4073	3276	2445	1755	1286	730	332
Aião	779	37	39	35	47	32	59	44	47	61	39	58	53	71	52	38	22	24	16	4
Airões	2286	93	109	97	125	127	149	126	118	159	162	184	178	147	164	123	89	69	50	17
Borba de Godim	2263	93	97	91	133	151	143	122	132	151	192	209	162	148	116	108	79	74	38	23
Caramos	1691	65	68	74	91	105	104	90	111	118	159	142	152	117	104	79	53	28	21	11
Friande	1937	77	113	87	154	135	107	104	147	158	165	168	148	125	98	64	49	29	6	4
Idães	2424	106	130	117	151	158	170	146	169	166	202	199	190	175	128	85	65	35	23	7
Jagueiros	1073	43	50	39	57	73	61	58	48	62	104	102	97	71	51	52	49	29	22	7
Lagares	2069	68	97	73	110	138	124	123	133	132	165	155	179	175	124	111	79	56	27	4
Lordelo	339	10	18	16	24	20	20	21	24	30	32	25	18	18	25	11	14	7	4	1
Macieira da Lixa	1800	55	79	63	84	90	106	119	115	135	110	140	160	152	112	117	61	63	28	14
Moure	1425	63	69	61	85	96	101	68	101	127	129	136	99	82	77	45	35	33	7	9
Pedreira	1384	58	61	59	76	98	73	91	68	92	104	114	119	125	87	72	33	24	17	14
Penacova	1095	40	53	41	60	73	63	76	67	63	108	84	114	77	62	38	32	11	1	1
Pinhoeiro	1046	47	63	57	72	49	58	65	80	70	84	78	78	83	55	32	43	15	14	4
Pombeiro de Ribarizela	2202	97	98	102	122	136	138	149	152	150	173	182	184	165	113	88	50	61	28	14
Rande	972	34	42	35	62	59	59	74	42	103	83	93	76	53	67	33	31	14	10	2
Refontoura	1377	83	119	89	131	138	156	117	146	129	158	164	176	164	143	74	53	49	27	14
Regilde	1377	64	58	70	63	92	87	78	83	86	115	99	106	130	82	58	40	34	11	21
Revinhade	778	30	39	30	47	52	50	56	65	48	65	64	77	63	36	21	18	9	5	4
Margaride (Santa Eulália)	9502	408	418	407	503	663	701	590	615	698	701	748	755	603	570	411	273	230	150	56
Santão	670	27	20	32	28	56	29	27	36	37	59	52	57	52	46	46	38	18	9	1
Vizela (São Jorge)	553	31	20	29	26	36	37	32	28	43	38	46	37	31	32	36	34	14	3	1
Sandim	1444	61	60	71	79	96	73	88	89	101	120	108	130	119	92	72	39	20	16	10
Sernande	959	40	58	48	64	62	68	65	73	85	63	84	63	72	35	27	20	19	9	5
Sousa	1080	45	54	47	56	70	85	75	62	69	83	115	79	62	58	46	36	18	9	10
Torradós	2134	91	88	108	105	156	117	125	132	144	180	174	178	194	132	84	53	42	22	8
Unhão	712	23	37	26	41	51	36	37	46	47	55	49	69	44	49	39	23	9	4	4
Várzea	3249	135	162	186	215	188	179	208	233	268	231	245	268	210	166	122	95	67	34	14
Varzela	1645	62	67	67	69	118	104	115	79	105	92	144	160	134	123	60	65	37	29	14
Vila Cova da Lixa	4493	199	202	225	250	312	256	282	311	358	402	305	364	298	219	198	131	100	53	28
Vila Fria	575	29	26	32	32	40	31	31	38	28	69	44	38	42	29	27	16	11	10	3
Vila Verde	911	38	40	35	62	68	50	56	40	64	84	92	95	70	32	28	32	13	9	2

Fonte: DUOA, com base nos Censos 2001 e 2011

Figura 35 – Pirâmide etária do Concelho em 2021 (projeção).

Fonte: DUOA, com base nos Censos 2001 e 2011

Esta projeção reforça as tendências que são desde já verificáveis: a população, no total, tende a diminuir; acentua-se o estreitamento da base, em vista da diminuição da natalidade; alargamento do topo, em vista do envelhecimento da população e do aumento da esperança de vida; aumenta o número de classes ocas, em particular nos homens.

Os padrões geográficos de distribuição pelo território não sofrem alterações muito significativas. Sublinha-se, no entanto, que a validade desta projeção depende da manutenção das tendências dos últimos anos, seja quanto a migrações, seja quanto à diminuição da natalidade e aumento de esperança de vida.

II.3.1.4 Mobilidade

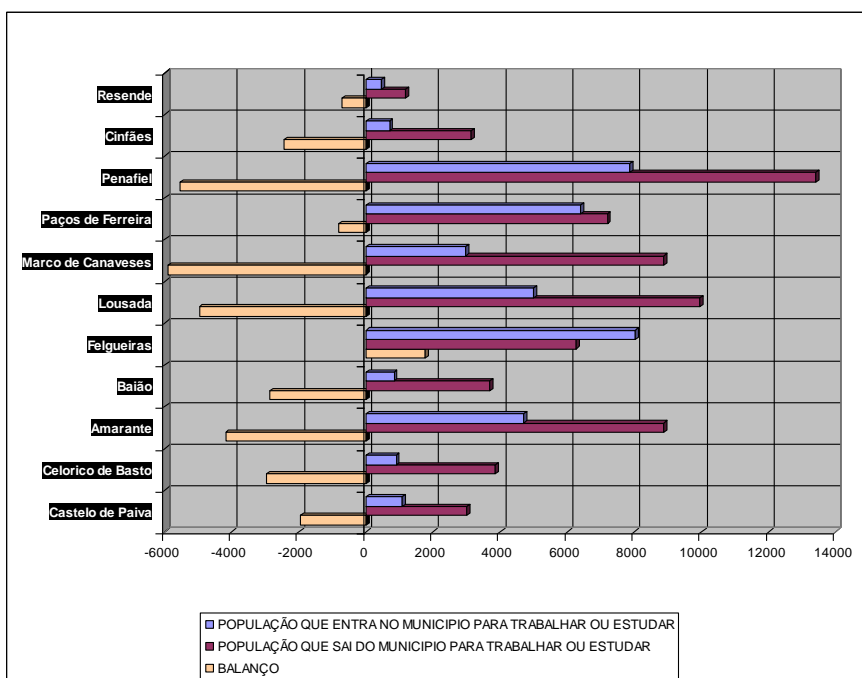
Em 2011, o Concelho de Felgueiras constituía-se como um exemplo de território polarizador no que se refere ao emprego, sendo “importador” de mão-de-obra, como comprovado pelos dados censitários.

De facto, o balanço entre trabalhadores e estudantes residentes noutros concelhos a exercer em Felgueiras e os trabalhadores e estudantes residentes em Felgueiras e a exercer noutros concelhos era favorável, apresentando um saldo positivo de 1.779 indivíduos.

Não será demais realçar que Felgueiras é o único concelho da CIM-TS a apresentar este saldo positivo, como se constata no quadro e gráfico seguintes.

Figura 36 – Balanço de entradas e saídas de trabalhadores e estudantes nos concelhos da CIM-TS, em 2011.

MUNICIPIO	POPULAÇÃO QUE ENTRA NO MUNICIPIO PARA TRABALHAR OU ESTUDAR			POPULAÇÃO QUE SAI DO MUNICIPIO PARA TRABALHAR OU ESTUDAR			BALANÇO
	HM	H	M	HM	H	M	
Castelo de Paiva	1079	540	539	3015	2232	783	-1936
Celorico de Basto	905	493	412	3866	2388	1478	-2961
Amarante	4698	2912	1786	8877	5411	3466	-4179
Baião	838	438	400	3688	2733	955	-2850
Felgueiras	8037	4200	3837	6258	3697	2561	1779
Lousada	4996	2398	2598	9957	6312	3645	-4961
Marco de Canaveses	2960	1721	1239	8865	6562	2303	-5905
Paços de Ferreira	6399	3530	2869	7193	3985	3208	-794
Penafiel	7865	3900	3965	13402	8989	4413	-5537
Cinfães	709	383	326	3136	2394	742	-2427
Resende	467	222	245	1173	836	337	-706



Fonte: INE, Censos 2011

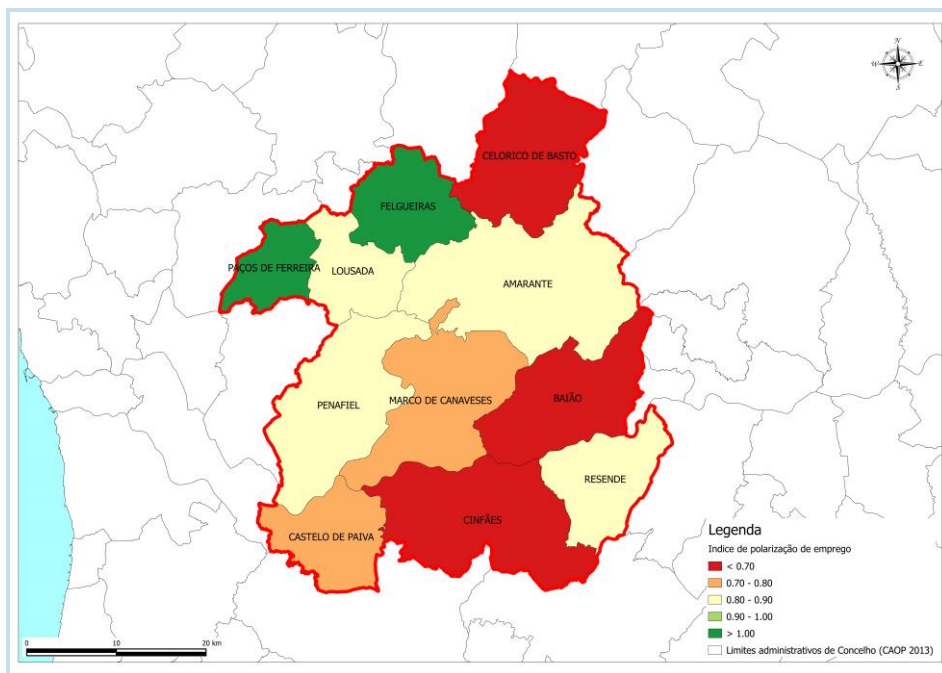
Tendo em conta os dados disponíveis em 2001, será de presumir que se mantenha a tendência de saída do concelho em direção à Área Metropolitana do Porto (em particular dos estudantes) e de entrada maioritariamente de trabalhadores dos concelhos limítrofes.

Embora nem todos estes movimentos impliquem deslocações pendulares casa – emprego, será de crer que, no caso dos trabalhadores, particularmente daqueles que residem nos Concelhos limítrofes, seja muito provável que os movimentos correspondam de facto a deslocações pendulares.

A capacidade empregadora do concelho pode ser também demonstrada através do índice de polarização do emprego (população empregada na unidade territorial / população residente e empregada na unidade territorial), o qual se verifica ser superior aos índices nacional, regional da NUT III, sendo o mais elevado entre os concelhos da CIM-TS.

Figura 37 – Índice de polarização de emprego, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Índice de polarização de emprego (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal
Portugal	0,98
Norte	0,97
Tâmega (NUT III)	0,87
Castelo de Paiva	0,73
Celorico de Basto	0,69
Amarante	0,84
Baião	0,68
Felgueiras	1,08
Lousada	0,83
Marco de Canaveses	0,78
Paços de Ferreira	1,02
Penafiel	0,87
Cinfães	0,67
Resende	0,84



Fonte: INE, Censos 2011

Esta capacidade polarizadora de emprego será determinante para que a duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada (apx. 14 minutos e meio) fosse inferior à duração média destes movimentos na Região (menos 4 minutos que na região Norte e na NUT Tâmega) e no País (menos 6 minutos).

No interior do concelho também se verificam algumas variações, sendo superior à média em algumas freguesias limítrofes (Aião, Borba de Godim, Macieira da Lixa, Vila Cova da Lixa, Vila Verde) e inferior à média em algumas freguesias na vizinhança com forte presença industrial (Torrados, Revinhade, Lagares).

Figura 38 – Duração média dos movimentos pendulares da população por freguesia, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal		
	Período de referência dos dados		
	2011		
Portugal	20,02	Pombeiro de Ribavizela	14,67
Norte	18,28	Rande	15,48
Tâmega (NUT III)	18,53	Refontoura	15,64
Felgueiras	14,55	Regilde	14,32
Aião	18,37	Revinhade	11,97
Airões	14,86	Margaride (Santa Eulália)	14,13
Borba de Godim	16,71	Santão	15,26
Caramos	14,53	Vizela (São Jorge)	14,20
Friande	13,86	Sendim	13,97
Idães	13,99	Sernande	14,97
Jugueiros	15,36	Sousa	13,98
Lagares	12,16	Torrados	11,51
Lordelo	13,74	Unhão	15,66
Macieira da Lixa	16,49	Várzea	14,17
Moure	13,46	Varziela	14,68
Pedreira	15,04	Vila Cova da Lixa	16,67
Penacova	13,06	Vila Fria	15,02
Pinheiro	14,70	Vila Verde	17,49

Fonte: INE, Censos 2011

II.3.1.5 Hierarquia dos aglomerados urbanos

Sendo Felgueiras um território caracterizado pela elevada dispersão, os aglomerados encontram-se também disseminados por parte significativa do território. Estes foram delimitados e hierarquizados ao nível do PDM em vigor, de acordo com os seguintes princípios:

- O aglomerado principal - a Cidade de Felgueiras – foi delimitado pela área que cobria as principais tendências de crescimento da urbe, integrando todas as zonas adjacentes ao núcleo central que formam alguma continuidade entre si, contemplando ao mesmo tempo zonas onde existem consideráveis extensões de solo livre de condicionantes, e portanto apto para a expansão;
- Os aglomerados de 1º nível – a Cidade da Lixa e a Vila de Barrosas - foram delimitados de acordo com critérios idênticos;

- A seleção dos de 2º nível - Serrinha, Airães, Longra, Lagares e Torrados - foi consensual, e a sua delimitação teve também em conta critérios semelhantes;
- Quanto aos aglomerados mais pequenos, optou-se por considerar de 4º nível aqueles que, pela sua reduzida dimensão e pela presença de condicionantes na sua envolvente, não reúnem condições para significativa evolução;
- Os de 3º nível resultam por exclusão de partes, havendo contudo o cuidado de integrar nesta categoria todos os que, não pertencendo a níveis superiores, são considerados lugares centrais ou sede de freguesia.

A Base Georeferenciada da Informação (BGRI), utilizada nas operações censitárias, procura, na medida do possível, adaptar os limites de lugar estatístico aos aglomerados principal, de 1º nível e de 2º nível, com a diferença de o aglomerado de Lagares integrar o perímetro da cidade de Felgueiras (decisão da Câmara Municipal de Felgueiras em 2001).

Desta forma é possível obter informação sobre a situação atual e evolução de algumas variáveis e indicadores fundamentais nestes perímetros.

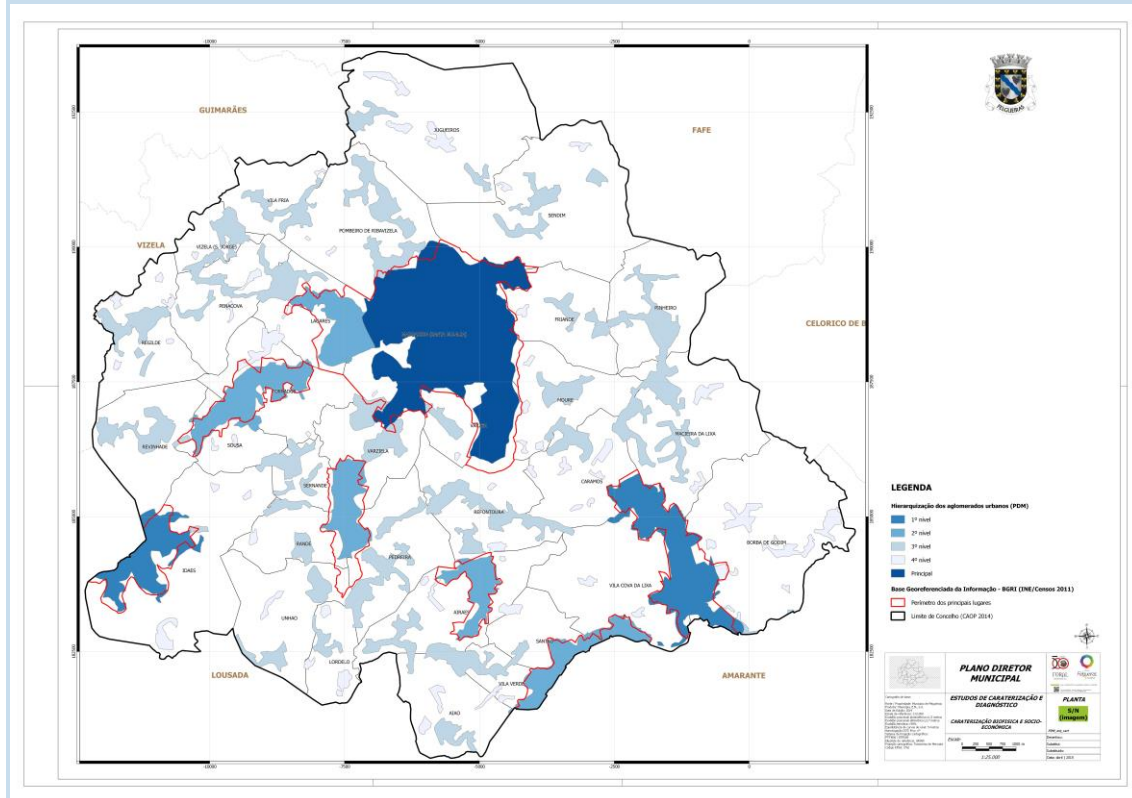
Como se verifica no quadro abaixo, a densidade populacional e a intensidade da ocupação urbana é claramente superior nestes perímetros se comparados com o restante território, em particular nas cidades de Felgueiras e Lixa.

Figura 39 – Principais variáveis nos principais lugares estatísticos, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Área, população residente, edifícios, alojamentos por Local de residência (Lugares Estatísticos à data dos Censos 2011)									
	Área (ha)	% Município	População Residente	% Município	Edifícios	% Município	Alojamentos	% Município	Alojamentos / Edifício	Densidade Populacional (res/ha)
Felgueiras	1013,13	8,75	16094	27,72	3911	21,81	6843	28,15	1,75	15,89
Lixa	257,01	2,22	4944	8,51	1411	7,87	2503	10,30	1,77	19,24
Barrosas	138,08	1,19	1713	2,95	495	2,76	673	2,77	1,36	12,41
Longra	136,88	1,18	1477	2,54	506	2,82	635	2,61	1,25	10,79
Airães	83,10	0,72	1207	2,08	423	2,36	526	2,16	1,24	14,52
Serrinha	92,79	0,80	1536	2,65	561	3,13	686	2,82	1,22	16,55
Torrados/Sousa	145,49	1,26	2646	4,56	716	3,99	1013	4,17	1,41	18,19
Restante Território	9707,52	83,87	28448	48,99	9906	55,25	11430	47,02	1,15	2,93

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 40 – Hierarquização dos aglomerados urbanos de acordo com o PDM em vigor e delimitação dos principais lugares estatísticos, em 2011.



Fonte: INE, Censos 2011 / DUOA, PDM in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.3.2 Atividade Económica

O Concelho apresentava, em 2011, uma taxa de atividade de 51,31% e uma taxa de desemprego de 10,33%.

Significa isto que mais de metade da população com idade superior a 15 anos se encontrava disponível para o mercado de trabalho, e desses, cerca de 90% encontrava-se efetivamente empregado.

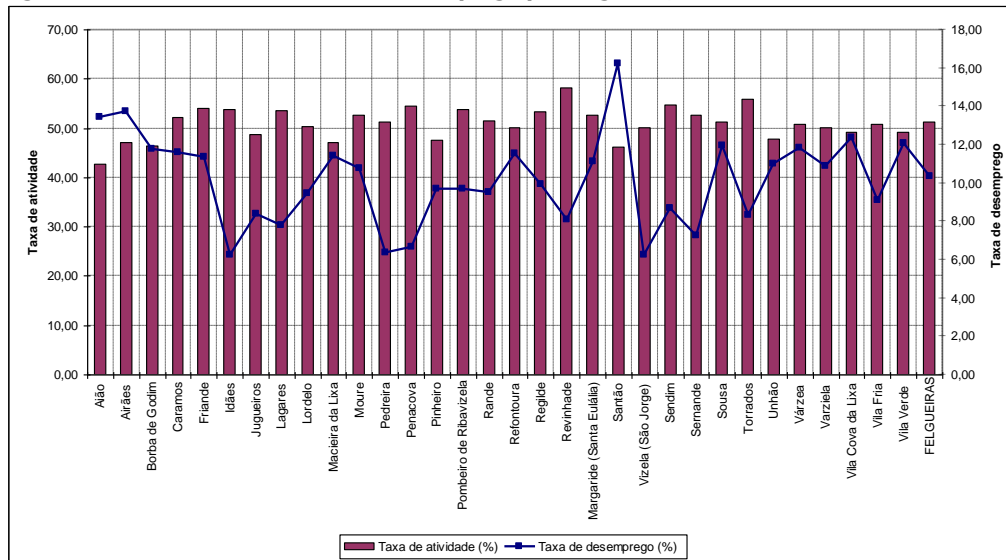
Estes valores são superiores às médias nacional e regional no caso da taxa de atividade (47,56% em Portugal; 47,59% na região Norte; 46,57% na NUT Tâmega) e inferiores no caso da taxa de desemprego (47,56% em Portugal; 47,59% na região Norte; 46,57% na NUT Tâmega).

Isto devia-se, em grande medida, por um lado às consequências da pirâmide etária do Concelho, na qual a população em idade ativa representava cerca de 70% da população total, e por outro à pujança do setor industrial, muito em particular na fileira do calçado, como se verá adiante.

As assimetrias no território municipal não serão muito relevantes sendo que, no caso da taxa de atividade, se salientam as freguesias de Revinhade, Torrados e Sendim (superior a 55%) e, em

sentido contrário Aião, Airões, Macieira da Lixa, Pinheiro, Santão e Unhão (inferior a 48%). Quanta à taxa de desemprego, salientam-se as freguesias de Idães, Vizela (S. Jorge), Pedreira e Penacova (inferior a 7%) e, em sentido contrário, Santão (superior a 16%).

Figura 41 – Taxas de atividade e de desemprego por freguesia, em 2011.



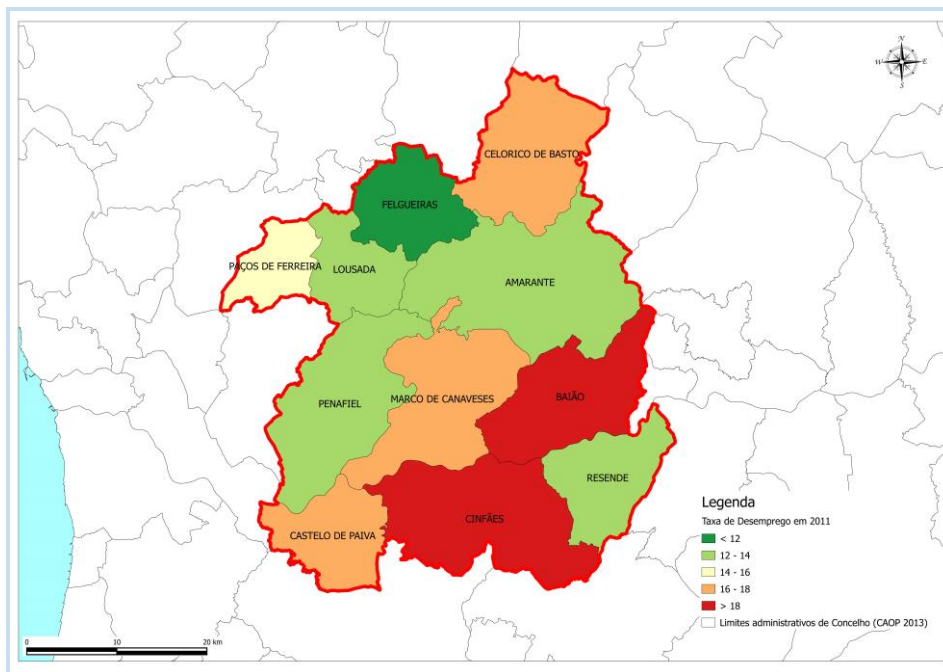
Fonte: INE, Censos 2011

Analisados os dados referentes ao concelho, à luz dos quadros nacional e regional, constata-se que a taxa de desemprego global é menor do que a taxa verificada em Portugal e menor em relação às taxas regionais, tanto a da região Norte como da NUT Tâmega, sendo igualmente a menor entre os concelhos constituintes da CIM-TS.

Tal como acontece generalizadamente, também em Felgueiras o desemprego é superior nas mulheres, embora a diferença percentual (1,12%) não seja tão acentuada como nos concelhos com taxas de desemprego mais elevadas.

Figura 42 – Taxa de desemprego comparativa, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de desemprego (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal		
	Período de referência dos dados		
	Sexo		
	HM	H	M
	%	%	%
Portugal	13,18	12,58	13,83
Norte	14,47	12,98	16,13
Tâmega (NUT III)	14,33	11,99	17,31
Castelo de Paiva	17,13	12,39	23,71
Celorico de Basto	16,25	13,48	20,12
Amarante	14,00	9,86	19,33
Baião	19,36	12,65	29,45
Felgueiras	10,33	9,80	10,92
Lousada	13,24	11,96	14,73
Marco de Canaveses	16,31	12,63	21,66
Paços de Ferreira	14,29	13,98	14,67
Penafiel	12,38	10,59	14,63
Cinfães	19,95	15,88	26,93
Resende	13,12	9,37	19,54



Fonte: INE, Censos 2011

Apesar deste cenário aparentemente favorável, será preciso não perder de vista que uma taxa de desemprego superior a 10% dificilmente poderá ser considerada como um valor positivo e que esta taxa, em 2001, era de 3,7%.

Obviamente, o concelho não poderia ser totalmente imune ao cenário generalizado de aumento do desemprego nos anos mais recentes (em 2001, a taxa de desemprego em Portugal era de 6,7%).

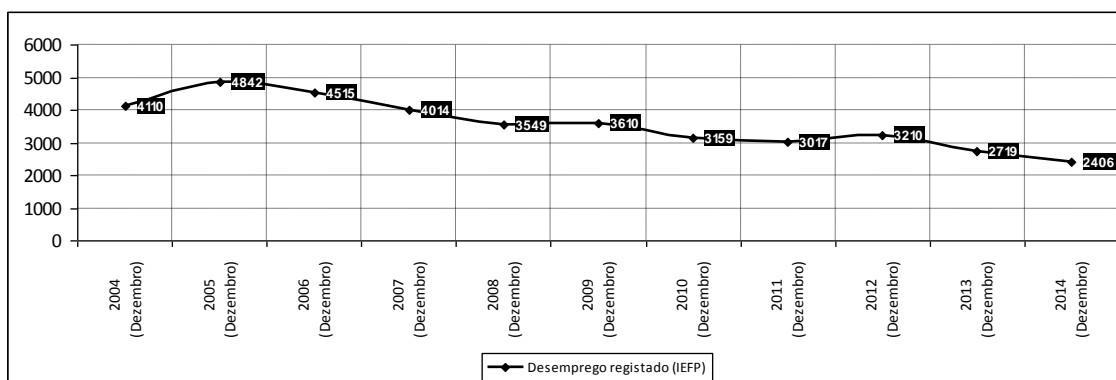
Ainda assim, como se vê, o concelho tem mostrado maior capacidade de resiliência a este fenómeno.

Por outro lado, os dados disponibilizados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) permitem verificar que, após ter atingido um pico em 2005, o número de

desempregados inscritos apresenta uma tendência consolidada para a diminuição, sendo que no final de 2013, desceu abaixo de 3000, fixando-se, em dezembro de 2014, nos 2406 indivíduos.

Figura 43 – Evolução do desemprego registado pelo IEFP.

	GÉNERO		TEMPO DE INSCRIÇÃO		SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO		TOTAL
	H	M	< 1 ano	> 1 ano	1º emprego	Novo emprego	
2004 (Dezembro)	1818	2292	2168	1942	178	3932	4110
2005 (Dezembro)	2156	2686	2381	2461	257	4585	4842
2006 (Dezembro)	1867	2648	1985	2530	386	4129	4515
2007 (Dezembro)	1550	2464	1772	2242	507	3507	4014
2008 (Dezembro)	1391	2158	1773	1776	479	3070	3549
2009 (Dezembro)	1503	2107	1922	1688	346	3264	3610
2010 (Dezembro)	1329	1830	1538	1621	350	2809	3159
2011 (Dezembro)	1393	1624	1725	1292	362	2655	3017
2012 (Dezembro)	1547	1663	1804	1406	408	2802	3210
2013 (Dezembro)	1310	1409	1347	1372	295	2424	2719
2014 (Dezembro)	1206	1200	1187	1219	293	2113	2406



Fonte: IEFP

O grupo etário 35-54 anos é o mais atingido por este fenómeno, constatando-se que assim se tem mantido ao longo do período em análise.

Apesar disto, nos valores registados em dezembro de 2014, o peso relativo deste grupo etário fica abaixo, pela primeira vez, dos 40% do total.

No grupo etário <25 anos, a variação relativa não tem sido relevante (curiosamente é idêntica em dezembro de 2004 e em dezembro de 2014), o que sugere que, apesar da dificuldade para aceder ao 1º emprego, esta não se tem agravado ao longo da última década.

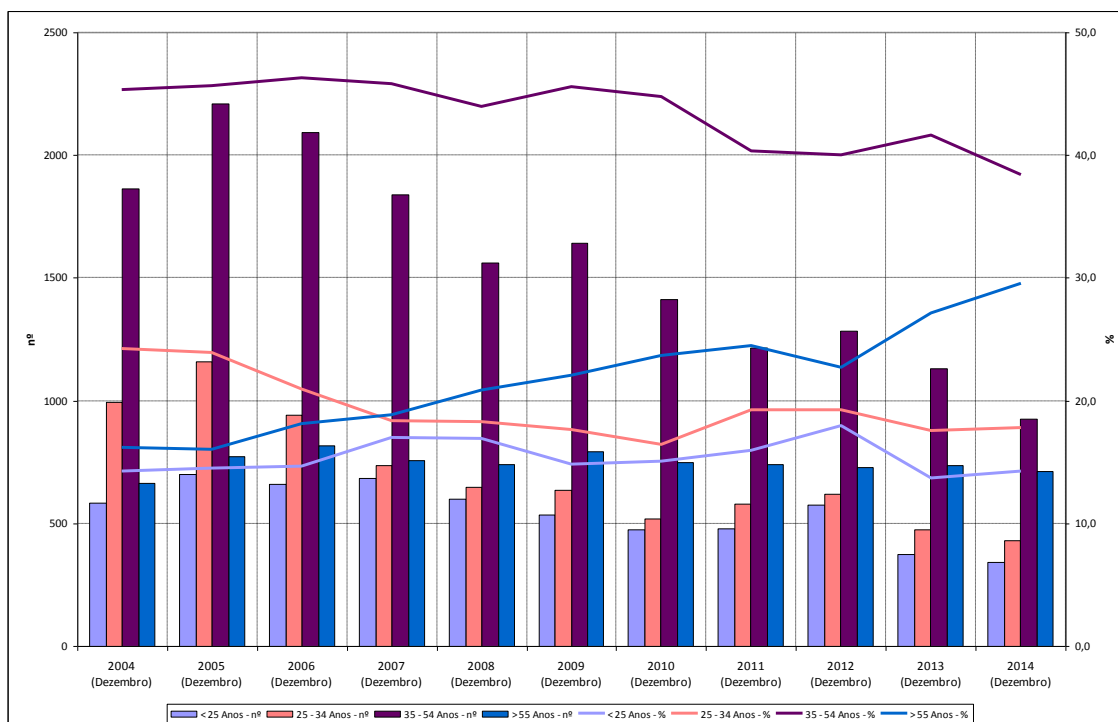
A procura de 1º emprego também se estende ao grupo etário 25-34 anos (particularmente nos indivíduos com formação superior e que se encontram disponíveis para o mercado de trabalho mais tardiamente), verificando-se neste grupo algumas oscilações em termos relativos, mas desde 2006 não atinge 20% do total.

Em sentido contrário, o grupo etário >55 anos tem registado um incremento em termos relativos, atingindo, em dezembro de 2014, quase 30% do total.

Esta situação levanta algumas preocupações uma vez que é conhecida a dificuldade do mercado de trabalho em absorver estes desempregados.

Figura 44 – Evolução do desemprego registado pelo IEFP por grupo etário.

	Grupo Etário < 25 Anos	%	Grupo Etário 25 - 34 Anos	%	Grupo Etário 35 - 54 Anos	%	Grupo Etário > 55 Anos	%	TOTAL
2004 (Dezembro)	585	14,2	996	24,2	1863	45,3	666	16,2	4110
2005 (Dezembro)	700	14,5	1158	23,9	2210	45,6	774	16,0	4842
2006 (Dezembro)	660	14,6	944	20,9	2092	46,3	819	18,1	4515
2007 (Dezembro)	683	17,0	736	18,3	1840	45,8	755	18,8	4014
2008 (Dezembro)	599	16,9	649	18,3	1560	44,0	741	20,9	3549
2009 (Dezembro)	534	14,8	637	17,6	1644	45,5	795	22,0	3610
2010 (Dezembro)	476	15,1	520	16,5	1415	44,8	748	23,7	3159
2011 (Dezembro)	481	15,9	581	19,3	1216	40,3	739	24,5	3017
2012 (Dezembro)	577	18,0	618	19,3	1285	40,0	730	22,7	3210
2013 (Dezembro)	373	13,7	477	17,5	1132	41,6	737	27,1	2719
2014 (Dezembro)	342	14,2	429	17,8	924	38,4	711	29,6	2406



Fonte: IEFP

Como se constatou, a situação global do desemprego no âmbito territorial dos concelhos da CIM-TS diverge em relação a Felgueiras, atingindo proporções bem mais preocupantes.

Neste cenário entendeu a CIM-TS promover o Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), tendo como finalidades criar um espaço de concertação, negociação e informação e envolvimento com a possibilidade dos diferentes atores e interessados partilharem informação e concertarem as diferentes abordagens; desenvolver processos de concertação à escala supramunicipal, reforçando os mecanismos de articulação, cooperação, concertação e comunicação entre as diferentes entidades e atores dos sistemas de educação e formação e do setor empregador; e assegurar intervenções transversais coordenadas nomeadamente, entre outros, nos domínios do combate ao insucesso e abandono escolar, da orientação vocacional, da promoção da formação ao longo da vida, do fomento à colaboração Escola/Entidade Formadora-Empresa, da promoção de uma cultura de empreendedorismo, assim como do suporte ao capital inclusivo da sub-região.

Na fase seguinte do trabalho (Plano de Desenvolvimento Social), as principais conclusões e recomendações do Relatório do PAPE serão oportunamente exploradas e extrapoladas as consequências para o contexto do concelho de Felgueiras.

Focando-se agora a atenção nas atividades económicas empregadoras, constata-se que a atividade predominante no concelho, em 2011, está centrada no setor secundário, e, neste, na indústria transformadora (secção C da Classificação das Atividades Económicas - CAE), mormente por força da fileira do calçado que empregava mais de 60% da população ativa empregada.

No entanto, tendo em conta a evolução registada ao longo dos últimos 30 anos, verifica-se um recuo deste setor face ao setor terciário, o qual cresce de forma quase inversa.

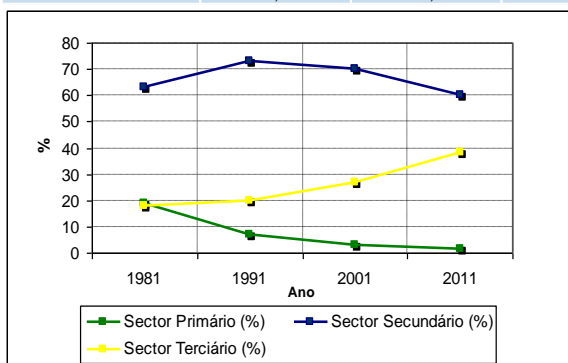
Não será alheia a esta alteração a maior qualificação dos trabalhadores que os habilitará a desempenhar funções igualmente mais qualificadas no setor terciário, quando efetivamente se sabe que o trabalho no setor secundário é, em regra, pouco exigente em termos de qualificação.

No entanto, refira-se também que o crescimento neste setor se centra sobretudo no terciário económico (comércio) e não no setor terciário social (serviços), onde, em regra, as exigências em termos de qualificação são superiores.

Já o sector primário continua em regressão, sendo quase residual, muita embora a agricultura a tempo parcial seja uma atividade com relevância social e económica.

Figura 45 – Evolução da distribuição da população ativa por sector de atividade entre 1981 e 2011.

Ano censitário	Sector Primário (%)	Sector Secundário (%)	Sector Terciário (%)
1981	18,9	63	18,1
1991	6,8	73,1	20,1
2001	3,1	70,1	26,8
2011	1,7	60,1	38,3



Fonte: INE, Censos 1981/1991/2001/2011



Analisados estes dados à escala municipal, verifica-se, de um modo geral, que as freguesias, em 2001, seguiam a tendência global do concelho.

Existem, no entanto, algumas variações relevantes.

No setor primário salienta-se a freguesia de Unhão, em que a percentagem era superior a 7%, consideravelmente mais elevada do que a média do concelho.

No setor secundário, salienta-se o território no vale do Vizela (Vila Fria, Regilde, Vizela S. Jorge) em que a percentagem de trabalhadores empregados era próximo ou superior a 80%.

No pólo oposto, nas freguesias de Margaride, Sousa, Borba de Godim e Vila Cova da Lixa, a percentagem era inferior a 50%.

No setor terciário (social), nas freguesias de Margaride, Vila Cova da Lixa e Borba de Godim, a percentagem de trabalhadores empregados era igual ou superior a 20%.

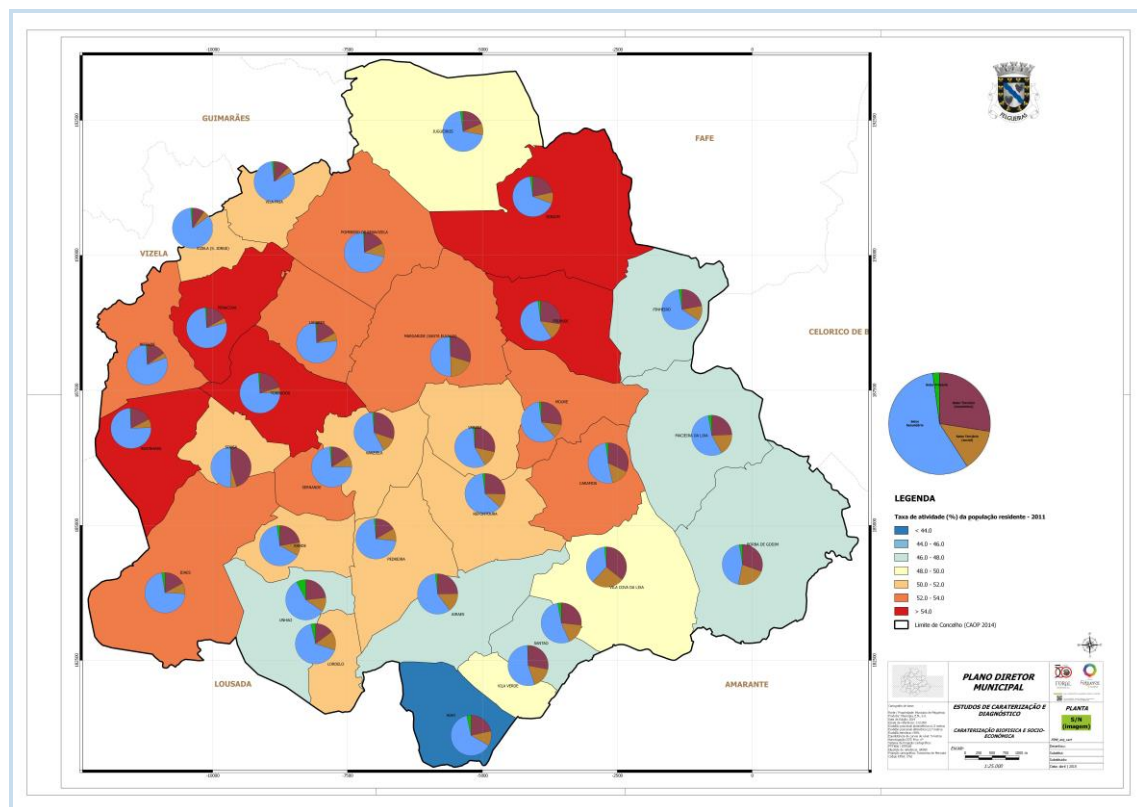
No pólo oposto, nas freguesias de Penacova, Regilde, Sousa, Torrados e Vila Fria, esta percentagem é inferior a 5%.

No setor terciário (económico), destacam-se as freguesias de Borba de Godim, Caramos, Sousa, Varziela e Vila Cova da Lixa com percentagem de trabalhadores empregados superior a 30%.

No pólo oposto, nas freguesias de Lordelo, Vizela (S. Jorge) e Vila Fria, esta percentagem é inferior a 15%.

Figura 46 – Distribuição da população ativa empregada por sector de atividade e freguesia em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Setor de actividade económica								
	HM								
	Setor de actividade económica								
	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário (social)		Setor terciário (económico)	
N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Felgueiras	26716	445	1,67	16051	60,08	3587	13,43	6633	24,83
Aiã	316	11	3,48	200	63,29	37	11,71	68	21,52
Airões	1012	19	1,88	589	58,20	154	15,22	250	24,70
Borba de Godim	961	23	2,39	425	44,22	220	22,89	293	30,49
Caramos	854	18	2,11	438	51,29	125	14,64	273	31,97
Friande	882	19	2,15	503	57,03	118	13,38	242	27,44
Idães	1258	33	2,62	900	71,54	110	8,74	215	17,09
Jugueiros	582	13	2,23	407	69,93	54	9,28	108	18,56
Lagares	1145	11	0,96	866	75,63	74	6,46	194	16,94
Lordelo	163	6	3,68	108	66,26	25	15,34	24	14,72
Maceira da Lixa	818	23	2,81	454	55,50	142	17,36	199	24,33
Moure	621	12	1,93	370	59,58	71	11,43	168	27,05
Pedreira	750	11	1,47	539	71,87	76	10,13	124	16,53
Penacova	576	7	1,22	449	77,95	23	3,99	97	16,84
Pinheiro	449	11	2,45	284	63,25	55	12,25	99	22,05
Pombeiro de Ribavizela	1080	9	0,83	763	70,65	119	11,02	189	17,50
Rande	458	11	2,40	296	64,63	49	10,70	102	22,27
Refontoura	923	19	2,06	564	61,11	107	11,59	233	25,24
Regilde	617	6	0,97	491	79,58	26	4,21	94	15,24
Revinhade	434	3	0,69	325	74,88	30	6,91	76	17,51
Margaride (Santa Eulália)	4520	34	0,75	2240	49,56	904	20,00	1342	29,69
Santão	300	9	3,00	161	53,67	50	16,67	80	26,67
Vizela (São Jorge)	270	4	1,48	226	83,70	14	5,19	26	9,63
Sendim	812	18	2,22	545	67,12	74	9,11	175	21,55
Sernande	460	7	1,52	339	73,70	42	9,13	72	15,65
Sousa	495	3	0,61	243	49,09	24	4,85	225	45,45
Torrados	1216	17	1,40	899	73,93	53	4,36	247	20,31
Unhão	340	26	7,65	196	57,65	39	11,47	79	23,24
Várzea	1279	17	1,33	731	57,15	167	13,06	364	28,46
Varziela	820	11	1,34	465	56,71	97	11,83	247	30,12
Vila Cova da Lixa	1664	27	1,62	607	36,48	436	26,20	594	35,70
Vila Fria	290	5	1,72	236	81,38	13	4,48	36	12,41
Vila Verde	351	2	0,57	192	54,70	59	16,81	98	27,92



Fonte: INE, Censos 2011 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

O universo empresarial sediado no concelho tem um peso regional relevante (12% de todas as empresas sediadas na NUT Tâmega), e a sua distribuição por ramos de atividade relaciona-se, obviamente, com a distribuição da população ativa empregada por setor de atividade, mas também com a dimensão das próprias empresas.

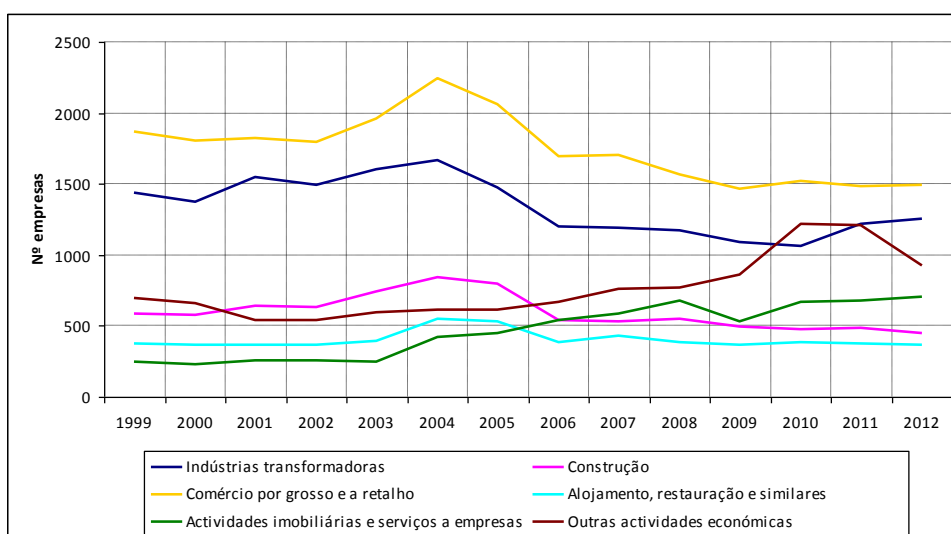
Assim, verifica-se que as empresas do ramo do comércio por grosso e a retalho são as mais numerosas. No entanto, e dado que este não é o setor com maior capacidade empregadora, será de presumir que a maioria destas empresas seja de pequena dimensão, agregando provavelmente, um elevado número de empresários em nome individual.

As empresas do ramo da indústria transformadora ocupam um lugar destacado, mormente por força da dinâmica do *cluster* do calçado.

Realce ainda para a quebra no número de empresas ligadas à construção e para o incremento no número de empresas ligadas aos serviços a empresas.

Figura 47 – Número e evolução das empresas (incluindo empresários em nome individual) sediadas no Concelho, em consonância com a Classificação das Atividades Económicas.⁴

Ano	Indústrias transformadoras	Construção	Comércio por grosso e a retalho	Alojamento, restauração e similares	Actividades imobiliárias e serviços a empresas	Outras actividades económicas	TOTAL
1999	1434	583	1869	373	249	699	5207
2000	1372	577	1805	368	231	660	5013
2001	1544	644	1825	369	252	544	5178
2002	1491	632	1792	362	255	536	5068
2003	1600	740	1964	392	247	595	5538
2004	1668	841	2243	551	423	616	6342
2005	1477	793	2060	527	448	612	5917
2006	1199	539	1692	388	536	669	5023
2007	1186	534	1699	427	587	758	5191
2008	1168	552	1568	385	674	770	5117
2009	1090	499	1469	363	530	858	4809
2010	1065	479	1523	383	668	1216	5067
2011	1222	482	1480	371	678	1212	5180
2012	1253	451	1493	369	706	926	5198



Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2000-2012

⁴ De 2000 a 2003 é utilizada a revisão 2.0 da CAE; de 2004 a 2008 a revisão 2.1 da CAE; de 2009 a 2011 a revisão 3 da CAE.

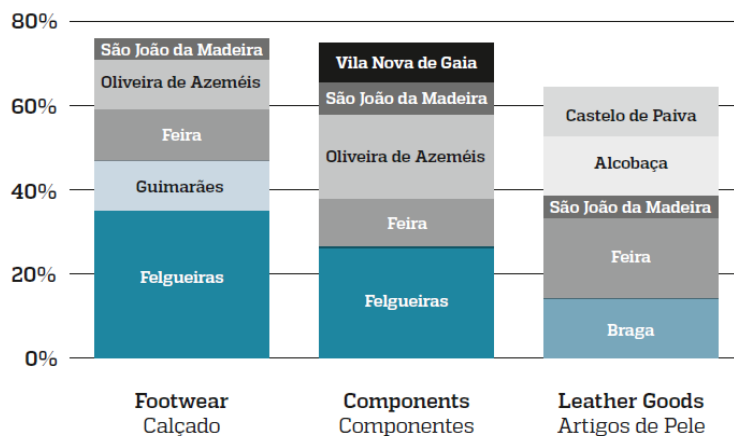
A extraordinária densidade de empresas ligadas ao *cluster* do calçado, a sua forte representatividade à escala nacional aliada à vocação exportadora, constitui uma marca identitária do concelho.

Efetivamente, a análise aos dados disponibilizados pela associação mais representativa do setor, a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APPICAPS), não deixa margem para dúvidas sobre o papel de grande destaque que o concelho desempenha no âmbito do *cluster*.

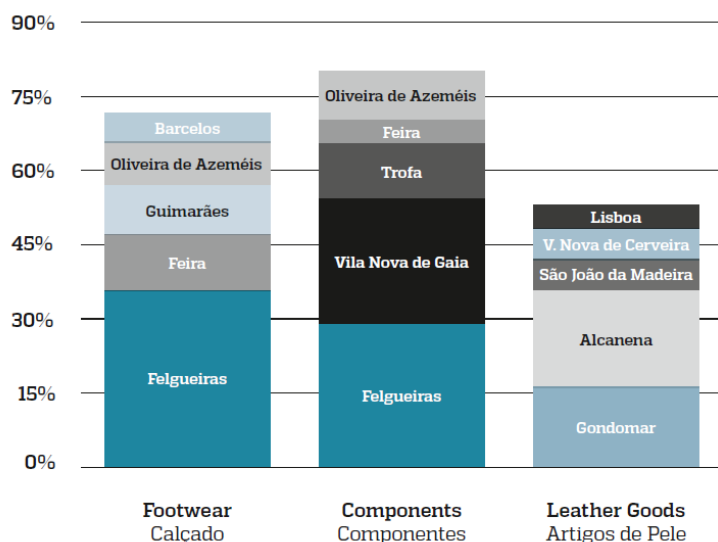
Se a isto acrescentarmos que o calçado dá um contributo fulcral para as contas externas nacionais, sendo a indústria com o saldo comercial mais elevado na economia portuguesa e um dos poucos tipos de produto em que Portugal apresenta saldos positivos relevantes e detém uma excelente taxa de cobertura das importações pelas exportações (cerca de 290%, em 2012), facilmente se conclui que o concelho de Felgueiras tem uma relevância económica que é favoravelmente desproporcionada em relação à sua dimensão física.

Os dados apresentados de seguida foram extraídos da versão mais recente da monografia estatística publicada pela APICCAPS.

Figura 48 – Percentagem dos trabalhadores da indústria do calçado por concelho em relação ao total de trabalhadores - 5 principais concelhos, em 2011.



Fonte: APICCAPS, Monografia Estatística 2013

Figura 49 – Origem das exportações por valor - 5 principais concelhos, em 2012.


Fonte: APICCAPS, Monografia Estatística 2013

Figura 50 – Evolução do valor das exportações por valor do calçado (em cima) e de componentes de calçado (em baixo).

Thousand Euros Milhares de Euros	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Felgueiras	218 553	369 683	422 261	341 108	496 660	577 569	575 838
Santa Maria da Feira	144 939	229 020	241 544	186 914	152 149	162 238	183 506
Guimarães	136 413	137 425	120 698	100 801	137 916	161 421	156 658
Oliveira de Azeméis	63 222	70 682	75 562	68 523	112 507	122 908	143 300
Barcelos	16 047	44 174	63 311	45 058	74 742	82 355	93 639
São João da Madeira	65 445	69 283	73 235	51 315	79 301	89 401	86 105
Vizela	22 618	25 562	16 260	16 002	30 395	39 622	43 352
Vila Nova de Gaia	46 427	78 093	90 222	32 668	39 199	45 192	40 721
Vila Nova de Famalicão	9 619	16 878	24 129	18 915	27 374	29 211	34 516
Maia	20 069	65 577	107 860	656	5 688	18 265	24 153
Outros	83 958	119 918	220 488	361 610	203 208	213 444	226 689
Total Total	827 311	1 228 294	1 455 570	1 223 569	1 359 138	1 541 828	1 608 479

Thousand Euros Milhares de Euros	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Felgueiras	875	1 098	2 820	6 738	10 020	11 172	12 649
Vila Nova de Gaia	10 384	13 540	10 600	7 358	8 526	10 994	11 131
Trofa	0	0	4 514	6 576	5 664	5 999	4 870
Oliveira de Azeméis	975	2 914	2 964	1 192	4 984	4 848	4 361
Santa Maria da Feira	18 734	41 553	44 273	24 808	2 486	2 206	2 139
Maia	260	901	2 631	305	625	1 225	1 458
São João da Madeira	2 283	3 140	1 571	1 389	1 681	1 634	1 215
Over	171	0	174	257	137	179	506
Gondomar	0	0	0	225	2	172	368
Lousada	5 768	5 917	3 540	528	826	1 192	233
Outros	13 470	10 804	10 607	12 763	8 846	5 799	4 866
Total Total	52 919	79 867	83 694	62 139	43 798	45 420	43 798

Fonte: APICCAPS, Monografia Estatística 2013

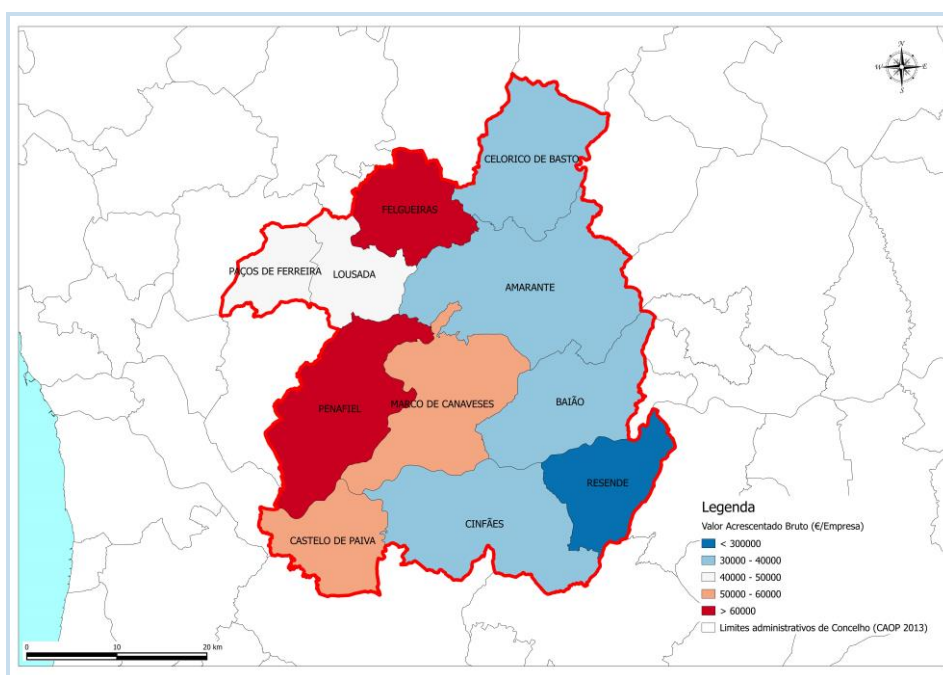
Esta proeminência económica da atividade industrial reflete-se igualmente no valor acrescentado bruto (VAB) das empresas por atividade económica (valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo), verificando-se que, em 2012, as indústrias transformadoras eram responsáveis por 70,7% do VAB total.

Se o VAB total for dividido pelo número total de empresas, verifica-se que o VAB / empresa em Felgueiras, apesar de ligeiramente inferior à média nacional, é claramente superior às médias regionais e destacadamente o maior entre os concelhos que compõem a CIM-TS.

Figura 51 – VAB total e VAB por empresa, em 2012.

Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) em Felgueiras - 2012	
Total	366765932
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1738500
Indústrias extrativas	—
Indústrias transformadoras	259213074
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	—
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	488411
Construção	19107043
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	48986095
Transportes e armazenagem	4867312
Alojamento, restauração e similares	6134898
Atividades de informação e de comunicação	453796
Atividades imobiliárias	2303435
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5801749
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9576579
Educação	716312
Atividades de saúde humana e apoio social	4782293
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	387212
Outras atividades de serviços	1785315

Localização geográfica	2012
	VAB/Empresa € / empresa
Portugal	71481
Norte	59929
Tâmega	47529
Amarante	37518
Baião	30921
Castelo de Paiva	55680
Celorico de Basto	33336
Cinfães	31528
Felgueiras	70559
Lousada	46481
Marco de Canaveses	55803
Paços de Ferreira	47702
Penafiel	60791
Resende	20707



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística



Como foi acima referido, apenas uma pequena parte da população exerce atividade principal no setor primário e, ainda assim, esta parcela encontra-se em regressão permanente.

No entanto, apesar da ideia que possa ser transmitida por estes dados em relação à importância social e económica da atividade agrícola, os dados provenientes do Recenseamento Geral da Agricultura (2009) demonstram que a agricultura é uma atividade de relevante à qual importantes franjas da população dedicam partes do seu esforço e do seu tempo.

Do ponto de vista sociológico, a ligação da população à terra, tirando múltiplos benefícios da prodigalidade desta, constitui, tal como a indústria do calçado, uma importante marca da identidade local.

Bastará uma viagem pelo território municipal para esta realidade ser perceptível, através da verificação da quantidade de solo utilizado para este fim, sendo relativamente pouco comum a existência de campos agrícolas ao abandono.

A expressão desta importância é igualmente perceptível através dos produtos de excelência que aqui são produzidos, com particular enfoque na vitivinicultura e na produção de kiwi.

Os dados apresentados de seguida, extraídos dos recenseamentos agrícolas de 1989, 1999 e 2009, transmitem as ideias fundamentais que importará reter:

- Globalmente, tanto o número de explorações como a superfície agrícola utilizada (SAU) têm diminuído;
- A área média de SAU por exploração tem aumentado, o que sugere alguma tendência para o emparcelamento;
- Menor intensidade de trabalho expresso em UTA por exploração (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia => 1920 horas);
- Em consonância com os resultados censitários, o número de produtores agrícolas singulares tem diminuído e, naturalmente, também a população agrícola familiar (conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor singular, quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração);
- A cultura permanente largamente dominante é a vinha (99% das explorações com culturas permanentes), tendo também alguma relevância os frutos sub-tropicais (kiwi) e os frutos frescos;
- Não se verificam variações muito relevantes entre freguesias nas principais tendências verificadas; no entanto é relevante a diferença do peso da SAU na área total da freguesia, que chega a ser superior a 50% (Vila Fria) e 40% (Vila Cova da Lixa, Santão, Refontoura) e, no pólo oposto, existem freguesias onde este peso não chega a 10% (Pinheiro, Revinhade).



Figura 52 – Distribuição e evolução das explorações, SAU, produtores e população agrícola por freguesia.

FREGUESIA	Nº explorações			Superfície Agrícola Utilizada (SAU) - ha			SAU média por exploração (ha)			Unidade de trabalho ano médio por exploração agrícola (UTA)			Produtores agrícolas singulares			População agrícola		
	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009	1989	1999	2009
Alvão	43	39	33	117	131	87	2,72	3,36	2,64	2,1	1,9	1,3	43	38	32	204	152	94
Alreães	96	75	60	185	207	143	1,93	2,76	2,38	1,8	1,6	1,0	97	71	58	404	291	163
Borba de Godim	117	101	95	316	202	194	2,70	2,00	2,04	1,1	1,8	1,4	118	101	95	484	357	304
Caramos	84	67	59	234	140	129	2,79	2,09	2,19	1,6	1,7	1,4	85	67	58	371	244	164
Friande	76	47	45	183	143	95	2,41	3,04	2,11	1,7	2,1	1,3	76	47	44	350	173	154
Idães	107	67	50	271	211	131	2,53	3,15	2,62	2,1	1,7	1,6	105	64	47	487	288	133
Jugueiros	107	63	52	222	125	99	2,07	1,98	1,90	1,6	1,3	1,3	107	63	52	447	233	140
Lagares	55	32	21	86	60	44	1,56	1,88	2,10	1,5	1,4	1,3	54	31	20	240	124	59
Lordelo	12	13	11	76	57	37	6,33	4,38	3,36	2,2	1,7	1,2	11	12	10	56	40	22
Maceira da Lixa	101	90	59	147	119	93	1,46	1,32	1,58	1,3	1,6	1,3	99	90	59	376	334	178
Moure	67	54	39	157	157	81	2,34	2,91	2,08	2,0	1,6	1,2	66	52	37	280	184	108
Pedreira	78	34	30	121	79	119	1,55	2,32	3,97	1,9	1,7	1,1	78	34	29	287	117	93
Penacova	50	30	22	116	70	48	2,32	2,33	2,18	1,6	2,3	0,9	50	29	22	268	115	62
Pinheiro	52	36	22	109	54	30	2,10	1,50	1,36	1,7	1,4	1,2	52	36	22	220	106	67
Ponteiro	76	43	34	144	101	116	1,89	2,35	3,41	1,5	1,4	1,4	75	43	31	336	180	111
Rande	51	34	23	79	123	51	1,55	3,62	2,22	2,0	1,7	1,4	51	33	23	235	123	72
Refoncoura	83	65	54	177	129	141	2,13	1,98	2,61	1,7	1,5	1,4	83	63	53	333	227	134
Regufe	42	30	15	71	81	45	1,69	2,70	3,00	1,3	1,5	1,1	41	30	15	218	125	30
Revinhade	27	20	11	56	30	22	2,07	1,50	2,00	1,6	1,2	1,1	28	20	11	133	85	31
Margaride	88	55	33	187	182	109	2,13	3,31	3,30	1,7	1,4	1,6	85	52	33	405	203	102
Santaão	63	39	27	125	107	77	1,98	2,74	2,85	2,0	1,8	1,3	63	39	27	263	157	88
Vizela (São Jorge)	21	20	9	36	28	24	1,71	1,40	2,67	1,3	1,0	1,2	21	19	9	97	66	26
Serdim	90	49	39	200	131	85	2,22	2,67	2,18	1,7	2,0	1,3	87	47	39	440	161	101
Sernande	27	20	15	58	49	28	2,15	2,45	1,87	1,3	1,6	1,4	27	20	14	107	70	44
Sousa	33	28	19	56	74	57	1,70	2,64	3,00	1,4	1,9	1,3	33	28	19	149	106	67
Tonradós	71	41	37	119	116	131	1,68	2,83	3,54	1,8	1,5	1,6	71	41	35	320	151	100
Unhão	75	47	50	144	146	132	1,92	3,11	2,64	2,1	1,9	1,6	74	47	47	320	187	162
Várzea	56	41	27	114	104	109	2,04	2,54	4,04	1,6	1,6	2,1	59	40	26	264	144	70
Várzela	75	46	34	147	130	83	1,96	2,83	2,44	1,6	1,7	1,4	75	46	33	318	183	104
Vila Cova da Lixa	124	93	80	351	311	233	2,83	3,34	2,91	1,7	1,7	1,5	124	92	78	540	339	226
Vila Fria	46	28	17	111	47	98	2,41	1,68	5,76	1,5	1,1	1,4	46	28	17	212	100	56
Vila Verde	39	20	14	40	44	42	1,03	2,20	3,00	1,5	1,3	1,0	39	20	14	127	62	33
FELGUEIRAS	2132	1467	1136	4555	3687	2914	2,14	2,51	2,57	1,7	1,6	1,4	2123	1443	1109	9291	5427	3298

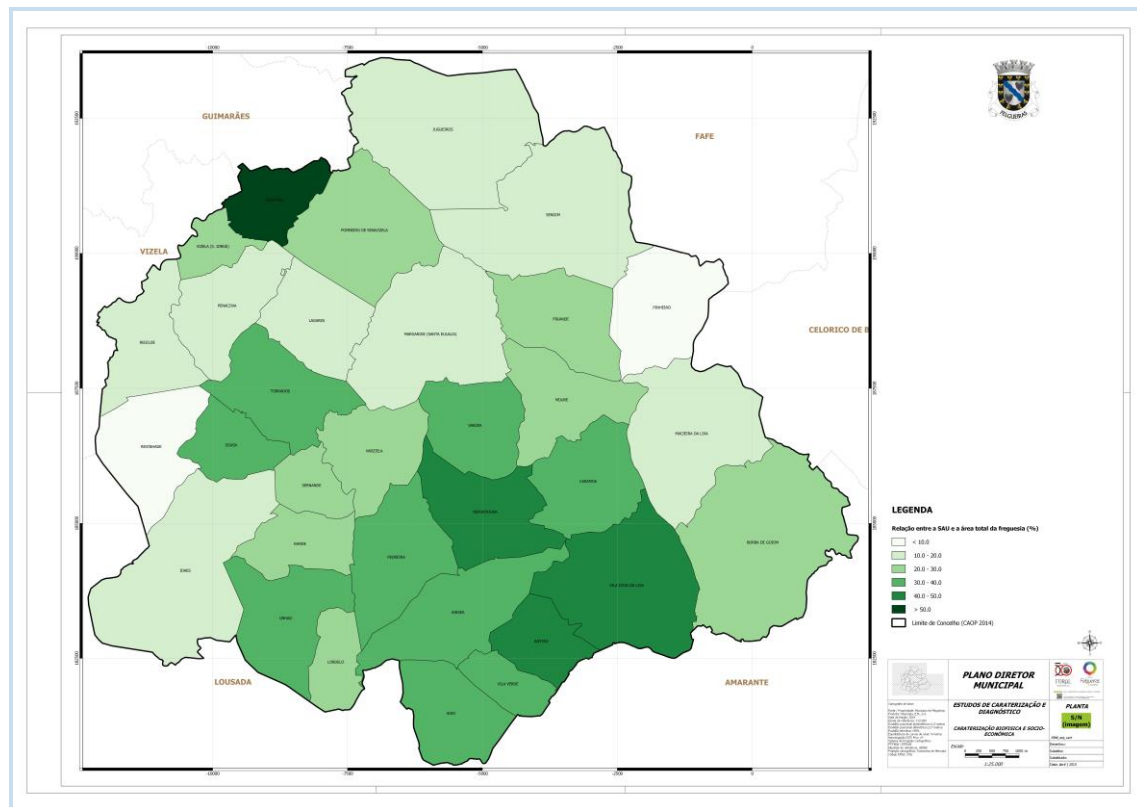
Fonte: INE, RGA 1989/1999/2009

Figura 53 – Explorações agrícolas com culturas permanentes, em 2009.

Localização geográfica (NUTS 2002)	Explorações agrícolas com culturas permanentes (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (culturas permanentes); Decenal							
	Período de referência dos dados							
	2009							
	Tipo (culturas permanentes)							
	Total	Frutos frescos (excepto citrinos)	Citrinos	Frutos subtropicais	Frutos de casca rija	Olival	Vinha	Outras culturas permanentes
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Felgueiras	1091	44	20	48	15	3	1082	
Aiã	32						32	
Airões	58				1		58	
Borba de Godim	93		1	1			93	
Caramos	56	1		2			56	
Friande	44	3	3	1	1	2	44	
Idães	50	2		7			47	
Jugueiros	48			1			48	
Lagares	20			1			20	
Lordelo	8	1	1	1			8	
Macieira da Lixa	59	1	1	2	1		59	
Moure	36			2	1		35	
Pedreira	29	2	1	1		1	29	
Penacova	22	2					22	
Pinheiro	21	1	1	1			20	
Pombeiro de Ribavizela	33	2		2			33	
Rande	22	1		1			22	
Refontoura	51	5	3	3	2		50	
Regilde	15						15	
Revinhade	11		1				11	
Margaride (Santa Eulália)	31	2	1	2	1		31	
Santão	26						26	
Vizela (São Jorge)	7						7	
Sendim	35			2			35	
Sernande	13	1	1				13	
Sousa	17	1	1				17	
Torrados	37	3		6	2		36	
Unhão	48	6	1	3	1		48	
Várzea	27	3	2	5	2		27	
Varziela	33	2	1	1			32	
Vila Cova da Lixa	78	2		2	2		77	
Vila Fria	17	2					17	
Vila Verde	14	1	1	1	1		14	

Fonte: INE, RGA 2009

Figura 54 – Relação entre a SAU e a área total da freguesia, em 2009.



Fonte: INE, RGA 2009 in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.3.3 Condições de Vida

Neste subcapítulo são elencados alguns indicadores que sumarizam genericamente as condições de vida da população, traduzidas nos ganhos auferidos através do trabalho e do poder aquisitivo que estes proporcionam, bem como da proporção de população dependente das prestações do Estado, nomeadamente as pensões da segurança social e o rendimento social de inserção.

Estes indicadores complementam (e estão, obviamente, correlacionados) com a análise efetuada nos subcapítulos anteriores.

Assim, verifica-se que o número de pensionistas da segurança social tem registado um aumento anual constante, seguramente correlacionado com o envelhecimento da população e com o aumento da esperança média de vida, estando, em 2013, registados no concelho 13.209 pensionistas, correspondentes a uma per milagem de 270,94 pensionistas por 1000 indivíduos em idade ativa.

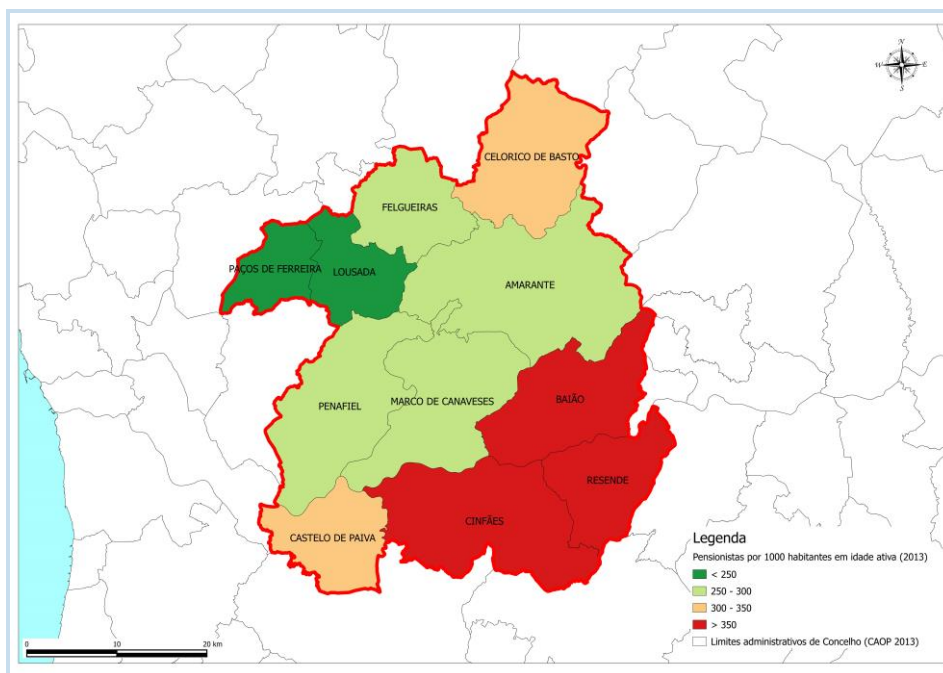
Esta per milagem é inferior às médias nacional e regional e encontra-se no meio-termo em relação aos restantes concelhos da CIM-TS.

Figura 55 – Pensionistas da Segurança Social em números absolutos e relativos.

Local de residência (NUTS - 2002)	Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência; Anual						
	Período de referência dos dados						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	2832875	2866123	2903592	2936130	2979787	3024309	3038268
Norte	927945	942500	957054	971941	989853	1008553	1018027
Tâmega (NUT III)	117229	118560	119910	121709	123621	125906	127141
Amarante	12935	12899	12765	12847	13036	13233	13323
Baião	6438	6431	6445	6388	6336	6284	6235
Castelo de Paiva	4576	4576	4626	4659	4691	4738	4708
Celorico de Basto	6128	6005	5924	5823	5825	5833	5853
Cinfães	6293	6342	6346	6381	6406	6378	6373
Felgueiras	11431	11673	11905	12238	12554	13000	13209
Lousada	8080	8251	8517	8846	9057	9294	9405
Marco de Canaveses	10411	10681	11105	11316	11373	11505	11574
Paços de Ferreira	8830	9103	9396	9773	10161	10570	10809
Penafiel	14066	14220	14308	14450	14848	15184	15471
Resende	3917	3892	3845	3804	3770	3771	3742

Local de residência (NUTS - 2002)	Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual (1)						
	Período de referência dos dados						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	315,16	318,31	321,87	325,18	332,21	338,40	341,17
Norte	294,38	298,15	301,90	306,07	315,45	322,17	325,93
Tâmega (NUT III)	255,95	257,47	259,16	262,07	269,87	274,61	277,18
Amarante	253,27	250,75	246,55	246,96	275,45	279,99	283,17
Baião	367,76	369,96	374,08	374,86	363,24	363,11	363,03
Castelo de Paiva	329,00	329,33	334,06	337,15	335,34	341,21	340,96
Celorico de Basto	365,87	359,39	354,65	349,52	341,76	342,41	343,65
Cinfães	363,07	369,69	374,13	380,59	370,87	373,05	377,66
Felgueiras	240,06	243,30	246,28	251,72	259,26	267,44	270,94
Lousada	212,68	214,60	218,90	225,08	232,61	237,69	239,44
Marco de Canaveses	233,54	237,17	244,09	246,65	257,90	260,59	261,50
Paços de Ferreira	196,54	200,25	204,63	210,75	217,95	224,49	227,72
Penafiel	240,90	242,68	243,48	245,34	248,33	253,84	258,57
Resende	394,66	395,17	394,52	394,03	392,91	398,37	399,74

(1) Os dados da população residente utilizados no cálculo do indicador para 2011 têm por base os valores revistos na sequência da divulgação da nova série de estimativas anuais com base nos resultados definitivos dos Censos 2011, pelo que não são diretamente comparáveis com o dos anos anteriores.



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

Quanto ao valor médio anual das pensões, constata-se que este tem aumentado constantemente, atingindo, em 2013, o valor de 4.068 €/pensionista/ano.

Este valor é claramente inferior à média nacional e da região Norte, encontrando-se em linha com a média da NUT e no meio-termo em relação aos restantes concelhos da CIM-TS.

Este facto poderá ser um reflexo da desqualificação do emprego e dos consequentes baixos rendimentos auferidos ao longo do percurso profissional por uma parte significativa dos trabalhadores.

Figura 56 – Valor médio das pensões da segurança social.

Local de residência (NUTS - 2002)	Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência; Anual						
	Período de referência dos dados						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º	€/ N.º
Portugal	4185	4374	4535	4665	4742	4674	4928
Norte	3946	4121	4274	4388	4447	4419	4612
Tâmega (NUT III)	3498	3645	3772	3854	3902	3926	4042
Amarante	3428	3576	3682	3766	3801	3826	3910
Baião	3556	3699	3814	3867	3903	3901	3996
Castelo de Paiva	3786	3929	4052	4160	4193	4232	4376
Celorico de Basto	3137	3256	3351	3413	3421	3529	3582
Cinfães	3290	3434	3551	3624	3681	3737	3854
Felgueiras	3494	3643	3771	3846	3911	3946	4068
Lousada	3721	3874	3985	4057	4109	4097	4231
Marco de Canaveses	3649	3817	3949	4031	4092	4097	4237
Paços de Ferreira	3495	3636	3751	3826	3878	3925	4010
Penafiel	3712	3878	4056	4171	4219	4214	4387
Resende	3085	3194	3283	3347	3378	3412	3499

Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

Quanto ao Rendimento Social de Inserção, e uma vez que se trata de uma medida de apoio social, será alvo de tratamento desenvolvido no capítulo VII.

Um outro indicador disponível interessante para avaliar as condições de vida da população é a proporção de profissionais socialmente mais valorizados (as chamadas "*profissões nobres*").

Em 2011, esta proporção era claramente mais baixa do que as médias nacional e da região Norte, estando em linha com os valores da NUT e dos restantes concelhos da CIM-TS.

Este dado indicia as debilidades na qualificação e formação da população ativa.

Também internamente no concelho se verifica a existência de assimetrias.

As freguesias de perfil urbano detinham uma maior proporção de profissionais socialmente mais valorizados (em particular Margaride e Vila Cova da Lixa, acima de 20%), enquanto que as freguesias de perfil mais rural ou industrial detinham menor proporção destes profissionais (Vizela S. Jorge, Vila Fria, Torrados, abaixo de 6%).

Figura 57 – Proporção de profissionais socialmente mais valorizados, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Proporção de profissionais socialmente mais valorizados (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)	
	Período de referência dos dados	
	2011	
	%	
Portugal	22,24	
Norte	20,81	
Tâmega (NUT III)	13,59	
Castelo de Paiva	11,19	
Celorico de Basto	12,55	
Amarante	17,53	
Baião	11,31	
Felgueiras	12,37	
Lousada	11,83	
Marco de Canaveses	13,59	
Paços de Ferreira	12,95	
Penafiel	13,76	
Cinfães	13,81	
Resende	14,66	

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Proporção de profissionais socialmente mais valorizados (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)		Local de residência (à data dos Censos 2011)	Proporção de profissionais socialmente mais valorizados (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)	
	Período de referência dos dados			Período de referência dos dados	
	2011			2011	
	%			%	
Felgueiras	12,37				
Aião	7,91		Refontoura	8,56	
Airões	8,70		Regilde	6,32	
Borba de Godim	14,67		Revinhade	11,06	
Caramos	12,30		Margaride (Santa Eulália)	20,29	
Friande	12,59		Santão	19,67	
Idães	9,70		Vizela (São Jorge)	5,56	
Jugueiros	7,56		Sendim	7,64	
Lagares	10,04		Sernande	8,48	
Lordelo	6,75		Sousa	6,67	
Macieira da Lixa	14,79		Torrados	5,59	
Moure	10,63		Unhão	8,82	
Pedreira	7,07		Várzea	12,35	
Penacova	6,08		Varziela	11,59	
Pinheiro	9,80		Vila Cova da Lixa	23,08	
Pombeiro de Ribavizela	10,56		Vila Fria	4,83	
Rande	6,99		Vila Verde	11,11	

Fonte: INE, Censos 2011

Quanto à situação na profissão dos ativos empregados constata-se que o concelho se encontra dentro do padrão expectável face às realidades nacional e regional, verificando-se uma larga prevalência de trabalhadores por conta de outrem (apx. 83%), seguido de empregadores (apx. 10%) e de trabalhadores por conta própria (apx. 6%).

Figura 58 – População empregada por situação na profissão, em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Situação na profissão; Decenal													
	HM													
	Situação na profissão													
	Total		Empregador		Trabalhador por conta própria		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta de outrem		Membro de uma cooperativa de produção		Outra situação	
N.º		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Portugal	4361187		459123	10,53	286090	6,56	24130	0,55	3540336	81,18	2157	0,05	49351	1,13
Norte	1501883		156436	10,42	99550	6,63	9663	0,64	1220150	81,24	805	0,05	15279	1,02
Tâmega (NUT III)	219649		20525	9,34	13973	6,36	1439	0,66	181949	82,84	108	0,05	1655	0,75
Castelo de Paiva	6150		518	8,42	340	5,53	28	0,46	5226	84,98	3	0,05	35	0,57
Celorico de Basto	6890		592	8,59	565	8,20	71	1,03	5623	81,61	3	0,04	36	0,52
Amarante	21590		2124	9,84	1493	6,92	165	0,76	17611	81,57	10	0,05	187	0,87
Baião	6577		521	7,92	447	6,80	39	0,59	5504	83,69	3	0,05	63	0,96
Felgueiras	26716		2599	9,73	1504	5,63	147	0,55	22274	83,37	13	0,05	179	0,67
Lousada	20817		1826	8,77	1147	5,51	108	0,52	17605	84,57	12	0,06	119	0,57
Marco de Canaveses	19806		1818	9,18	1112	5,61	129	0,65	16556	83,59	13	0,07	178	0,90
Paços de Ferreira	24920		2541	10,20	1544	6,20	83	0,33	20540	82,42	14	0,06	198	0,79
Penafiel	29991		2572	8,58	1590	5,30	142	0,47	25484	84,97	10	0,03	193	0,64
Cinfães	6082		574	9,44	537	8,83	111	1,83	4796	78,86	1	0,02	63	1,04
Resende	3396		330	9,72	436	12,84	77	2,27	2505	73,76	4	0,12	44	1,30

Fonte: INE, Censos 2011

Desta forma, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo inteiro com remuneração completa é um indicador que reflete a disponibilidade de rendimento auferido por parte muito significativa da população empregada.

Neste indicador o que se constata é que o ganho médio mensal destes trabalhadores, referido a 2011, era claramente inferior às médias nacional e da região Norte e inferior à da NUT.

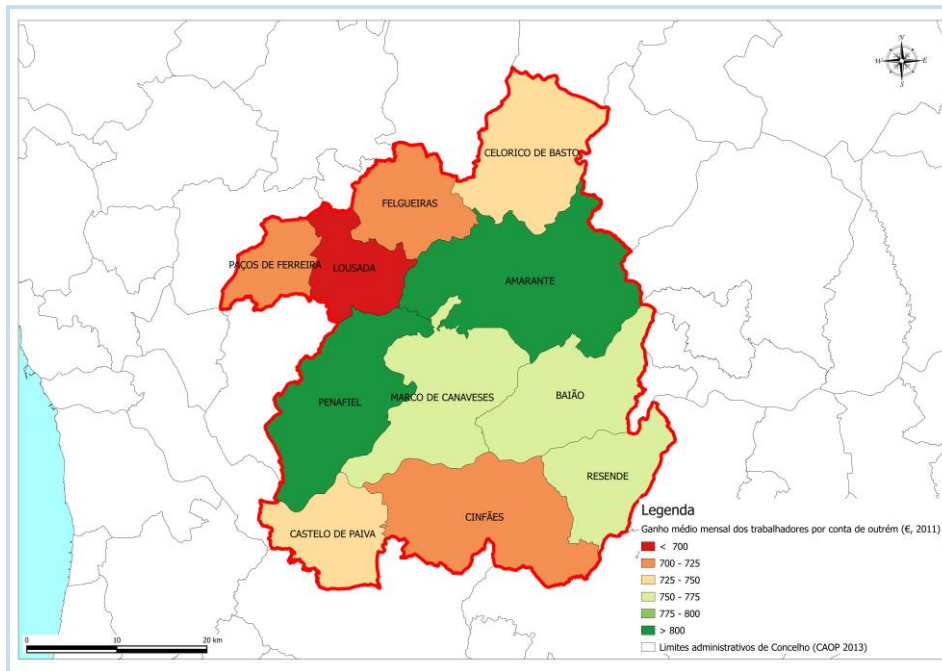
Entre os concelhos da CIM-TS era o segundo valor mais baixo.

Para este facto, deve contribuir as baixas remunerações auferidas na indústria do calçado, em particular pelos trabalhadores menos qualificados.

Figura 59 – Evolução do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual (1)							
	Período de referência dos dados							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	€	€	€	€	€	€	€	€
Portugal	877,46	907,24	933,96	963,28	1008	1034,19	n.a.	n.a.
Norte	751,74	785,18	805,70	832,61	877,26	901,37	940,71	949,08
Tâmega (NUT III)	586,11	614,10	632,11	657,48	692,31	721,97	746,13	753,08
Amarante	644,39	692,65	708,91	722,18	753,86	788,26	851,40	833,69
Baião	541,90	581,46	641,07	662,59	673,17	694,88	745,15	766,89
Castelo de Paiva	586,25	615,36	631,97	665,78	680,95	717,91	720,76	732,58
Celorico de Basto	572,44	581,19	588,48	595,39	631,18	667,12	703,81	733,08
Cinfães	607,71	660,66	673,94	709,24	742,84	730,70	711,10	710,78
Felgueiras	561,89	587,19	591,97	618,96	650,90	673,13	691,10	701,88
Lousada	537,92	570,05	574,74	603,50	645,94	676,40	692,27	688,77
Marco de Canaveses	580,58	613,04	637,07	664,20	699,08	739,64	728,25	757,73
Paços de Ferreira	539,84	553,12	576,77	598,38	640,74	658,40	691,07	705,85
Penafiel	650,93	691,49	711,61	729,26	759,38	801,45	817,53	823,08
Resende	547,42	569,53	604,57	610,90	634,41	673,97	733,33	752,93

(1) Quadros de Pessoal; os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

Em contrapartida, no que se refere ao poder de compra concelhio *per capita*, o concelho apresenta valores bem mais positivos.

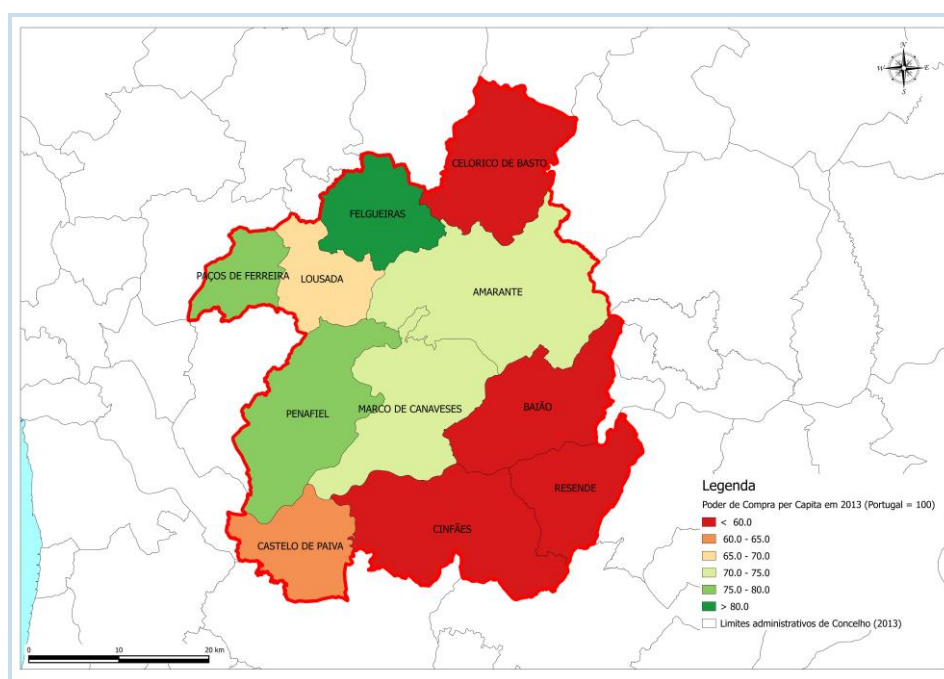
Apesar das oscilações registadas ao longo dos últimos biénios, em 2013, o poder de compra *per capita*, apesar de mais baixo do que os valores nacional e da região Norte, era mais elevado do que a média da NUT e o mais elevado entre os concelhos da CIM-TS, apresentando uma assinalável tendência de convergência.

Esta aparente contradição pode-se explicar porque o poder de compra *per capita* é um indicador compósito de síntese, construído a partir de um conjunto de variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais.

Logo se conclui, que apesar do baixo ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, outras variáveis contribuem para “compensar” e reposicionar o concelho e a sua população neste importante indicador de qualidade de vida.

Figura 60 – Evolução do poder de compra per capita.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Poder de compra per capita por Localização geográfica; Bienal				
	Período de referência dos dados				
	2005	2007	2009	2011	2013
Portugal	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	85,45	86,24	87,64	89,22	92,03
Tâmega (NUT III)	61,57	61,34	63,48	67,15	71,51
Amarante	60,97	61,55	63,53	69,09	73,18
Baião	49,26	50,45	51,51	52,63	59,40
Castelo de Paiva	56,20	54,29	55,61	58,90	63,60
Celorico de Basto	48,50	47,55	47,73	49,83	56,64
Cinfães	48,29	49,30	49,35	49,87	56,54
Felgueiras	80,86	66,34	66,96	73,63	80,30
Lousada	58,00	59,11	64,04	64,55	69,33
Marco de Canaveses	60,20	61,56	63,23	70,52	73,24
Paços de Ferreira	62,88	66,29	70,56	71,62	75,17
Penafiel	62,68	67,90	68,96	69,56	75,65
Resende	47,25	47,95	49,43	54,67	59,11



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

II.3.4 Habitação

Em complemento aos subcapítulos anteriores, a caracterização do parque habitacional do concelho é importante aferidor no que se refere às dinâmicas económica e demográfica do concelho, bem como em relação às efetivas condições de vida da população residente.

Assim, neste subcapítulo são apresentados os dados de maior relevância que se podem extrair, no que a esta temática respeita, a partir dos resultados do Censos 2011.

Também a partir destes resultados, o INE constituiu a 1ª versão da Base Geográfica de Edifícios, a qual integra um vasto conjunto de informação georreferenciada de natureza pontual que permite caracterizar, de forma genérica, as edificações (desde que, ainda que parcialmente, destinadas funcionalmente a habitação) existentes num determinado território.



Assim, e no caso de Felgueiras, as tabelas e cartogramas das páginas seguintes refletem as linhas fundamentais da caracterização de edifícios e alojamentos, obtida através das fontes acima referidas:

- Do total de alojamentos, cerca de 78% são utilizados como residência habitual, e destes 58% encontram-se em edifícios exclusivamente residenciais com apenas 1 alojamento (moradias familiares), sendo portanto esta a tipologia mais corrente.
- Os edifícios de habitação coletiva com 3 ou mais alojamentos contêm cerca de 21% do total de alojamentos em edifícios principalmente residenciais e concentram-se sobretudo nos principais aglomerados.
- Os alojamentos de uso secundário ou sazonal (cerca de 10% do total de alojamentos) e os alojamentos vagos (cerca de 12% do total de alojamentos) constituem uma parcela relevante e, particularmente os segundos, revelam algum desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado imobiliário.
- Compaginável com o ponto anterior é o facto de quase 20% dos edifícios não ter qualquer residente.
- O regime de ocupação dos alojamentos familiares de residência habitual mais comum é os respetivos residentes serem proprietários ou coproprietários dos mesmos (cerca de 67%).
- Quanto à época de construção dos edifícios e alojamentos, as décadas de 80 e 90 revelam primazia, sendo que, 43% dos alojamentos remontam àquelas décadas. Neste século, constata-se a tendência para o abrandamento do ritmo de construção de novos alojamentos. Ainda será relevante referir que cerca de 24% dos alojamentos foram construídos antes de 1970, e, portanto, a esmagadora maioria antes da plena vigência do RGEU na totalidade do território municipal. A distribuição geográfica dos edifícios por época de construção é razoavelmente homogénea pelo território municipal.
- Ainda assim, da totalidade de alojamentos familiares de residência habitual, cerca de 84% dispõe, cumulativamente, de instalações domiciliárias de água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho, assegurando assim, a este nível, condições mínimas de conforto.
- Da totalidade de alojamentos familiares de residência habitual, 13% encontram-se sobrelotados, e destes, apenas 3% apresentam carência superior a 2 divisões. Estes dados reforçam a ideia expressa no ponto anterior.
- Do conjunto total de edifícios, verifica-se que cerca de 6% necessitam de grandes ou muito grandes reparações, sendo esta realidade particularmente acutilante no centro urbano de Felgueiras e nas áreas circundantes.



Figura 61 – Tipo de alojamento vs. forma de ocupação por freguesia.

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos (Nº) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício; Decenal																	
	Período de referência dos dados																	
	2011																	
Total	Tipo de alojamento face à forma de ocupação e edifício																	
	Nº	Alojamentos familiares	Clássicos	De residência habitual	Em edifícios principalmente residenciais	Com 1 alojamento exclusivamente residencial	Com 1 alojamento parcialmente residencial	Com 2 alojamentos	Com 3 ou mais alojamentos	Em edifícios principalmente residenciais	Uso sazonal ou secundário	Vagos	Não clássicos	Barracas e casas rudimentares de madeira	Outros	Alojamentos coletivos	Estabelecimentos hoteleiros e similares	Convivências
Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Felgueiras	24309	24282	24278	18667	18784	10383	664	3101	4006	103	2470	2841	4	0	4	27	14	13
Aíab	355	355	355	282	282	209	3	47	3	0	38	55	0	0	0	0	0	0
Alfêas	1043	1040	1040	802	802	577	25	121	79	0	126	112	0	0	0	3	2	1
Borba de Godim	1198	1198	1197	816	814	413	34	112	255	2	168	213	1	0	1	0	0	0
Caramos	812	812	812	588	584	389	21	89	85	4	70	144	0	0	0	0	0	0
Frande	726	726	726	564	562	363	10	138	51	2	50	112	0	0	0	0	0	0
Idães	986	995	995	786	784	476	24	133	151	2	85	124	0	0	0	1	1	0
Jugueiros	559	559	558	416	416	276	5	116	19	0	41	101	1	0	1	0	0	0
Lagares	938	937	937	761	760	427	55	206	72	1	77	99	0	0	0	1	0	1
Lordelo	146	145	145	102	102	89	3	10	0	0	24	19	0	0	0	1	0	1
Machreira da Lixa	828	828	828	636	634	503	18	71	42	2	87	105	0	0	0	0	0	0
Moure	529	529	528	422	421	288	23	77	53	1	65	41	1	0	1	0	0	0
Pedreira	628	625	625	489	489	375	0	72	42	0	86	50	0	0	0	3	1	2
Penacova	425	425	425	358	356	221	20	97	18	2	22	45	0	0	0	0	0	0
Pinheiro	488	488	488	331	331	260	10	50	11	0	60	77	0	0	0	0	0	0
Pombeiro de Ribavizela	817	815	815	677	674	402	22	146	104	3	79	59	0	0	0	2	1	1
Rende	385	385	385	321	321	201	11	36	73	0	51	23	0	0	0	0	0	0
Refontoura	745	745	745	620	618	465	21	79	53	2	72	53	0	0	0	0	0	0
Regilde	474	474	474	428	427	227	12	132	56	1	26	20	0	0	0	0	0	0
Revinhade	307	307	307	251	250	162	7	20	61	1	16	40	0	0	0	0	0	0
Margaride (Santa Estilvia)	4307	4298	4296	3304	3282	1070	109	341	1732	52	417	575	0	0	0	11	6	5
Santão	370	370	370	255	253	197	27	20	9	2	69	46	0	0	0	0	0	0
Vizela (São Jorge)	245	244	244	186	186	138	6	37	5	0	26	32	0	0	0	1	1	0
Sendim	636	636	636	509	503	363	9	117	14	6	64	63	0	0	0	0	0	0
Sernande	382	382	382	308	304	211	1	55	37	4	36	38	0	0	0	0	0	0
Sousa	448	448	448	364	362	165	18	124	55	2	33	51	0	0	0	0	0	0
Torrados	881	881	881	737	737	388	22	201	148	0	54	90	0	0	0	0	0	0
Unhã	341	340	340	252	251	165	4	53	9	1	20	68	0	0	0	1	0	1
Várzea	1112	1112	1112	932	922	529	43	152	198	10	98	82	0	0	0	0	0	0
Varzeia	723	722	722	578	578	444	34	73	27	0	65	79	0	0	0	1	1	0
Vila Cova da Lixa	1870	1869	1889	1340	1337	663	57	111	506	3	256	273	0	0	0	1	0	1
Vila Fria	233	232	232	195	195	150	2	28	15	0	19	18	0	0	0	1	1	0
Vila Verde	372	372	371	267	267	189	8	37	23	0	70	34	1	0	1	0	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 62 – Tipos de edifício.

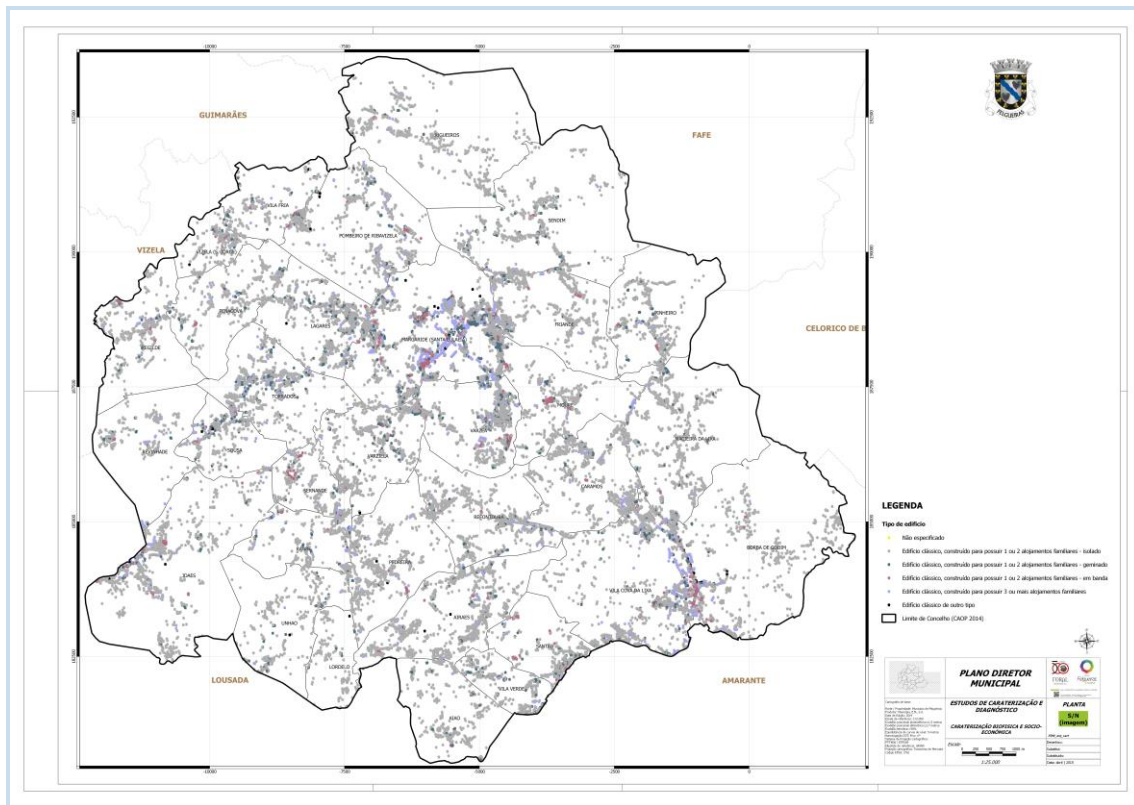
Fonte: INE, BGE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Figura 63 – Utilização dominante dos edifícios.

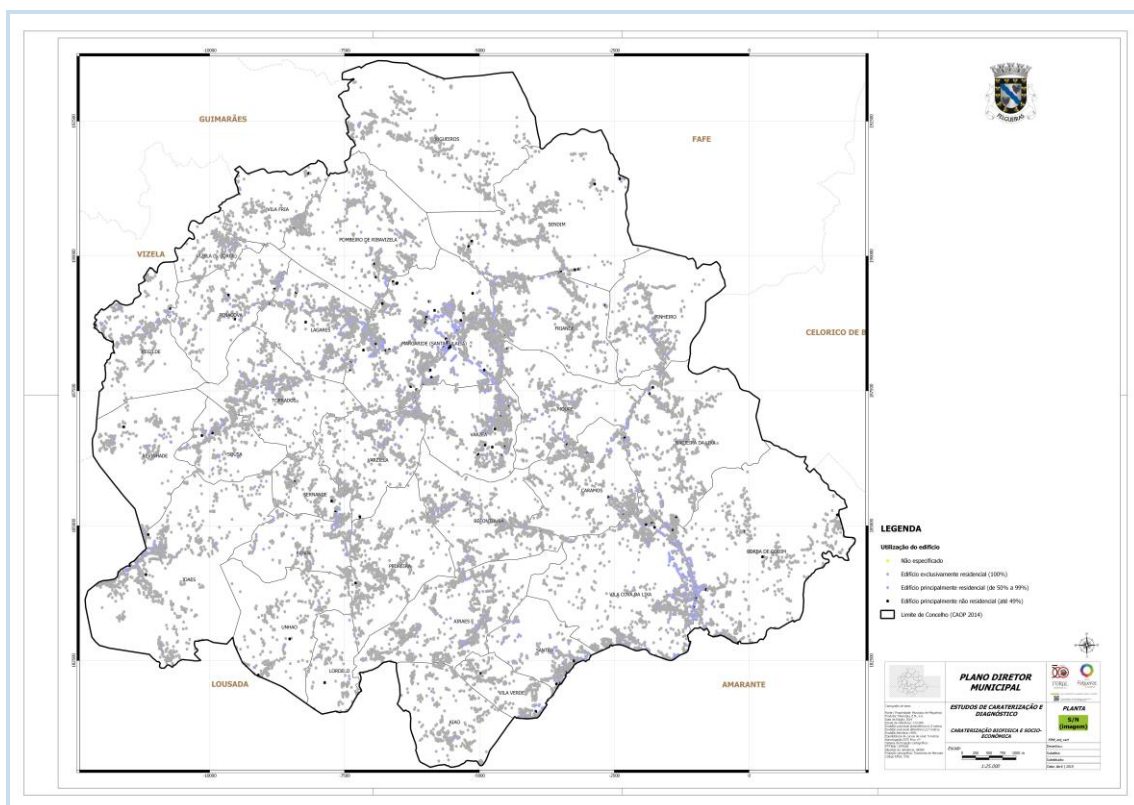
Fonte: INE, BGE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

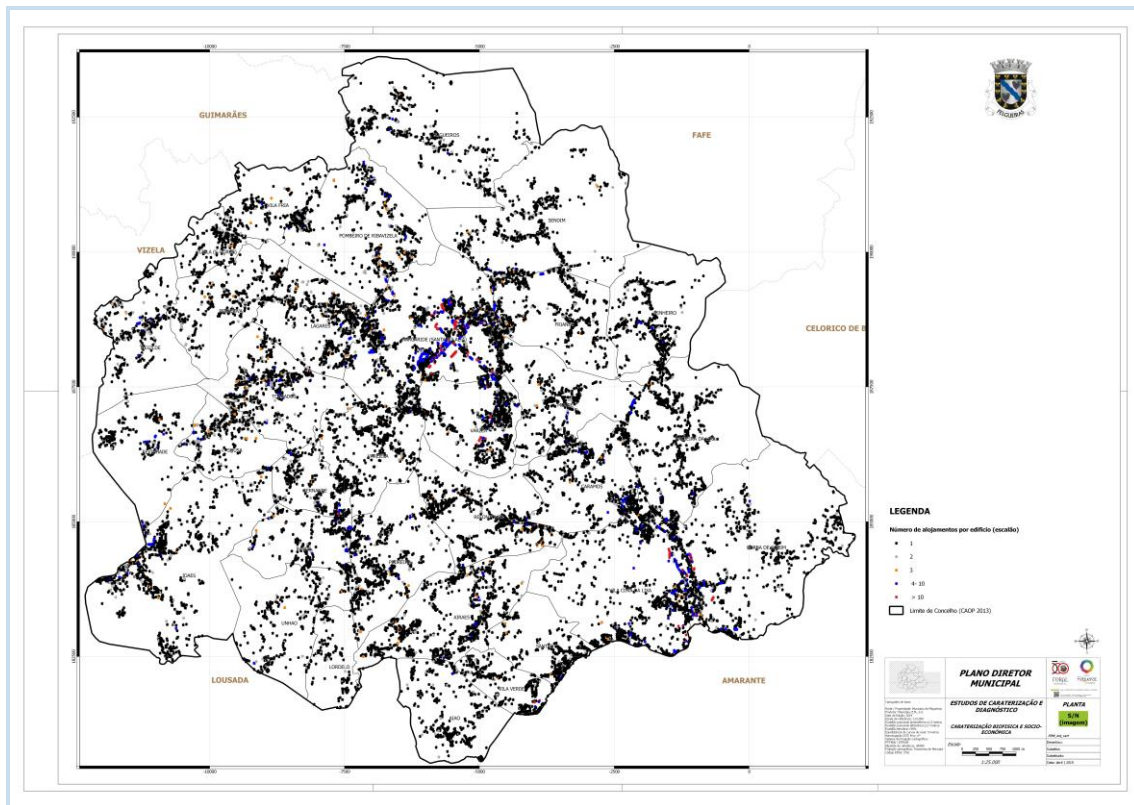
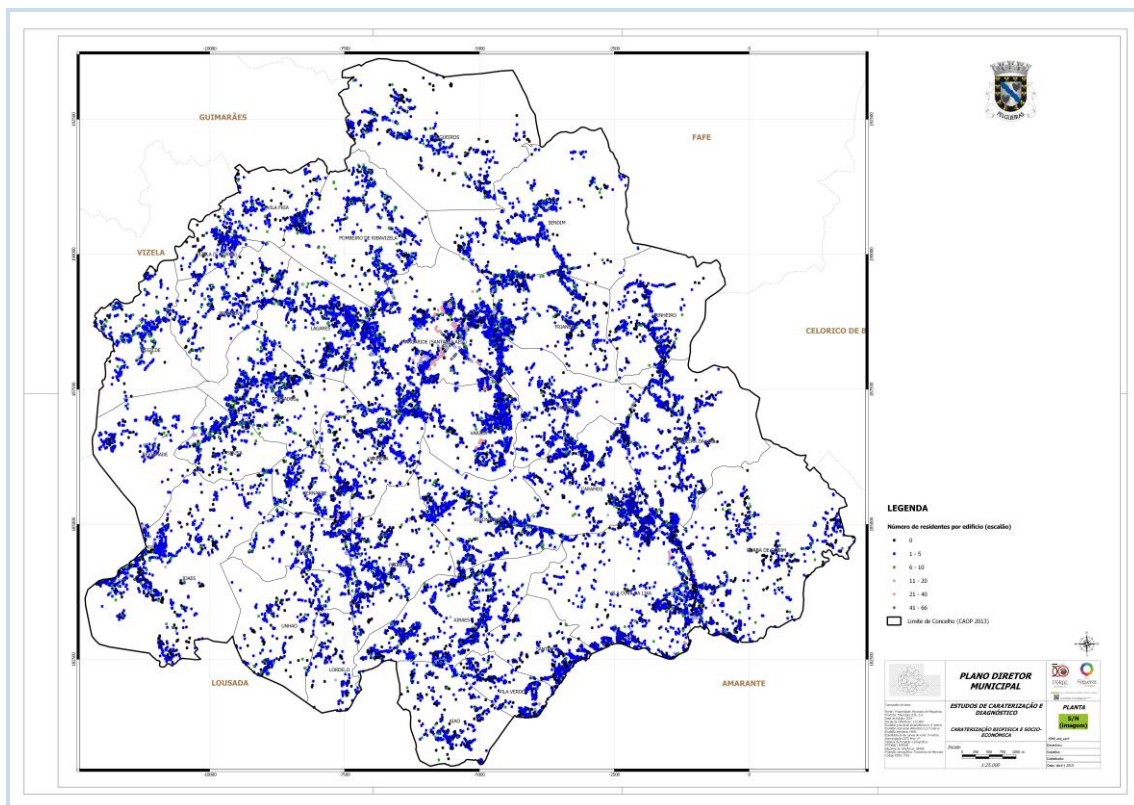
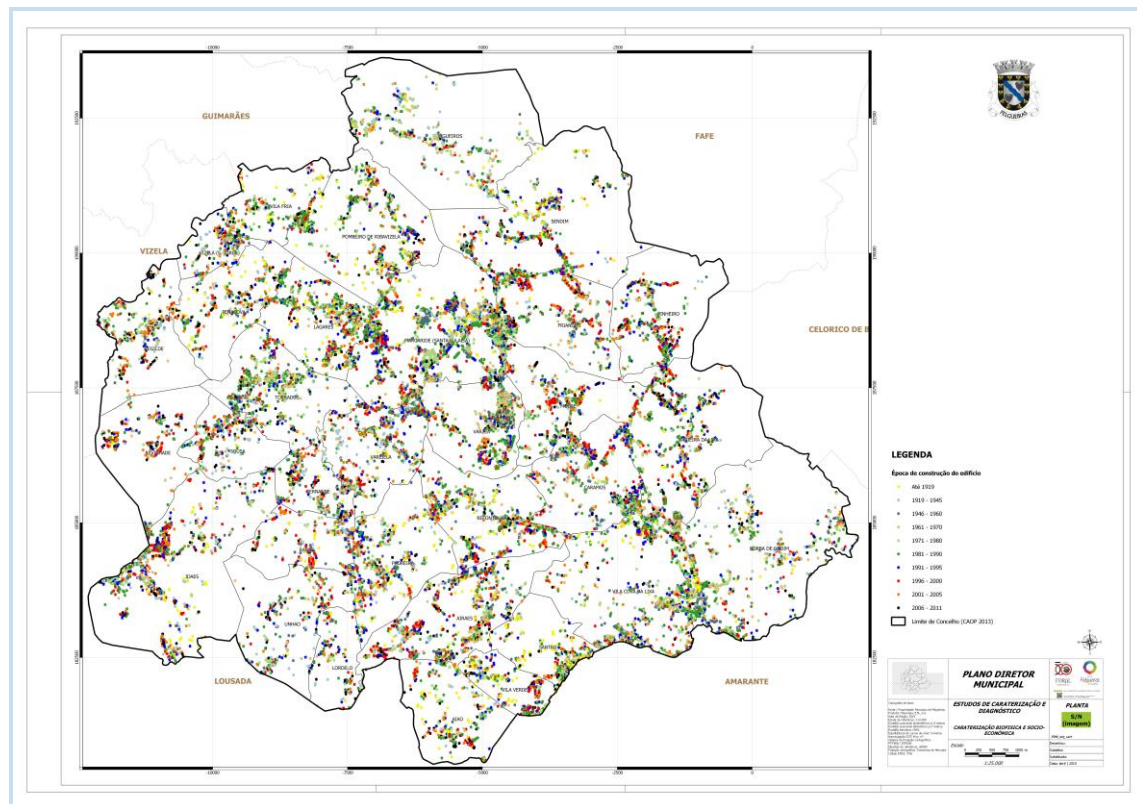
Figura 64 – Número de alojamentos por edifício.Fonte: INE, BGE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal***Figura 65 – Número de residentes por edifício.**Fonte: INE, BGE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Figura 66 – Alojamentos familiares por época de construção.

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares clássicos (Nº) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Forma de ocupação e Época de construção; Decenal										
	Época de construção										
	Total	Até 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 1995	1996 - 2000	2001 - 2005	2006 - 2011
Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Felgueiras	24278	995	1119	1564	2092	3935	5145	2523	2771	2560	1574
Aião	355	36	20	19	31	48	68	25	37	36	35
Airões	1040	39	51	78	118	151	143	93	152	121	94
Borba de Godim	1197	22	71	134	113	197	354	72	86	109	39
Caramos	812	1	10	65	79	131	152	167	122	60	25
Friande	726	4	17	43	69	119	162	83	91	99	39
Idães	995	50	65	65	91	114	160	113	145	107	85
Jugueiros	558	27	90	41	65	164	71	24	34	26	16
Lagares	937	63	33	35	91	162	264	69	73	99	48
Lordele	145	4	11	5	5	21	27	19	14	17	22
Macieira da Lixa	828	24	20	32	93	110	225	78	86	76	84
Moure	528	12	26	27	24	70	107	29	127	67	39
Pedreira	625	63	56	56	66	89	97	54	65	56	23
Penacova	425	49	35	16	26	45	84	36	35	56	43
Pinheiro	468	1	5	9	27	60	120	64	89	57	36
Pombeiro de Ribavizela	815	59	17	41	52	131	200	62	92	89	72
Rande	395	31	36	49	59	21	26	23	104	33	13
Refontoura	745	49	36	57	54	110	156	58	82	88	55
Regilde	474	8	10	19	60	140	48	23	39	67	60
Revinhade	307	4	10	11	7	16	53	37	69	62	38
Margaride (Santa Eulália)	4296	84	116	217	250	810	1017	688	503	399	212
Santão	370	70	14	27	27	61	57	12	33	34	35
Vizela (São Jorge)	244	4	22	11	31	24	54	24	22	32	20
Sendim	636	61	25	24	48	62	155	75	62	73	51
Sernande	382	6	29	28	28	39	64	43	49	51	45
Sousa	448	6	44	58	45	71	56	25	59	39	45
Torrados	881	15	43	67	88	234	231	60	68	28	47
Unhão	340	5	24	23	36	76	50	32	30	27	37
Várzea	1112	4	10	80	121	175	268	131	85	192	46
Varziela	722	18	108	84	59	63	114	81	93	71	31
Vila Cova da Lixa	1869	92	48	106	202	348	413	172	173	232	83
Vila Fria	232	34	3	18	11	42	54	18	13	19	20
Vila Verde	371	50	14	19	16	31	95	33	39	38	36

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 67 – Época de construção dos edifícios.



Fonte: INE, BGE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

**Figura 68 – Alojamento familiares de residência habitual por regime de ocupação.**

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Regime de ocupação; Decenal			
	Período de referência dos dados			
	2011			
	Regime de ocupação			
	Total	É proprietário ou coproprietário	É arrendatário ou subarrendatário	Outras situações
N.º	N.º	N.º	N.º	
Felgueiras	18867	12628	4131	2108
Aião	262	183	58	21
Airões	802	571	148	83
Borba de Godim	816	543	193	80
Caramos	598	405	135	58
Friande	564	387	105	72
Idães	786	554	111	121
Jugueiros	416	248	107	61
Lagares	761	474	185	102
Lordeio	102	80	10	12
Macieira da Lixa	636	481	81	74
Moure	422	308	73	41
Pedreira	489	339	107	43
Penacova	358	228	67	63
Pinheiro	331	240	49	42
Pombeiro de Ribavizela	677	455	140	82
Rande	321	242	54	25
Refontoura	620	441	143	36
Regilde	428	235	139	54
Revinhade	251	196	30	25
Margaride (Santa Eulália)	3304	2116	907	281
Santão	255	176	50	29
Vizela (São Jorge)	186	142	22	22
Sendim	509	351	67	91
Sernande	308	231	47	30
Sousa	364	188	107	69
Torrados	737	419	214	104
Unhão	252	176	33	43
Várzea	932	664	176	92
Varziela	578	404	109	65
Vila Cova da Lixa	1340	839	374	127
Vila Fria	195	119	42	34
Vila Verde	267	193	48	26

Figura 69 – Alojamento familiares de residência habitual por existência de instalações.

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Tipo (alojamento familiar) e Existência de instalações (Água, retrete, banho/duche e aquecimento); Decenal										
	Existência de instalações (Água, retrete, banho/duche e aquecimento)										
	Total	Com água, retrete, sistema de aquecimento e instalação de banho	Com água, retrete, sistema de aquecimento e sem instalação de banho	Com água, retrete e instalação de banho	Com água, retrete e sem instalação de banho	Só água e sistema de aquecimento	Só retrete e sistema de aquecimento	Só retrete	Só água	Só sistema de aquecimento	Sem instalações
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Felgueiras	18871	15905	221	2404	75	31	112	41	13	35	34
Aião	262	208	7	38	0	1	3	1	0	2	2
Airões	802	679	32	79	5	0	1	4	0	2	0
Borba de Godim	817	719	20	58	3	3	6	2	0	5	1
Caramos	598	542	4	45	2	1	4	0	0	0	0
Friande	564	495	1	61	3	0	2	0	0	2	0
Idães	786	639	7	120	3	2	7	3	2	0	3
Jugueiros	417	345	11	50	2	2	1	3	0	2	1
Lagares	761	610	9	121	6	1	1	1	3	5	4
Lordeio	102	73	1	25	0	1	1	0	0	0	1
Macieira da Lixa	636	527	10	59	4	1	34	1	0	0	0
Moure	423	370	1	38	2	3	4	2	0	1	2
Pedreira	489	368	6	100	5	1	6	1	0	1	1
Penacova	358	312	2	37	0	2	4	0	0	1	0
Pinheiro	331	275	8	44	0	0	3	1	0	0	0
Pombeiro de Ribavizela	677	582	15	69	3	1	3	0	0	2	2
Rande	321	250	7	53	3	1	3	4	0	0	0
Refontoura	620	512	7	82	7	1	5	4	0	1	1
Regilde	428	341	2	84	1	0	0	0	0	0	0
Revinhade	251	215	3	31	0	0	0	0	0	1	1
Margaride (Santa Eulália)	3304	2912	15	366	3	2	0	1	2	1	2
Santão	255	207	4	34	2	1	2	1	2	1	1
Vizela (São Jorge)	186	167	1	17	0	0	1	0	0	0	0
Sendim	509	414	7	80	0	2	3	2	0	1	0
Sernande	308	260	1	41	3	0	2	1	0	0	0
Sousa	364	289	3	67	0	0	2	1	0	0	2
Torrados	737	585	5	137	5	0	2	1	0	2	0
Unhão	252	217	3	29	2	0	0	0	0	0	1
Várzea	932	776	5	146	1	0	1	0	1	1	1
Varziela	578	460	13	89	4	1	1	3	2	1	4
Vila Cova da Lixa	1340	1184	5	129	4	2	6	4	0	3	3
Vila Fria	195	144	1	45	1	2	0	0	1	0	1
Vila Verde	268	228	5	30	1	0	4	0	0	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

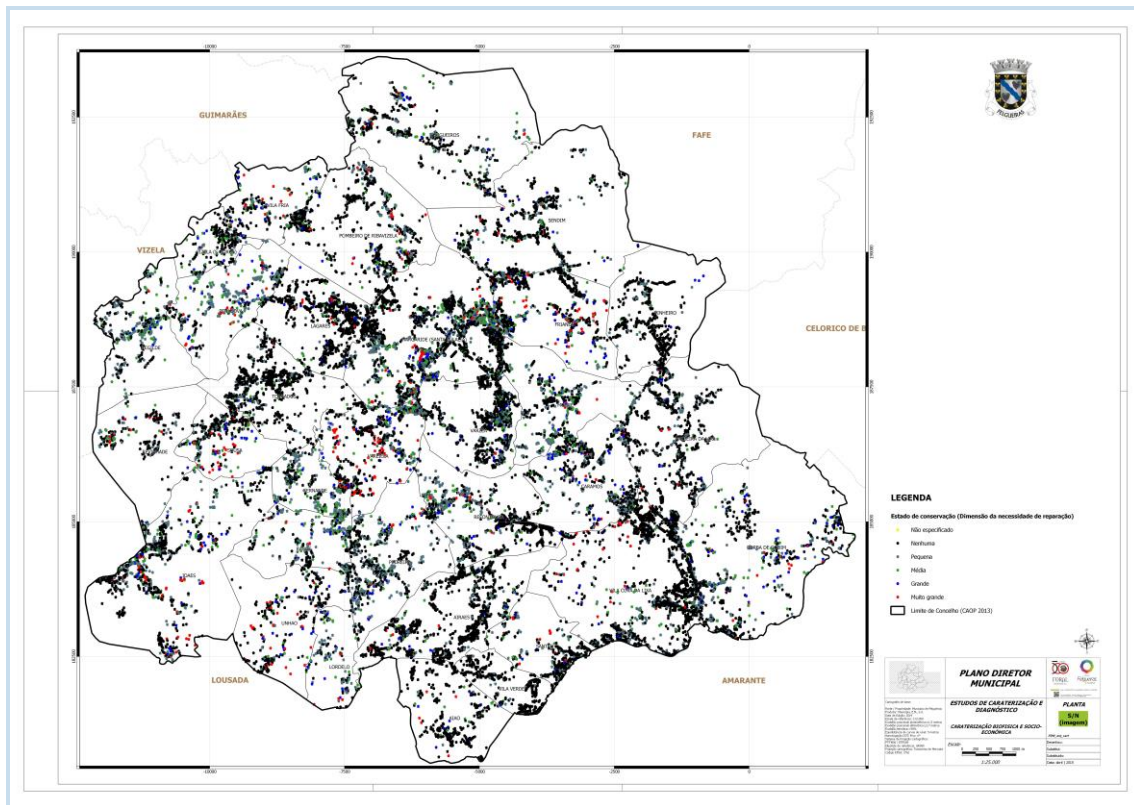
**Figura 70 – Alojamento familiares de residência habitual por lotação.**

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011) e Lotação; Decenal							
	Período de referência dos dados							
	2011							
	Lotação							
	Total	Alojamento sublotado com três ou mais divisões em excesso	Alojamento sublotado com duas divisões em excesso	Alojamento sublotado com uma divisão em excesso	Alojamento sem divisões em falta nem em excesso	Alojamento superlotado com uma divisão em falta	Alojamento superlotado com duas divisões em falta	Alojamento superlotado com três ou mais divisões em falta
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Felgueiras	18867	2967	3385	5240	4875	1902	404	94
Aiã	262	37	43	67	74	31	10	0
Airões	802	138	148	229	191	73	16	7
Borba de Godim	816	129	155	229	204	81	17	1
Caramos	598	83	126	160	159	55	13	2
Friande	564	86	92	163	139	63	14	7
Idães	786	114	143	203	211	94	19	2
Jugueiros	416	49	83	114	100	50	15	5
Lagares	761	114	133	206	208	80	18	2
Lordelo	102	16	17	23	33	9	1	3
Macieira da Lixa	636	137	109	180	144	49	10	7
Moure	422	73	83	118	101	41	6	0
Pedreira	489	82	92	134	134	38	6	3
Penacova	358	42	61	96	96	44	17	2
Pinheiro	331	42	67	85	89	37	9	2
Pombeiro de Ribavizela	677	118	105	168	193	73	19	1
Rande	321	60	66	80	78	30	6	1
Refontoura	620	127	105	172	137	67	10	2
Regilde	428	43	72	126	129	46	10	2
Revinhade	251	33	45	77	64	27	5	0
Margaride (Santa Eulália)	3304	454	601	957	885	339	53	15
Santão	255	62	44	69	52	20	5	3
Vizela (São Jorge)	186	22	45	54	40	23	2	0
Sendim	509	77	88	142	128	56	10	8
Sernande	308	40	56	90	86	28	8	0
Sousa	364	36	60	91	119	45	11	2
Torrados	737	91	118	212	204	83	26	3
Unhão	252	65	33	51	71	27	4	1
Várzea	932	150	187	250	254	73	15	3
Varziela	578	120	108	145	121	66	13	5
Vila Cova da Lixa	1340	255	220	401	330	108	23	3
Vila Fria	195	14	29	65	52	24	9	2
Vila Verde	267	58	51	83	49	22	4	0

Figura 71 – Divisões dos alojamentos familiares de residência habitual por dimensão das famílias.

Localização geográfica (à data dos Censos 2011)	Divisões dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Localização geográfica (à data dos Censos 2011), Dimensão (famílias no alojamento) e Dimensão (família clássica); Decenal									
	Dimensão (família clássica)									
	Total	Com 1 pessoa	Com 2 pessoas	Com 3 pessoas	Com 4 pessoas	Com 5 pessoas	Com 6 pessoas	Com 7 pessoas	Com 8 pessoas	Com 9 ou mais pessoas
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Felgueiras	98832	9293	23304	28408	26023	8007	2710	734	172	181
Aiã	1368	94	326	292	359	230	62	5	0	0
Airões	4218	332	1019	1314	1048	337	136	22	10	0
Borba de Godim	4223	568	1123	1126	958	328	93	27	0	0
Caramos	3191	256	777	854	947	257	92	0	8	0
Friande	2958	198	562	895	933	247	75	24	18	6
Idães	4076	365	827	1108	1285	364	98	16	5	8
Jugueiros	2124	214	454	628	497	219	86	9	6	11
Lagares	3927	341	975	1076	1076	337	74	48	0	0
Lordelo	554	36	95	123	200	65	15	5	9	6
Macieira da Lixa	3510	306	863	884	997	324	82	37	11	6
Moure	2295	169	541	679	657	194	36	19	0	0
Pedreira	2810	185	657	718	672	248	86	26	18	0
Penacova	1787	142	442	456	502	165	57	17	0	6
Pinheiro	1697	144	375	497	501	131	40	0	6	3
Pombeiro de Ribavizela	3617	238	719	1038	1051	301	177	73	13	7
Rande	1750	147	441	500	477	145	28	6	0	6
Refontoura	3513	212	730	1086	870	298	216	64	11	26
Regilde	2108	212	508	660	494	130	93	11	0	0
Revinhade	1330	85	204	498	388	111	21	7	16	0
Margaride (Santa Eulália)	16744	1946	4364	5171	3766	1125	244	83	11	34
Santão	1422	186	311	420	325	132	19	25	0	4
Vizela (São Jorge)	974	90	226	265	264	98	31	0	0	0
Sendim	2677	250	580	754	675	242	86	58	11	21
Sernande	1583	126	403	447	434	136	25	12	0	0
Sousa	1756	186	434	428	533	131	34	10	0	0
Torrados	3777	294	751	1108	1057	398	128	26	8	7
Unhão	1377	117	359	362	289	114	107	29	0	0
Várzea	4945	429	1162	1458	1433	331	111	5	6	10
Varziela	3202	348	650	801	955	229	165	49	0	5
Vila Cova da Lixa	7074	796	1944	2065	1678	444	127	10	5	5
Vila Fria	966	107	189	263	271	85	36	5	0	10
Vila Verde	1479	174	293	434	431	111	30	6	0	0

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 72 – Estado de conservação dos edifícios.

Fonte: INE, BGE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.3.4.1 Habitação Social

A chamada habitação social pretende ser uma resposta das administrações central e/ou local a um imperativo consagrado na própria Constituição da República, conforme o artº 65º:

"1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

a) (...)

b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; (...)"

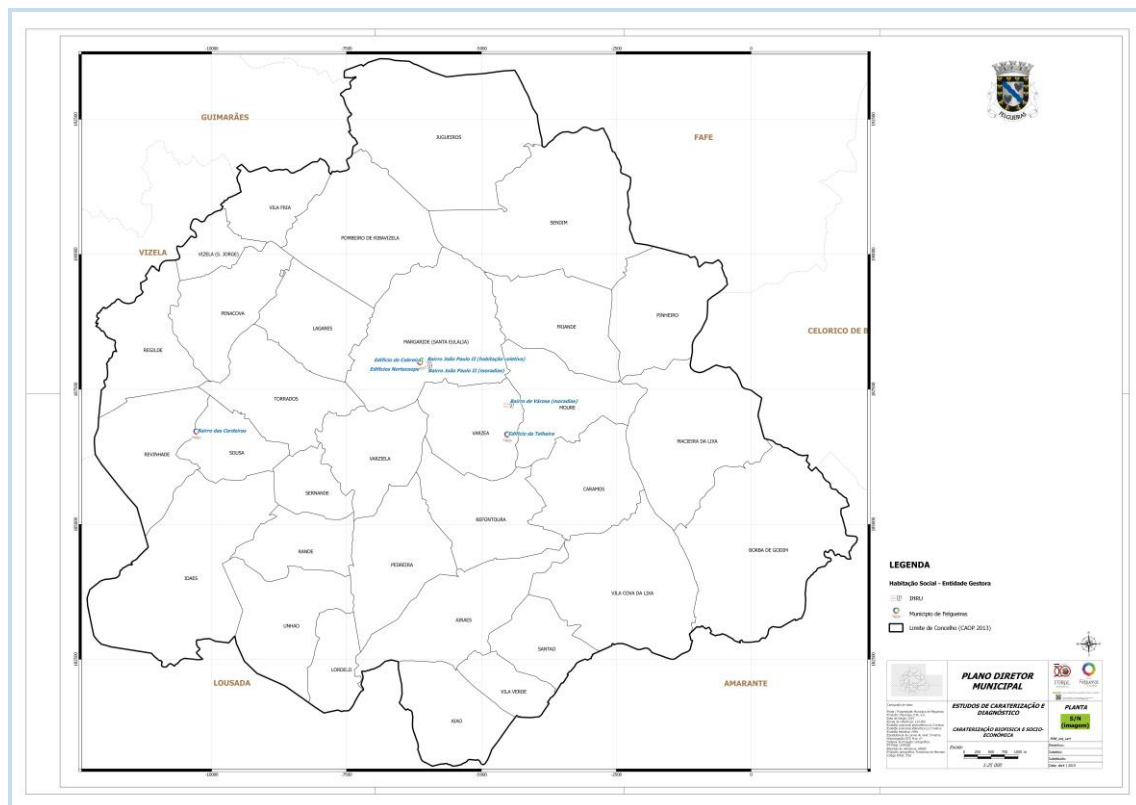
No caso do Concelho de Felgueiras, existem seis pólos de habitação social, sendo quatro da responsabilidade da Autarquia e dois da responsabilidade do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-IGHAPE), conforme o quadro e cartograma seguintes:

Figura 73 – Distribuição das tipologias em regime de habitação social pelos diversos pólos.

	Designação	Freguesia	Tipologia							
			T2		T3		T4		T5	
			ocupados	vagos	ocupados	vagos	ocupados	vagos	ocupados	vagos
Câmara Municipal	Edifício Nortecoop	Margaride	9	3	10	4	0	0	0	0
	Edifício da Cabreira	Margaride	6	0	6	0	0	0	0	0
	Edifício da Telheira	Várzea	11	1	6	2	0	0	0	0
	Bairro dos Carvalinhos	Margaride	4	0	0	0	0	0	0	0
	Bairro das Cerdeiras	Sousa	12	0	12	0	0	0	0	0
	Sub-total		42	4	34	6	0	0	0	0
IHRU	Bairro João Paulo II - habitação coletiva	Margaride	18	0	30	3	21	0	0	0
	Bairro João Paulo II - moradias	Margaride	0	0	31	0	0	0	7	0
	Bairro de Várzea - moradias	Várzea	0	0	9	1	0	0	0	0
	Sub-total		18	0	70	4	21	0	7	0
	TOTAL		60	4	104	10	21	0	7	0

Fonte: CMF/ DSPMPMC

Figura 74 – Distribuição dos pólos de habitação social pelo território do Concelho.



Fonte: CMF/ DOT /DSE in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Será importante referir que, dos apartamentos atualmente vagos propriedade da Câmara Municipal, dois encontram-se em obras de conservação e que os restantes já se encontram atribuídos.

No caso dos edifícios propriedade do IHRU, a Autarquia já indicou candidatos ao preenchimento das vagas, estando a situação pendente em virtude das exigências da legislação atualmente em



vigor (Lei nº 81/2014, de 14 de dezembro).

Nos pólos habitam agregados familiares que foram sinalizados como vivendo em condições de grande precariedade habitacional.

Entre estes, incluem-se agregados de etnia cigana.

O realojamento desta comunidade (que anteriormente habitava em acampamento de barracas na freguesia de Várzea) insere-se numa estratégia mais ampla de inclusão social desta minoria étnica.

No momento, encontram-se inscritos no sector de habitação social da Câmara Municipal cerca de 100 agregados familiares com baixos rendimentos (algumas das situações referem-se a famílias monoparentais e situações de violência doméstica com rendimentos até 505,00 €/mês), sendo assim um número relevante, para o qual o parque existente não tem capacidade de resposta.

Não sendo previsível o aumento de disponibilidade da oferta existente através da construção de novos empreendimentos, as soluções possíveis para estas situações passam pela priorização no preenchimento de vagas que eventualmente venham a surgir nos pólos existentes ou, em alternativa, o recurso para a Ação Social da Segurança Social e RSI através de apoios ao arrendamento ou ainda através de programas específicos para o efeito (ex. Porta 65).

Apesar dos esforços da Autarquia, existem problemas relevantes na gestão dos pólos, devidamente identificados: desadequação das tipologias às necessidades específicas dos residentes, ou, mais frequentemente, devido à utilização indevida por parte dos residentes; fenómenos de degradação social com ausência de projeto de vida; casos de toxicodependência e alcoolismo; dificuldades de relacionamento entre vizinhos; dificuldades de adaptação; deterioração física do edificado e dos espaços de utilização coletiva; barreiras arquitetónicas, etc.

Para obstar a estes problemas, é necessário pensar o futuro, colocando-se importantes desafios no esforço de requalificação dos pólos existentes, nomeadamente ao nível dos espaços de utilização coletiva, da gestão e organização dos condomínios e da melhoria geral das condições de utilização do edificado (ex. supressão de barreiras arquitetónicas).

No entanto, eventualmente mais importante do que ponderar a construção de mais fogos sociais será estimular o recurso aos mecanismos legais de apoio ao arrendamento, até porque tal prática poderia contribuir para a inclusão social efetiva e para a absorção dos alojamentos vagos, os quais, como se verificou, existem em número relevante.

II.4 Rede viária municipal e supramunicipal

A rede viária, a sua organização e gestão constituem preocupação que envolve vários setores da atividade do Concelho e é questão central em matéria de gestão do território, constituindo um elemento primordial na sua estruturação.

A nível oficial, de iniciativa e responsabilidade da administração central existem diversos documentos que classificam e hierarquizam a rede viária que atravessa o território municipal.

Assim:

- as sucessivas versões do Plano Rodoviário Nacional (a mais recente consagrada pelo Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de agosto), o qual define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse regional, nacional ou internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental (itinerários principais), cuja função é assegurar a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras; e pela rede nacional complementar, constituída pelos itinerários complementares, estradas nacionais e estradas regionais.

Figura 75 – Vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional que atravessam o concelho.

Classificação	Designação	Pontos extremos e intermédios
IP9 (A11)	Viana do Castelo –Vila Real	Viana do Castelo – Ponte de Lima – Braga – Guimarães – Amarante –Vila Real
IC5 (A7)	Póvoa de Varzim –Miranda do Douro	Póvoa de Varzim (IC1) – Famalicão – Guimarães – Fafe –Miranda do Douro (fronteira)
IC25 (A42)	IC24 –Chaves	IC24 – Felgueiras – Fafe –Chaves (IP3)
EN15	Ermesinde –Amarante	Ermesinde (IP 4)–Valongo–Paredes–Penafiel–Lixa–Amarante
EN101	Valença –Amarante	Valença–Braga–Guimarães–Felgueiras–Lixa–Amarante
EN101-3	Fijó – Vizela	Fijó (entroncamento da EN 101)–Vizela
EN207-1	Regilde – Vizela	Regilde (entroncamento da EN 101-3)–Vizela (entroncamento da EN 106)
ER101-4	Lixa – Celorico de Basto	Lixa (entroncamento da EN 101)–Celorico de Basto
ER207	Lousada – Póvoa de Lanhoso	Lousada (entroncamento da EN 106) –Felgueiras–Fafe–Póvoa de Lanhoso (entroncamento da EN 205)
ER207-3	Sendim –Macieira	Sendim (entroncamento da ER 207)–Macieira (entroncamento da ER 101-4)

Fonte: Plano Rodoviário Nacional

- os D.L. nº 42.271, de 20 de maio de 1959 e o D.L. nº 45.552, de 30 de janeiro de 1964, que procedem, respetivamente, à classificação de estradas municipais e à classificação de caminhos municipais. Conquanto estas classificações já se encontrem “caducas” face à dinâmica de transformação do território entretanto ocorrida (nomeadamente a abertura e o melhoramento de inúmeras vias que, em alguns casos, ganharam maior relevância do que as vias classificadas), continuam vigentes e são um referencial incontornável, até pelas servidões que lhes são adstritas. Na listagem abaixo, são também acrescentadas as estradas da rede nacional que entretanto foram desclassificadas. De notar que a EN 101 foi, em termos funcionais de circulação, substituída pela variante entretanto construída.

Figura 76 – Vias classificadas como estradas municipais ou caminhos municipais.

Classificação	Pontos extremos e intermédios
EN 101 (a)	Alto da Lixa (EN 15)-Felgueiras-Pombeiro (Lim. Conc. Guimarães)
EN 207 (a)	EN 207 (Lim. Conc. Lousada)-Felgueiras- EN 207 (Lim. Conc. Fafe)
EN 207-2 (a)	EN 207-2 (Lim. Conc. Lousada)- entroncamento com EN 207 (Longra)
EN 207-1 (b)	EN 207-1 (Lim. Conc. Lousada)-Tarrío - Barrosas- EN 207-1 (Lim. Conc. Lousada)
EM 512	Lim. Conc. Guimarães- Lim. Conc. Vizela
EM 514	Lim. Conc. Fafe- Igreja Jogueiros-Estradinha
EM 514-1	EM 514 – Assento – EN 101
EM 514-2	EM 514 – Codeçais – EN 207
EM 562	Felgueiras (EN 101)-Lagares-Torrados-Barrosas- Lim. Conc. Lousada
EM 562-1	EM 562 – Sousa – EN 207 (Monte Belo)
EM 563	EN 101-Telhado- Vila Fria
EM 564	Várzea (EN 101)-Refontoura-Airães-Vila Verde-Aiã-Lim. Conc. Lousada
EM 564-3 (c)	Lixa (Igreja nova)-Ramos- EM 564 (Cruzeiro de Airães)
CM 1159	EM 563 (Vila Fria)-CM 1160 (Pombeiro)
CM 1160	EN 101 (Ramalhal)-EN 101-3 (Cachada)
CM 1161	EN 101-3 (Valmelhorado)-EM 563 (S. Bartolomeu)
CM 1162	EN 101-3 (Passos)-CM 1163 (Lagares)
CM 1163	EN 101-3 (Casa Nova)-Senhora dos Perdidos
CM 1164	EN 101-3 (Pedreira)-Carvalhinhos
CM 1165	EN 101-3 (Regilde)-EM 562 (Arcebisgado)
CM 1166	EM 562 (Revinhade)-EM 562(Revinhade)
CM 1167	EM 562 (Barrosas)-EM 562-1 (Rande)
CM 1168	EM 562-1 (Torre)-Igreja de Idães
CM 1169	EN 101-3 (Lagares)-EM 562 (Igreja de Torrados)
CM 1170	EN 101-3 (Campas)-EM 562 (Fontões)
CM 1171	EN 101-3 (Campas)-EM 562 (Quintã)
CM 1172	EN 207 (Tomadas)-EM 514 (Estradinha)
CM 1172-1	CM 1172 – EN 207
CM 1173	EN 207 (Tomadas)-EN 207-3 (Lampaça)
CM 1173-1	CM 1173 (Igreja de Friande)-EN 207 (Vilar)
CM 1174	EN 207 (Varziela)-CM 1177 (Varziela)
CM 1175	EN 207 (Varziela)-EM 562 (Padroso)
CM 1176	EN 207 -EM 562-1
CM 1177	EN 207 – CM 1179 (Coto)
CM 1178	EN 207 – Rebelo
CM 1179	EN 207-2 -EM 564
CM 1180	EN 101 - EM 564
CM 1181	EN 101 (Fundo de Vila)- EN 101-4 (Marco de Simães)
CM 1182	EN 101-4 (Marco de Simães)-EN 101 (Souto Novo)

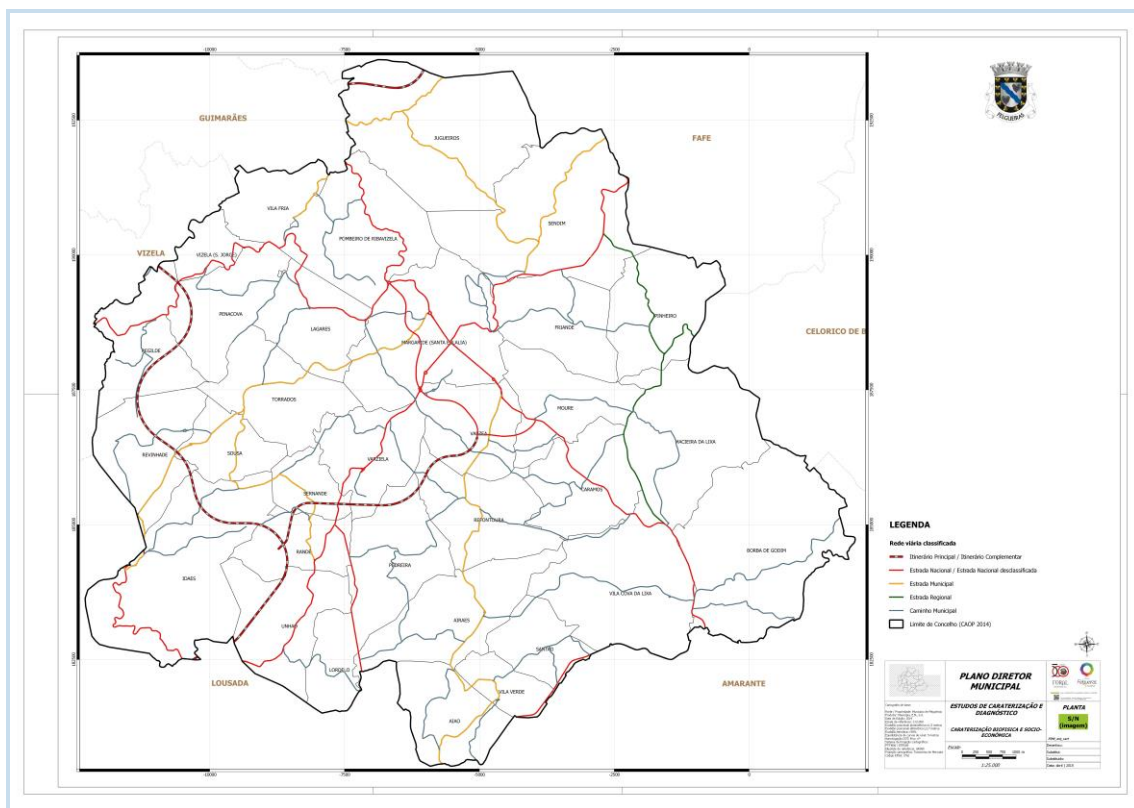
Classificação	Pontos extremos e intermédios
CM 1183	EN 101-4 (Macieira da Lixa)-EM 564 (Refontoura)
CM 1183-1	CM 1183 – EM 564
CM 1184	EN 101 (Escalheira)- EM 564
CM 1185	EN 101 (Lixa)- Lim. Conc. Amarante
CM 1186	EN 101 (Lixa)- Castanheiro Redondo
CM 1187 (c)	
CM 1188	EN 15 (Senhora do Alivio)-Ventosela
CM 1189	EM 564 (Vila Verde)-EM 564-3
CM 1190	EN 15 - EM 564
CM 1191	EN 207-2 (Telhado)- EM 564 (Airões)
CM 1192	EN 207-2 - EN 207
CM 1452 (d)	EM 564 (Aião) – EM 564 (Aião)

Fonte: Elaboração própria, com base nos D.L. nº 42.271, de 20 de maio de 1959 e o D.L. nº 45.552, de 30 de janeiro de 1964

Notas:

- (a) – Estradas desclassificadas, sob jurisdição do Concelho.
- (b) – Estrada desclassificada, sob jurisdição do EP.
- (c) – A EM 564-3 não consta da listagem constante no D.L. nº 42.271, mas encontra-se cartografada na carta militar. Em contrapartida o CM 1187 consta da listagem do D.L. nº 45.552, mas não se encontra em qualquer elemento cartográfico. Como a descrição do traçado do CM 1187 é idêntica ao traçado efetivo da EM 564-3, presume-se que a EM 564-3 substitui o CM 1187.
- (d) – O CM 1452 não consta na listagem original do D.L. nº 45.552.

Figura 77 – Cartograma da rede viária municipal e supramunicipal com atravessamento do concelho.



Fonte: DUOA, Elaboração própria in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*



A expansão da rede viária (em particular a beneficiação de caminhos em áreas rurais), sendo em muitos casos um fator qualificador do território e da qualidade de vida das populações, acaba, inevitavelmente por também constituir um incentivo à disseminação da construção e das atividades económicas.

Muitas vezes, as aberturas e/ou beneficiações de caminhos são realizadas ao arrepio de qualquer enquadramento estratégico, fruto de iniciativas esparsas e pontuais, sem consonância com a política de ordenamento prosseguida e tornam caducas as classificações anteriormente referidas, pois entretanto novas vias ganham importância idêntica ou mesmo superior às vias classificadas como estradas ou caminhos municipais.

Neste contexto, a Câmara Municipal demonstrou o interesse em classificar a rede viária municipal, tendo em vista as insuficiências da classificação oficial e a necessidade de criar critérios mínimos para orientar e priorizar as intervenções sobre a rede viária e atribuir competências pela gestão.

Assim, em 1999/2000, por iniciativa do então Gabinete PDM, foi levantada a rede viária municipal, atribuída uma designação aos caminhos municipais não classificados e elencadas uma série de características (início e fim, extensão, tipo de pavimento...).

Em 2007/2008 a Câmara Municipal entendeu aprofundar aquele estudo, alargando o âmbito de elaboração ao então Departamento de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos.

Aproveitou-se também a existência de melhores recursos tecnológicos (software SIG) e melhores fontes de informação (levantamento da sinalização rodoviária ao longo dos eixos da rede viária do Concelho de Felgueiras, trabalho adjudicado à empresa Geonav, cuja entrega final foi efetuada em Abril de 2006; ortofotos e cartografia vetorial recentes – 2007).

A finalidade deste documento seria a de hierarquizar a rede viária municipal, esboçando um "Plano Rodoviário Municipal", ancorado no conceito de "itinerário".

Facilmente se pode constatar esta intenção pelos critérios e designações utilizadas (*Itinerário Principal Municipal*, *Itinerário Complementar Municipal*, *Itinerário Secundário Municipal*, etc).

No âmbito deste trabalho, foi possível identificar no território quase 900 km englobando todas as tipologias de via, desde o nível dos caminhos de servidão privativos até ao nível das grandes acessibilidades, designadamente as vias com perfil de autoestrada, apresentando, globalmente, uma densidade viária na ordem dos 7,8 km / km².

Retirando deste conjunto os caminhos em terra, os caminhos intransitáveis, os aceiros florestais de importância secundária, para além, obviamente, dos caminhos que sejam claramente de servidão ou outros acessos particulares, o valor baixa para cerca de 700 km.

Ainda assim, isto significa que o território de Felgueiras apresenta uma densidade viária na ordem dos 6 km / km².

Tal densidade é claramente excessiva, mesmo atendendo à forte densidade populacional existente no Concelho.

Em grande medida, foi a fragmentação do território a causa desta sobre densificação: a dispersão da construção incentivou a abertura de novos acessos e estes, uma vez abertos, incentivaram a construção casuística.

Este ciclo, fortemente enraizado e fortalecido ao longo dos tempos, urge ser quebrado em definitivo, na ótica do robustecimento e qualificação dos pólos existentes e do aproveitamento racional das infraestruturas, em detrimento da continuidade dos fenómenos dispersivos.

Do âmbito do estudo desenvolvido, foi inicialmente excluída a rede viária nacional, cuja gestão se encontra concessionada a outras entidades que não a Câmara Municipal.

Igualmente foram também excluídos os arruamentos urbanos, designadamente os situados nas zonas mais consolidadas das malhas urbanas de Felgueiras, Lixa e Barrosas (conforme delimitação estabelecida na cartografia anexa), visto estes constituírem matéria a merecer tratamento à parte.

No decurso do trabalho, atendendo ao objetivo estratégico acima descrito, optou-se pela exclusão daqueles caminhos que, ainda que de acesso público, apresentam uma funcionalidade muito baixa.

Estão neste conjunto, nomeadamente, os caminhos em terra, os caminhos intransitáveis, os aceiros florestais de importância secundária, para além, obviamente, dos caminhos de servidão e outros acessos particulares.

Esta "purga" permite fixar a rede municipal classificada em cerca de **522 Km** (697 Km se a esta for somada as estradas nacionais, os arruamentos urbanos e os itinerários especiais coincidentes com outras vias), a qual é classificada do seguinte modo:

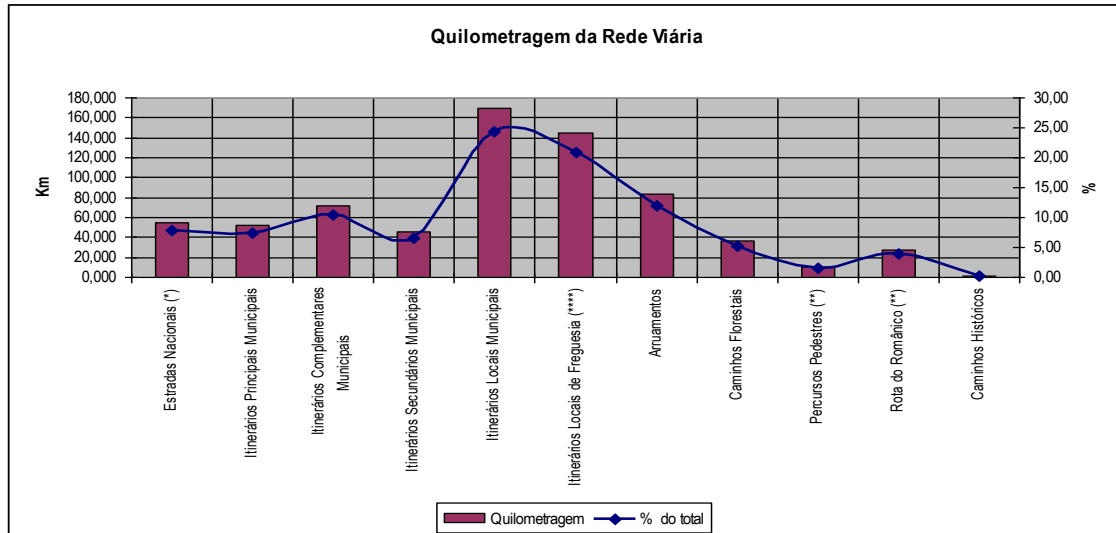
Figura 78 – Hierarquização da rede viária municipal por tipo de via e respetiva quilometragem

Tipo de Via	Quilometragem	%
Estradas Nacionais (*)	54,340	7,79
Itinerários Principais Municipais	51,682	7,41
Itinerários Complementares Municipais	72,289	10,37
Itinerários Secundários Municipais	45,756	6,56
Itinerários Locais Municipais	169,104	24,25
Itinerários Locais de Freguesia	145,171	20,82
Arruamentos	83,427	11,96
Itinerários Especiais:		
Caminhos Florestais	35,997	5,16
Percursos Pedestres (**)	10,197	1,46
Rota do Românico (**)	27,474	3,94
Caminhos Históricos	1,950	0,28
TOTAL	697,387	100,00
TOTAL EFECTIVO (***)	521,949	

(*)-Incluindo Estradas Nacionais, Auto-Estradas e Variantes (existentes ou previstas).

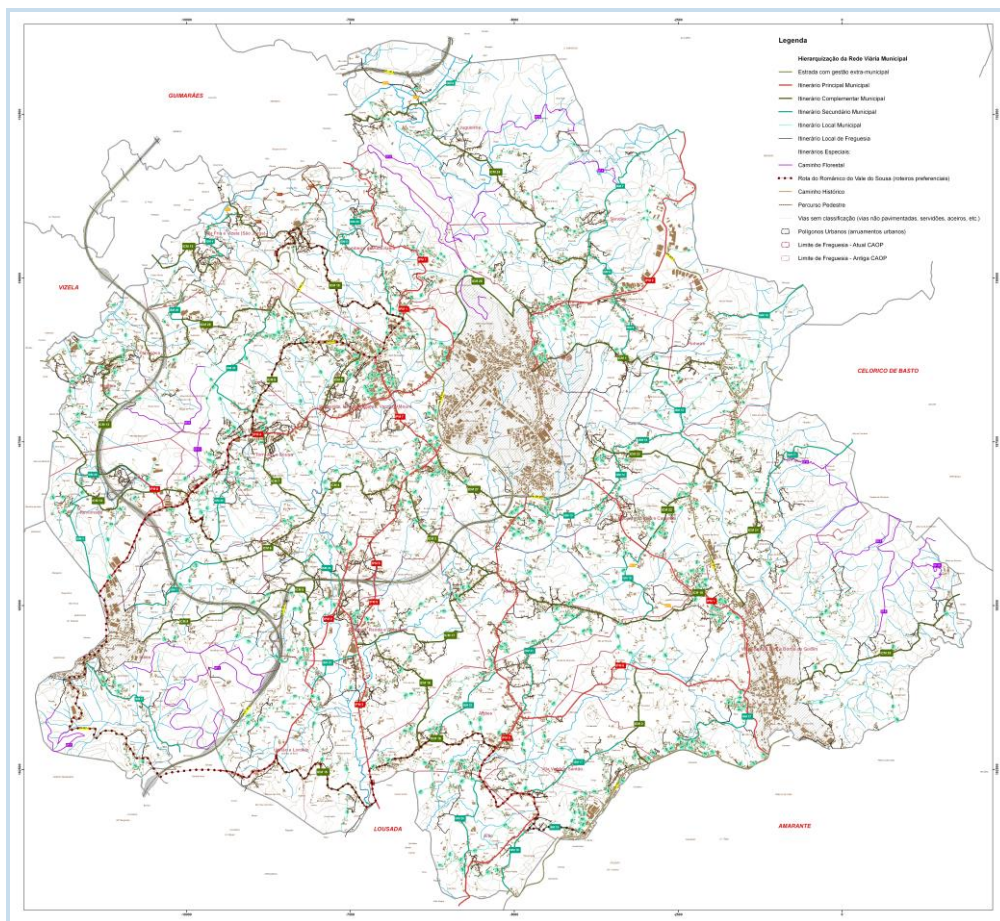
(**)-Coincidem, total ou parcialmente, com vias com outra classificação.

(***)-Excluindo Estradas Nacionais, Arruamentos, Percursos Pedestres e Rota do Românico.



Fonte: CMF

Figura 79 – Hierarquização da rede viária municipal: planta síntese.



Fonte: CMF/DUOA, Hierarquização da Rede Viária

II.5 Equipamentos

Neste subcapítulo é efetuada uma breve elencação dos principais equipamentos administrativos e outros, uma vez que os equipamentos educativos, desportivos, culturais, de saúde e de apoio social merecem um tratamento mais desenvolvido nos capítulos próprios.

II.5.1 Equipamentos Administrativos

Quanto aos equipamentos administrativos, o Concelho dispõe de vários edifícios próprios e alugados, onde estão alojados e funcionam os seus diversos serviços.

No edifício dos Paços do Concelho, estão alojados os serviços de atendimento ao munícipe e o executivo camarário. Existe, igualmente, um Gabinete do Munícipe na cidade da Lixa.

A Câmara Municipal de Felgueiras tem, na sua área de atendimento, o serviço “Espaço do Cidadão”, em estreita ligação com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, que vem substituir o Balcão Multisserviços e, por conseguinte, aumentar em larga escala a prestação de serviços públicos, por via eletrónica (online).

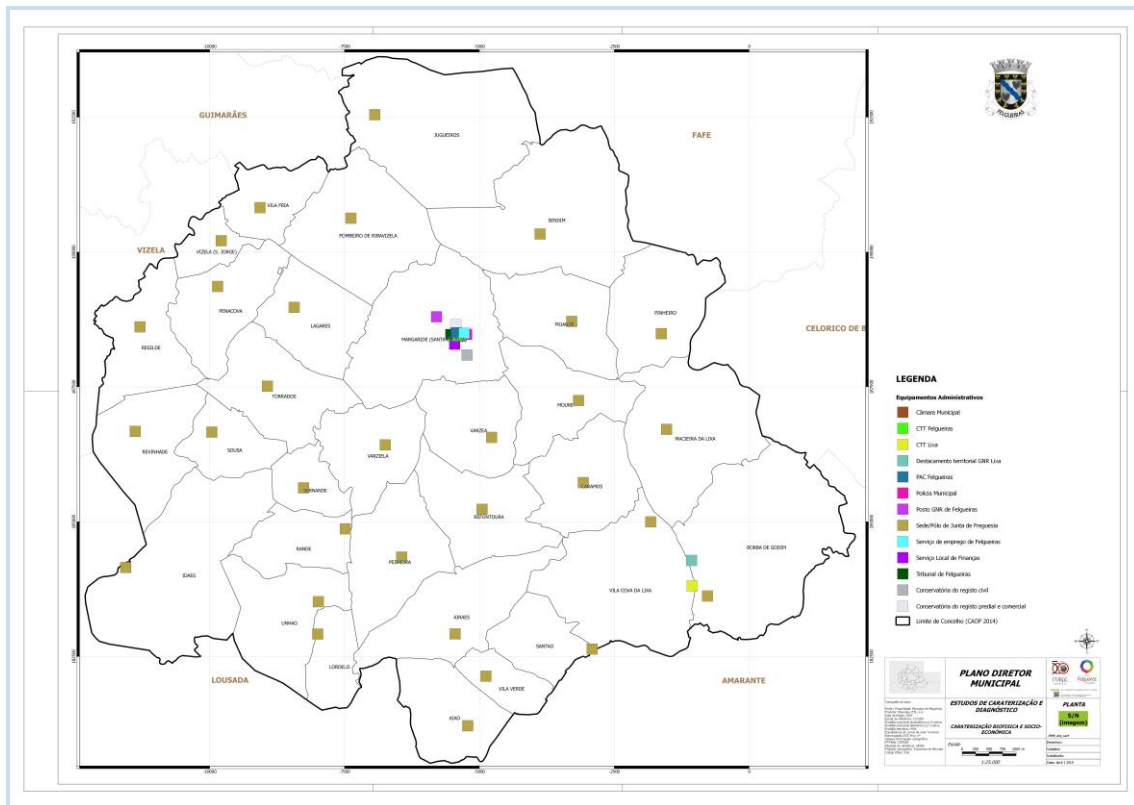
O “Espaço do Cidadão” funciona nos Paços do Concelho, no Gabinete do Munícipe da Lixa e ainda nas Juntas de Freguesia de Airões, Idães e União de Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande.

Assim, para além dos serviços prestados pelo antigo PAC da competência do Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT), Portal do Cidadão, Direção Geral do Consumidor (DGC), Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ) e Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), este Espaço passou a disponibilizar serviços das seguintes instituições: Caixa Geral de Aposentações (CGA), Instituto da Segurança Social (ISS) e Centro Nacional de Pensões (CNP).

Ao longo dos anos mais recentes as freguesias têm sido equipadas com sedes de Junta própria que têm permitido elevar qualitativamente o nível dos serviços prestados por estas à população.

Mesmo com a reorganização administrativa de 2013, muitas das sedes de Junta das freguesias entretanto extintas continuam a funcionar como pólos das Juntas que resultaram da agregação de freguesias.

Para além destes equipamentos, o Concelho dispõe de pólos de serviços desconcentrados da administração central como é o caso do Serviço de Finanças (Felgueiras), de Conservatória de registo civil (Felgueiras), de Conservatória de registo civil predial e comercial (Felgueiras), da Segurança Social (Felgueiras) e do Serviço de Emprego (Felgueiras).

Figura 80 – Distribuição dos equipamentos administrativos.

Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

II.5.2 Outros Equipamentos

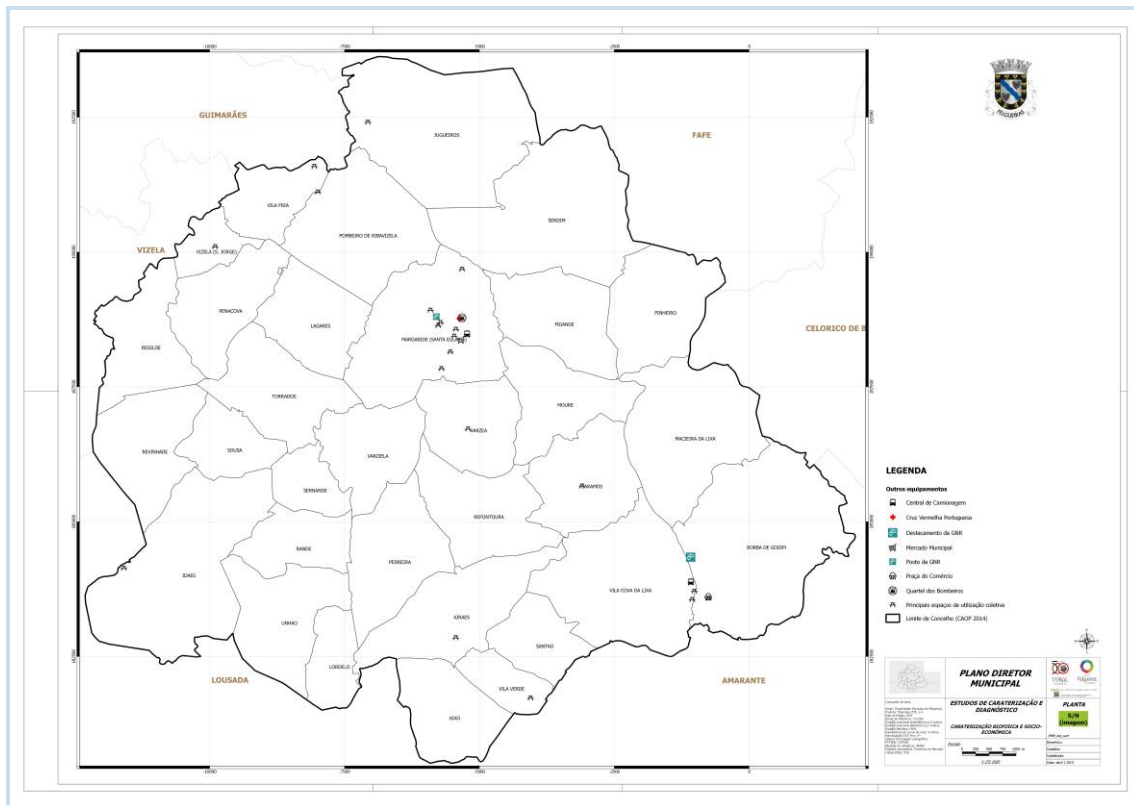
Quanto aos restantes equipamentos, haverá a destacar os de proteção civil, sendo que os agentes que detêm instalações em Felgueiras são os Bombeiros Voluntários de Felgueiras, os Bombeiros Voluntários da Lixa, a Guarda Nacional Republicana com o do Destacamento Territorial sediado na Lixa e um posto localizado em Felgueiras, e ainda o Núcleo de Felgueiras da Cruz Vermelha Portuguesa.

Existem duas centrais de camionagem (Felgueiras e Lixa).

A cidade de Felgueiras dispõe de mercado municipal multifuncional, o qual também alberga a feira semanal, sendo que a cidade da Lixa também dispõe de espaço para finalidades similares (Praça do Comércio).

Quanto a espaços de utilização coletiva, existem diversos disseminados pelo concelho, merecendo destaque o Parque Urbano de Santa Quitéria enquanto espaço de lazer e de utilização coletiva de excelência, que tem recebido inúmeras beneficiações, sendo atualmente uma referência incontornável da cidade de Felgueiras, do concelho e mesmo da região.

Figura 81 – Distribuição de outros equipamentos.



Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

III.1 Enquadramento geral

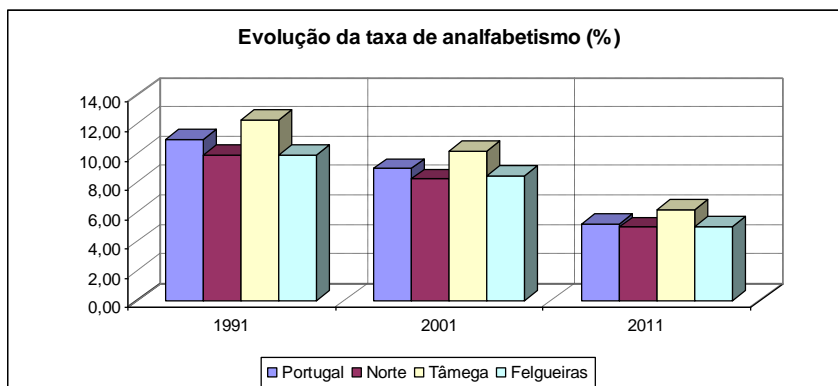
Cabe agora, com base na Carta Educativa e no Plano Estratégico da Educação Municipal, efetuar uma análise sucinta ao nível de escolarização/formação da população residente no Concelho, evidenciando os principais números sobre:

- taxa de analfabetismo;
 - grau de ensino frequentado;
 - taxas de escolarização (proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino);
 - taxas de transição e de abandono;
- tendo como referencial os diversos contextos territoriais em que o território se enquadra.

Para tal, são utilizados os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, tanto os apurados aquando da realização das operações censitárias como os constantes nas sucessivas edições do Anuário Estatístico para a região Norte.

Figura 82 – Número total de analfabetos (2001 e 2011) e evolução da taxa de analfabetismo 1991-2011.

Local de residência	População residente com 10 e mais anos de idade (analfabetos) (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal						Taxa de analfabetismo (%)		
	2001			2011			1991	2001	2011
	HM	H	M	HM	H	M	HM		
Portugal	838140	281889	556251	499936	159705	340231	11,00	9,00	5,22
Norte	242547	86850	185697	167451	51434	116017	9,90	8,30	5,00
Tâmega	48581	17261	31320	30661	10601	20060	12,30	10,20	6,22
Felgueiras	4171	1420	2751	2640	851	1789	9,90	8,50	5,05



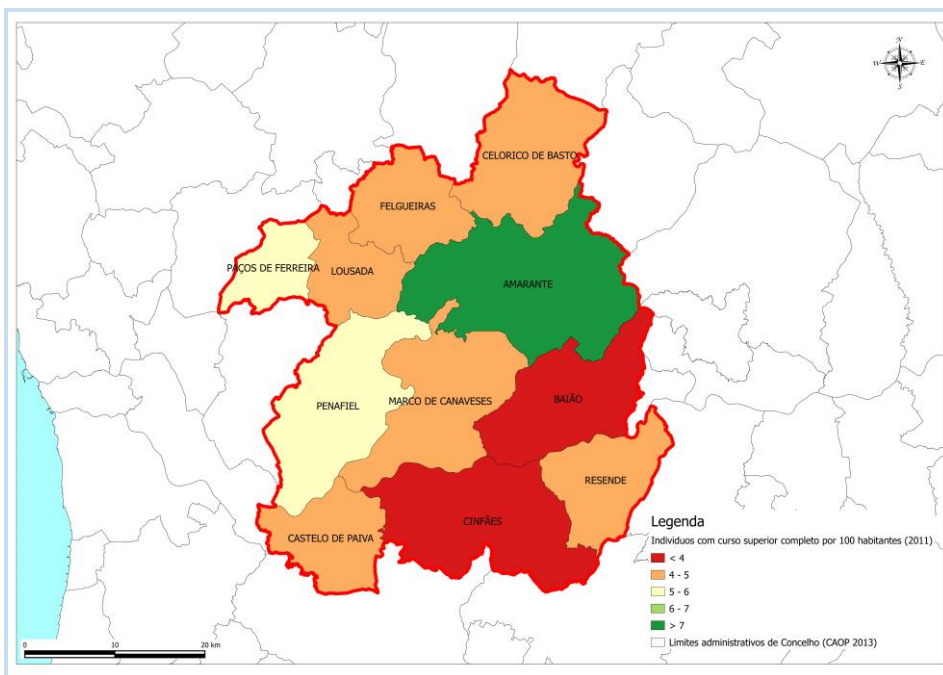
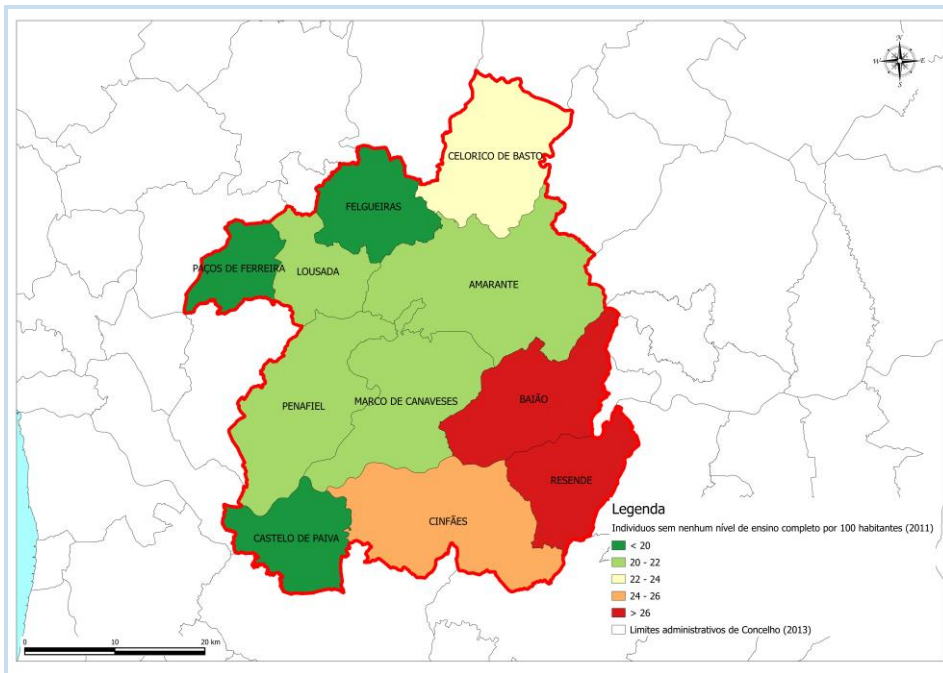
Fonte: INE, Censos 1991/2001/2011

**Figura 83 – Nível de instrução da população por freguesia e taxa de analfabetismo, em 2011.**

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), nível de escolaridade mais elevado completo e taxa de analfabetismo; Decenal								
	Total	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior	Taxa de analfabetismo (%)
Felgueiras	58065	11482	18188	10333	9165	5717	318	2862	5,05
Aião	856	215	284	127	148	65	2	15	8,00
Airões	2486	581	791	431	374	213	13	83	7,31
Borba de Godim	2341	469	678	359	394	268	16	157	6,37
Caramos	1854	305	577	356	328	182	13	93	5,10
Friande	1838	345	539	372	285	197	16	84	2,78
Idães	2496	495	802	536	370	208	6	79	4,29
Jugueiros	1303	294	458	249	149	122	5	26	7,48
Lagares	2320	428	892	367	362	189	15	67	5,07
Lordelo	357	81	110	58	64	24	3	17	5,66
Macleira da Lixa	1961	377	635	303	323	190	13	120	6,20
Moure	1321	247	398	253	222	145	12	44	4,84
Pedreira	1564	294	529	294	271	120	5	51	5,41
Penacova	1130	227	392	211	193	85	2	20	6,35
Pinheiro	1042	203	364	184	161	85	5	40	4,53
Pombeiro de Ribavizela	2218	432	720	373	364	225	12	92	4,46
Rande	982	183	295	187	168	107	8	34	4,91
Refontoura	2081	432	668	449	286	172	10	64	5,36
Regilde	1284	260	506	192	195	102	7	22	5,98
Revinhade	811	155	247	162	139	65	5	38	4,25
Margaride (Santa Eulália)	9653	1592	2609	1567	1659	1322	63	841	3,47
Santão	776	160	276	116	113	64	2	45	3,94
Vizela (São Jorge)	574	127	210	87	94	47	1	8	7,20
Sendim	1627	335	523	326	261	124	12	46	5,85
Sernande	941	194	297	206	140	69	3	32	5,05
Sousa	1095	223	359	229	158	103	1	22	6,83
Torrados	2370	480	869	459	340	161	7	54	5,63
Unhão	800	166	267	139	128	70	4	26	5,00
Várzea	2859	580	889	537	430	290	14	119	4,45
Varziela	1837	435	557	353	232	179	5	76	6,04
Vila Cova da Lixa	3850	757	1041	577	609	433	34	399	4,86
Vila Fria	629	156	228	123	90	24	0	8	5,73
Vila Verde	809	254	178	151	115	67	4	40	3,29

Figura 84 – Nível de instrução da população (CIM), em 2011.

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal							
	Sexo							
	Nível de escolaridade mais elevado completo							
	Total	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Portugal	10562178	1999754	2688308	1412580	1716970	1411801	88023	1244742
Norte	3689682	688842	1018389	563972	578950	437916	26221	375392
Tâmega (NUT III)	550516	117656	167359	99523	84091	50369	2731	28787
Castelo de Paiva	16733	3208	4741	3818	2684	1454	99	729
Celorico de Basto	20098	4700	6186	3243	2955	1947	114	953
Amarante	56264	11845	17706	7977	8667	5745	307	4017
Baião	20522	5451	6636	3142	2828	1634	82	749
Felgueiras	58065	11482	18188	10333	9165	5717	318	2862
Lousada	47387	9761	14167	9320	7851	3904	189	2195
Marco de Canaveses	53450	11327	16241	10038	8228	4755	311	2550
Paços de Ferreira	56340	11118	17552	11894	8205	4516	225	2830
Penafiel	72265	15021	20876	12993	11730	7240	330	4075
Cinfães	20427	5142	6780	3743	2435	1524	76	727
Resende	11364	3119	3772	1515	1462	961	26	509

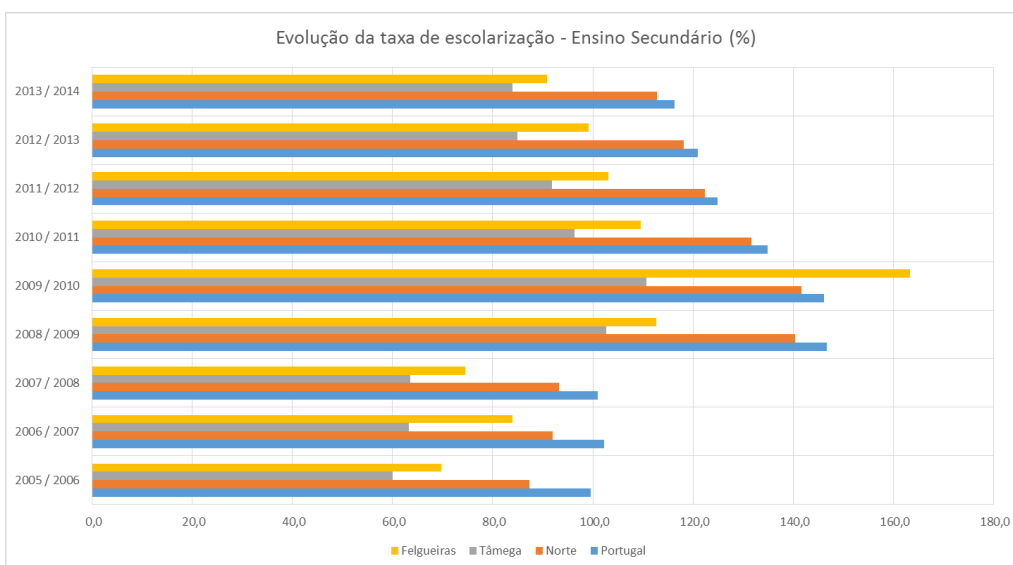
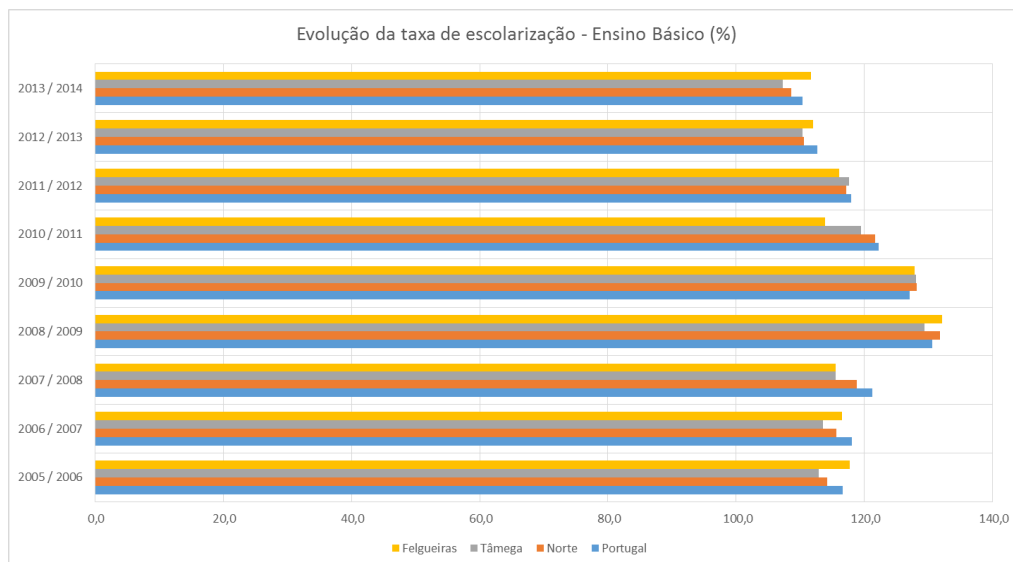
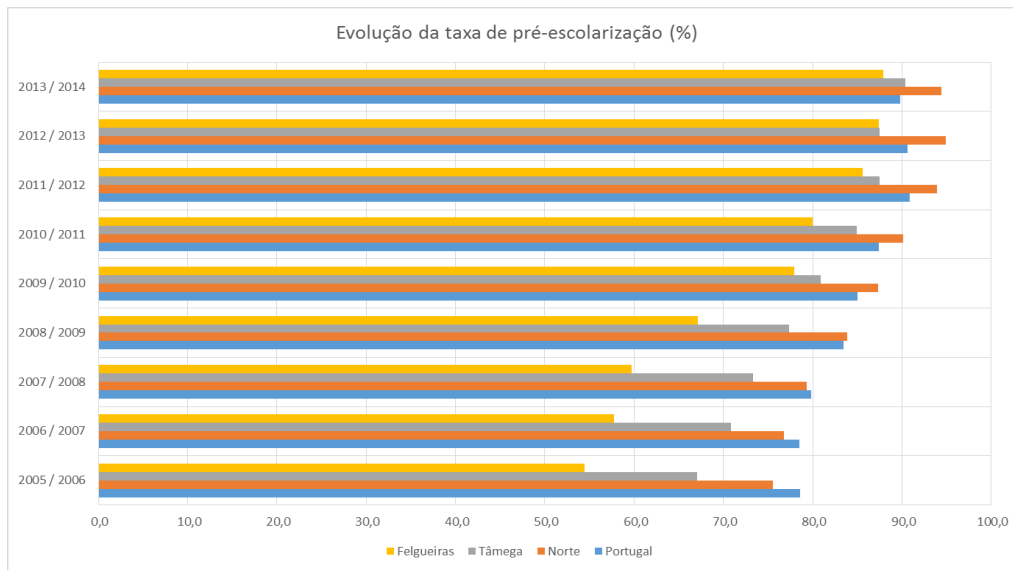


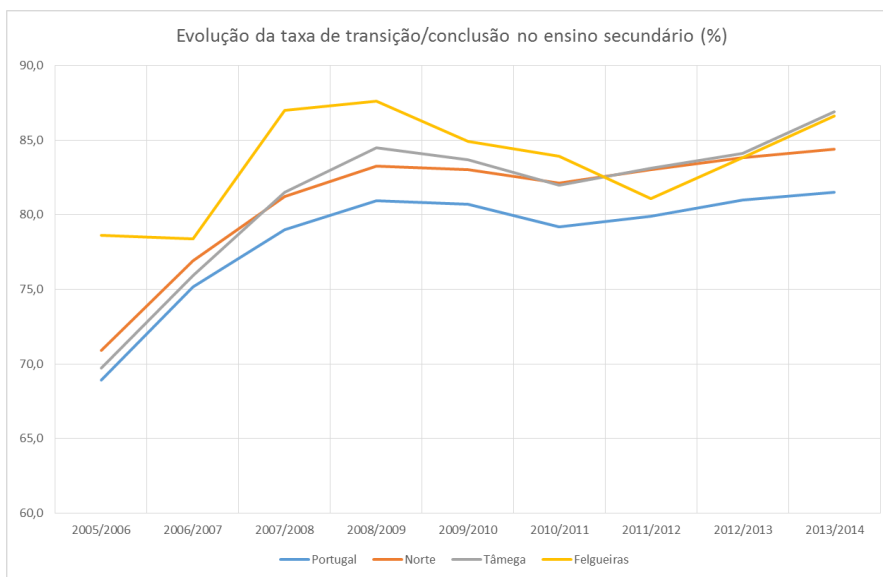
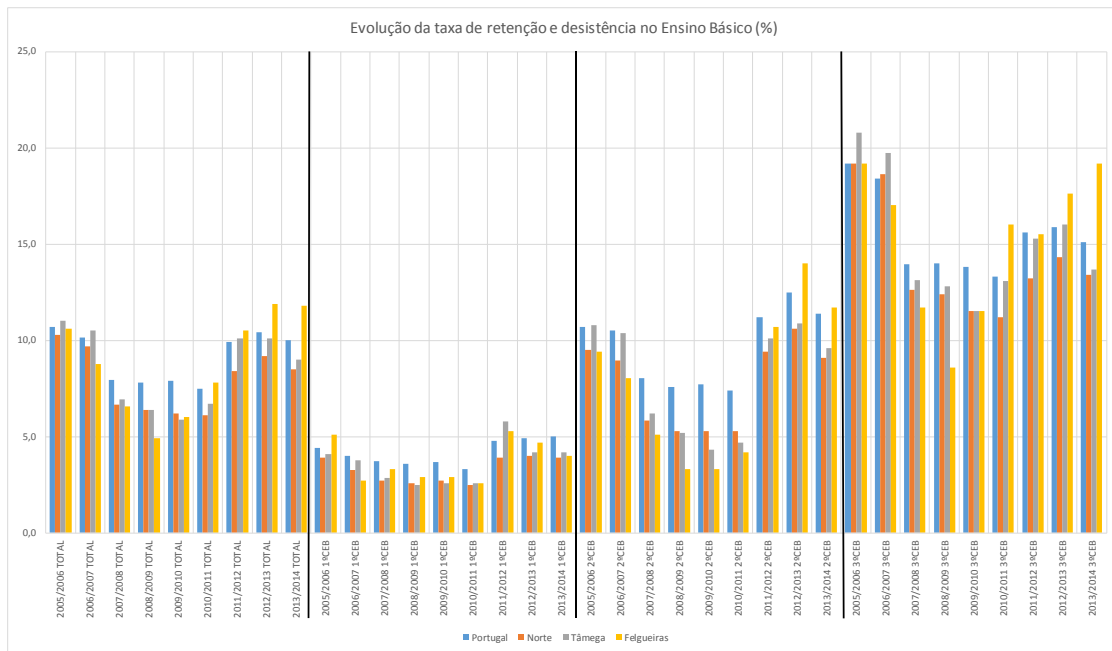
Fonte: INE, Censos 2011



Figura 85 – Evolução das taxas de escolarização, entre 2005/2006 e 2013/2014.

	Taxa de pré-escolarização	Taxa de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico			Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos/vocacionais
Unidade: %										
2005 / 2006										
Portugal	78,6	116,6	99,5	10,7	4,4	10,7	19,2	68,9	70,2	64,4
Norte	75,6	114,2	87,3	10,3	3,9	9,5	19,2	70,9	71,1	70,2
Tâmega	67,1	112,8	60,0	11,0	4,1	10,8	20,8	69,7	69,7	69,6
Felgueiras	54,5	117,7	69,7	10,6	5,1	9,4	19,2	78,6	79,0	77,7
2006 / 2007										
Portugal	78,5	118,0	102,3	10,1	4,0	10,5	18,4	75,2	76,1	70,9
Norte	76,8	115,6	92,0	9,7	3,3	9,0	18,6	76,9	77,2	75,6
Tâmega	70,8	113,5	63,2	10,5	3,8	10,4	19,7	75,9	76,1	75,4
Felgueiras	57,7	116,5	83,9	8,8	2,7	8,0	17,0	78,4	80,0	75,2
2007 / 2008										
Portugal	79,8	121,3	101,0	7,9	3,7	8,0	14,0	79,0	79,7	73,9
Norte	79,3	118,8	93,2	6,6	2,7	5,8	12,6	81,2	81,6	77,2
Tâmega	73,4	115,5	63,6	6,9	2,8	6,2	13,1	81,5	81,4	82,5
Felgueiras	59,7	115,6	74,5	6,6	3,3	5,1	11,7	87,0	87,5	85,0
2008 / 2009										
Portugal	83,4	130,6	146,7	7,8	3,6	7,6	14,0	80,9	78,6	84,9
Norte	83,9	131,8	140,5	6,4	2,6	5,3	12,4	83,3	80,3	88,1
Tâmega	77,4	129,4	102,7	6,4	2,5	5,2	12,8	84,5	80,3	92,2
Felgueiras	67,1	132,1	112,6	4,9	2,9	3,3	8,6	87,6	84,1	92,5
2009/2010										
Portugal	85,0	127,1	146,2	7,9	3,7	7,7	13,8	80,7	78,9	83,7
Norte	87,3	128,1	141,6	6,2	2,7	5,3	11,5	83,0	81,0	86,0
Tâmega	80,9	128,0	110,7	5,9	2,6	4,3	11,5	83,7	79,9	89,8
Felgueiras	77,9	127,8	163,4	6,0	2,9	3,3	11,5	84,9	81,3	89,9
2010/2011										
Portugal	87,4	122,2	134,9	7,5	3,3	7,4	13,3	79,2	77,7	81,6
Norte	90,1	121,7	131,7	6,1	2,5	5,3	11,2	82,1	80,0	85,2
Tâmega	84,9	119,5	96,3	6,7	2,6	4,7	13,1	82,0	78,0	88,0
Felgueiras	80,0	113,9	109,6	7,8	2,6	4,2	16,0	83,9	82,3	86,1
2011 / 2012										
Portugal	90,9	117,9	124,9	9,9	4,8	11,2	15,6	79,9	77,8	83,1
Norte	93,9	117,2	122,4	8,4	3,9	9,4	13,2	83,0	80,6	86,5
Tâmega	87,5	117,6	91,8	10,1	5,8	10,1	15,3	83,1	79,2	89,0
Felgueiras	85,6	116,1	103,1	10,5	5,3	10,7	15,5	81,1	78,4	84,7
2012 / 2013										
Portugal	90,6	112,6	121,0	10,4	4,9	12,5	15,9	81,0	78,4	85,4
Norte	94,9	110,6	118,1	9,2	4,0	10,6	14,3	83,8	80,7	88,5
Tâmega	87,5	110,3	84,9	10,1	4,2	10,9	16,0	84,1	79,5	91,2
Felgueiras	87,4	112,0	99,1	11,9	4,7	14,0	17,6	83,8	76,8	92,9
2013/2014										
Portugal	89,8	110,3	116,3	10,0	5,0	11,4	15,1	81,5	78,9	85,8
Norte	94,4	108,6	112,8	8,5	3,9	9,1	13,4	84,4	81,6	88,6
Tâmega	90,4	107,3	83,9	9,0	4,2	9,6	13,7	86,9	82,9	92,5
Felgueiras	87,9	111,7	90,9	11,8	4,0	11,7	19,2	86,6	82,1	92,0





Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2006-2014

Este conjunto de dados oferece várias leituras sobre a situação de referência do Município:

- A taxa de analfabetismo acompanhou a tendência de evolução favorável significativa entre 1991 e 2011, encontrando-se em linha com os valores nacional e regional. No entanto, internamente, ainda se registam pontualmente alguns valores relevantes (superiores a 7%), nomeadamente nas freguesias de Aião, Airães, Jagueiros e Vizela (S. Jorge).
- Outros dados provenientes do Censos 2011 oferecem um retrato do Município mais sombrio. A proporção de indivíduos com curso superior completo face à população residente era claramente inferior às nacionais e regionais (4,63% *versus* 10,17% e 11,78%, respetivamente), muito embora apresente uma trajetória positiva desde 2001. No caso do ensino secundário (atual escolaridade obrigatória) existia, igualmente, diferença para as médias nacional e regional, embora menos acentuada se comparada com a do ensino superior (9,85% *versus* 13,37% e 11,87%). Já em relação ao 3º CEB (até recentemente a escolaridade obrigatória), os números estão em linha (15,78% *versus* 16,26% e 15,69%).
- A taxa de pré-escolarização ainda apresenta níveis inferiores em relação aos valores nacionais e regionais; no entanto tem apresentado uma linha de evolução claramente positiva e de convergência com aqueles valores, a qual resulta da combinação do aumento da oferta e da diminuição da população do grupo etário correspondente à procura.
- As taxas de retenção e desistência no ensino básico têm oscilado ao longo do período analisado, sendo que nos anos letivos mais recentes se verifica um aumento da taxa global, sendo ligeiramente superior às médias nacional e regional; neste âmbito é pertinente verificar que a taxa de retenção e desistência no 3º CEB atingiu em 2013/2014 o valor máximo deste período, igualando o valor de 2005/2006.
- A taxa de transição/conclusão no ensino secundário mantém-se em bom nível, em linha ou mesmo superior às médias nacional e regional.

Em suma:

De modo geral, o Município de Felgueiras evidencia uma trajetória positiva de convergência com os indicadores genéricos da Região e do País (muito embora as oscilações nas taxas de retenção e desistência), trajetória esta que não deve ser desligada do esforço e da política de investimento que o Município tem vindo a realizar nos anos mais recentes.



III.2 Rede Educativa (2014/15)

III.2.1 Equipamentos escolares e de formação em funcionamento

Em 2008 foi homologada a Carta Educativa de Felgueiras, a qual, face ao estado da rede educativa à data, advogava uma profunda remodelação e reorganização da mesma, propondo diversos novos equipamentos, encerramento ou remodelações em outros e alterações na tipologia e agregação de ciclos.

No entanto, esta versão da Carta Educativa não se coaduna com a significativa evolução e materialização, através do ON.2 e dos seus programas específicos (designadamente o Eixo Prioritário III), o qual privilegiou a construção de "Centros Escolares" (integração preferencial das Escolas do 1º CEB com a Educação Pré-Escolar) e não as Escolas Básicas Integradas (incluindo também 2º e 3º CEB) previstas na Carta Educativa.

Assim, as candidaturas apresentadas pelo Concelho de Felgueiras ao ON.2 – aprovadas e já executadas – foram adaptadas a esta perspetiva, nunca perdendo de vista as deficiências e constrangimentos apontados pela Carta Educativa.

Ainda assim, o recurso a este quadro comunitário operou grandes alterações no que se refere à capacitação do concelho no que se refere aos equipamentos de educação e de ensino da rede pública, em particular nas valências de pré-escolar e 1º CEB.

De facto, foram encerrados diversos estabelecimentos do 1º CEB que funcionavam em edifícios vetustos, em mau estado de conservação e desadequados das exigências pedagógicas atuais.

Em contrapartida, foram construídos de raiz ou realizadas obras que permitiram requalificar diversos edifícios, adaptando-os ao conceito de "*centro escolar*" (agregação de pré-escolar e 1º CEB).

Para além disto, foi construída uma nova escola destinada aos 2º CEB, 3º CEB e ensino secundário (Escola Básica de Felgueiras, na freguesia de Pombeiro de Ribavizela) e requalificadas, através da Parque Escolar, as Escolas Secundárias de Felgueiras e da Lixa.

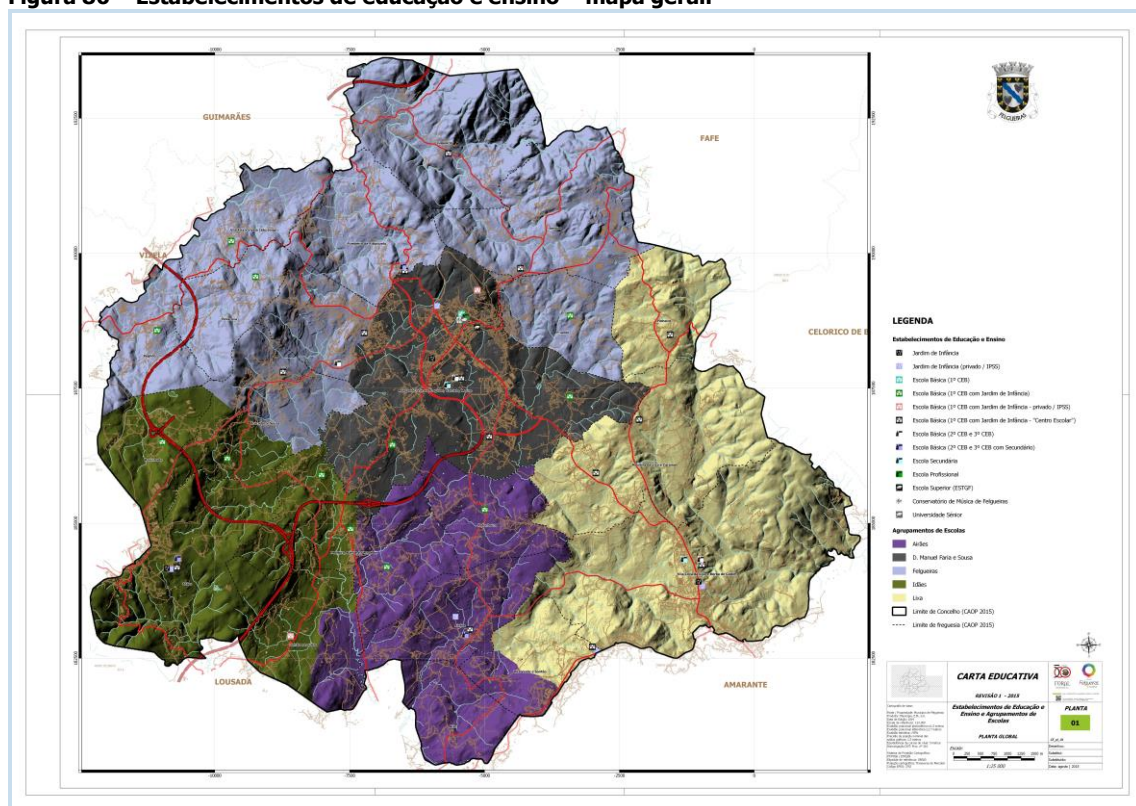
Para além da rede pública, assim reformulada, encontram-se em funcionamento outros estabelecimentos, ligados a IPSS ou de natureza privada com valências de pré-escolar e, em dois casos, também de 1º CEB (Externato Santa Quitéria e Externato Nossa Senhora do Rosário de Unhão).

Também o Ensino Profissional se encontra representado através da Escola Profissional de Felgueiras, existente desde há 25 anos e que ministra cursos profissionais e vocacionais com especial enfoque nas necessidades do tecido empresarial local, nomeadamente os relacionados com o design de calçado e marroquinaria.

Por sua vez, o Ensino Superior público também está representado através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (ESTGF, ligada ao Politécnico do Porto), existente desde há 15 anos e que pretende "ser um elemento fundamental e catalisador do desenvolvimento das Regiões do Vale do Sousa, Baixo Tâmega e circundantes, contribuindo assim para o desenvolvimento e bem-estar social destas, através da formação superior de cidadãos de elevada competência profissional, científica e técnica, da investigação e da prestação de serviços à comunidade." (sic).

A ESTGF ministra cursos especialmente vocacionados para as tecnologias da informação e para as ciências empresariais.

Figura 86 – Estabelecimentos de educação e ensino – mapa geral.



Fonte: Carta Educativa (em revisão)

**Figura 87 – Estabelecimentos e nº alunos 2014/2015 na rede pública, por escola e valência.**

Pré-Escolar		
Agrupamento	Escola	Nº alunos 2014/2015
Airões	Escola Básica de Cimo de Vila, Felgueiras	27
Airões	Escola Básica de Vinha, Felgueiras	24
Airões	Escola Básica n.º 1 de Airões, Felgueiras	44
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Covêlo, Felgueiras	21
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Estrada, Varziela, Felgueiras	77
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Margaride, Felgueiras	109
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Várzea, Felgueiras	61
D. Manuel Faria e Sousa	Jardim de Infância de Felgueiras	20
Felgueiras	Escola Básica de Cruzeiro, Vizela SJ, Felgueiras	15
Felgueiras	Escola Básica de Estradinha, Sendim, Felgueiras	31
Felgueiras	Escola Básica de Fontão, Felgueiras	15
Felgueiras	Escola Básica de Jugeiros, Felgueiras	25
Felgueiras	Escola Básica de Montinho, Regilde, Felgueiras	24
Felgueiras	Escola Básica de Pombeiro de Ribavizela, Felgueiras	46
Felgueiras	Escola Básica de Santa Luzia, Lagares, Felgueiras	71
Felgueiras	Escola Básica de Torrados, Felgueiras	43
Felgueiras	Escola Básica do Ribeirinho, Penacova, Felgueiras	19
Idães	Escola Básica de Boavista, Felgueiras	17
Idães	Escola Básica de Outeiro, Longra, Felgueiras	20
Idães	Escola Básica de Paços, Felgueiras	19
Idães	Escola Básica de Salgueiros, Felgueiras	21
Idães	Jardim de Infância de Cruzes, Felgueiras	33
Lixa	Escola Básica de Caramos, Felgueiras	38
Lixa	Escola Básica de Macieira da Lixa, Felgueiras	25
Lixa	Escola Básica de Pinheiro, Felgueiras	21
Lixa	Escola Básica de Santão, Felgueiras	0
Lixa	Jardim de Infância da Lixa, Felgueiras	72
1º CEB	TOTAL	938
Agrupamento	Escola	Nº alunos 2014/2015
Airões	Escola Básica n.º 1 de Airões, Felgueiras	142
Airões	Escola Básica de Vinha, Felgueiras	49
Airões	Escola Básica de Cimo de Vila, Felgueiras	74
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Margaride, Felgueiras	117
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Várzea, Felgueiras	113
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica n.º 1 de Felgueiras	242
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Covêlo, Felgueiras	32
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica de Estrada, Varziela, Felgueiras	84
Felgueiras	Escola Básica de Torrados, Felgueiras	108
Felgueiras	Escola Básica de Estradinha, Sendim, Felgueiras	66
Felgueiras	Escola Básica de Santa Luzia, Lagares, Felgueiras	124
Felgueiras	Escola Básica de Pombeiro de Ribavizela, Felgueiras	95
Felgueiras	Escola Básica do Ribeirinho, Penacova, Felgueiras	43
Felgueiras	Escola Básica de Cruzeiro, Vizela SJ, Felgueiras	34
Felgueiras	Escola Básica de Montinho, Regilde, Felgueiras	48
Felgueiras	Escola Básica de Fontão, Felgueiras	38
Felgueiras	Escola Básica de Jugeiros, Felgueiras	36
Idães	Escola Básica de Idães, Felgueiras	102
Idães	Escola Básica de Salgueiros, Felgueiras	37
Idães	Escola Básica de Outeiro, Longra, Felgueiras	42
Idães	Escola Básica de Boavista, Felgueiras	56
Idães	Escola Básica de Paços, Felgueiras	24
Lixa	Escola Básica de Caramos, Felgueiras	68
Lixa	Escola Básica de Vila Cova da Lixa, Felgueiras	251
Lixa	Escola Básica de Pinheiro, Felgueiras	56
Lixa	Escola Básica de Macieira da Lixa, Felgueiras	53
Lixa	Escola Básica de Santão, Felgueiras	91
2º /3º CEB	TOTAL	2225
Agrupamento	Escola	Nº alunos 2014/2015
Airões	Escola Básica e Secundária de Airões, Felgueiras	455
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Básica D. Manuel de Faria e Sousa, Margaride, Felgueiras	708
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Secundária de Felgueiras	406
Felgueiras	Escola Básica de Lagares, Felgueiras	403
Felgueiras	Escola Básica e Secundária de Felgueiras	406
Idães	Escola Básica e Secundária de Idães, Felgueiras	517
Lixa	Escola Básica Dr. Leonardo Coimbra, Lixa, Felgueiras	529
Lixa	Escola Secundária da Lixa, Felgueiras	379
Secundário	TOTAL	3803
Agrupamento	Escola	Nº alunos 2014/2015
Airões	Escola Básica e Secundária de Airões, Felgueiras	30
D. Manuel Faria e Sousa	Escola Secundária de Felgueiras	883
Felgueiras	Escola Básica e Secundária de Felgueiras	149
Idães	Escola Básica e Secundária de Idães, Felgueiras	134
Lixa	Escola Secundária da Lixa, Felgueiras	322
TOTAL	TOTAL	1518

Fonte: Carta Educativa (em revisão)



III.2.2 Educação Pré-Escolar – oferta pública

A educação pré-escolar é uma valência educativa e, simultaneamente, uma resposta social.

Tal como designada na Lei de Bases do Sistema Educativo Português, a educação pré-escolar representa a primeira etapa da educação básica ao longo da vida de qualquer criança e é complementar à ação educativa da família. Integra, por isso, crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso do ensino básico.

A frequência deste nível de ensino é facultativa, cabendo à família a opção pela integração da criança. É também de referir que a Lei 65/2015, de 3 de julho, veio alterar a universalidade da educação pré-escolar dos 5 (previstos pela Lei 85/2009, de 27 de agosto) para os 4 anos de escolaridade.

Na verdade, a integração deste “nível” no sistema de ensino procura constituir um apoio para a família na tarefa de educação dos/as filhos/as, ao mesmo tempo que procura criar condições para permitir a cada criança desenvolver a sua autonomia e integração na sociedade, através de processos de socialização e desenvolvimento intelectual e emocional o mais estimulantes e catalisadores possível.

Considerando a relevância da finalidade da educação pré-escolar, compete então ao Estado encontrar formas de promover a universalização da oferta educativa, proporcionando meios necessários ao alargamento da rede de estabelecimentos em território nacional. Neste cenário de atribuições e responsabilidades, os concelhos, na sua generalidade, têm desempenhado um papel central.

O esforço para alargamento da oferta da educação pré-escolar realizado ao longo dos últimos anos no concelho de Felgueiras é notório e permitiu debelar algumas deficiências, nomeadamente, em termos de capacidade instalada.

Esta evolução é traduzida pelo aumento significativo do número de crianças integradas nos estabelecimentos da rede pública concelhia:

Figura 88 – Evolução do nº de crianças a frequentar a rede pública de educação pré-escolar.

Ano letivo	Estabelecimentos de educação pré escolar (rede pública)	
	Número de turmas em funcionamento	Número de crianças integradas
1995/1996	12	257
2000/2001	33	686
2006/2007	47	918
2014/2015	45	939

Fonte: DSPPMPC, elaboração própria



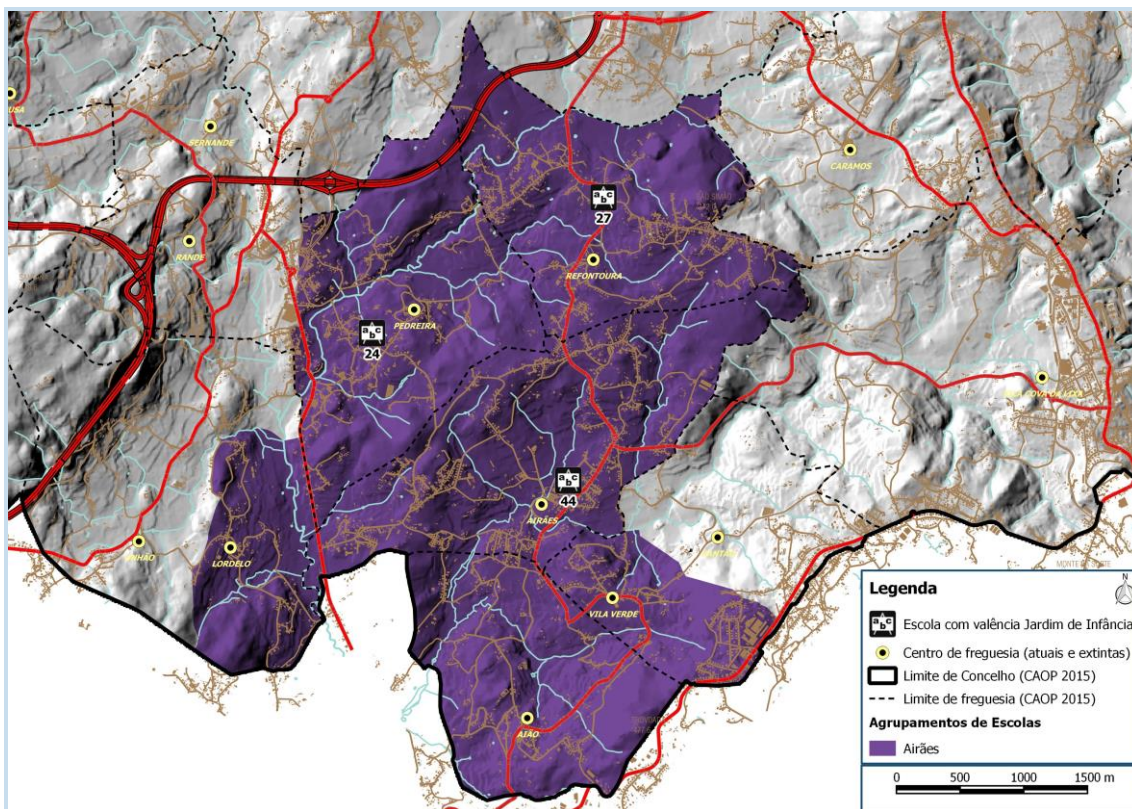
A ligeira diminuição do número de salas/turmas em funcionamento verificado entre 2006/2007 e 2014/2015 está ligada ao encerramento de estabelecimentos de ensino com valência de pré-escolar determinado pela política de reordenamento do Ministério de Educação e Ciência.

O número de crianças inscritas e frequentar o pré-escolar, nas últimas duas décadas, cresceu exponencialmente.

Para isto, considera-se determinante a adesão por parte do Concelho de Felgueiras aos fundos disponibilizados no âmbito do Programa de Expansão da Rede de Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, bem como a utilização de fundos disponibilizados pelo Programa ON2. Além do aumento do número de crianças integradas neste nível de ensino, assinala-se uma melhoria significativa do serviço disponibilizado nos vários estabelecimentos, nomeadamente, através da implementação de serviços complementares à ação educativa e de apoio à família. Procuraremos, de seguida, caracterizar, de um modo geral, as condições físicas e de funcionamento dos 26 estabelecimentos de ensino da rede pública que integram a valência de pré-escolar no ano letivo 2014/2015.

Figura 89 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento de Airões – tabela e cartograma.

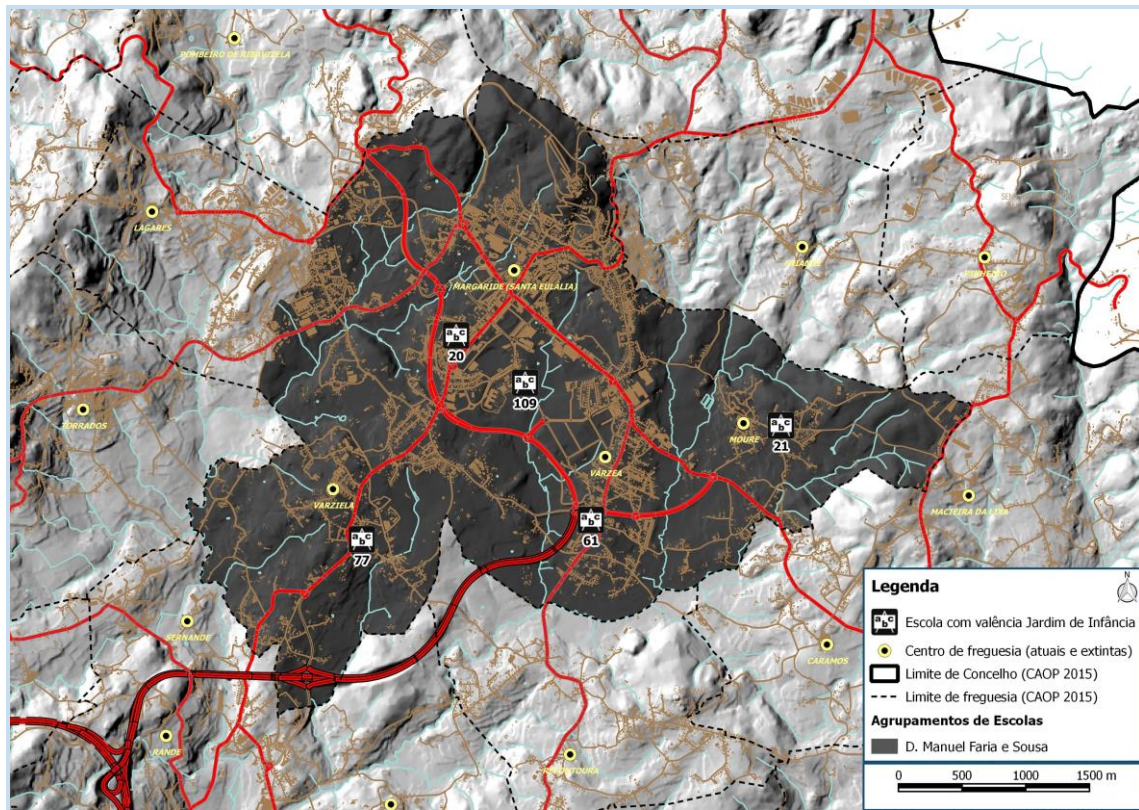
Estabelecimentos de ensino com valência de pré-escolar	Valências integradas	Taxa de ocupação %	Capacidade instalada	Número de crianças a frequentar	Número de salas de atividade			Número de crianças por sala	Edifício		Número de crianças a frequentar os Serviços - Apoio à Família	
					Em funcionamento	Existentes	Não utilizadas		Instalações próprias	Estado de conservação	Refeição	Prolongamento de horário
Agrupamento de Escolas de Airões												
EB n.º 1 Airões	JI+EB1	59	75	44	2	3	1	22	X	Bom	41	21
EB Vinha (Pedreira)	JI+EB1	48	50	24	1	2	1	24	X	Razoável	20	15
EB Cimo de Vila (Refontoura)	JI+EB1	54	50	27	2	2	0	14	X	Bom	26	14
EB Paraíso (Airões)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (1 sala JI)										
EB Bouça (Vila Verde)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo do Reordenamento Escolar definido pelo MEC (1 sala JI)										
EB Senra (Aião)		Estabelecimento encerrado (2014) ao abrigo do Reordenamento Escolar definido pelo MEC (1 sala JI)										



Fonte: DSPMPC/DUOA, elaboração própria

Figura 90 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento D. Manuel Faria e Sousa – tabela e cartograma.

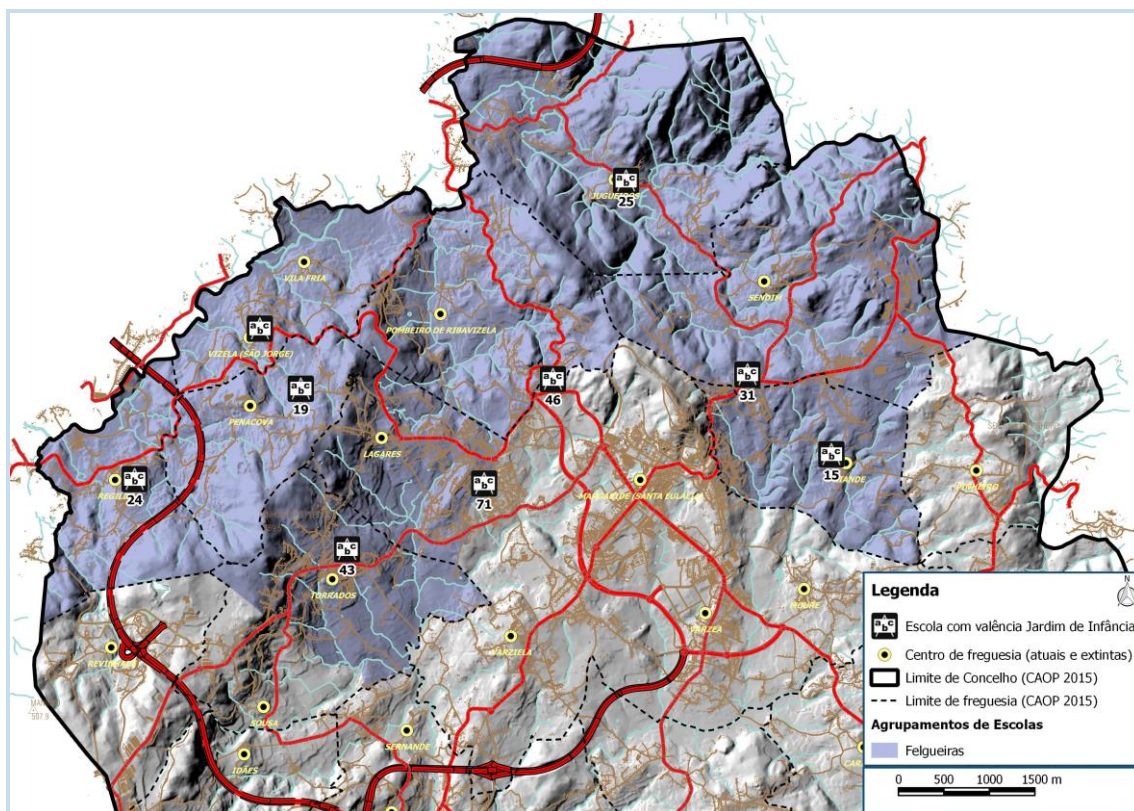
Estabelecimentos de ensino com valência de pré-escolar	Valências integradas	Taxa de ocupação %	Capacidade instalada	Número de crianças a frequentar	Número de salas de atividade			Número de crianças por sala	Edifício		Número de crianças a frequentar os Serviços - Apoio à Família	
					Em funcionamento	Existentes	Não utilizadas		Instalações próprias	Estado de conservação	Refeição	Prolongamento de horário
Agrupamento de Escolas D. Manuel Faria e Sousa												
JI Felgueiras (Bº João Paulo II)	JI	80	25	20	1	1	0	20	(a)	Razoável	16	11
EB Margaride	JI+EB1	73	150	110	5	6	1	22	X	Bom	73	42
EB Estrada (Varziela)	JI+EB1	103	75	77	3	3	0	26	X	Bom	47	31
EB Covêlo (Moure)	JI+EB1	42	50	21	1	2	1	21	X	Bom	12	6
EB Várzea	JI+EB1	61	100	61	3	4	1	20	X	Bom	50	28
EB Padroso (Margaride)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (1 sala JI)										
JI Várzea		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (3 salas JI)										
EB Calvário (Sendim)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (1 sala JI)										



Fonte: DSPMPC/DUOA, elaboração própria

Figura 91 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento de Felgueiras – tabela e cartograma.

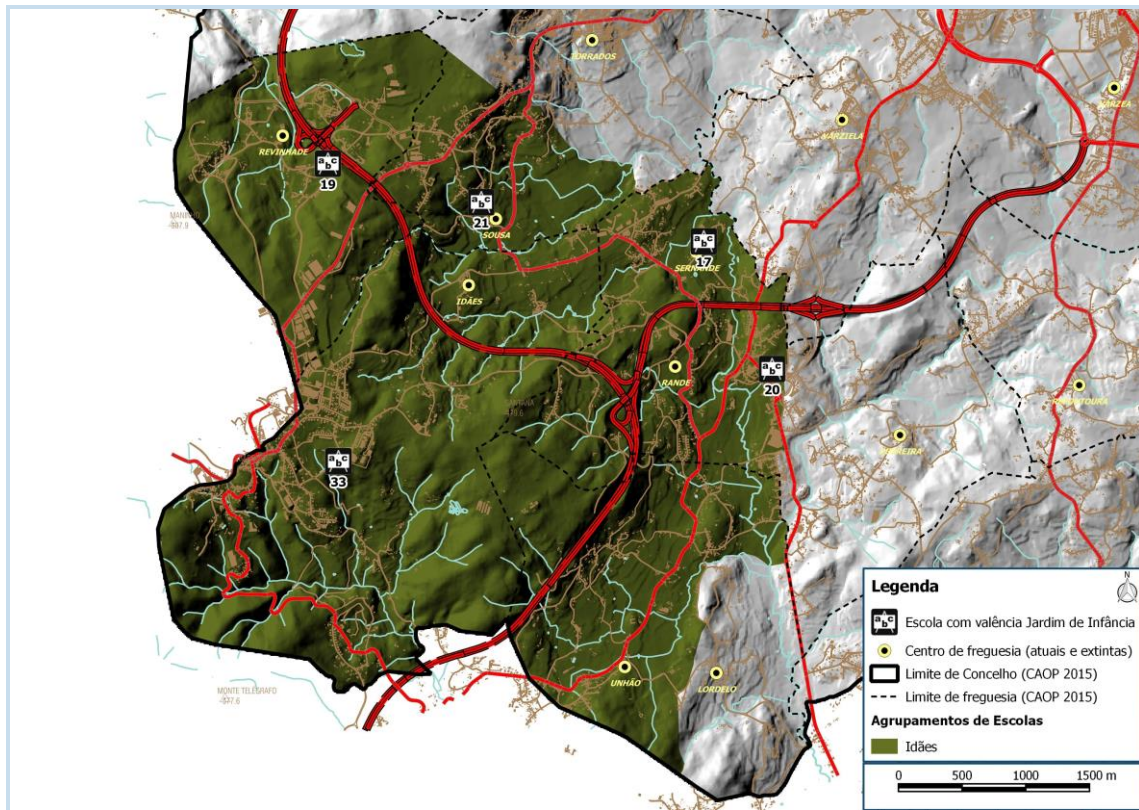
Estabelecimentos de ensino com valência de pré-escolar	Valências integradas	Taxa de ocupação %	Capacidade instalada	Número de crianças a frequentar	Número de salas de atividade			Número de crianças por sala	Edifício		Número de crianças a frequentar os Serviços - Apoio à Família	
					Em funcionamento	Existentes	Não utilizadas		Instalações próprias	Estado de conservação	Refeição	Prolongamento de horário
Agrupamento de Escolas de Felgueiras												
EB Ribeirinho (Penacova)	JI+EB1	76	25	19	1	1	0	19	X	Bom	13	8
EB Pombeiro	JI+EB1	46	100	46	2	4	2	23	X	Bom	32	22
EB Jogueiros	JI+EB1	50	50	25	1	2	1	25	X	Bom	22	6
EB Santa Luzia (Lagares)	JI+EB1	94,67	75	71	3	3	0	24	X	Bom	62	41
EB Montinho (Regilde)	JI+EB1	96	25	24	1	1	0	24	X	Razoável	24	13
EB Torrados	JI+EB1	86	50	43	2	2	0	22	X	Bom	34	26
EB Cruzeiro (Vizela SJ)	JI+EB1	60	25	15	1	1	0	15	X	Razoável	12	5
EB Estradinha (Sendim)	JI+EB1	62	50	31	2	2	0	16	X	Bom	27	14
EB Fontão (Friande)	JI+EB1	30	50	15	1	2	1	15	X	Bom	11	10
EB Seixo (Penacova)		Estabelecimento encerrado (2013) ao abrigo do Reordenamento Escolar definido pelo MEC (1 sala JI)										
EB Ramalhal (Pombeiro)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (1 sala JI)										
EB Monte (Pombeiro)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (2 salas JI)										
JI Tojal (Torrados)		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (2 salas JI)										
JI Assento (Jogueiros)		Estabelecimento encerrado (2011) ao abrigo da abertura de novas valências (1 sala JI)										



Fonte: DSPMPMC/DUOA, elaboração própria

Figura 92 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento de Idães – tabela e cartograma.

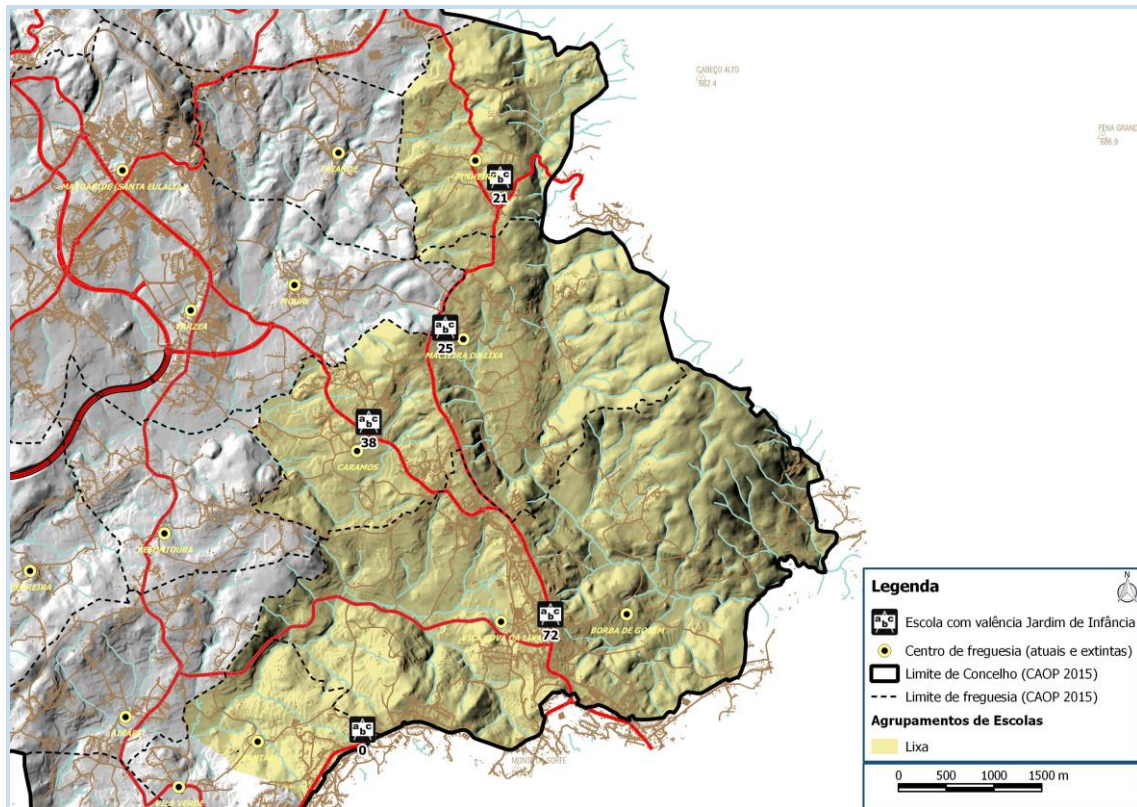
Estabelecimentos de ensino com valência de pré-escolar	Valências integradas	Taxa de ocupação %	Capacidade instalada	Número de crianças a frequentar	Número de salas de atividade			Número de crianças por sala	Edifício		Número de crianças a frequentar a Serviços - Apoio à Família	
					Em funcionamento	Existentes	Não utilizadas		Instalações próprias	Estado de conservação	Refeição	Prolongamento de horário
Agrupamento de Escolas de Idães												
EB Outeiro (Rande)	JI+EB1	80	25	20	1	1	0	20	X	Razoável	11	8
EB Salgueiros (Sousa)	JI+EB1	84	25	21	1	1	0	21	X	Razoável	19	12
EB Boavista (Sernande)	JI+EB1	68	25	17	1	1	0	17	X	Razoável	16	14
JI Cruzes (Idães)	JI	44	75	33	2	3	1	17	X	Bom	28	22
EB Paços (Revinhade)	JI+EB1	76	25	19	1	1	0	19	X	Bom	15	8



Fonte: DSPPMPC/DUOA, elaboração própria

Figura 93 – Pré-escolar (2014/2015): agrupamento da Lixa – tabela e cartograma.

Estabelecimentos de ensino com valência de pré-escolar	Valências integradas	Taxa de ocupação %	Capacidade instalada	Número de crianças a frequentar	Número de salas de atividade			Número de crianças por sala	Edifício		Número de crianças a frequentar os Serviços - Apoio à Família	
					Em funcionamento	Existentes	Não utilizadas		Instalações próprias	Estado de conservação	Refeição	Prolongamento de horário
Agrupamento de Escolas da Lixa												
EB Macieira da Lixa	JI+EB1	50	50	25	1	2	1	25	X	Bom	21	13
EB Pinheiro	JI+EB1	42	50	21	1	2	1	21	X	Bom	20	13
EB Caramos	JI+EB1	51	75	38	2	3	1	19	X	Bom	26	14
JI Lixa	JI	96	75	72	3	3	0	24	X	Razoável	63	22
JI Macieira da Lixa		Estabelecimento encerrado (2010) ao abrigo da abertura de novas valências (1 sala JI)										
EB Santão	JI+EB1	Existem 2 salas de JI que não estão a funcionar por falta de inscrições.										



Fonte: DSPPMPC/DUOA, elaboração própria

III.3 Formação Profissional

No concelho de Felgueiras existe uma oferta de formação profissional diversificada, ministrada em algumas das Escolas Básicas e Secundárias, bem como na Escola Profissional de Felgueiras e no Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado (ambos especificamente vocacionados para este tipo de ensino/formação).

No seu conjunto, verifica-se a existência de quatro tipologias distintas de cursos: vocacionais⁵, profissionais⁶, EFA⁷ e CEF⁸, sendo que esta última deixou de ser lecionada no presente ano letivo.

⁵ Curso vocacional: modalidade de ensino que permite aos alunos terminar um ciclo de escolaridade, básico ou secundário, e prosseguir estudos, nas mesmas condições de outras modalidades de ensino. São organizados em módulos, permitindo que os alunos possam progredir, de acordo com o seu ritmo. Estes cursos pretendem responder a necessidades fundamentais dos alunos e, desta forma, permitir a inclusão de todos no percurso escolar. São cursos que privilegiam o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

⁶ Curso profissional: percurso do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta o perfil de cada aluno, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local.

⁷ EFA: cursos de educação e formação de adultos são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar.

⁸ CEF: cursos de educação e formação são uma oportunidade para o aluno poder concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses, ou para poder prosseguir estudos ou formação que lhe permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho.

Figura 94 – Oferta formativa por tipologia de curso e estabelecimento de ensino/formação (2014/2015 – dados disponíveis).

Tipologia do Curso	Designação do Curso	Estabelecimento de Ensino/Formação											
		Escola Secundária de Felgueiras		Escola Secundária da Lixa		Escola Básica e Secundária de Idães		Escola Profissional de Felgueiras		Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado			
		Inscritos	Desistências	Inscritos	Desistências	Inscritos	Desistências	Inscritos	Desistências	Inscritos	Desistências		
VOC	Comércio, Informática e Restauração	20	0										
	Multimédia, Fotografia e Artes Plásticas	22	0										
	Comércio, Desporto e Calçado					38	0						
	Organização de Eventos, Serviço de Mesa, Audiovisuais e Produção de Media			50	1								
	Calçado, Serralharia e Comércio							44	4				
	Calçado, Multimédia e Eletricidade							344	11				
Profissional	Técnico de Saúde	54	2										
	Técnico de Multimédia	75	1	26	1			47	2				
	Técnico de Comércio	52	2	45	8								
	Técnico de Restauração - Cozinha/Pastelaria	46	5										
	Técnico de Restauração - Restaurante/Bar	18	0			30	2						
	Técnico de Turismo	61	1										
	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	30	0										
	Técnico de Apoio Psicosocial	20	0	17	0								
	Técnico de Informática de Gestão	45	8										
	Técnico de Análises Laboratoriais	23	0										
	Técnico de Eletrotécnica			32	1								
	Técnico de Turismo Ambiental e Rural			37	8								
	Técnico Auxiliar Protésico			18	0								
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos			26	2								
	Técnico de Gestão, Planeamento e Produção							77	0				
	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores							51	2				
	Técnico de Instalações Elétricas							27	2				
	Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria							75	1				
Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação							23	0					
EFA	Escolar Básico	31	0										
	Escolar Secundário	40	0										
	Técnico Auxiliar de Saúde			18	3								
	Técnico de Multimédia			12	3								
CEF Jovens	Técnico de Restauração - Restaurante/Bar					15	2						
	Técnico/a Gestão Produção Calçado-EFJ-Tipo 7									13	8		
CEF Adultos	Empregado Comercial EFA B3									29	25		
	Electricista de Instalações EFA B3									20	14		
	Operador/a de Costura de Calçado - continuação (150h)									10	0		
	Operador/a de Armazenagem - EFA B3									22	16		
	Técnico/a Comercial - EFA N/S - Profissionalizante									21	8		
	Projectista Calçado e Marroquinaria EFA N/S - Profissionalizante									25	13		
	Técnico de Fabrico Manual de Calçado - EFA N/S									24	18		
	Técnico Manutenção Máquinas Calçado Marroquinaria-EFA N/S									25	17		
CET	Técnico Especialista Design de Calçado-CET									21	4		
	Técnico Especialista Gestão Redes e Sistemas Informáticos-CET									16	5		
	Técnico Especialista Desenvolvimento Produtos Multimédia-CET									17	7		
	Técnico Especialista Design de Calçado-CET									22	6		
	Técnico Especialista Automação, Robótica e Controlo Industrial-CET									15	4		
Curso de Aprendizagem	Modelação de Calçado e Marroquinaria I - Aprendizagem 3º ano									6	0		
	Técnico de Modelação de Calçado - Aprendizagem 2º ano									13	0		
	Técnico de Modelação de Calçado - Aprendizagem 1º ano									23	8		
	Eletrónica, Automação e Comando - Aprendizagem 2º ano									5	1		

Fonte: Estabelecimentos de ensino/formação

Quanto à taxa de empregabilidade destes formandos, apenas se dispõe de dados referentes à EPF, retirados do seu relatório de atividades de 2014:

(...) *"Malgrado o contexto socioeconómico nacional desfavorável e particularmente adverso à inserção dos jovens no mercado de trabalho, as taxas de empregabilidade dos nossos formandos finalistas mantiveram elevado desempenho, atingindo os seguintes valores:*

- *Técnico de Gestão/Planeamento e Produção - 64% de empregabilidade (dos quais 93% no mercado de trabalho e 7% no ensino superior)*
- *Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos - 75% de empregabilidade (dos quais 100% no mercado de trabalho e 0% no ensino superior)*
- *Técnico de Design de Calçado e Marroquinaria - 82% de empregabilidade (dos quais 94% no mercado de trabalho e 6% noutras formações)*
- *Técnico de Energias Renováveis — 84% de empregabilidade (dos quais 81% no mercado de trabalho e 19% no ensino superior)."*(...)



CAPÍTULO IV

SAÚDE

IV.1 Equipamentos de Saúde

No que se refere ao Serviço Nacional de Saúde, no território municipal está estabelecida uma rede composta por 4 Unidades de Saúde Familiar (Felgueiras Saúde, Felgaria Rubeans, ambas na cidade de Felgueiras, Hygeia, na cidade da Lixa e Longara Vida, na vila da Longra), complementadas por 2 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados em 3 equipamentos, UCSP Nova Saúde (Serrinha e Marco de Simões – freguesia de Macieira da Lixa e Caramos) e UCSP S. Tiago (Barrosas).

No equipamento sediado na cidade de Felgueiras, funciona a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), cuja missão é contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde, concorrendo, de um modo direto, para o cumprimento da missão do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) em que se integra.

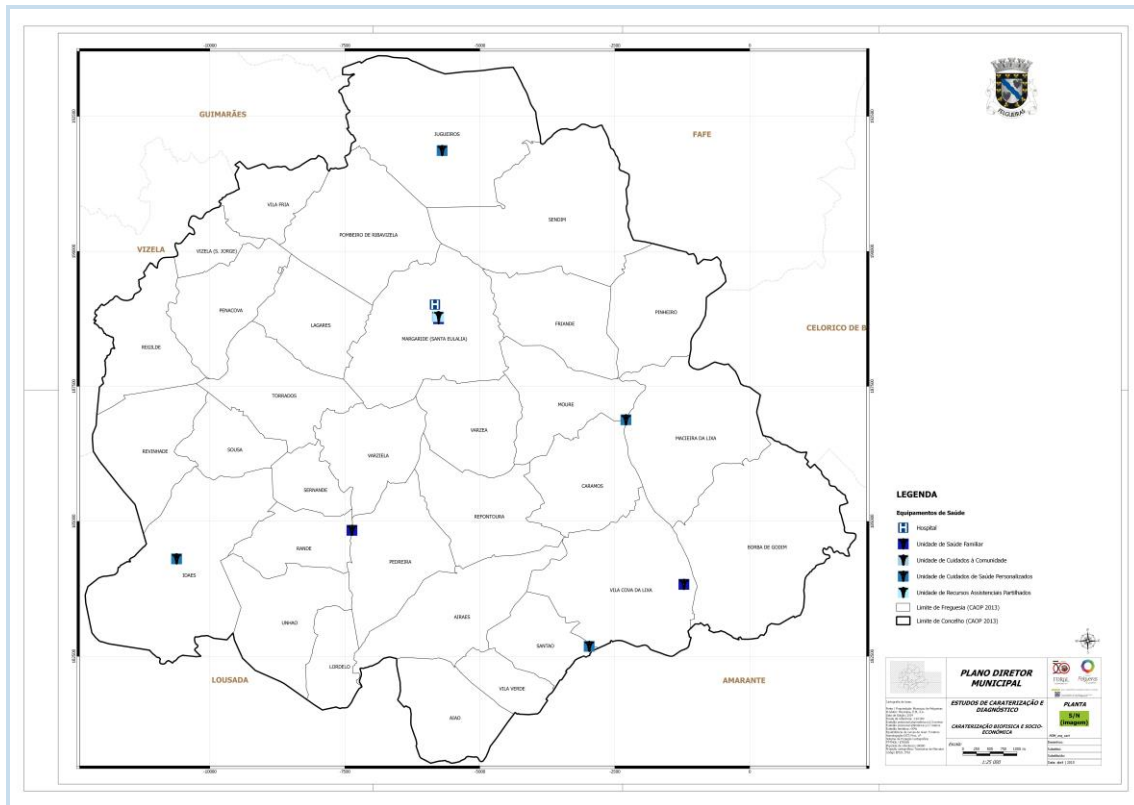
A UCC presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social, de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente a pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo e atua, ainda, na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção. Para além de vários projetos, esta unidade possui uma equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) e uma Equipa Domiciliária da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Em conjunto com estas funciona ainda uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, com a finalidade de concentrar, organizar e disponibilizar, no contexto global do agrupamento de centros de saúde (ACES), a oferta de cuidados em áreas como a fisioterapia, a higiene oral, a psicologia, a nutrição, o serviço social, a terapia ocupacional, o diagnóstico radiológico e laboratorial, diversas especialidades médicas, entre outros. Tem, assim, uma dupla missão: prestar serviços complementares às atividades das restantes unidades funcionais do ACES e contribuir para a promoção da saúde e prevenção da doença na população da sua área geográfica, para obter ganhos em saúde sustentáveis ao longo do ciclo de vida.

Esta rede tem beneficiado de diversos melhoramentos ao longo do tempo, nomeadamente ao nível das instalações (na maior parte dos casos, inicialmente estas eram precárias), e tendencialmente tem adquirido melhores condições de funcionamento e de prestação de serviço à população. São disto exemplo os investimentos em Jogueiros, Longra e Serrinha.

Para além destes, existe também um número relevante de consultórios e clínicas privadas disseminadas pelo Concelho, mas com particular incidência nos principais centros urbanos (cidades de Felgueiras e Lixa).

Figura 95 – Distribuição dos principais equipamentos de saúde e dados disponíveis (ACES).



Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Unidade Funcional	Locais	Concelho
USF Felgueiras Saúde	Margaride	Felgueiras
USF Felgaria Rubeans	Margaride	Felgueiras
UCC Felgueiras (Integra ECCI)	Margaride	Felgueiras
USF Longara Vida	Longra	Felgueiras
USF Higeia	Lixa	Felgueiras
UCSP Nova Saúde	Serrinha e Marco de Simões	Felgueiras
UCSP S. Tiago	Barrosas	Felgueiras
UCSP Jugeiros	Jugeiros	Felgueiras
URAP	Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada	Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada

Serviços	Locais	Concelho
ECL	Margaride	Felgueiras
CDP Felgueiras	Margaride	Felgueiras
Gabinete do Cidadão	Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras	Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras
USP-Unidade de Saúde Pública	Paços de Ferreira	Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras



Unidade Funcional	Nº utentes	Médicos		Enfermeiros		Assistentes técnicos	
		Nº	Rácio	Nº	Rácio	Nº	Rácio
UCSP Margaride/Jugueiros	4698	3	1566	3	1566	2	2349
USF Felgueiras Saúde	10628	6	1771	6	1771	5	2126
USF Higeia	10446	6	1741	6	1741	5	2089
UCSP Nova Saúde	7414	4	1854	4	1854	4	1854
UCSP S. Tiago	10386	6	1731	6	1731	4	2597

Recursos Humanos do ACES 2013		Ano 2013	Previstos (Portaria 272/2009 de 18/03 e Dec. Lei 137/2013)	Ano 2014	Varição 2013-2014	Varição 2014-Portaria	
		Nº Efetivos		Nº Efetivos	Nº Efetivos	Nº Efetivos	
Profissionais	Diretor Executivo	1	1	1	0	0	
	Médicos de clínica geral e familiar	67	97	65	-2	-32	
	Enfermeiros	118	131	113	-5	-18	
	Assistentes Técnicos	67	104	58	-9	-46	
	Médicos de saúde Pública	4	6	4	0	-2	
	Médicos Internos SP	1		2	+1		
	Médicos Internos MGF	23		31	+8		
	Técnicos Superiores do Regime Geral e Serviço Social	Administradores, Economista, Gestores, Outros	2	16	2	0	-6
		Informáticos					
		Assistentes Sociais	5		5	0	
	Técnicos Superiores de Saúde	Nutrição	3		3	0	
		Psicologia					
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	Outros					
		Dietética		18			-15
		Fisioterapia					
		Higiene Oral					
		Radiologia					
		Saúde Ambiental	3		3	0	
		Terapia da Fala					
	Terapia Ocupacional						
Outros							
Assistentes Operacionais	45	61	40	-5	-21		
Coordenador Técnico	1		0	-1			

Recursos	Felgueiras
Hospitais das Misericórdias	1
Clínicas/Consultórios Medicina Dentária	27
Clínicas/Consultórios Médicos	30
Farmácias	12
Postos de colheita de Produtos Biológicos	14
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	1

Unidade Prestadora	Tipologia	Capacidade (camas)
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Convalescença	14
	Média Duração	18
	Longa Duração	32
Equipas Domiciliárias	ECCI	20

	HM	H	M
ACES Vale do Sousa	164598	80174	84424
C. S. Felgueiras	60189	29002	31187
C. S. Lousada	44557	21550	23007
C. S. Paços de Ferreira	59852	29622	30230

Fonte: Relatório ACES, 2013

O concelho é servido pelo Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa (CHTS), constituído pelos Hospitais Padre Américo (Vale do Sousa) e pelo Hospital de São Gonçalo (Amarante).

O ordenamento da rede hospitalar efetuado pelo Ministério da Saúde determina que Felgueiras terá como 1º hospital de referência o Hospital Padre Américo em Guilhufe (Penafiel).

Para além do recurso ao CHTS, no concelho de Felgueiras existe igualmente uma unidade hospitalar de gestão privada, a qual é propriedade e gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras.

Não sendo um hospital público, dispõe, no entanto, de condições para ser utilizado enquanto unidade complementar ao CHTS, e, efetivamente, acaba em termos práticos por funcionar como tal.

Salienta-se a evolução significativa, nos últimos oito anos, das valências prestadas por esta unidade hospitalar, em termos do número de serviços, de especialidades e de tipos de cirurgia.

Figura 96 – Especialidades, tipos de cirurgia e serviços prestadas no Hospital Agostinho Ribeiro.

ESPECIALIDADES				
Alergologia	Cardiologia	Cirurgia Geral	Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	Cirurgia Vascular
Clinica Geral	Dermatologia	Endocrinologia	Gastroenterologia	Ginecologia
Medicina Dentária	Medicina Física e Reabilitação	Medicina Interna	Neurocirurgia	Nutrição
Oftalmologia	Oncologia Médica	Ortopedia	Otorrinolaringologia	Pediatria
Pneumologia	Podologia	Psicologia	Psiquiatria	Urologia
CIRURGIAS				
Geral	Plástica e Reconstructiva e Estética	Estomatologia	Ginecologia	Neurocirurgia
Oftalmologia	Ortopedia	Otorrinolaringologia	Urologia	Vascular
SERVIÇOS				
Análises clínicas	Bloco operatório	Exames auditivos	Hemodiálise	Internamento
Medicina física e de reabilitação	Meios auxiliares de diagnóstico	Serviço de Atendimento Permanente (SAP)	Unidade de Cuidados Continuados	

Fonte: Web



IV.2 Dependências

No âmbito das dependências e/ou comportamento aditivo, o concelho de Felgueiras conta com duas entidades que intervêm neste domínio através do Sistema Nacional de Saúde. A primeira entidade assinalada refere-se ao ACES Vale do Sousa que sinaliza e encaminha indivíduos que se encontrem numa situação de risco associada ao uso de substâncias psicoativas (SPA).

Por sua vez, o CHTS dispõe de um serviço circunscrito a consultas destinadas a indivíduos com problemas de alcoologia, alojado no respetivo Serviço de Psiquiatria.

Em 2014, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) registou 93 utentes do concelho de Felgueiras. Sendo, que o maior número de indivíduos se situa na faixa etária de idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos.

Convém, no entanto, ressaltar que, ao considerarmos estes dados, perspetiva-se, na realidade, um número superior ao indicado no registo, uma vez que se constata que o número de toxicodependentes é efetivamente superior ao registado, até porque os dados apresentados referem-se ao CRI Oriental quando existem alguns casos inscritos nas Equipas Técnicas Especializadas de Tratamento de Guimarães e de Braga.

Neste sentido, verifica-se que a maior parte dos utentes foram encaminhados para áreas de intervenção no domínio do tratamento, tendo em vista a redução do uso da substância (na maior parte das vezes heroína) por parte do indivíduo até que este atinja a abstinência.

De acordo com o diagnóstico efetuado no concelho em 2010, a informação recolhida e posteriormente interpretada permitiu identificar que os consumos abusivos de álcool na população (em particular nos jovens) e os consumos de substâncias psicoativas ilícitas (em simultâneo com a ausência de estruturas de resposta de proximidade na área do tratamento) se constituem como os principais problemas detetados.

Estes consumos "*psicoativos*" assumem uma dimensão preocupante, quer pela elevada incidência e prevalência que apresentam, quer principalmente pelas representações sociais positivas associadas e respetivo enquadramento sociocultural, que não só impedem o reconhecimento do consumo de álcool como um potencial problema, como promovem e reforçam o seu consumo. Verifica-se igualmente que a prevalência do consumo abusivo de álcool, afeta particularmente determinados grupos da população com baixo nível cultural, escolar e profissional, que apresentam défice de competências parentais, ausência de supervisão parental sobre os mais jovens, situações de desemprego e precariedade económica e famílias em situação de vulnerabilidade social com menores em risco.

O problema surge de forma transversal no concelho e em todos os níveis socioeconómicos da população, mas as suas manifestações surgem naturalmente agravadas num



enquadramento económico e sociocultural de pobreza, afetando principalmente os jovens que apresentam elevados níveis de absentismo e insucesso escolar.

Muito embora não existam dados que permitam avaliar com precisão a situação atual da toxicod dependência no concelho, esta problemática surge identificada, ao nível do CLAS, como prioritária.

As respostas locais face à toxicod dependência existem, através do Gabinete de Atendimento a Toxicod dependentes e Familiares, Centro de Saúde e Segurança Social, no entanto, são consideradas insuficientes devido à dimensão desta problemática e porque os serviços referidos têm apenas como funções, a informação e o encaminhamento das situações. Não dinamizam ações de tratamento do alcoolismo e toxicod dependência.

Em conclusão, identificamos a carência de uma intervenção concertada e em rede, que articule os recursos comunitários existentes, em particular a Autarquia, em torno da promoção de um plano de prevenção das dependências a nível concelhio. Torna-se necessário criar sinergias entre instituições públicas e privadas nas áreas da prevenção e tratamento das dependências (quer de substâncias lícitas como ilícitas), no âmbito da Rede Social de Felgueiras, visando a implementação de um programa territorial de respostas integradas.



CAPÍTULO V

JUSTIÇA E SEGURANÇA

V.1 Justiça

De acordo com a Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei nº 62/2013, de 26 de agosto), regulamentada pelo D.L. nº 49/2014, de 27 de março, o Tribunal de Felgueiras passou a fazer parte integrante da Comarca do Porto Este.

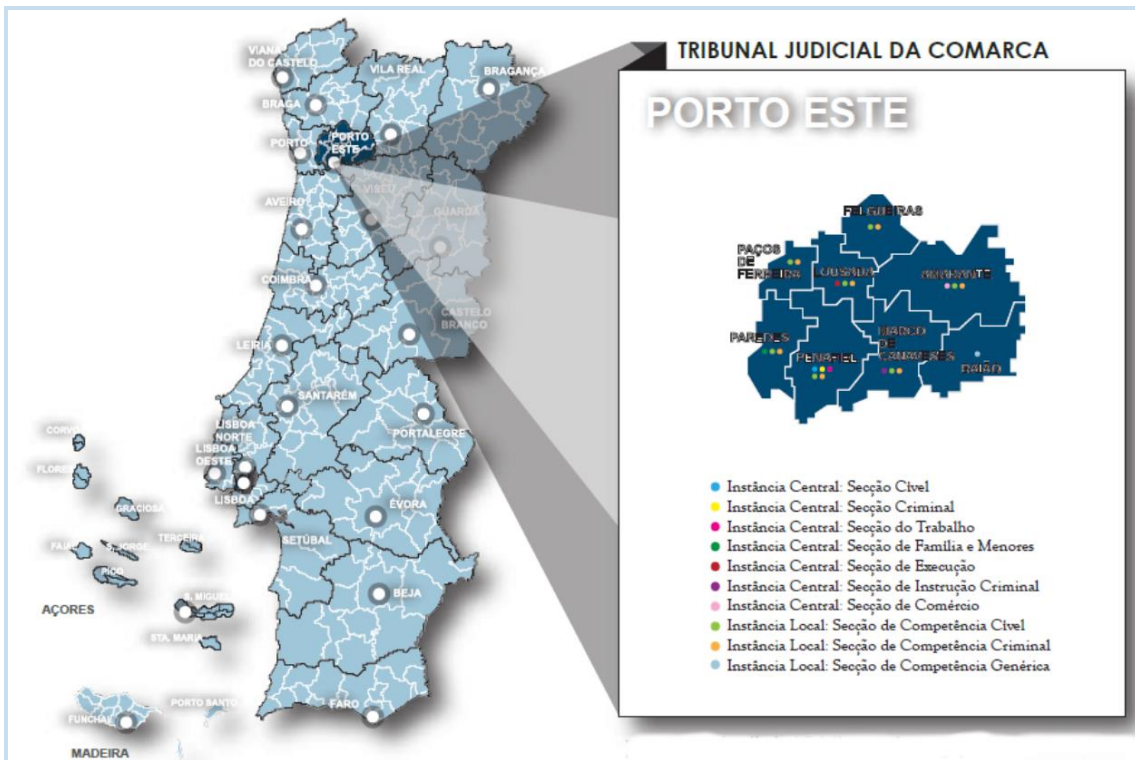
De acordo com a referida legislação, o Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este (sedeado em Penafiel) integra as seguintes secções de instância central:

- a) Secção cível, com sede em Penafiel;
- b) Secção criminal, com sede em Penafiel;
- c) Secção de instrução criminal, com sede em Marco de Canaveses;
- d) Secção de família e menores, com sede em Paredes;
- e) Secção do trabalho, com sede em Penafiel;
- f) Secção de comércio, com sede em Amarante;
- g) Secção de execução, com sede em Lousada.

O Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este integra ainda as seguintes secções de instância local:

- a) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Amarante;
- b) Secção de competência genérica, com sede em Baião;
- c) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Felgueiras;
- d) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Lousada;
- e) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Marco de Canaveses;
- f) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Paços de Ferreira;
- g) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Paredes;
- h) Secção de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal, com sede em Penafiel.

Figura 97 – Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este e respetivas instâncias.



Fonte: Ministério da Justiça

Constata-se assim que o tribunal localizado em Felgueiras passou a assegurar apenas uma instância local de competência genérica, desdobrada em matéria cível e criminal.

Tal circunstância motivou o desacordo da Câmara Municipal, considerando que tal será desproporcionado face ao volume processual, à relevância demográfica, à caracterização social e ao dinamismo económico que o Concelho apresenta.

E, de facto, os dados disponíveis nas estatísticas oficiais da justiça até 2013, acentuam os argumentos da Câmara Municipal, no que se refere ao movimento processual.

Figura 98 – Movimento global de processos no Tribunal de Felgueiras 2011-2013.

Ano				2013			2012			2011		
Fase do Processo				Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)
Instância	Distrito judicial	Círculo	Comarca	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos
1ª Instância	> Porto	> Guimarães	> Felgueiras	3.087	3.644	5.575	3.030	3.361	6.102	3.250	3.391	6.463

Fonte: Ministério da Justiça, DGPJ

**Figura 99 – Movimento de processos no Tribunal de Felgueiras 2011-2013, por área processual.**

Ano					2013			2012			2011		
Fase do Processo					Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)
Área processual	Instância	Distrito judicial	Círculo	Comarca	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos
Cível	1ª Instância	> Porto	> Guimarães	> Felgueiras	2153	2858	5093	2445	2580	5798	2436	2669	5933
Penal	1ª Instância	> Porto	> Guimarães	> Felgueiras	734	601	365	411	555	232	627	520	376
Tutelar	1ª Instância	> Porto	> Guimarães	> Felgueiras	200	185	117	174	226	102	187	202	154
TOTAL					3087	3644	5575	3030	3361	6132	3250	3391	6463

Fonte: Ministério da Justiça, DGPJ

Figura 100 – Movimento de processos no Tribunal de Felgueiras 2011-2013, por tipo de inquérito (Ministério Público).

Ano					2013			2012			2011		
Fase do Processo					Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)
Área processual	Instância	Distrito judicial	Círculo	Comarca	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos
Inquérito crime	1ª Instância	> Porto	> Guimarães	> Felgueiras	2226	2660	878	2295	2014	1312	2445	2578	1031
Inquérito tutelar educativo	1ª Instância	> Porto	> Guimarães	> Felgueiras	24	26	10	28	41	12	93	87	25
TOTAL					2250	2686	888	2323	2055	1324	2538	2665	1056

Fonte: Ministério da Justiça, DGPJ

Figura 101 – Movimento de processos nos tribunais constituintes da Comarca do Porto Este em 2013.

Ano				2013			TOTAL
Fase do Processo				Entrados	Findos	Pendentes (no final do período)	
Instância	Distrito judicial	Círculo	Comarca	Nº Processos	Nº Processos	Nº Processos	
1ª Instância	>	>	Guimarães	Felgueiras	3087	3644	5575
			Lousada		2657	2824	4664
			Paredes	Paços de Ferreira	3345	4038	4324
				Paredes	510	6338	9574
			Penafiel	Amarante	2780	3440	4968
				Baião	787	902	1663
				Marco de Canaveses	2360	2845	6342
					Penafiel	3734	4294
Total				23860	28425	42866	

Fonte: Ministério da Justiça, DGPJ

Este conjunto de dados permite perceber a relevância da atividade judicial no concelho de Felgueiras.

Repare-se que entre os tribunais agora constituintes da Comarca do Porto Este, Felgueiras era, em 2013, o terceiro com maior volume total de processos (entre entrados, findos e pendentes), a seguir a Paredes e Penafiel.

V.2 Criminalidade

O recurso à justiça estará, obviamente, correlacionado com a criminalidade.

Os quadros e cartograma abaixo mostram a evolução, entre 2011 e 2014, do número de crimes registados pelas autoridades e da taxa de criminalidade, nos concelhos constituintes da CIM-TS.



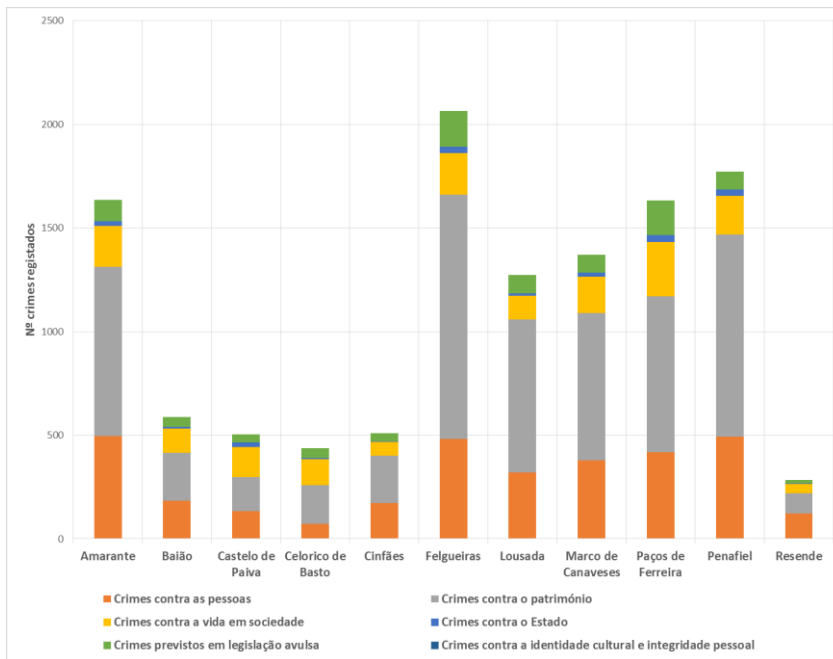
Figura 102 – Número de crimes, por tipo de crime, e taxa de criminalidade (‰) nos concelhos da CIM-TS.

Table with 14 columns for years 2011-2014 and multiple rows for crime categories (Total, Crimes contra integridade física, Crimes contra o património, etc.) and municipalities (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, etc.).

Fonte: INE

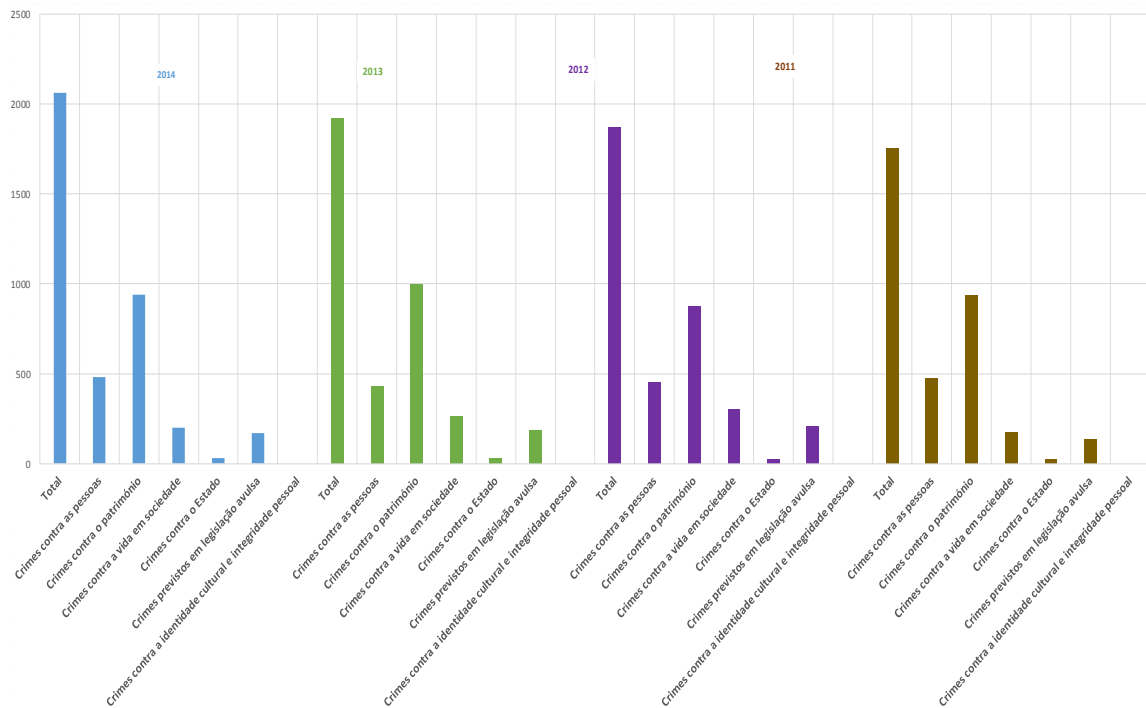


Figura 103 – Número de crimes, por tipo de crime nos concelhos da CIM-TS – gráfico.

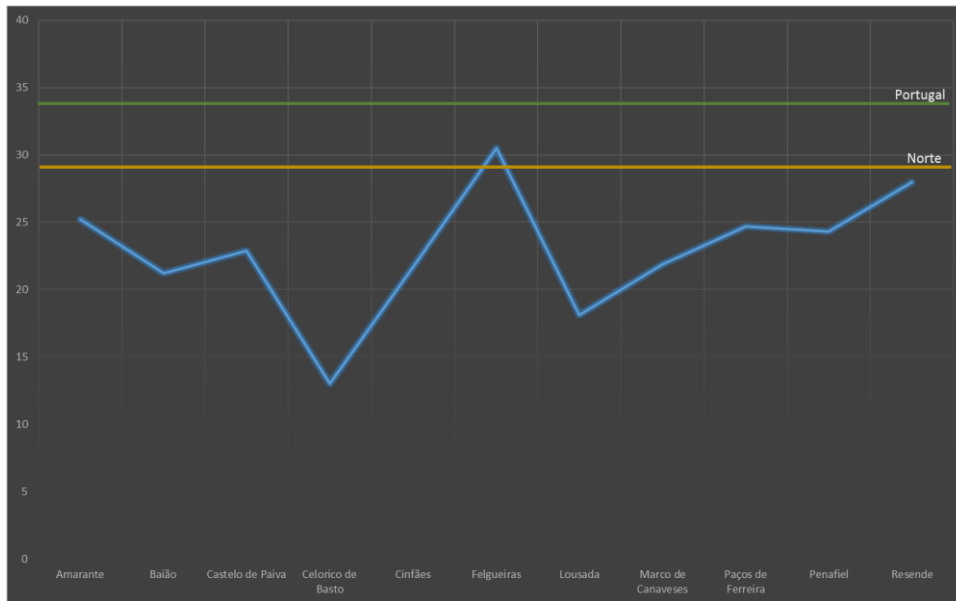


Fonte: INE

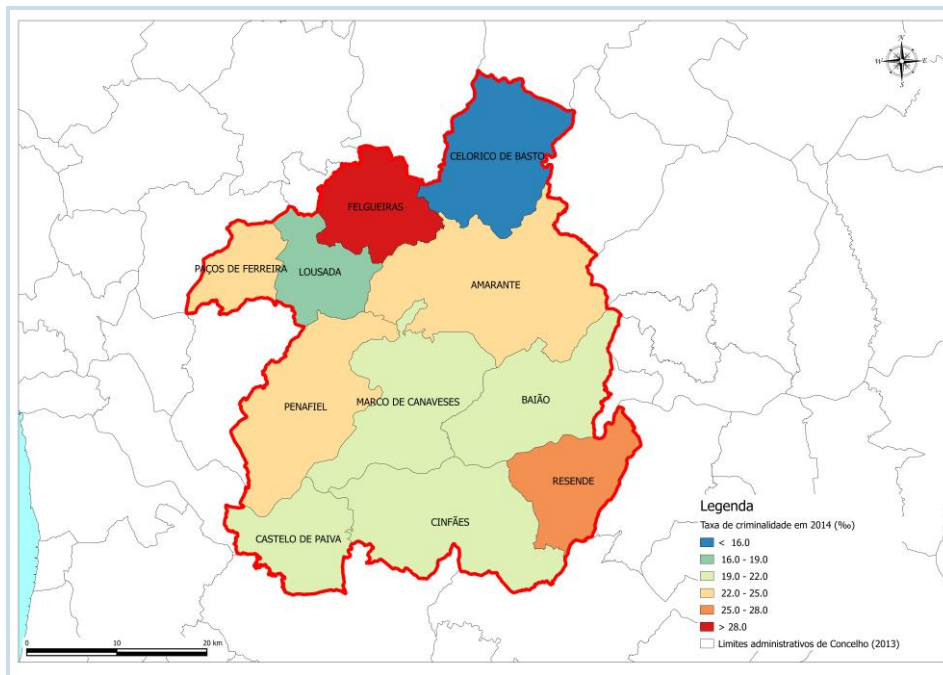
Figura 104 – Número de crimes, por tipo de crime no concelho de Felgueiras 2011-2014 – gráfico.



Fonte: INE

Figura 105 – Taxa de criminalidade (‰) nos concelhos da CIM-TS em 2014 – gráfico.

Fonte: INE

Figura 106 – Taxa de criminalidade (‰) nos concelhos da CIM-TS em 2014 – mapa.

Fonte: INE

**Figura 107 – Agentes/suspeitos em crimes registados segundo o tipo de crime e o escalão etário em Felgueiras 2011-2014.**

Ano	Escalaão Etário	2014		2013		2012		2011		Total
		Menos de 16 anos	Mais de 24 anos	Menos de 16 anos	Mais de 24 anos	Menos de 16 anos	Mais de 24 anos	Menos de 16 anos	Mais de 24 anos	
	Tipo de Crime (Nível1)	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	Nº de Intervententes	
(CP) Contra as pessoas	Contra a vida	5
	Contra a integridade física	6	305	..	33	297	..	32	258	34
	Contra a liberdade pessoal	..	3	102	..	6	76	..	14	10
	Contra liberd. autodeter. sex.	..	3	6	3	5
	Contra a honra	..	5	69	..	3	80	..	50	..
	Contra reserva da vida privada	9	..	5	7	..	4	..
	Outros contra as pessoas	3
	Contra a propriedade	19	122	3	43	171	9	34	163	61
	Contra o património em geral	16	..	21	28	..
	Contra direitos patrimoniais	3	..
(CP) Contra o património	Outros contra o património
	Crimes contra a família	6	..	5	6	..
	Crimes de falsificação	6	4
	Crimes de perigo comum	6	..	10	10	..
	Contra a seg. das comunicações	15	..	17	..	3	13	..
	Editoriais	..	7	62	..	6	69	..	11	80
	Contra a autoridade pública
	Contra a realização da justiça	17	..	25	35	..
	Comet. exerc. funções públicas	3	..	3
	Estupefacientes	..	15	9	..	12	21	..	5	7
(CP) Contra o Estado	Imigração ilegal	8	..
	Dtos. autor/ prop. indus.	3	..	4	10	..
	Emissão de cheque sem provisão	3	..
	Aduaneiros
	Jogo	10	..	7	14	..	15	..
	Informáticos
	Desporto	3
	Condução sem habilitação legal	..	6	27	..	18	39	..	28	30
	Outros crimes	14	..	22	23	..
	Total		27	137	16	137	893	17	139	848
										138
										903

Fonte: Ministério da Justiça, DGPJ

Como se pode verificar, Felgueiras apresenta, de forma constante entre 2011 e 2014, a mais elevada taxa de criminalidade entre os concelhos da CIM-TS, sendo o único que, em 2014, apresentava (embora ligeiramente) uma taxa superior à média da região Norte, ainda que inferior à média nacional.

O tipo de crime mais relevante é o crime contra o património (p. ex. furto), seguido do crime contra as pessoas (p. ex. agressão), sendo também relevante o crime contra a vida em sociedade (p. ex. condução sob efeito do álcool) e o crime previsto em legislação avulsa (p. ex. tráfico de estupefacientes).

Entretanto, em 2015, os dados provisórios cedidos pela GNR indicam a continuação da tendência de descida do número de crimes registados, sendo que apenas os crimes previstos em legislação avulsa não registam essa descida.

Figura 108 – Crimes registados pela GNR em 2015.

Localização geográfica	Crimes registados (N.º) pela Guarda Nacional Republicana						
	2015						
	Categoria de crime						
	Total	Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património	Crimes contra a vida em sociedade	Crimes contra o Estado	Crimes previstos em legislação avulsa	Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	
Felgueiras	1571	389	736	290	16	140	0

Fonte: GNR (dados provisórios)

O cenário apresenta-se algo preocupante, com uma taxa de criminalidade que se prefigura elevada, não só em comparação com os restantes concelhos da CIM-TS, como face aos restantes descritores socioeconómicos do concelho.

No entanto, segundo a informação que foi possível recolher junto das autoridades competentes (GNR), a grande maioria dos crimes não são suscetíveis de causar alarme social, o que explicará a ausência de referência deste problema no âmbito da Rede Social.

Por outro lado, em 2014, apenas cerca de 3% dos crimes terão sido praticados por indivíduos com idade inferior a 16 anos, o que não indicia a existência de fenómenos de delinquência juvenil.

Ainda assim, o quadro que se pode traçar sobre a criminalidade em Felgueiras a partir destes dados não pode ser considerado como positivo.

Para obviar a esta situação dever-se-á apostar em ações de prevenção/sensibilização, em conjunto com a GNR e com a Associação Empresarial de Felgueiras, com enfoque particular nas escolas e nas camadas da população mais suscetíveis (comerciantes, empresários, idosos...).



CAPÍTULO VI

JUVENTUDE, DESPORTO, CULTURA E LAZER

VI.1 Equipamentos Desportivos

Por instalação desportiva entende-se espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados para a prática de atividades desportivas, que incluem as áreas de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares.

Em relação a este tipo de instalações, o Concelho é servido por um equipamento de referência, o Complexo Municipal de Piscinas.

Este equipamento já é utilizado para eventos que superam largamente o âmbito municipal, tendo inclusivamente recebido competições internacionais.

Para além do Complexo Municipal, existem piscinas públicas na cidade da Lixa e na vila de Barrosas.

A cidade de Felgueiras dispõe de uma zona desportiva, nas proximidades do Complexo Municipal de Piscinas, a qual engloba campos para a prática de futebol e de ténis e de pista para prática de atletismo.

As cidades da Lixa e de Felgueiras dispõem de estádios relvados para a prática de futebol de competição, usualmente utilizados pelos respetivos clubes em jogos oficiais.

Praticamente todas as restantes freguesias dispõem de campo de jogos em terra batida, dimensionados para receber jogos de futebol de menor relevância.

Também têm sido implantados polidesportivos (cobertos ou descobertos) em número significativo e disseminados pelo Concelho, mormente nos anos mais recentes.

Representando 20,25% das instalações desportivas encontram-se os pavilhões desportivos que servem o concelho. Apesar de terem menos expressividade que as estruturas anteriormente mencionadas podem ainda encontrar-se dois campos de ténis, três ginásios privados e quatro piscinas no concelho.

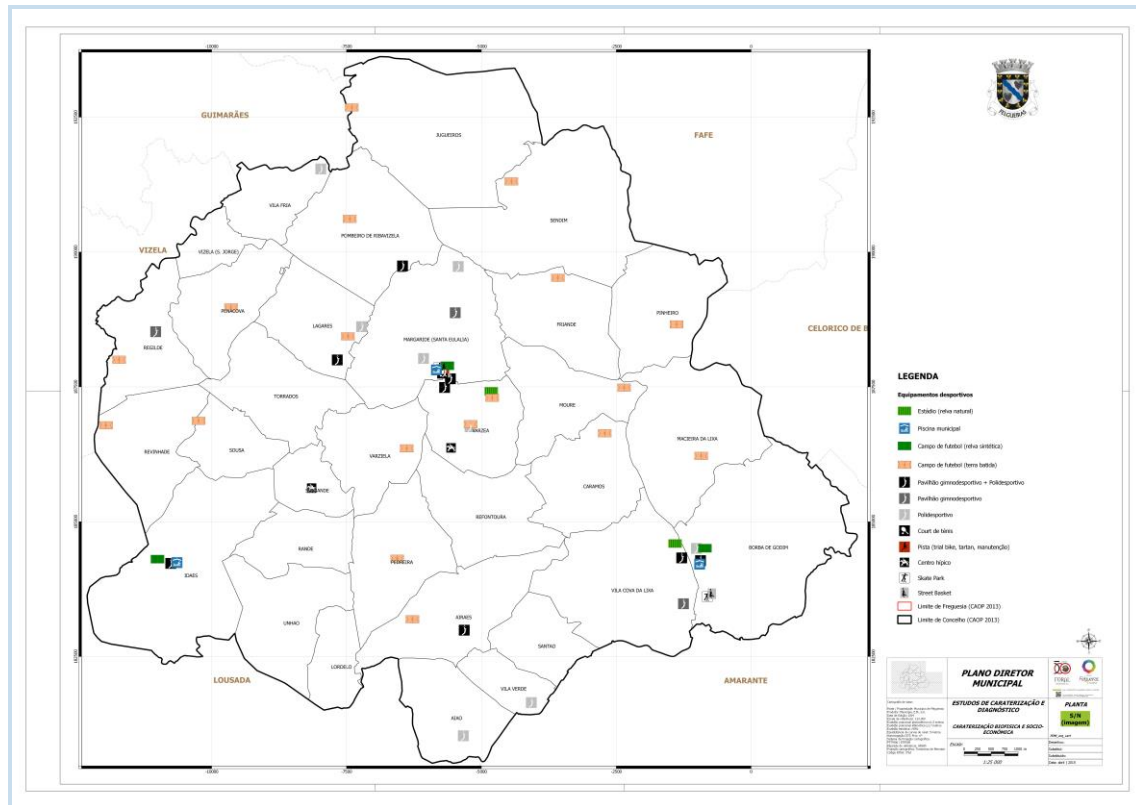
Para além das instalações consideradas no regime jurídico das instalações desportivas de uso público foi ainda identificada a tipologia de espaços naturais ou circuitos definidos para a atividade física e desporto.

Figura 109 – Equipamentos desportivos – listagem.

Tipologia	Nº	Freguesia
Academia de Fitness	7	Margaride, Vila Cova da Lixa, Borba de Godim
Campos de Futebol (relva sintética)	3	Margaride, Borba de Godim, Idães
Campos de Futebol (terra batida)	18	Friande, Jugeiros, Penacova, Pinheiro, Pombeiro, Regilde, Revinhade, Sendim, Macieira da Lixa, Caramos, Moure, Varziela, Lagares, Sousa, Várzea, Airães, Pedreira, Margaride
Centros Hípicos	2	Várzea, Sernande
Courts de Ténis	1	Margaride
Estádios (relva natural)	2	Margaride, Vila Cova da Lixa
Pavilhões Gimnodesportivos e Polidesportivos	28	Airães, Margaride, Vila Cova da Lixa, Lagares, Idães, Regilde, Borba de Godim, Aião, Vila Fria, Vila Verde, Várzea
Piscinas	3	Margaride, Borba de Godim, Idães
Pistas (Trial Bike, Tartan, Manutenção e Lazer)	3	Margaride
Skate Parks	2	Margaride, Borba de Godim
Street Basket	1	Borba de Godim

Fonte: CMF / DSPPMPC

Figura 110 – Distribuição dos equipamentos desportivos.



Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Quanto às modalidades praticadas nestes espaços, é possível constatar a existência de uma larga variedade, desde lazer e manutenção até à competição, amadora ou semi-amadora.



Existem modalidades desportivas federadas e promovidas regularmente, tal como o futebol, o atletismo, a natação, natação sincronizada ou pólo aquático, em que o concelho é representado por clubes que competem em torneios nacionais ou regionais.

A Autarquia é ela própria promotora de diversas atividades dirigidas a diferentes extratos da população residente.

Figura 111 – Agremiações desportivas por modalidade e freguesia.

Modalidades	Nº	Freguesia
Andebol	1	Idães
Atletismo	3	Moure, Várzea, Idães
Basquetebol	1	Margaride
Ciclismo	1	Margaride
Caça	1	Borba de Godim
Cicloturismo	5	Airões, Margaride, Idães, Macieira da Lixa, Vila Cova da Lixa
Columbofilia	4	Margaride, Várzea, Vila Cova da Lixa, Vila Verde
Karaté	2	Margaride
Futebol Federado	7	Várzea, Airões, Idães, Margaride, Lagares, Vila Cova da Lixa, Torrados
Futebol Amador	20	Aião, Friande, Jogueiros, Penacova, Pinheiro, Pombeiro, Refontoura, Regilde, Revinhade, Sendim, Macieira da Lixa, Caramos, Varziela, Pedreira, Sernande, Unhão, Sousa, Vila Fria, Vila Verde
Natação (natação pura, pólo aquático, natação sincronizada)	1	Margaride
Pesca Desportiva	2	Margaride, Borba de Godim
Voleibol	1	Margaride

Fonte: CMF / DSPPMPC

Figura 112 – Atividades e programas desportivos promovidos pela Autarquia em 2014.

Programas	Atividades
Ensino/Práticas Desportivas	Aulas municipais de natação (bebés, crianças, adultos) Aulas municipais de hidroginástica Aulas municipais de atividades de academia Aulas municipais de ginástica Aulas municipais de ténis
Educação/Atividade Física	Atividade física e desportiva (AEC) Programas de Ocupação de Tempos Livres Olimpíadas do Tâmega e Sousa da CIM Torneio Interconcelhio de Futebol - Sub 14
Programas Jovens	Festa do Desporto A Juventude Marca o Ritmo Semana da Juventude Jornadas do Desporto (modalidades com ritmo) Fitness com Ritmo
Programas Séniores	Dar Mais Vida ao Tempo (aulas de manutenção física e hidroginástica) Boccia Sénior Aulas de natação
Atividades Desportivas (Atletas portadores de deficiência física e intelectual)	Torneios de Natação (parceria com a ANDDI) Campeonatos de Para Hóquei 5 Apoio ao Boccia Adaptado
Organização, parcerias e apoio na realização de diversas atividades desportivas	Natação, Pólo Aquático, Natação Sincronizada, Atletismo, Marcha, Trails, Cicloturismo, Ciclismo-BTT/D downhill, Trial Bike, Caminhadas, Atividades de Fitness, Futebol

Fonte: CMF / DSPPMPC



VI.2 Equipamentos Culturais

O concelho de Felgueiras caracteriza-se por uma grande riqueza e diversidade de elementos patrimoniais que se encontram espalhados por todo o território concelhio e que estabelecem pontes de ligação e identificação cultural à região envolvente, constituindo uma unidade coesa e com fortes potencialidades ao nível da divulgação e animação do património e do turismo cultural.

Todas as freguesias dispõem de igreja e de cemitério e, em número crescente, de capela mortuária.

Algumas das igrejas são de elevado interesse arquitetónico, evidenciando-se as de arquitetura românica e, entre estas, o Mosteiro de Pombeiro, a Jóia do Vale (as restantes são a Igreja de Airães, de Unhão, de Sousa e de Vila Verde).

Este conjunto integra-se na Rota do Românico, projeto cultural e turístico estruturante para o desenvolvimento desta região.

Para além destes, o Concelho dispõe de Biblioteca Municipal (Felgueiras) com um pólo (Barrosas), da Casa de Cultura Leonardo Coimbra (Lixa), da Casa das Artes (Felgueiras), equipamento recente destinado à realização de espetáculos e que resultou da reabilitação do Teatro Fonseca Moreira, da Casa do Risco (Airães), dedicada ao artesanato, do Museu Casa do Assento (Friande), dedicado à ruralidade e da Oficina de Conservação e Restauro de Documentos Gráficos, integrada nos serviços da Biblioteca Municipal.

Releva-se ainda, no âmbito cultural patrimonial, a Villa Romana de Sendim, imóvel de interesse público, testemunho precioso do processo de romanização do território.

Edificada durante o século IV d. C., esta *villa* encontra-se implantada numa plataforma sobranceira a um pequeno vale, junto à bacia do rio Vizela. Complexo agrícola, por excelência, a Villa Romana de Sendim é constituída por diversos compartimentos habitacionais, alguns dos quais com pisos em *opus signinum* e mosaicos policromos de motivos geométricos.

Dispõe, atualmente, de Centro Interpretativo.

A autarquia tem apostado numa política de preservação e salvaguarda deste vasto património cultural móvel e imóvel, exemplos como a Casa do Risco e a Escola Oficina de Restauro de Documentos Gráficos, permitem explicitar não só a promoção do património mas também de estruturação e modernização das artes e ofícios.

A aposta na divulgação e interpretação do património permitiu avançar para uma articulação e cooperação regional para a constituição da Rota do Românico.

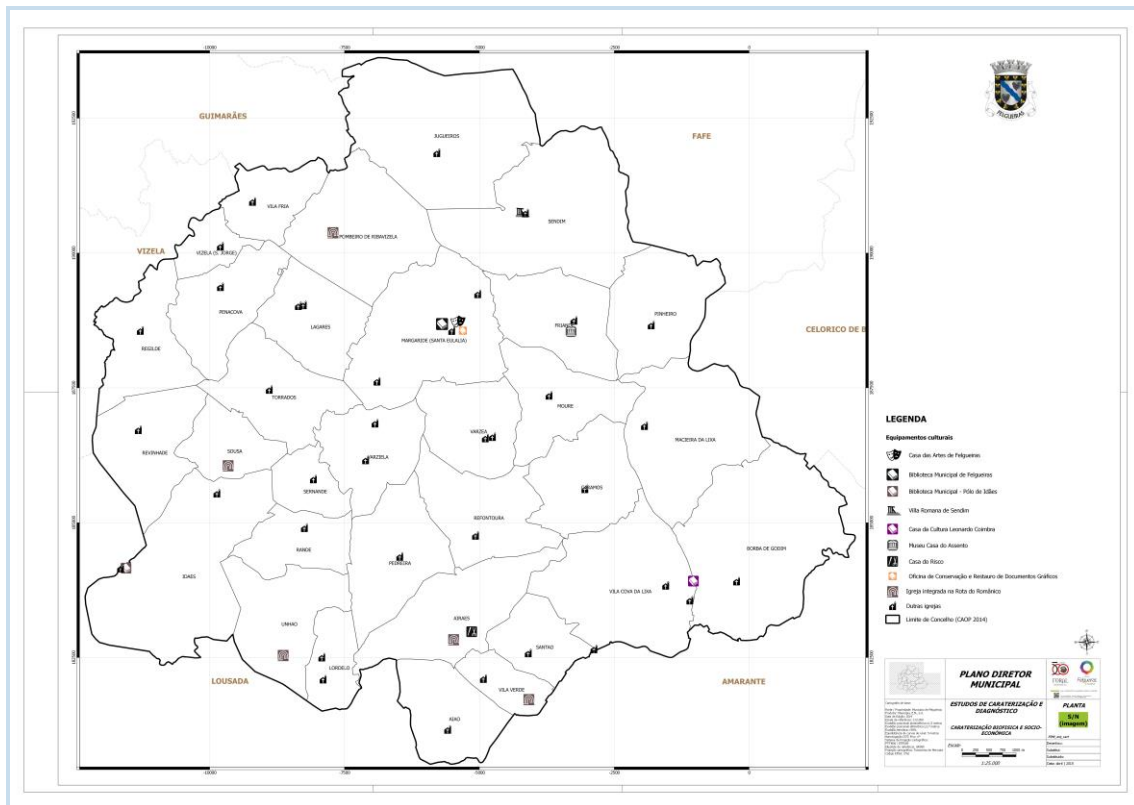
No que toca às principais atividades culturais desenvolvidas, Felgueiras regista várias atividades, desde festivais, feiras/mercados, concursos, exposições, etc. Já no que concerne às principais festas, feiras e romarias a decorrer no concelho, de referir o S. Pedro, Feira de Maio e Festa da N^a Sr^a das Vitórias.

Figura 113 – Distribuição dos principais equipamentos culturais e respetivas valências.

Equipamentos Culturais	Freguesia	Valências
Biblioteca e Arquivo Municipal de Felgueiras	Margaride	Biblioteca, espaço de exposições, sala de audiovisuais, espaço internet, sala infanto juvenil, sala de leitura, auditório (183 lugares). Arquivo com oficina de conservação e restauro de documentos gráficos
Biblioteca Municipal - Pólo de Idães	Idães	Biblioteca
Casa da Cultura Leonardo Coimbra	Vila Cova da Lixa	Biblioteca, espaço de exposições, auditório
Casa das Artes	Margaride	Sala de espetáculos (265 lugares), Café concerto, sala de exposições
Casa do Risco de Felgueiras	Airões	Promoção e estudo do Bordado Terra do Sousa (produto com certificação de Indicação geográfica pelo INPI), apoio e formação de bordadeiras
Museu do Assento	Friande	Encerrado temporariamente devido a obras de remodelação
Villa Romana de Sendim		Centro Interpretativo

Fonte: CMF / DSPPMPC

Figura 114 – Distribuição dos equipamentos culturais.



Fonte: CMF / DUOA, in *Relatório de Avaliação de Execução do Planeamento Municipal*

Figura 115 – Os percursos da Rota do Românico.



Fonte: Web, Site oficial da Rota do Românico

VI.3 Associativismo e Juventude

O associativismo em Felgueiras direciona a sua atuação essencialmente para quatro áreas: social, recreativa, cultural e desportiva, sendo que a maioria das associações são de carácter desportivo, cultural e recreativo. Contudo, verifica-se o surgimento de associações de desenvolvimento local que têm como objetivo o desenvolvimento de atividades mais abrangentes e de natureza multifacetada.

A autarquia assume um papel principal de promotor e dinamizador das atividades de carácter cultural, através dos seus inúmeros serviços, por sua vez as associações e coletividades do concelho desenvolvem ações de dinamização e mobilização local, no que diz respeito ao trabalho de recolha e preservação das tradições culturais, pelo espaço que possibilitam de formação e prática de algumas atividades, culturais e modalidades desportivas.

Figura 116 – Listagem das associações culturais, recreativas e outras.

Associações Culturais, Recreativas e Outras	Nº	Freguesia
Associações Desportivas, Culturais e Recreativas	24	Aião, Airães, Borba de Godim, Friande, Idães, Jagueiros, Macieira da Lixa, Regilde, Refontoura, Sendim, Sernande, Unhão, Varziela, Vila Cova da Lixa
Agrupamentos de Escuteiros	3	Airães, Margaride, Santão
Ranchos Folclóricos	12	Airães, Friande, Jagueiros, Macieira da Lixa, Margaride, Penacova, Pombeiro, Sº Jorge de Vizela, Torrados, Varziela, Vila Cova da Lixa
Bandas de Música	2	Borba de Godim, Margaride
Associações Empresariais	1	Margaride
Confrarias	3	Margaride
Associações de Estudantes	3	Margaride, Vila Cova da Lixa
Associações de Pais e Encarregados de Educação	12	Pinheiro, Regilde, Lagares, Refontoura, Santão, Torrados, Pombeiro, Airães, Várzea, Margaride
Associações Empresariais	1	Margaride
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	2	Margaride, Vila Cova da Lixa
Associações de Defesa dos Animais	1	Margaride
Irmandades	1	Idães
Associações de Veteranos de Guerra	2	Vila Cova da Lixa. Margaride
Organização Não Governamental de Ambiente	1	Airães
Conservatórios de Música	1	Margaride
Juventude Maria Vicentina	2	Margaride, Rande
Rotarys/Rotaracks	2	Margaride
Universidades Sêniores	1	Margaride, Vila Cova da Lixa
Associações de Intervenção Humanitária	1	Margaride

Fonte: CMF / DSPPMPC

Salienta-se ainda o número elevado de grupos folclóricos, muitos dos quais já federados e de associações de pais e encarregados de educação.

O Município de Felgueiras tem um importante património cultural, salientando o imaterial que tem sido preservado e perpetuado em muitos eventos e iniciativas desenvolvidas, muitas das vezes, por iniciativa privada, mas que revestem interesse municipal.

A valorização da ação em prol da cultura, desenvolvida por entidades ou associações, assume um papel importante na ação cultural do Município, justificando a sua intervenção e apoio.

Neste sentido, garantindo um processo equitativo e transparente na utilização dos recursos públicos, a definição dos apoios a conceder aos promotores culturais deve ser clara e consensual, dispondo-se para tal de regulamento próprio para o efeito.

**Figura 117 – Associações culturais, recreativas e outras apoiadas em 2014.**

Agente Cultural
Associação de Solidariedade Social Bairro João Paulo II
Rancho Folclórico de Santo André
Rancho Folclórico de Macieira da Lixa
Casa do Povo da Lixa
Associação da Casa do Povo da Longra
Conservatório de Música de Felgueiras
Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra
Rancho Folclórico de S. Martinho de Penacova
Grupo Folclórico de S. Pedro de Torrados
Associação Desportiva e Cultural de Vila Cova da Lixa
Casa do Povo de Macieira da Lixa
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1275 - Airões
Associação da Banda de Música de Felgueiras
Rancho Folclórico Pegadinhas do Ribeiral
Associação Cultural e Recreativa Berço das Artes
Rancho Folclórico de Santa Luzia de Airões
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 0694 - Margaride
SIRGO - Associação Soc., Cul. e de Defesa do Patrim. de Sendim
Banda de Música da Lixa
Casa Senhora do Alívio - Associação de Desenvolvimento Social
LixAnima - Ass. Para a Promo. E Desen. Soc. E Cult. Lixa
Grupo Folclórico de Santa Maria de Pombeiro
Liga dos Combatentes - Núcleo da Lixa
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 680 - Santão
Rancho Folclórico de Varziela
Juventude Mariana Vicentina - Conselho Regional Norte
Casa do Povo de Jogueiros
Salta Fronteiras Associação
RFMF - Rancho Folclórico de Margaride Felgueiras
Rancho Folclórico das Lavradeiras da Lixa

Fonte: CMF / DSPMPC

No que se refere à juventude, a Câmara Municipal de Felgueiras criou o Espaço +Juventude, que presta um serviço aos jovens e organizações associativas de juventude do concelho de Felgueiras.

Trata-se de um espaço idealizado para apoio personalizado e dedicado às áreas de informação juvenil, atividades de tempos livres, formação, voluntariado, tecnologias, cidadania e associativismo, através dos seguintes serviços:

Balcão Jovem: serviço especializado de informação juvenil, nos diversos domínios da vida ativa dos jovens, com o objetivo de promover a participação e cidadania ativa, as experiências de conhecimento, a educação não formal, o enriquecimento pessoal e a ocupação de tempos livres.

+ Associações: serviço de colaboração permanente com o movimento associativo, de forma a promover o reconhecimento do seu papel junto da comunidade, melhorar a capacidade de organização, facilitar o acesso a recursos para o desenvolvimento de atividades, incentivar processos de intervenção em modelos de parceria, orientar em áreas de processos de



legalização, gestão associativa e contabilística, projetos e candidaturas.

Net +: serviço que visa promover e generalizar o acesso aos modernos meios de informação e de transmissão de conhecimentos, em contexto de utilização livre e gratuita, nomeadamente, junto dos cidadãos mais jovens, com vista à promoção dos recursos da sociedade de informação.

Voluntariado Jovem: considerando que as atividades de voluntariado constituem uma experiência enriquecedora, que permitem o desenvolvimento de capacidades e competências sociais e contribuem para a solidariedade e considerando que o conhecimento académico que cada vez mais felgueirenses, se vêm munidos, bem como energia de que são detentores, podem ser uma mais-valia para o desenvolvimento social decidiu a Câmara Municipal, implementar o voluntariado jovem, para jovens matriculados no ensino superior.

CAPÍTULO VII

AÇÃO SOCIAL

VII.1 Dimensão territorial da análise

Nesta parte do Diagnóstico pretende-se elencar, caracterizar e avaliar a capacidade de resposta existente no Concelho, nas diversas valências de intervenção social.

No entanto, esta avaliação será tanto mais precisa quanto o seu nível de desagregação geográfica, sabendo-se que a prestação das valências é tão mais eficaz quanto seja o respetivo grau de equidade territorial.

Neste pressuposto, as comunidades existentes no Concelho mantêm relações de proximidade e de interdependência. Estas relações dependem de vários fatores, alguns dos quais elencados nos pontos anteriores: atividades económicas predominantes, padrões de vivência (urbano vs. rural), configuração natural do território, paisagem, vizinhança, bacias locais de emprego com respetivas áreas de influência, acessibilidades, recurso a equipamentos coletivos comuns.

Este tipo de abordagem ("divisão" do Concelho em unidades territoriais) já foi ensaiado no documento "*Carta Social do Concelho de Felgueiras – linhas de orientação*", aprovado pela Câmara Municipal em reunião datada de 03.09.2008.

No presente, será necessário ajustar as unidades territoriais em função da evolução dos fatores acima enumerados e, muito importante, da reorganização administrativa que teve lugar em 2013 e da respetiva massa crítica populacional.

Assim, delimitam-se 7 unidades territoriais para efeitos de análise dos índices de resposta social, respeitando estes princípios.

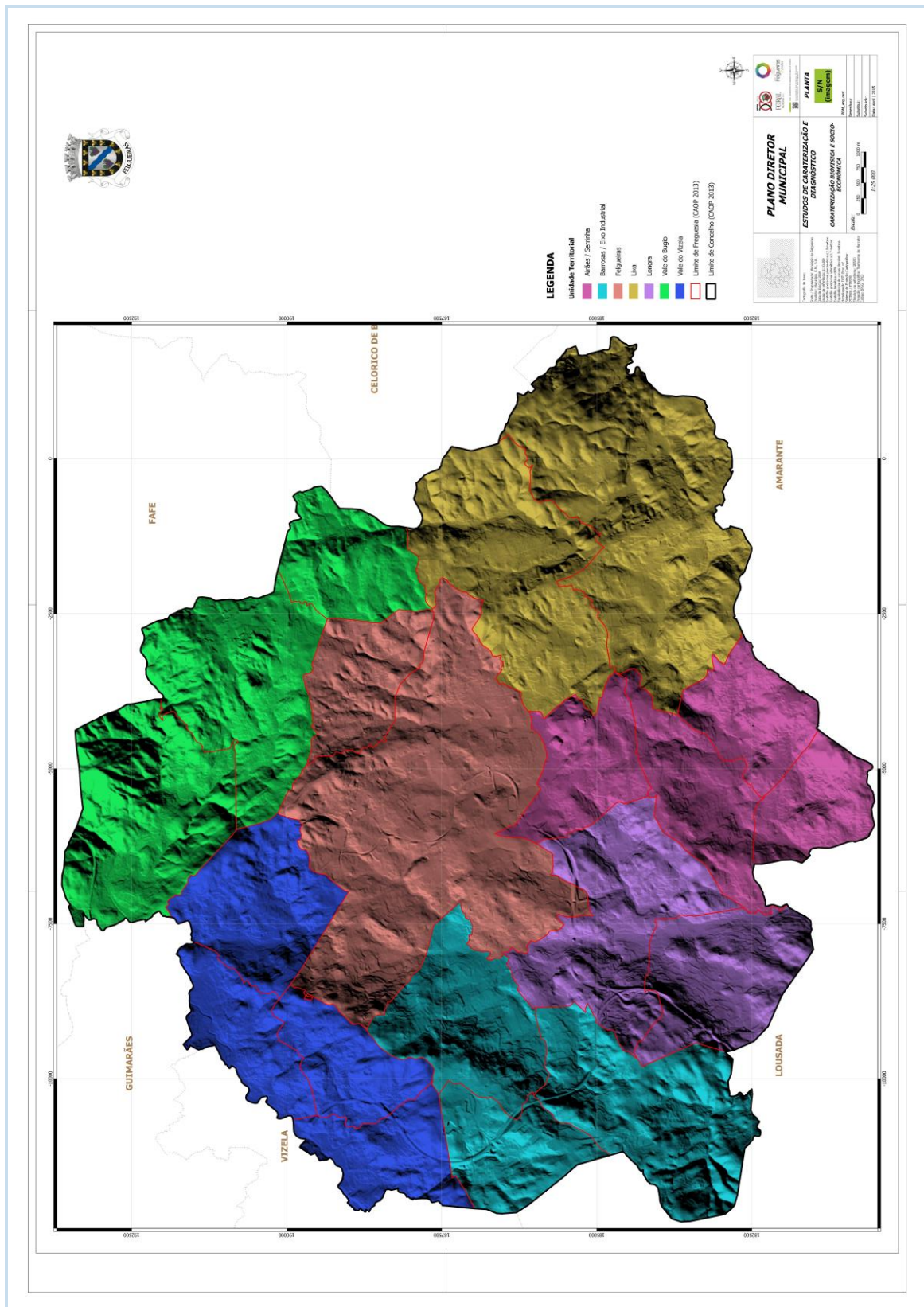
Figura 118 – Unidades Territoriais e relação com as atuais freguesias.

Unidade Territorial	Freguesias (CAOP 2013)
Airões / Serrinha	Aião
	Airões
	Refontoura
	União das freguesias de Vila Verde e Santão
Barrosas / Eixo Industrial	Idães
	Revinhade
	União das freguesias de Torrados e Sousa
	Friande
Felgueiras	União das freguesias de Margaride (Santa Eulália), Várzea, Lagares, Varziela e Moure
Lixa	União das freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
	União das freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim
Longra	União das freguesias de Pedreira, Rande e Sernande
	União das freguesias de Unhão e Lordelo
Vale do Bugio	Jugueiros
	Pinheiro
	Sendim
Vale do Vizela	Penacova
	Pombeiro de Ribavizela
	Regilde
	União das freguesias de Vila Fria e Vizela (São Jorge)

Fonte: CMF/DUOA, DGT



Figura 119 – Unidades Territoriais.



Fonte: CMF/DUOA, DGT



É também indispensável definir os grupos etários objeto de análise (população-alvo), em conformidade com o normativo do ISS, IP.

Figura 120 – Grupos-alvo das respostas sociais.

Resposta Social	Grupo-alvo
Ama e Creche (1.ª Infância)	População residente com idade inferior a 3 anos
Centro de dia	População residente com idade igual ou superior a 65 anos e inferior a 75 anos
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	População residente com idade igual ou superior a 75 anos
Serviço de Apoio Domiciliário - Idosos	População residente com idade igual ou superior a 65 anos

Fonte: ISS, IP

Assim sendo, é necessário estabelecer as populações-base de cada unidade territorial e para cada tipologia de resposta.

Para que estes dados sejam o mais atualizados possíveis, utiliza-se a estimativa da população por grupo etário para 2013.

No entanto, como esta estimativa é apenas produzida à escala do concelho, utiliza-se como referencial os dados do Censos 2011 por freguesia, admitindo a manutenção da distribuição percentual por grupo etário em 2013.

Acresce ainda que, no caso do grupo etário 0-3 anos, admite-se que no grupo etário 0-4 anos se mantém a mesma distribuição percentual por idade.

Os resultados obtidos sumarizam-se na tabela seguinte.

Figura 121 – Populações-alvo em 2011 e 2013 por unidade territorial.

Unidade Territorial	Ama e Creche (1.ª Infância)		Centro de dia		ERPI		Serviço de Apoio Domiciliário Idosos	
	População-alvo (Censos 2011)	População-alvo (estimativa 2013)	População-alvo (Censos 2011)	População-alvo (estimativa 2013)	População-alvo (Censos 2011)	População-alvo (estimativa 2013)	População-alvo (Censos 2011)	População-alvo (estimativa 2013)
Airões / Serrinha	259	232	543	549	388	398	931	952
Barrosas / Eixo Industrial	251	224	396	401	330	339	726	742
Felgueiras	714	639	1360	1376	1041	1068	2401	2455
Lixa	368	329	805	814	652	669	1457	1490
Longra	150	134	334	338	252	258	586	599
Vale do Bugio	164	147	266	269	244	250	510	521
Vale do Vizela	233	208	420	425	353	362	741	758
FELGUEIRAS	2139	1913	4124	4172	3260	3344	7352	7516

Fonte: CMF/DUOA, INE



VII.2 Caracterização das respostas sociais

Neste capítulo pretende-se expor a oferta existente no Concelho, tendo em conta os equipamentos e serviços existentes, bem como o cálculo do Indicador Compósito da Cobertura e Utilização estandardizado⁹ (ICCU – indicador utilizado pelo Instituto da Segurança Social, IP), para as valências creche, estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia e serviço de apoio domiciliário.

VII.2.1 Infância e Juventude

VII.2.1.1 Crianças e Jovens

VII.2.1.1.1 Valência: Creche

Entende-se por *creche* "a resposta social de âmbito socioeducativo que se destina a crianças até 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei da proteção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças cuidados adequados ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo" (Segurança Social, I.P.).

Em Felgueiras existem 10 instituições que prestam a valência creche, ligadas à rede solidária.

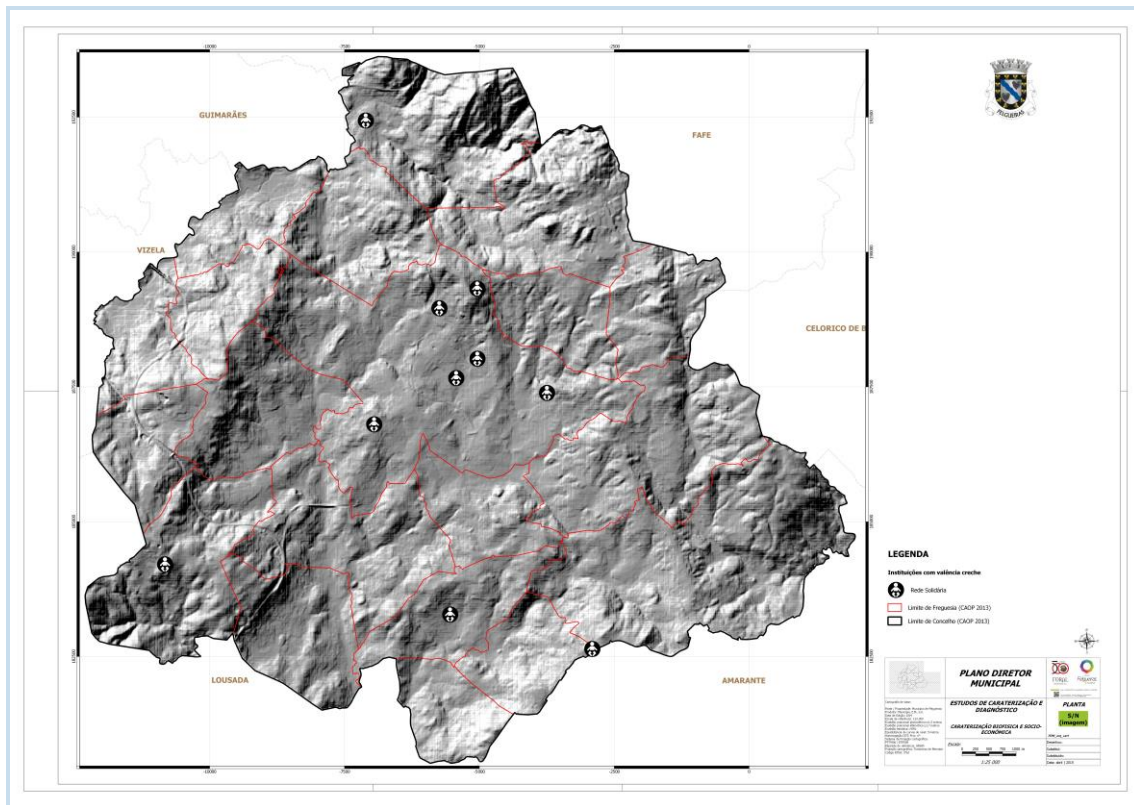
Para além destes, existem outros equipamentos com valência creche, ligados à rede particular e/ou cooperativa.

No presente diagnóstico, para efeitos do cálculo do ICCU, apenas se considera a prestação de valências e serviços por parte das instituições da rede solidária (IPSS), dado que este é o princípio também seguido pela Segurança Social, I.P., e atendendo à volatilidade da rede particular ou cooperativa, a qual, estando sujeita às oscilações da oferta e da procura, poderá não assegurar a continuidade no tempo da prestação dos respetivos serviços.

O conjunto das 10 instituições ligadas à rede solidária disponibilizam, em 2015, uma capacidade total de 338 lugares, estando atualmente 295 crianças inscritas.

⁹ Fórmula: $ICCU = (TC / TU) \times 100$, em que TC é a taxa de cobertura – (capacidade instalada / população utente potencial) e TU é a taxa de utilização – (utilização efectiva / capacidade instalada).

Figura 122 – Distribuição dos equipamentos com valência creche.



Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

Figura 123 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por protocolo, nº salas e nº crianças por instituição – 1ª infância.

Instituição	Freguesia	Ano 2015			
		Rede Solidária			
		Creche			
		N.º protocolos	N.º utentes	N.º salas	Em espera
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airães	31	25	3	0
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	35	35	3	2
Creche Rosas Amorim Vieira	Jugueiros	33	20	3	0
Associação Beneficência S. Vicente de Paulo	Margaride	32	32	3	0
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	35	35	3	10
Associação para Desenvolvimento Social Margaride	Margaride	33	15	3	0
Centro Social e Paroquial Divino Salvador de Moure	Moure	36	36	3	2
Centro Social e Paroquial de Santão	Santão	35	35	3	0
Associação para o Desenvolvimento Progresso Várzea	Várzea	33	33	3	5
Centro Social Nossa Senhora Pedra Maria	Varziela	35	29	3	0
TOTAL		338	295	30	19

Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

VII.2.1.1.2 Valência: Ama

Para além da resposta “clássica” em equipamentos próprios para o efeito, existem também outros tipos de resposta, em ambiente familiar, tal como as amas legalmente reconhecidas e com ‘alvará’ para exercer tal atividade.

Por ama entende-se *"atividade desenvolvida por pessoa capacitada que, apesar de trabalhar por conta própria, tem contrato de trabalho com a Segurança Social. Mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais."*

Cada ama poderá acolher, no máximo 4 crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos.

Apresenta-se quadro relativo aos dados de 2015, sendo que atualmente sabe-se existir 7 amas que têm ao seu cuidado um total de 28 crianças.

Figura 124 – Quadro geral da distribuição do nº de amas e crianças a cargo.

Concelho	Nº de Amas	Nº de Crianças
Felgueiras	7	28

Fonte: CDistPorto/UDSP/NIJ/05.2015

Poderão ainda existir situações de prossecução da atividade de ama em situação de clandestinidade, condição sobre a qual não existem dados disponíveis.

Estes dados, cruzados com os do ponto anterior, permitem calcular o ICCU para as valências de resposta à 1ª infância (creche), em 2015 para cada uma das unidades territoriais anteriormente identificadas e globalmente (ama+creche) para a totalidade do concelho.

Figura 125 – ICCU (1ª infância) por unidade territorial - tabela.

Unidade Territorial	Ama+Creche (1.ª Infância)			ICCU
	População-alvo (estimativa 2013)	Capacidade instalada	Capacidade utilizada	
Airões / Serrinha	232	66	60	31,34
Barrosas / Eixo Industrial	224	35	35	15,59
Felgueiras	639	204	180	36,21
Lixa	329	0	0	0,00
Longra	134	0	0	0,00
Vale do Bugio	147	33	20	37,12
Vale do Vizela	208	0	0	0,00
FELGUEIRAS	1913	366 (*)	323 (**)	21,68

(*) - Inclui as 7 amas em serviço no concelho, considerando o limite legal de 4 utentes por ama.
(**) - Inclui os 28 utentes ao cuidado das amas.

Fonte: Instituições, Tratamento DSPMPMC/DUOA

Algumas observações sobre este quadro:

- Existem três unidades territoriais (Lixa, Longra e Vale do Vizela) onde não existe a prestação da valência na rede solidária.
- Com exceção de Barrosas/Eixo Industrial, nas restantes unidades territoriais onde existe a prestação da valência, a taxa de utilização está abaixo de 100%.
- O ICCU global é relativamente baixo, sendo baixa a capacidade instalada face à população-alvo, mas também é relativamente baixa a capacidade utilizada face à capacidade instalada.

No quadro e cartograma seguintes são apresentados os dados, referentes a 2014, da Segurança Social, IP (que no caso do Concelho de Felgueiras não são coincidentes com este...), para as taxas de cobertura, de utilização e o ICCU referentes aos concelhos da CIM-TS.

No caso do ICCU, os valores extremos variam entre 9,6 (Marco de Canaveses) e 161,4 (Cinfães).

O valor de Felgueiras (30,7) encontra-se abaixo da média na CIM-TS.

Se se considerar o valor 100 como o mais próximo da situação ideal (equilíbrio entre as taxas de cobertura e de utilização), o valor apurado para Felgueiras dificilmente pode ser considerado satisfatório.

No entanto, este défice é amenizado se o ICCU for calibrado pelo valor nacional (54,1) e distrital (77,8).

Figura 126 – ICCU (1ª infância) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCS D	TU	TUSC	TUS D	ICCU	ICCUSC	ICCU S D	TCC	TCCSC	TCC S D
Amarante	24,2	52,4	75,6	68,9	84,7	85,1	35,1	61,8	88,9	17,4	59,9	94,9
Baião	36,2	78,4	113,1	89,8	110,4	110,9	40,3	71	102	22,4	77,4	122,6
Castelo de Paiva	43,8	94,7	75,2	90,7	111,6	110,2	48,2	84,9	68,2	41,2	142,1	87,5
Celorico de Basto	33,7	72,9	66,1	85,3	104,9	100	39,5	69,5	66,1	30,4	105,1	73,1
Cinfães	26,2	56,7	51,8	16,2	19,9	21,4	161,4	284,2	241,8	13	44,8	38,7
Felgueiras	26,2	56,8	82	85,4	105	105,4	30,7	54,1	77,8	18,9	65,1	103,2
Lousada	26,5	57,4	82,8	64,1	78,8	79,1	41,3	72,8	104,6	14	48,4	76,7
Marco de Canaveses	9,2	19,8	28,6	95	116,8	117,3	9,6	17	24,4	4,8	16,6	26,3
Paços de Ferreira	23,5	50,8	73,4	79,7	98	98,4	29,5	51,9	74,5	13,8	47,5	75,3
Penafiel	24,5	53	76,6	76	93,4	93,8	32,3	56,8	81,6	17,7	60,9	96,6
Resende	34,5	74,7	68,3	94,9	116,7	125,5	36,3	64	54,4	22,7	78,4	67,8

Nota metodológica

A taxa de cobertura (TC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $\frac{Capacidade_{2013}}{População - Alvo_{2013}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TCSC) tem a seguinte fórmula $\frac{TC_{concelho}}{TC_{continente}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TCS D) tem a seguinte fórmula $\frac{TC_{concelho}}{TC_{distrito}} \times 100$

A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $\frac{Utentes_{2013}}{Capacidade_{2013}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TUSC) tem a seguinte fórmula $\frac{TU_{concelho}}{TU_{continente}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TUS D) tem a seguinte fórmula $\frac{TU_{concelho}}{TU_{distrito}} \times 100$

O indicador composto da cobertura e utilização (ICCU) num concelho para uma resposta social é medido por

$$\frac{TC}{TU} \times 100 \text{ sendo TC a Taxa de Cobertura e TU a Taxa de Utilização}$$

O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo continente (ICCUSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{concelho}}{ICCU_{continente}} \times 100$$

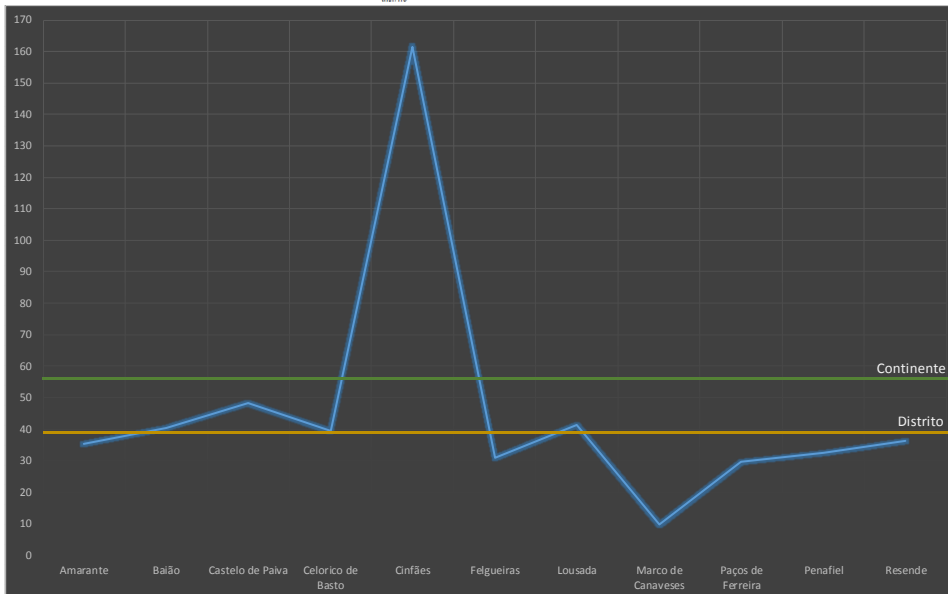
O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo distrito (ICCU S D) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{concelho}}{ICCU_{distrito}} \times 100$$

A taxa de cobertura da cooperação (TCC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $\frac{Utentes_em_acordo_{2013}}{População - Alvo_{2013}} \times 100$

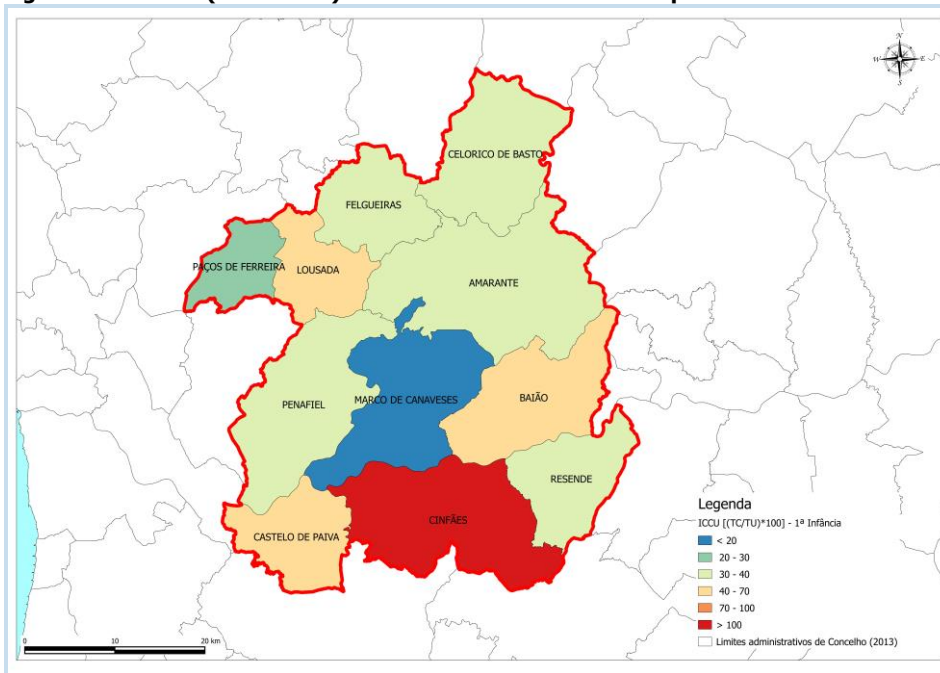
A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do continente (TCCSC) tem a seguinte fórmula $\frac{TCC_{concelho}}{TCC_{continente}} \times 100$

A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do distrito (TCC S D) tem a seguinte fórmula $\frac{TCC_{concelho}}{TCC_{distrito}} \times 100$



Fonte: Segurança Social, IP

Figura 127 – ICCU (1ª infância) nos concelhos da CIM-TS - mapa.



Fonte: Segurança Social, IP, Tratamento DUOA

VII.2.1.1.3 Valência: Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

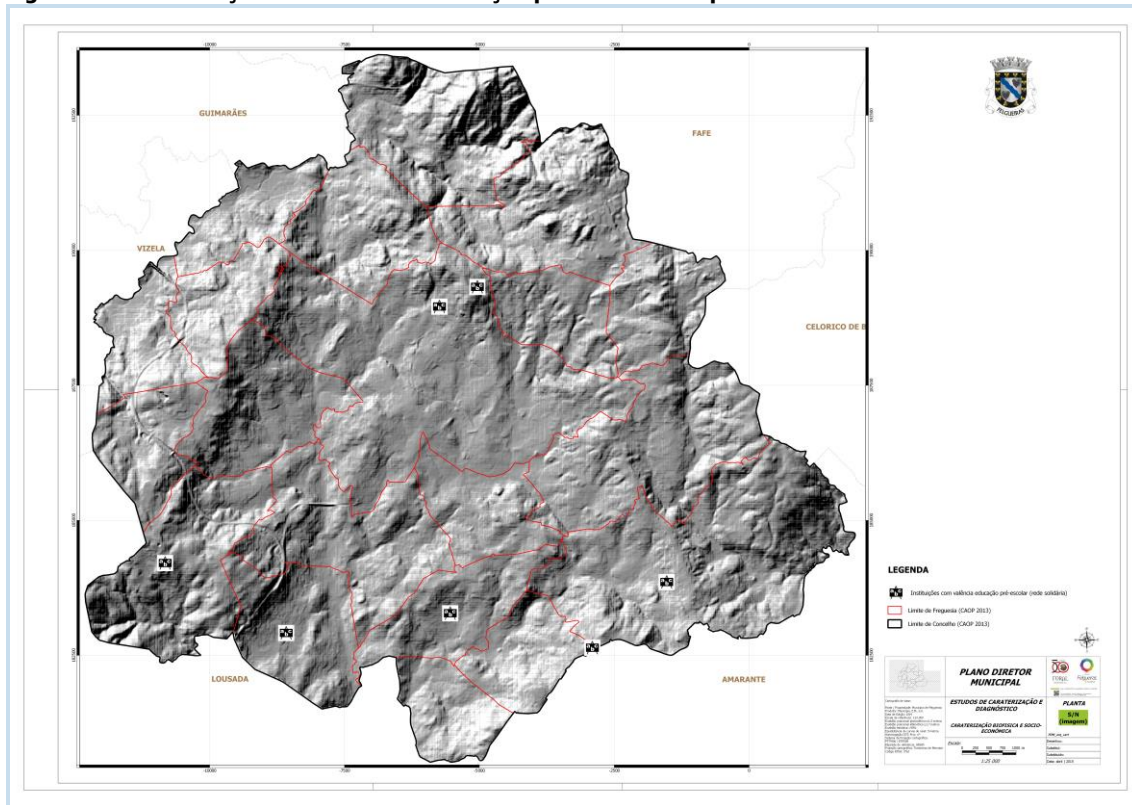
Por educação pré-escolar entende-se a *"resposta social para o desenvolvimento de crianças entre os 3 anos de idade e a idade de ingresso no ensino básico, de modo a facultar-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família"*.

No concelho de Felgueiras, para além dos 26 estabelecimentos da rede pública, devidamente identificados na parte III do presente documento, existem mais 7 estabelecimentos com valência de pré-escolar, ligados à rede solidária, distribuídos por seis freguesias do concelho. No seu total têm uma capacidade de 350 lugares para uma ocupação atual de 335 crianças.

Figura 128 – Instituições com valência educação pré-escolar - tabela.

Instituição	Freguesia	Ano 2014/15			
		Rede Solidária			
		Pré-Escolar			
		N.º protocolos	N.º alunos	N.º salas	Em espera
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airões	50	50	2	0
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	20	38	2	0
Associação Beneficência S. Vicente de Paulo	Margaride	75	63	3	0
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	75	75	3	0
Centro Social e Paroquial de Santão	Santão	20	20	1	0
Centro Infantil da Lixa	Vila Cova da Lixa	47	36	2	0
Irmãdade da Misericórdia Nossa Senhora do Rosário	Unhão	63	53	3	16
TOTAL		350	335	16	16

Fonte: Instituições

Figura 129 – Instituições com valência educação pré-escolar - mapa.

Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

VII.2.1.1.4 Valência: Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL)

Por Centro de Atividades de Tempos Livres entende-se a *"resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família"*.

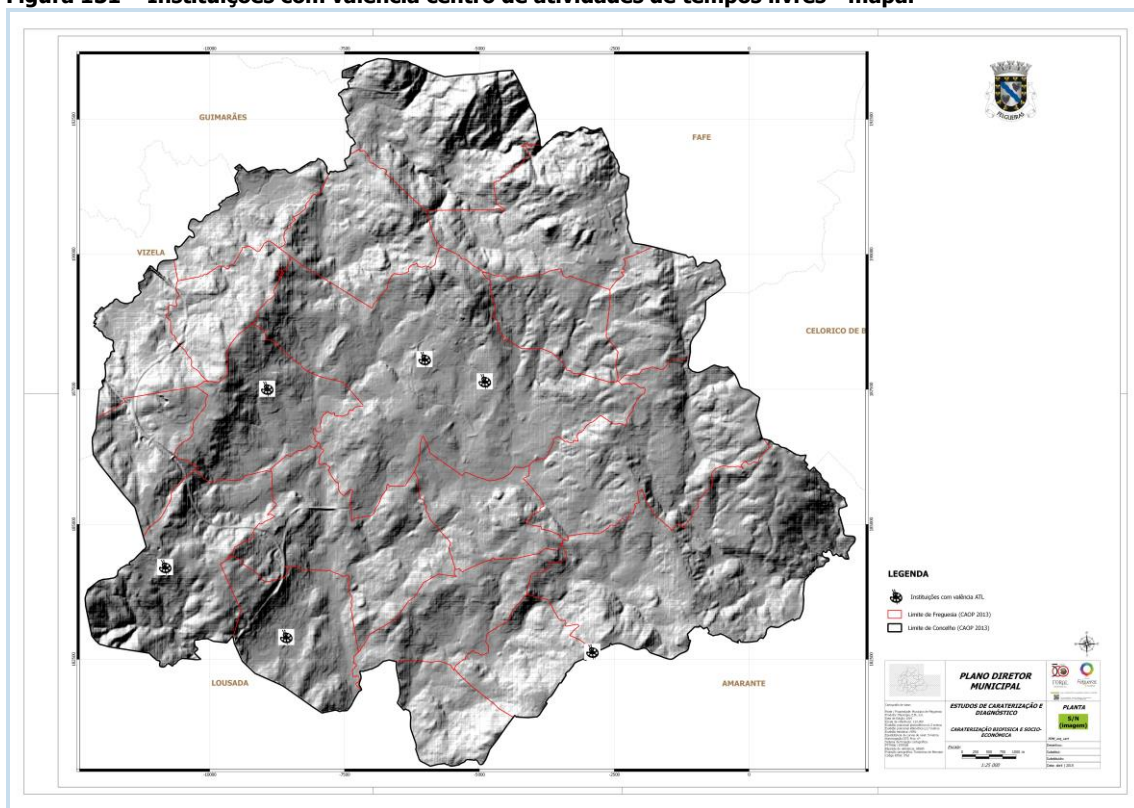
No concelho de Felgueiras existem 6 equipamentos com a valência de Centros de Atividades de Tempos Livres, os quais no total oferecem capacidade para 260 utentes, estando, atualmente 251 utentes inscritos.

Figura 130 – Instituições com valência centro de atividades de tempos livres - tabela.

Instituição	Freguesia	Ano 2014/15			
		Rede Solidária			
		ATL			
		N.º protocolos	N.º alunos	N.º salas	Em espera
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	40	40	2	0
Associação Solidariedade Social João Paulo II	Margaride	50	55	6	20
Associação para Desenvolvimento Social Margaride	Margaride	30	16	1	0
Centro Social e Paroquial de Santão	Santão	40	40	2	0
IPACIT	Torrados	40	40	2	0
Irmãdada da Misericórdia Nossa Senhora do Rosário	Unhão	60	60	3	13
TOTAL		260	251	16	33

Fonte: Instituições

Figura 131 – Instituições com valência centro de atividades de tempos livres - mapa.



Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

VII.2.1.2 Crianças e Jovens com deficiência

No Concelho existe uma única instituição que presta apoio à população deficiente: trata-se da CERCIFEL, dirigida aos jovens portadores de deficiência intelectual.

Esta instituição possui, em instalações recentes, as valências de Centro de Atividades Ocupacionais (a partir dos 16 anos) e Centro de Recursos para a Inclusão direcionado para crianças e jovens dos 6 até aos 18 anos com NEE.

A CERCIFEL tem previsto, e já aprovado, projeto de execução pelos serviços da segurança social, para a construção de raiz de instalações para a implementação de um equipamento que desenvolva as seguintes respostas sociais: Lar residencial com capacidade para 12 utentes destinado a alojar, permanente ou temporariamente, jovens e adultos que se encontrem impedidos de residir no seu meio familiar, acoplado a um Centro de Atividades Ocupacionais para 30 utentes, destinado a desenvolver atividades de lazer e ocupacionais para jovens e adultos com deficiência grave e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência (15 utentes) que consista na prestação de cuidados no domicílio a pessoas que por motivo de deficiência, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

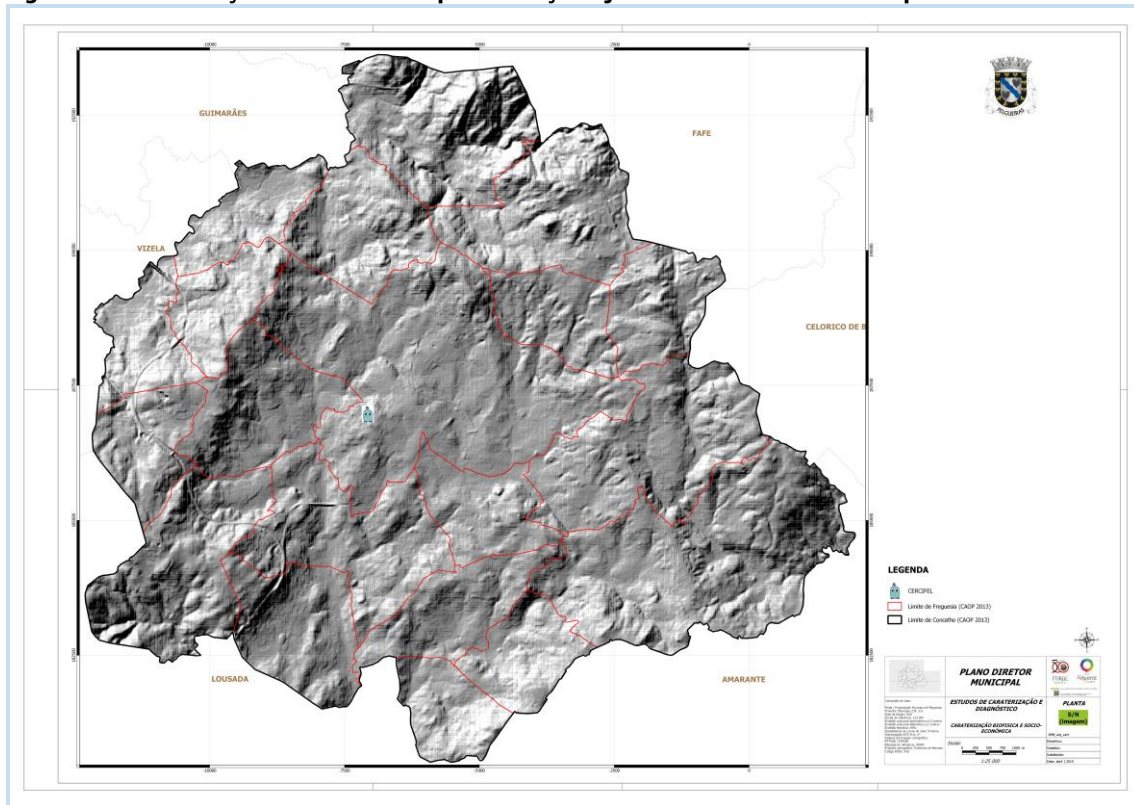
Este projeto surge da necessidade de aumentar a capacidade de respostas na área da deficiência no Concelho de Felgueiras, permitindo que as pessoas portadoras de deficiência e incapacidade possam ter acesso a bens e serviços socialmente relevantes e atualmente insuficientes e inexistentes.

Este público-alvo carece de estruturas de apoio, para que adquiram competências chave para um futuro sustentado com autonomia, com vista à sua inserção pessoal e social.

VII.2.1.2.1 Valência: Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)

Por Centro de Atividades Ocupacionais entendem-se as *"atividades socialmente úteis e ocupacionais para elevar as capacidades de desempenho e participação dos utentes. Este serviço abarca uma intervenção de cariz multidisciplinar (técnicos, monitores e auxiliares) de modo a fomentar a autonomia e bem-estar a jovens e adultos com incapacidade, favorecendo a possível transição para programas de integração socioprofissional"*.

No presente, este Centro (funciona nas instalações da CERCIFEL) tem uma capacidade de resposta para 35 utentes, sendo que usufruem deste 38 utentes e existe uma lista de espera para mais 45.

Figura 132 – Instituições com valências para crianças e jovens com deficiência - mapa.

Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

VII.2.1.2.2 Valência: Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)

Esta valência visa apoiar a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e, em parceria com os agrupamentos de escolas, promove o acesso à participação social e à vida autónoma de cada indivíduo, em colaboração com as estruturas da comunidade.

É prestada *in loco* nas próprias escolas por técnicos provenientes da CERCIFEL.

O CRI, enquanto resposta social na área da deficiência, atende presentemente 85 utentes (candidaturas aprovadas pelo ME) apesar de existir um número mais elevado de crianças sinalizadas.



VII.2.1.3 Crianças e Jovens em situação de perigo

VII.2.1.3.1 Comissão de proteção de crianças e jovens

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Felgueiras representa sem dúvida um dos exemplos mais expressivos de intervenção social.

O reconhecimento crescente do seu papel, por parte de todos os agentes, mostra bem a importância da promoção e afirmação dos direitos das crianças e jovens.

De acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ's de 2014, será apresentada uma síntese dos dados associados ao volume processual dos casos abrangidos pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Felgueiras quanto ao seu início, continuidade, arquivamento e/ou reabertura no âmbito das medidas judiciais instauradas.

Figura 133 – CPCJ – Volume processual nos anos 2013 e 2014.

Descrição Processual	Ano 2013	Ano 2014
Processos instaurados	139	204
Novos processos	0	189
Recebidos de outras CPCJ's	14	15
Processos transitados do ano 2012/2013	106	100
Processos reabertos	8	9
Total de entradas	267	313
Processos arquivados preliminarmente	20	23
Processos arquivados pós-preliminar	124	105
Processos enviados para outras CPCJ's	6	3
Total de saídas	150	131
PROCESSOS ATIVOS	117	182

Fonte: CPCJ

Na CPCJ de Felgueiras foram instaurados, no ano de 2014, 189 novos processos.

Deste volume processual, 100 processos transitaram de anos anteriores e 9 dos processos instaurados no ano de 2013 foram reabertos.

O volume processual global da CPCJ de Felgueiras em 2014 foi de 313 processos.

No que diz respeito aos arquivamentos, a CPCJ de Felgueiras procedeu ao arquivamento de 131 processos, 23 foram arquivados preliminarmente, 105 pós preliminar e 3 foram enviados para outras CPCJ's.

No final do ano de 2014 a CPCJ de Felgueiras tinha 182 processos ativos.

Figura 134 – CPCJ – Problemáticas sinalizadas, por grupo etário, em 2014.

Tipologia das sinalizações	Escala				
	0-5	6-10	11-14	15-17	18-21
Negligência	1ª	1ª	3ª	3ª	
Violência Doméstica	2ª	2ª		4ª	
Abandono escolar/absentismo			2ª	1ª	1ª
Exposição a modelos de comportamentos desviantes	3ª				2ª
Indícios de abuso sexual	1 caso				
Comportamentos desviantes (consumo de estupefacientes, furtos e outros)				2ª	
Comportamentos graves, antissociais e/ou indisciplina			1ª		
Outras situações de perigo	4ª	3ª			
TOTAL	53	58	63	123	29

Fonte: CPCJ

No que se refere ao grupo etário com maior incidência de situações de perigo, este situa-se entre os 15-17 anos de idade, seguido das faixas etárias dos 11-14 anos, 6-10 anos e 0-5 anos de idade que também apresentam resultados significativos.

No que diz respeito às situações sinalizadas, verifica-se predominância nas seguintes problemáticas: negligência nas faixas etárias dos 0-5 e 6-10, seguindo-se o abandono/absentismo escolar na faixa etária dos 15-17 e comportamentos graves, antissociais e/ou indisciplina na faixa etária dos 11-14.

Figura 135 – CPCJ - Medidas de promoção e proteção aplicadas em 2014.

Tipologia	Nº	Medidas mais aplicadas	
		Arquivamento Liminar (14)	Arquivamento Normal (94)
Apoio junto dos pais	113	A situação de perigo já não subsiste	A situação de perigo já não subsiste
Apoio junto de outro familiar	13	A situação de perigo não se confirma	Cessação da medida (situação de perigo já não subsiste)
Acolhimento institucional	6	Remessa de processo a Tribunal - Ausência de consentimento para intervenção	A situação de perigo não se confirma
Acolhimento familiar	3	Abertura de processo indevidamente por informação incorreta na sinalização	Cessação da medida (decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste)
Confiança a pessoa idónea	2		Remessa de processo a Tribunal - Não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção.

Fonte: CPCJ

Em relação às medidas de promoção e proteção aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Felgueiras até ao final do ano civil de 2014, verifica-se um predomínio da aplicação da medida "Apoio junto dos pais", seguida da medida "Apoio junto de outro familiar". A aplicação da medida "Acolhimento Institucional" não apresenta resultados significativos.

Estão afetos à CPCJ de Felgueiras 10 técnicos, cedidos pelas IPSS's do Concelho, pela Câmara Municipal de Felgueiras e alguns cooptados.

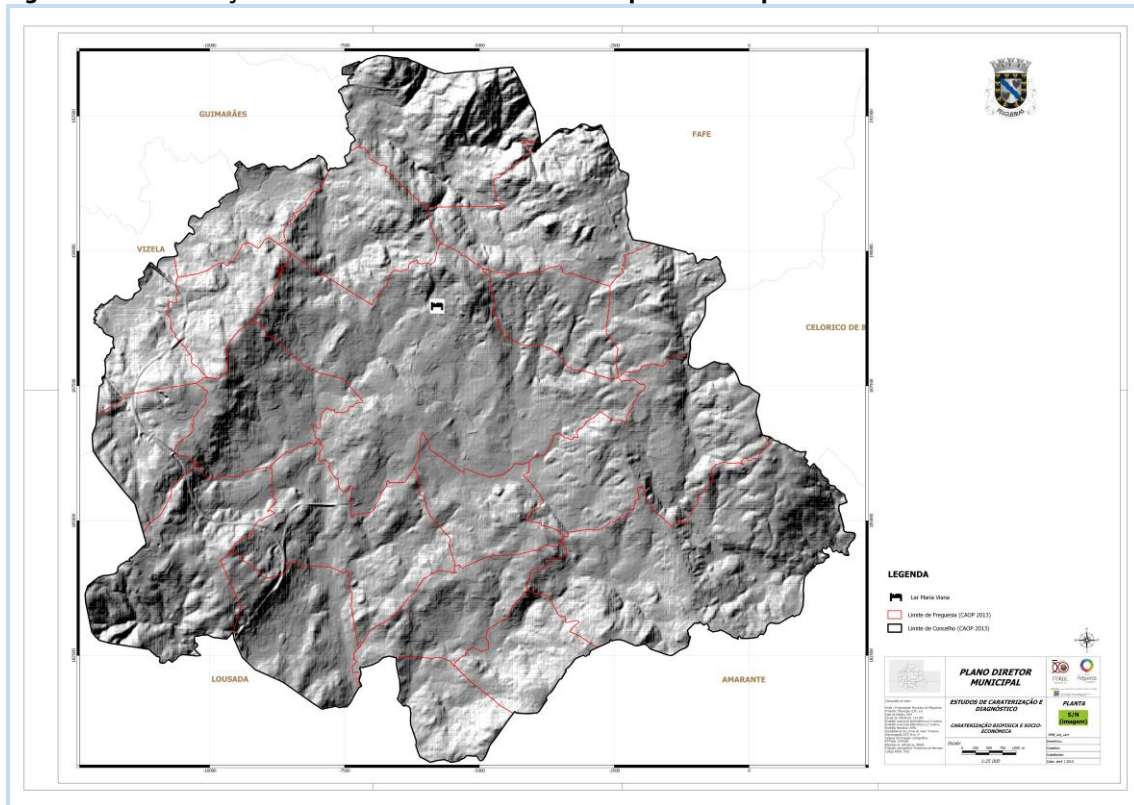
VII.2.1.3.2 Valência: Lar de Infância e Juventude (Lar Maria Viana)

Por Lar de Infância e Juventude entende-se a *"resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção"*.

No âmbito de Lar de Infância e Juventude, o Concelho possui um equipamento, na cidade de Felgueiras, o Lar Maria Viana, com capacidade para 30 crianças/jovens em risco dos 6 aos 18 anos de idade.

Atualmente, apoia 24 jovens do sexo feminino, na sua grande maioria oriundas do Concelho de Felgueiras e limítrofes, referenciadas sobretudo pelos Tribunais e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Figura 136 – Instituições com Centro de Acolhimento Temporário - mapa.



Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

VII.2.2 População Adulta

VII.2.2.1 Pessoas idosas e/ou adultos com deficiência/dependência

VII.2.2.1.1 Valência: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

Por Estrutura Residencial para Pessoas Idosas entendem-se "os estabelecimentos em que são desenvolvidas atividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e a ocupação dos tempos livres dos utentes" (Segurança Social, I.P.).

Estão em funcionamento, no momento, 6 ERPI que abrangem uma população de 184 idosos para uma capacidade instalada para 185 utentes.

Verifica-se assim que a taxa de cobertura global (utilizando os dados demográficos referentes a 2013 no que concerne ao grupo com idade superior a 75 anos) ronda 5,53%, enquanto que a taxa de utilização é de 99,46%.

De referir ainda a ausência desta valência em três unidades territoriais (Longra, Vale do Bugio e Vale do Vizela).

Figura 137 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por instituição – ERPI.

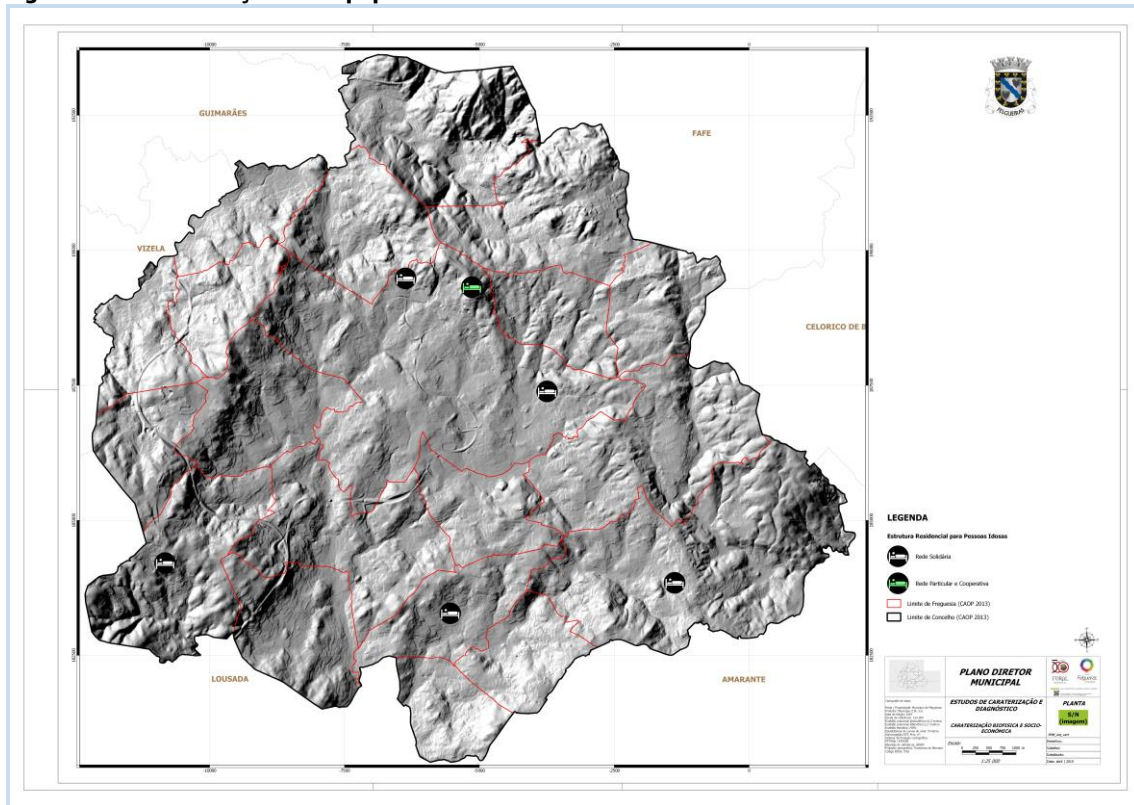
Instituição	Freguesia	Ano 2015				
		Rede Solidária			Rede EPC	
		ERPI	ERPI	Em espera	ERPI	ERPI
		N.º protocolos	N.º utentes	Em espera	N.º alvarás	N.º utentes
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airões	20	20	51		
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas (2)	Idães	19	19	25		
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas (2)	Idães	31	33	25		
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	60	60	30		
Provincia Portuguesa da Congregação da Missão (1)	Margaride				40	31
Centro Social e Paroquial Divino Salvador de Moure	Moure	35	32	0		
Casa do Povo da Lixa	Vila Cova da Lixa	20	20	30		
TOTAL		185	184	161	40	31
Total utentes (Rede Solidária+ Rede Particular)		235				

(1) "Lar Vicentino de Stª Quitéria" - não se trata de protocolos mas sim alvará para 40 idosos

(2) A ADIB possui 2 equipamentos ERPI

Fonte: Instituições, Tratamento DSPMP/DCUA

Figura 138 – Distribuição dos equipamentos com valência ERPI.



Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

Figura 139 – ICCU (ERPI) por unidade territorial - tabela.

Unidade Territorial	ERPI (3.ª Idade)			ICCU
	População-alvo (estimativa 2013)	Capacidade instalada	Capacidade utilizada	
Airões / Serrinha	398	20	20	5,03
Barrosas / Eixo Industrial	339	50	52	14,77
Felgueiras	1068	95	92	8,90
Lixa	669	20	20	2,99
Longra	258	0	0	0,00
Vale do Bugio	250	0	0	0,00
Vale do Vizela	362	0	0	0,00
FELGUEIRAS	3344	185	184	5,53

Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

No quadro e cartograma seguintes são apresentados os dados, referentes a 2014, da Segurança Social, IP (que no caso do concelho de Felgueiras não são coincidentes com este...), para as taxas de cobertura, de utilização e o ICCU referentes aos concelhos da CIM-TS.

No caso do ICCU, os valores extremos variam entre 3,7 (Paços de Ferreira) e 15,5 (Cinfães).

O valor de Felgueiras (8,0) encontra-se na média nos concelhos da CIM-TS.

Se se considerar o valor 100 como o mais próximo da situação ideal (equilíbrio entre as taxas de cobertura e de utilização), o valor apurado para Felgueiras é claramente deficitário.

No entanto, este deficit é amenizado se o ICCU for calibrado pelo valor nacional (81,8) e distrital (121,6), sendo que, em relação a este último, ultrapassa o respetivo índice médio.

Figura 140 – ICCU (ERPI) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCS D	TU	TUSC	TUS D	ICCU	ICCUSC	ICCUS D	TCC	TCCSC	TCCSD
Amarante	6,0	68,3	105,7	84,3	93,6	97,4	7,1	73,0	108,6	5,1	89,4	143,3
Baião	7,6	86,1	133,2	87,9	97,5	101,5	8,6	88,3	131,2	5,7	99,1	158,9
Castelo de Paiva	9,3	105,7	123,3	86,8	96,3	91,9	10,8	109,8	134,2	9,2	160,6	143,0
Celorico de Basto	9,1	102,8	102,7	88,4	98,0	101,8	10,3	104,8	0,0	8,2	144,3	118,1
Cinfães	8,3	93,6	72,3	81,7	90,7	86,0	10,1	103,2	84,1	7,5	132,1	103,3
Felgueiras	5,8	66,1	102,3	72,8	80,8	84,1	8,0	81,8	121,6	4,2	72,8	116,7
Lousada	4,3	48,3	74,7	96,9	107,5	112,0	4,4	44,9	66,7	4,3	74,5	119,5
Marco de Canaveses	4,6	52,3	80,9	90,5	100,4	104,5	5,1	52,1	77,4	4,1	72,6	116,4
Paços de Ferreira	3,6	40,8	63,2	96,9	107,5	112,0	3,7	38,0	56,4	3,0	52,8	84,6
Penafiel	4,6	52,7	81,5	95,2	105,6	109,9	4,9	49,9	74,1	4,4	77,4	124,1
Resende	13,1	148,7	114,9	84,6	93,9	89,0	15,5	158,4	129,0	8,4	146,8	114,8

Nota metodológica

A taxa de cobertura (TC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $\frac{Capacidade_{2013}}{População - Alvo_{2013}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TCSC) tem a seguinte fórmula $\frac{TC_{concelho}}{TC_{continente}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TCS D) tem a seguinte fórmula $\frac{TC_{concelho}}{TC_{distrito}} \times 100$

A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $\frac{Utentes_{2013}}{Capacidade_{2013}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TUSC) tem a seguinte fórmula $\frac{TU_{concelho}}{TU_{continente}} \times 100$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TUS D) tem a seguinte fórmula $\frac{TU_{concelho}}{TU_{distrito}} \times 100$

O indicador composto da cobertura e utilização (ICCU) num concelho para uma resposta social é medido por

$$\frac{TC}{TU} \times 100 \text{ sendo TC a Taxa de Cobertura e TU a Taxa de Utilização}$$

O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo continente (ICCUSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{concelho}}{ICCU_{continente}} \times 100$$

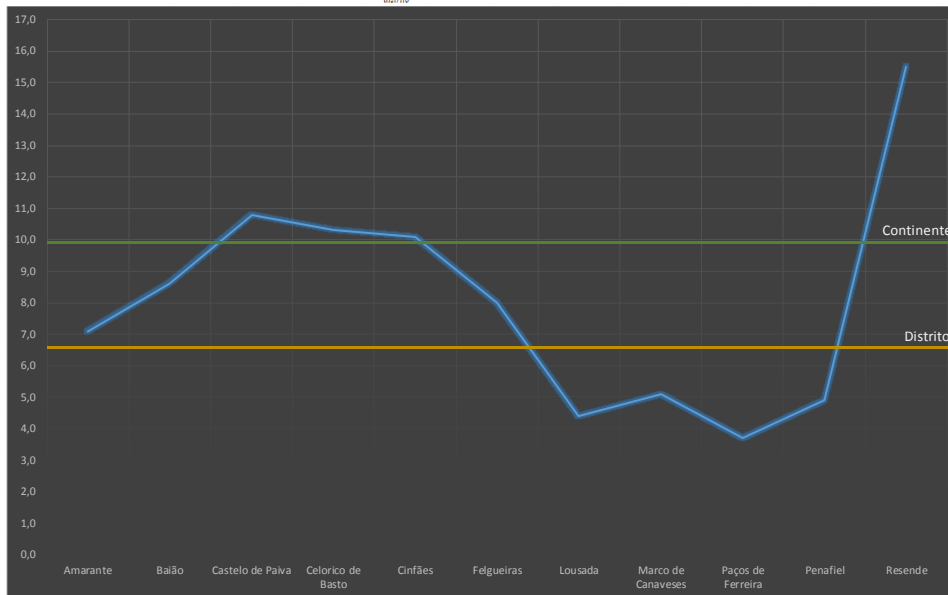
O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo distrito (ICCUS D) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{concelho}}{ICCU_{distrito}} \times 100$$

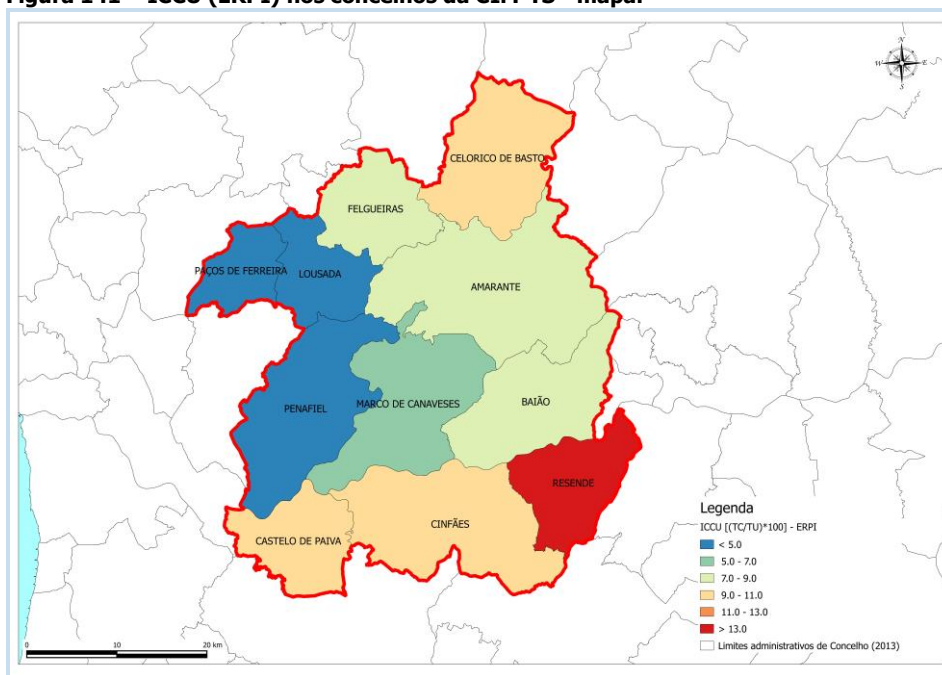
A taxa de cobertura da cooperação (TCC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por $\frac{Utentes_em_acordo_{2013}}{População - Alvo_{2013}} \times 100$

A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do continente (TCCSC) tem a seguinte fórmula $\frac{TCC_{concelho}}{TCC_{continente}} \times 100$

A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do distrito (TCCSD) tem a seguinte fórmula $\frac{TCC_{concelho}}{TCC_{distrito}} \times 100$



Fonte: Segurança Social, IP

Figura 141 – ICCU (ERPI) nos concelhos da CIM-TS - mapa.

Fonte: Segurança Social, IP, Tratamento DUOA

VII.2.2.1.2 Valência: Centro de Dia e Centro de Convívio

Por Centro de Dia entende-se ser a "a resposta social, desenvolvida em equipamento que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar" (Segurança Social, I.P.).

O concelho de Felgueiras contempla um total de 7 equipamentos sociais que prestam o serviço do Centro de Dia, com uma capacidade para abranger 155 utentes, mas efetivamente usufruem deste serviço 129 utentes.

Quanto ao Centro de Convívio, trata-se de uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

Felgueiras possui 3 centros de convívio, sem acordos com a Segurança Social, sendo que 54 utentes usufruem deste tipo de serviço.

De referir ainda a ausência da valência Centro de Dia em três unidades territoriais (Longra, Vale do Bugio e Vale do Vizela), onde também não existe a valência ERPI.

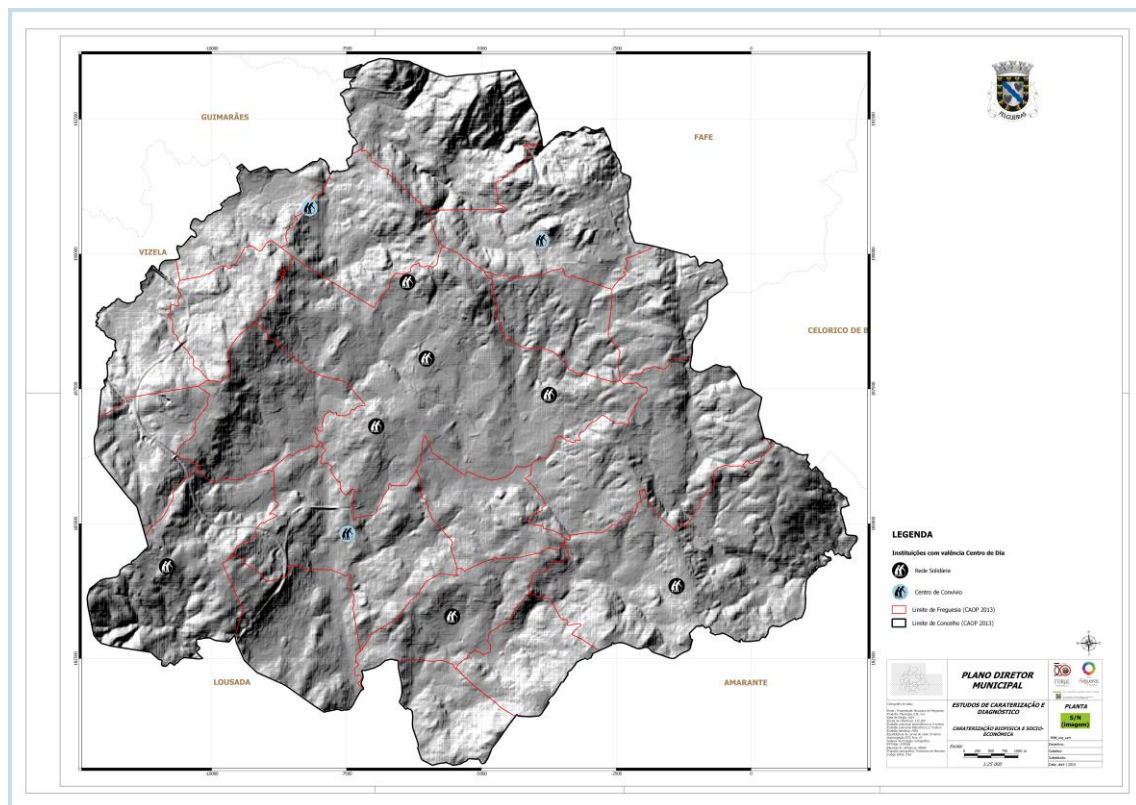
Figura 142 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por instituição – Centro de Dia.

Instituição	Freguesia	Ano 2015			
		Centro de Dia			Centro de Convívio
		N.º protocolos	N.º utentes	Em espera	Nº utentes
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airões	10	10	0	
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	25	22	2	
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	15	15	8	
Associação Solidariedade Social João Paulo II (1)	Margaride	0	2	0	
Centro Social e Paroquial Divino Salvador de Moure	Moure	40	30	0	
Centro Social e Paroquial Santa Maria de Pombeiro	Pombeiro				12
Associação da Casa do Povo da Longra	Rande				12
SIRGO	Sendim				30
Centro Social Nossa Senhora Pedra Maria	Varziela	30	30	0	
Casa do Povo da Lixa	Vila Cova da Lixa	25	20	5	
TOTAL		145	129	15	54

(1) A Associação está a aguardar a assinatura dos Acordos de Cooperação para Centro de Dia

Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

Figura 143 – Distribuição dos equipamentos com valência Centro de Dia e Centro de Convívio.



Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

**Figura 144 – ICCU (Centro de Dia) por unidade territorial - tabela.**

Unidade Territorial	Centro de Dia (3.ª Idade)			
	População-alvo (estimativa 2013)	Capacidade instalada	Capacidade utilizada	ICCU
Airões / Serrinha	549	10	10	1,82
Barrosas / Eixo Industrial	401	25	22	7,09
Felgueiras	1376	85	77	6,82
Lixa	814	25	20	3,84
Longra	338	0	0	0,00
Vale do Bugio	269	0	0	0,00
Vale do Vizela	425	0	0	0,00
FELGUEIRAS	4172	145	129	3,91

Fonte: Instituições, Tratamento DSPMP/PC/DUOA

No quadro e cartograma seguintes são apresentados os dados, referentes a 2014, da Segurança Social, IP (que no caso do Concelho de Felgueiras não são coincidentes com este...), para as taxas de cobertura, de utilização e o ICCU referentes aos concelhos da CIM-TS.

No caso do ICCU, os valores extremos variam entre 3,7 (Paços de Ferreira) e 15,5 (Cinfães).

O valor de Felgueiras (8,0) encontra-se na média nos concelhos da CIM-TS.

Se se considerar o valor 100 como o mais próximo da situação ideal (equilíbrio entre as taxas de cobertura e de utilização), o valor apurado para Felgueiras é claramente deficitário.

No entanto, este deficit é amenizado se o ICCU for calibrado pelo valor nacional (81,8) e distrital (121,6), sendo que, em relação a este último, ultrapassa o respetivo índice médio.

Figura 145 – ICCU (Centro de Dia) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCSD	TU	TUSC	TUSD	ICCU	ICCUSC	ICCUSD	TCC	TCCSC	TCCSD
Amarante	3,1	48,4	71,0	56,8	85,5	75,1	5,4	56,6	94,6	2,4	60,7	75,3
Baião	5,7	89,7	131,6	47,0	70,7	62,1	12,0	126,7	211,9	2,5	64,5	80,1
Castelo de Paiva	4,1	65,3	65,3	89,1	134,1	116,6	4,6	48,7	56,0	3,7	94,9	74,2
Celorico de Basto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cinfães	2,6	41,9	48,6	42,0	63,2	57,9	6,3	66,2	83,9	0,8	21,4	21,6
Felgueiras	4,4	70,2	103,1	56,2	84,6	74,3	7,9	83,0	138,8	3,2	82,0	101,8
Lousada	0,6	10,2	15,0	75,0	112,9	99,1	0,9	9,0	15,1	1,1	26,9	33,5
Marco de Canaveses	6,1	96,8	142,1	84,8	127,6	112,0	7,2	75,9	126,9	5,2	131,3	163,0
Paços de Ferreira	7,0	110,7	162,4	76,4	114,9	100,9	9,1	96,3	161,0	5,2	132,6	164,7
Penafiel	6,8	107,0	157,1	87,3	131,4	115,3	7,7	81,5	136,2	5,9	150,5	186,9
Resende	2,0	32,3	37,5	100,0	150,5	138,0	2,0	21,4	27,2	2,0	51,6	52,0

Nota metodológica

A taxa de cobertura (TC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por

$$\frac{\text{Capacidade}_{2013}}{\text{População} - \text{Alvo}_{2013}} \times 100$$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TCSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TC_{\text{concelho}}}{TC_{\text{continente}}} \times 100$$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TCSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TC_{\text{concelho}}}{TC_{\text{distrito}}} \times 100$$

A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por

$$\frac{\text{Utentes}_{2013}}{\text{Capacidade}_{2013}} \times 100$$

A taxa de utilização standardizada pela cobertura do continente (TUSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TU_{\text{concelho}}}{TU_{\text{continente}}} \times 100$$

A taxa de utilização standardizada pela cobertura do distrito (TUSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TU_{\text{concelho}}}{TU_{\text{distrito}}} \times 100$$

O indicador composto da cobertura e utilização (ICCU) num concelho para uma resposta social é medido por

$$\frac{TC}{TU} \times 100 \quad \text{sendo TC a Taxa de Cobertura e TU a Taxa de Utilização}$$

O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo continente (ICCUSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{\text{concelho}}}{ICCU_{\text{continente}}} \times 100$$

O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo distrito (ICCUSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{\text{concelho}}}{ICCU_{\text{distrito}}} \times 100$$

A taxa de cobertura da cooperação (TCC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por

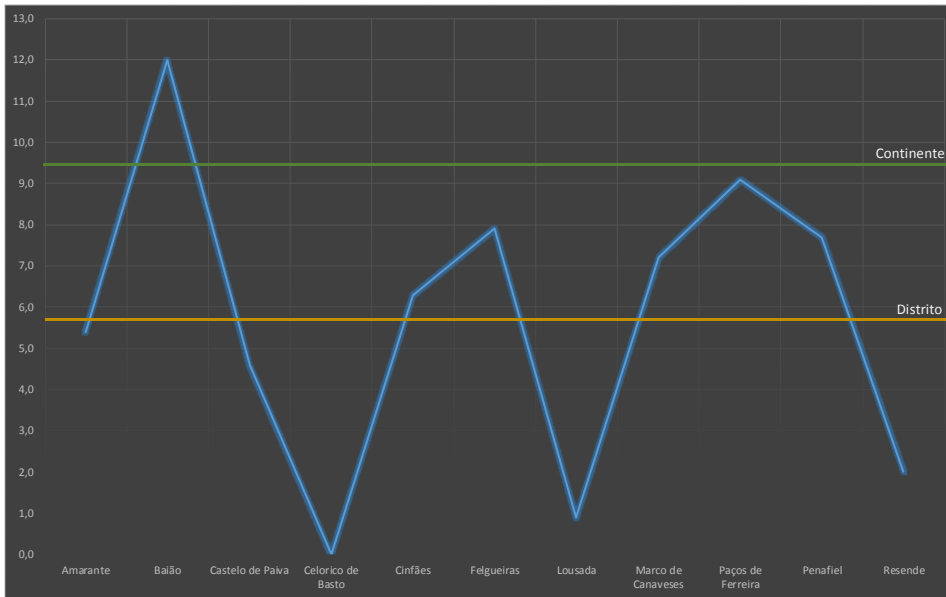
$$\frac{\text{Utentes}_{\text{em acordo}}_{2013}}{\text{População} - \text{Alvo}_{2013}} \times 100$$

A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do continente (TCCSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TCC_{\text{concelho}}}{TCC_{\text{continente}}} \times 100$$

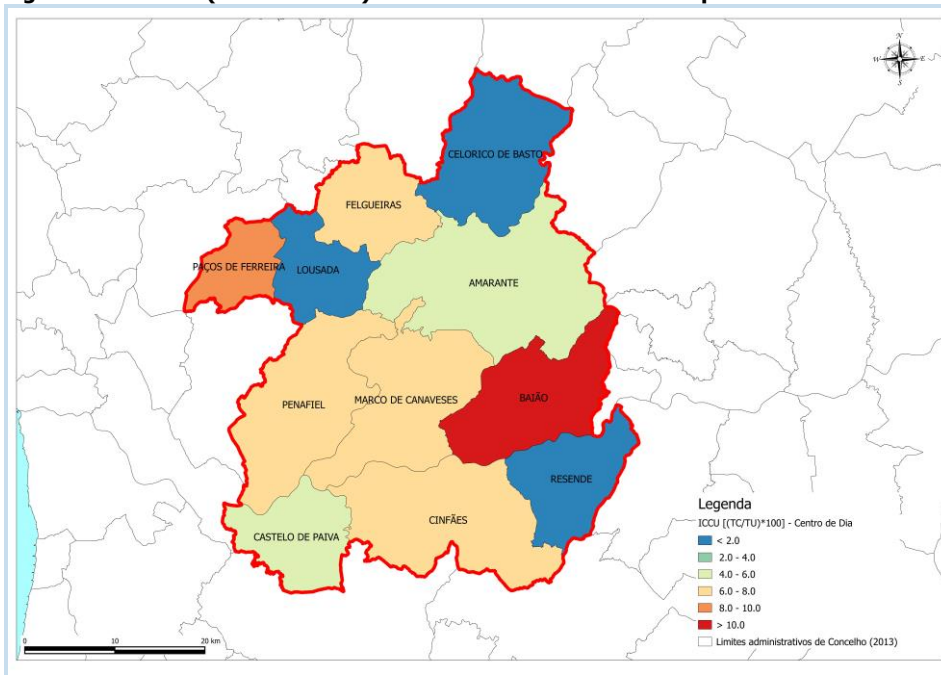
A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do distrito (TCCSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TCC_{\text{concelho}}}{TCC_{\text{distrito}}} \times 100$$



Fonte: Segurança Social, IP

Figura 146 – ICCU (Centro de Dia) nos concelhos da CIM-TS - mapa.



Fonte: Segurança Social, IP, Tratamento DUOA

VII.2.2.1.3 Valência: Serviço de apoio domiciliário

Por Serviço de Apoio Domiciliário entende-se como *"uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência, velhice ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária"* (Segurança Social, I.P.).

No momento, existem 10 instituições a prestar serviço de apoio domiciliário sendo a valência de utilização mais generalizada no Concelho. São abrangidos 257 idosos em contraponto com os 265 protocolos assinados com a Segurança Social, IP.

De referir ainda a ausência de equipamentos com prestação desta valência em três unidades territoriais onde também não existe centro de dia ou lar de 3ª idade (Longra, Vale do Bugio e Vale do Vizela).

No entanto isto não significa que não seja prestado o serviço naquelas unidades territoriais, dado que as instituições que prestam esta valência acordaram, em conjunto com o serviço local de Segurança Social, a distribuição geográfica da prestação do serviço, da seguinte forma:

Instituição	Freguesias (CAOP 2012)
Casa do Povo de Borba de Godim	Borba de Godim, Vila Cova e Macieira da Lixa;
Núcleo da Cruz Vermelha de Felgueiras	Margaride e Lagares;
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Pombeiro, Sendim, Penacova, Vila Fria e Jogueiros;
Centro Social e Paroquial de Santão	Santão, Vila Verde e Aião;
Centro Social Nª Srª Pedra Maria	Varziela, Sernande, Rande;
ADIB	Idães, Revinhade e Sousa;
Centro Social e Paroquial Pe. António Mendonça	Airães, Pedreira, Unhão e Lordelo;
Ass. Desenvolvimento Social Freguesia Margaride	Torrados, Regilde e S. Jorge de Vizela;
Ass. Desenvolvimento e Progresso de Várzea	Várzea, Friande, Pinheiro, Refontoura, Moure e Caramos;

Esta distribuição é meramente orientativa e não vinculativa, que teve como base os seguintes critérios:

- uma instituição a intervir por freguesia;
- nº de utentes por acordo (situação presente);
- proximidade da sede da IPSS;
- articulação entre técnicos das diferentes instituições;

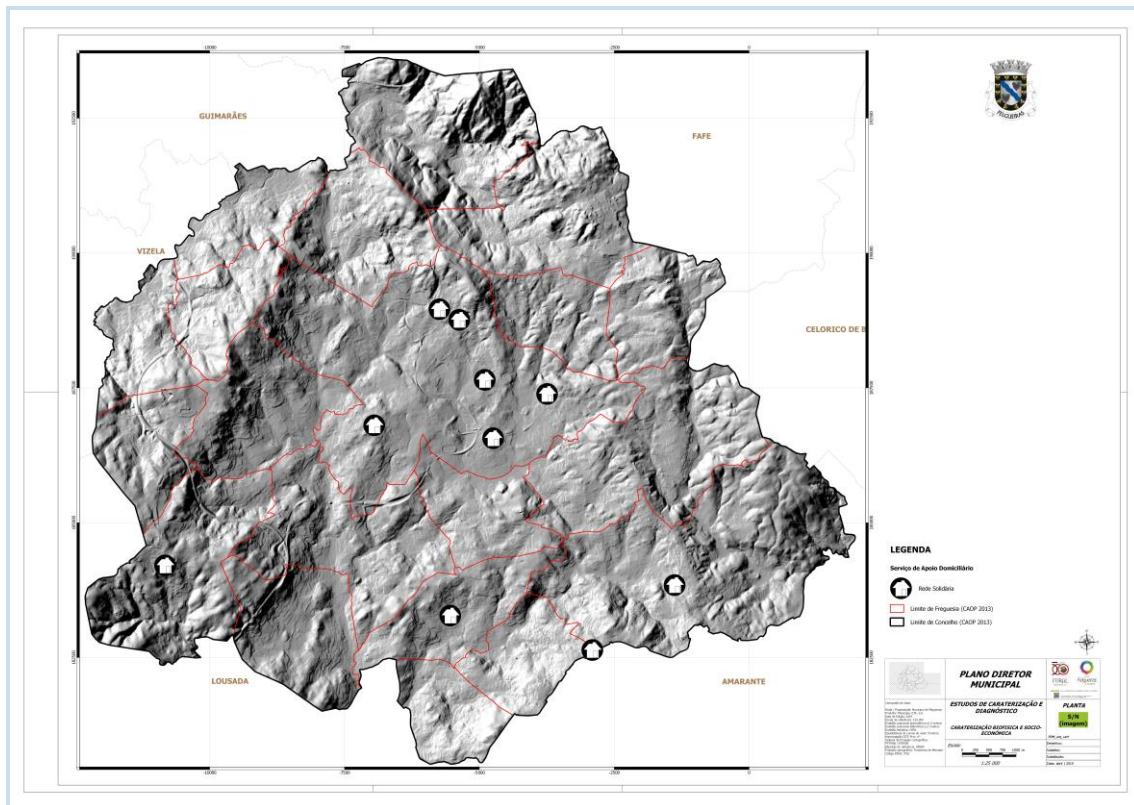
No entanto, esta distribuição é passível de alterações sempre que se verificar a alteração aos acordos estabelecidos ou com o surgimento de novas instituições.

Figura 147 – Quadro geral da distribuição do nº de utentes por instituição – Serviço de Apoio Domiciliário.

Instituição	Freguesia	Ano 2015		
		SAD		
		N.º protocolos	N.º utentes	Em espera
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airões	30	30	0
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	15	14	0
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	30	30	8
Núcleo da Cruz Vermelha de Felgueiras	Margaride	45	26	0
Associação para Desenvolvimento Social Margaride	Margaride	10	12	0
Centro Social e Paroquial Divino Salvador de Moure	Moure	40	40	0
Centro Social e Paroquial de Santão	Santão	25	25	0
Associação para o Desenvolvimento Progresso Várzea	Várzea	20	22	0
Centro Social Nossa Senhora Pedra Maria	Varziela	10	23	0
Casa do Povo da Lixa	Vila Cova da Lixa	40	35	0
TOTAL		265	257	8

Fonte: Instituições, Tratamento DSPMPMC/DUOA

Figura 148 – Distribuição dos equipamentos com valência Serviço de Apoio Domiciliário.



Fonte: Instituições, Tratamento DSPMPMC/DUOA

Figura 149 – ICCU (Serviço de Apoio Domiciliário) por unidade territorial - tabela.

Unidade Territorial	Serviço de Apoio Domiciliário (3.ª Idade)			
	População-alvo (estimativa 2013)	Capacidade instalada	Capacidade utilizada	ICCU
Airões / Serrinha	952	55	55	5,78
Barrosas / Eixo Industrial	742	15	14	2,17
Felgueiras	2455	155	153	6,40
Lixa	1490	40	35	3,07
Longra	599	0	0	0,00
Vale do Bugio	521	0	0	0,00
Vale do Vizela	758	0	0	0,00
FELGUEIRAS	7516	265	257	3,64

Fonte: Instituições, Tratamento DSPPMPC/DUOA

No quadro e cartograma seguintes são apresentados os dados, referentes a 2014, da Segurança Social, IP (que no caso do Concelho de Felgueiras não são coincidentes com este...), para as taxas de cobertura, de utilização e o ICCU referentes aos concelhos da CIM-TS.

No caso do ICCU, os valores extremos variam entre 4,2 (Penafiel) e 13,1 (Resende).

O valor de Felgueiras (4,9) encontra-se abaixo da média nos concelhos da CIM-TS.

Se se considerar o valor 100 como o mais próximo da situação ideal (equilíbrio entre as taxas de cobertura e de utilização), o valor apurado para Felgueiras é claramente deficitário.

No entanto, este défice é amenizado se o ICCU for calibrado pelo valor nacional (72,5) e distrital (88,1).

Figura 150 – ICCU (Serviço de Apoio Domiciliário) nos concelhos da CIM-TS – tabela e gráfico.

Concelho	Taxa de cobertura			Taxa de utilização			Indicador composto de cobertura e utilização			Taxa de cobertura da cooperação		
	TC	TCSC	TCSD	TU	TUSC	TUSD	ICCU	ICCUSC	ICCUSD	TCC	TCCSC	TCCSD
Amarante	4,5	88,0	117,8	67,7	90,1	99,1	6,6	97,7	118,8	2,7	78,5	116,9
Baião	4,3	84,3	112,8	92,7	123,4	135,8	4,6	68,3	83,1	4,1	120,2	179,1
Castelo de Paiva	8,2	160,9	182,1	95,8	127,6	117,7	8,5	126,2	154,7	7,5	219,5	198,1
Celorico de Basto	7,4	146,3	148,8	76,7	102,1	89,3	9,7	143,3	0,0	6,8	199,0	164,9
Cinfães	6,0	118,8	77,9	80,8	107,6	104,5	7,5	110,5	74,5	4,6	133,8	91,9
Felgueiras	3,7	73,4	98,2	76,1	101,3	111,5	4,9	72,5	88,1	2,9	85,8	127,8
Lousada	4,0	78,7	105,3	57,4	76,4	84,1	7,0	103,0	125,2	1,5	44,8	66,7
Marco de Canaveses	3,2	63,6	85,1	70,3	93,5	102,9	4,6	68,0	82,7	2,5	72,7	108,3
Paços de Ferreira	3,6	71,6	95,9	66,5	88,6	97,5	5,5	80,9	98,3	2,6	75,4	112,3
Penafiel	4,0	78,7	105,3	95,3	126,9	139,6	4,2	62,0	75,4	4,0	115,6	172,2
Resende	8,6	168,9	110,7	65,5	87,2	84,7	13,1	193,6	130,6	3,8	110,9	76,2

Nota metodológica

A taxa de cobertura (TC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por

$$\frac{Capacidade_{2013}}{População - Alvo_{2013}} \times 100$$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do continente (TCSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TC_{concelho}}{TC_{continente}} \times 100$$

A taxa de cobertura standardizada pela cobertura do distrito (TCSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TC_{concelho}}{TC_{distrito}} \times 100$$

A taxa de utilização (TU) numa área geográfica para uma resposta social é medida por

$$\frac{Utenentes_{2013}}{Capacidade_{2013}} \times 100$$

A taxa de utilização standardizada pela cobertura do continente (TUSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TU_{concelho}}{TU_{continente}} \times 100$$

A taxa de utilização standardizada pela cobertura do distrito (TUSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TU_{concelho}}{TU_{distrito}} \times 100$$

O indicador composto da cobertura e utilização (ICCU) num concelho para uma resposta social é medido por

$$\frac{TC}{TU} \times 100 \text{ sendo TC a Taxa de Cobertura e TU a Taxa de Utilização}$$

O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo continente (ICCUSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{concelho}}{ICCU_{continente}} \times 100$$

O indicador composto da cobertura e utilização standardizado pelo distrito (ICCUSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{ICCU_{concelho}}{ICCU_{distrito}} \times 100$$

A taxa de cobertura da cooperação (TCC) numa área geográfica para uma resposta social é medida por

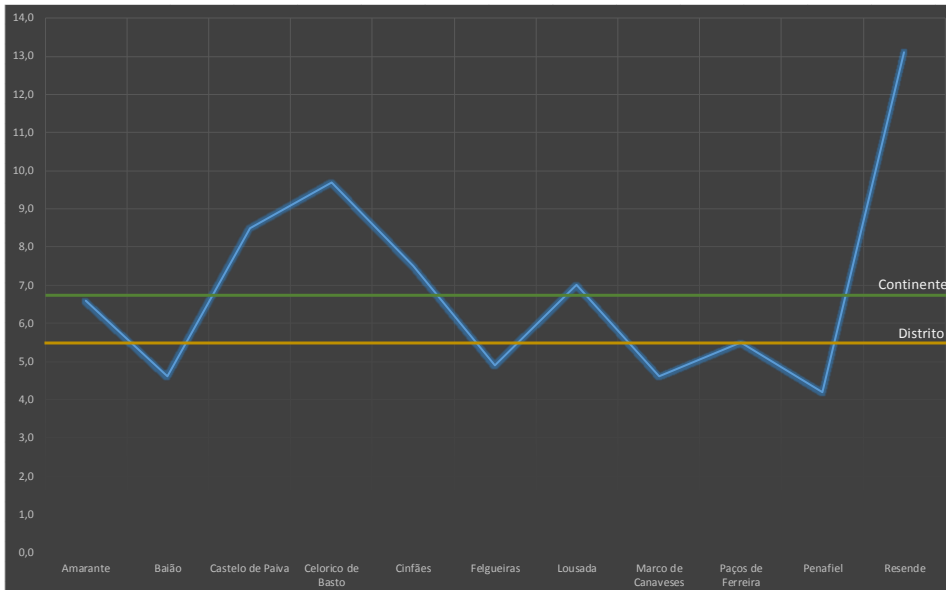
$$\frac{Utenentes_em_acordo_{2013}}{População - Alvo_{2013}} \times 100$$

A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do continente (TCCSC) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TCC_{concelho}}{TCC_{continente}} \times 100$$

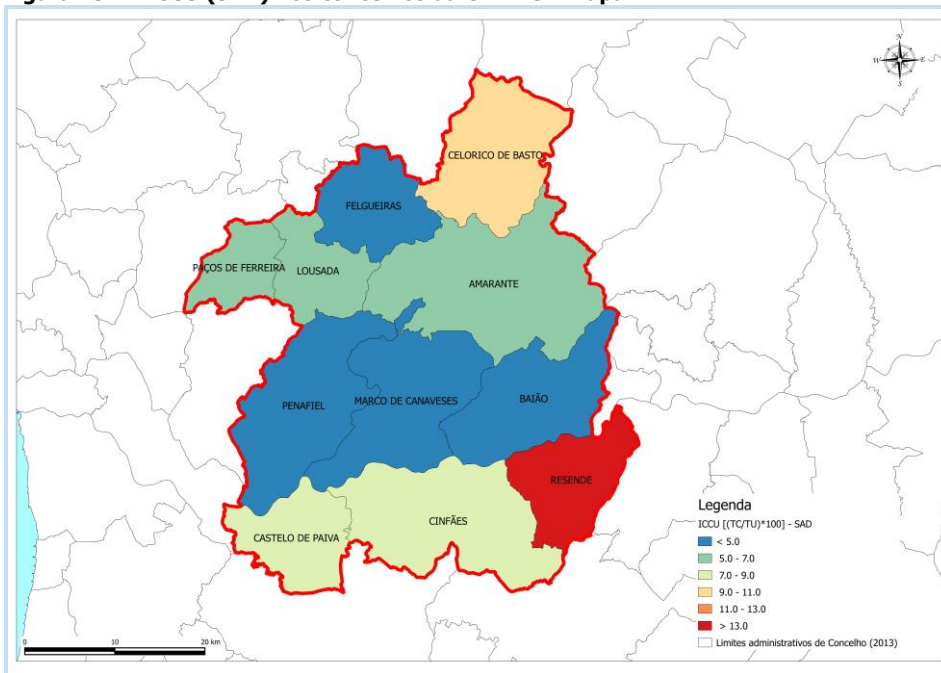
A taxa de cobertura da cooperação standardizada pela cobertura do distrito (TCCSD) tem a seguinte fórmula

$$\frac{TCC_{concelho}}{TCC_{distrito}} \times 100$$



Fonte: Segurança Social, IP

Figura 151 – ICCU (SAD) nos concelhos da CIM-TS - mapa.



Fonte: Segurança Social, IP, Tratamento DUOA

VII.2.2.1.4 Valência: Acolhimento familiar

Por acolhimento familiar entende-se a *"resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, pessoas idosas em famílias capazes de lhes proporcionar um ambiente estável e seguro"*.

Tem como objetivos: acolher pessoas idosas que se encontrem em situação de dependência ou de perda de autonomia, que vivam isoladas e sem apoio social e familiar e/ou em situação de insegurança; garantir à pessoa acolhida um ambiente social, familiar e afetivo propício à satisfação das suas necessidades e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade e evitar ou retardar ao máximo o internamento em instituições.

Existem 4 famílias de acolhimento em todo o concelho de felgueiras, distribuídas do seguinte modo:

Figura 152 – Acolhimento familiar de idosos e /ou adultos com deficiência.

Concelho	Nº de famílias de acolhimento	Freguesia de residência	Nº de Acolhidos
Felgueiras	4	Pedreira, Macieira da Lixa, Revinhade	11

Fonte: CDistPorto/UDSP/NIS/12.2014

VII.2.3 Família e Comunidade

VII.2.3.1 Família e Comunidade em geral

VII.2.3.1.1 Valência: Atendimento/acompanhamento social

Por atendimento ou acompanhamento social entende-se a *"resposta que tem por objetivo intervir nas problemáticas associadas ao processo de exclusão social, seja ao nível individual, familiar e/ou comunitário, numa área geográfica específica"*.

Ao nível concelhio, este tipo de resposta social é dada através dos serviços da Ação Social da Câmara Municipal de Felgueiras, do atendimento de Ação Social dos Serviços da Segurança Social Local e da medida Rendimento Social de Inserção.

VII.2.3.1.2 Refeitório/Cantina Social

Por refeitório ou cantina social entende-se *"a resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos"*.

No Concelho existe uma única instituição que presta esta valência: trata-se da Associação de Solidariedade Social Bairro João Paulo II, o refeitório comunitário tem capacidade para 100 utentes, usufruem 130 e encontram-se em lista de espera 20.

VII.2.4 Medidas e Programas de âmbito social

VII.2.4.1 Medidas e Programas nacionais

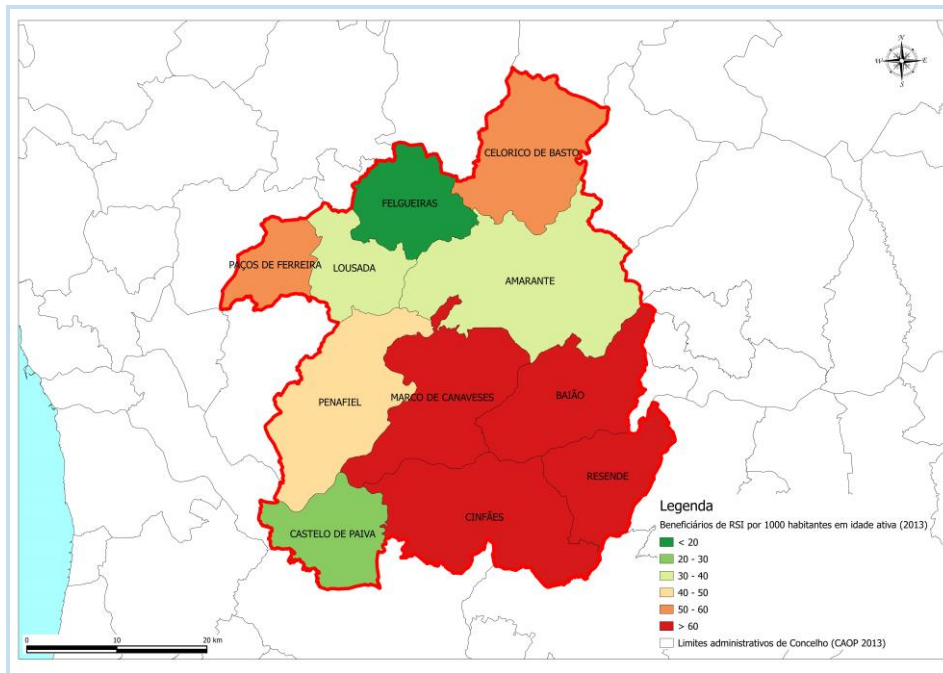
VII.2.4.1.1 Rendimento Social de Inserção

No caso do concelho de Felgueiras, constata-se que o número de beneficiários tende para a diminuição a partir de 2009 e que, em 2013 (833 beneficiários), a permilagem é de 17,11 beneficiários por 1000 indivíduos em idade ativa, claramente mais baixa do que as médias nacional e regional e destacadamente mais baixa em relação aos restantes concelhos da CIM-TS.

Este facto poderá estar relacionado com a alteração de critérios de atribuição desta prestação social, mas também (e mais relevante) ao facto do desemprego registar valores relativamente baixos.

Figura 153 – Beneficiários do RSI em números absolutos e relativos.

Local de residência (NUTS - 2013)	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual				Local de residência (NUTS - 2013)	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual			
	Período de referência dos dados					Período de referência dos dados			
	2014	2013	2012	2011		2014	2013	2012	2011
	N.º	N.º	N.º	N.º		‰	‰	‰	‰
Portugal	320811	360355	421201	448290	Portugal	36,07	40,39	47,04	49,96
Norte	123103	139236	168824	190797	Norte	39,45	44,53	53,87	60,86
Tâmega e Sousa	15331	17495	22914	26287	Tâmega e Sousa	42,47	48,48	63,53	73,08
Amarante	1570	1856	2209	2593	Amarante	33,40	39,36	46,71	54,82
Baião	1218	1386	1967	2274	Baião	71,14	80,39	113,21	130,33
Castelo de Paiva	327	382	519	606	Castelo de Paiva	23,73	27,59	37,24	43,28
Celorico de Basto	743	958	1227	1340	Celorico de Basto	43,66	56,24	72,01	78,66
Cinfães	978	1356	1884	1939	Cinfães	58,29	79,83	109,63	111,86
Felgueiras	733	833	1278	1504	Felgueiras	15,01	17,11	26,34	31,17
Lousada	1215	1416	2005	2331	Lousada	30,86	36,13	51,39	60,17
Marco de Canaveses	2630	3057	4297	4877	Marco de Canaveses	59,35	69,16	97,39	110,95
Paços de Ferreira	2505	2649	3291	3949	Paços de Ferreira	52,59	56,03	70,24	85,23
Penafiel	2776	2810	3203	3659	Penafiel	46,39	46,97	53,56	61,32
Resende	636	792	1034	1215	Resende	68,26	84,13	108,49	126,28



Fonte: INE, Portal de Informação Estatística

No que a esta temática diz respeito, o Centro Distrital do Porto da Segurança Social disponibiliza dados mais “finos” referentes ao Concelho de Felgueiras (curiosamente os dados sobre o nº absoluto de beneficiários diferem ligeiramente dos disponibilizados pelo INE).

Figura 154 – Beneficiários do RSI em números absolutos em Felgueiras 2012-2014 (dados SS).

2014																
Concelho	Residência	Sexo	Feminino												Total	
			Escalão Etário	<18 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos		60 a 64 anos
FELGUEIRAS	Concelho		118	18	11	21	28	19	30	36	53	45	51	33	9	472
2013																
Concelho	Residência	Sexo	Feminino												Total	
			Escalão Etário	<18 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos		60 a 64 anos
FELGUEIRAS	Concelho		151	21	13	26	26	30	35	44	59	47	57	37	7	553
2012																
Concelho	Residência	Sexo	Feminino												Total	
			Escalão Etário	<18 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos		60 a 64 anos
FELGUEIRAS	Concelho		240	26	27	39	30	49	58	76	71	70	65	43	15	809
2012																
Concelho	Residência	Sexo	Masculino												Total	
			Escalão Etário	<18 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos		60 a 64 anos
FELGUEIRAS	Concelho		249	23	21	31	24	27	43	56	48	47	37	27	10	643

Fonte: Segurança Social

**Figura 155 – Evolução do nº agregados familiares, valores médios por agregado e por beneficiário em Felgueiras 2012-2014 (dados SS) e contratos de inserção.**

Concelho	Nº Agregados familiares				Valor médio por Agregado Familiar (€/ano)				Valor médio por Beneficiário (€/ano)			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Felgueiras	N.D.	490	365	356	1.714,92	1.684,65	1.616,18	1.740,51	647,76	633,03	666,9	767,11

Serviço Local	Contratos de Inserção, novos e revisões (2014)	Beneficiários dos contratos de inserção (2014)
Felgueiras	298	664

Fonte: Segurança Social

Figura 156 – Tipologia de vulnerabilidades sociais registadas nos processos familiares (2014).

Tipo de problemas/vulnerabilidades	Nº de processos familiares
Problemas económicos	265
Emprego	258
Saúde	201
Pessoais/familiares	138
Habituação	26
Educação	14
Ação Social/Segurança Social	5
Outro	7
Total	914

Fonte: Segurança Social

Através destes dados verifica-se que, apesar da diminuição no número de beneficiários, a prestação por cada beneficiário registou um aumento, de alguma forma significativo, de 2013 para 2014.

Foram assinados, em 2014, 298 contratos de inserção¹⁰ que abrangeram 664 beneficiários (incluindo os respetivos agregados).

Em relação às vulnerabilidades encontradas neste universo, a prevalente é derivada de problemas económicos, frequentemente associados a fenómenos de desemprego de longa duração e afeta, com particular acuidade, as famílias monoparentais.

Também se registam vulnerabilidades devido a problemas crónicos de saúde, que muitas vezes são condicionantes da autonomia pessoal e de uma vida em condições de normalidade.

São referidos ainda os problemas pessoais/familiares (muitas vezes decorrentes de conflitos nas relações interpessoais dentro do agregado familiar), relacionados com as más condições de habitação e com situações de abandono/absentismo escolar.

¹⁰ Contrato que contempla um conjunto de ações, estabelecidas de acordo com as características e condições do requerente e dos membros do agregado familiar, que tem como objetivo incentivar a autonomia das famílias, através do trabalho e de outras formas de integração social.



VII.2.4.1.2 Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (FEAC)

A crise económica e financeira que se vive atualmente está a agravar a pobreza e a exclusão social por toda a Europa: cerca de um quarto da população total corre risco de pobreza ou exclusão. Na tentativa de dar resposta às complexas situações económicas e financeiras que se têm apresentado por toda a Europa, com particular severidade nos últimos anos, a Comissão Europeia apresentou um novo Fundo que pretende reforçar a coesão social na UE. Este novo instrumento financeiro tem como objetivo específico atenuar as piores formas de pobreza, auxiliando na prestação de assistência não-financeira às pessoas mais necessitadas. O Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC) para 2014-2020 veio substituir e melhorar o então Programa de Distribuição Alimentar, que terminou em 2013, e que tem sido, desde 1987, uma importante fonte de aprovisionamento para as organizações que trabalham em contato direto com as pessoas mais carenciadas, dando-lhes essencialmente apoio alimentar. O FEAC visa apoiar organizações nacionais que prestam assistência não-financeira às pessoas mais necessitadas (essencialmente sem-abrigo e crianças materialmente necessitadas) através da distribuição de alimentos, vestuário e outros bens essenciais, dentro de critérios que serão da responsabilidade de cada país ou das organizações parceiras. O Fundo pode, ainda, apoiar medidas de acompanhamento e deve promover a aprendizagem mútua, redes e disseminação de boas práticas em matéria de assistência não financeira às pessoas mais necessitadas.

No concelho de Felgueiras existem 4 instituições beneficiárias do FEAC, sendo que três delas são beneficiárias e mediadoras.

Figura 157 – Instituições mediadoras e/ou beneficiárias do FEAC.

Mediadora/Beneficiária/ Pólo de Receção	Instituição	Freguesia	Nº de Famílias	Nº de Beneficiários/Utentes
Mediadora FEAC/AMI	Associação para o Desenvolvimento Social da Freguesia de Margaride	Margaride	180	498
Mediadora	Centro Social e Paroquial Pe. António Mendonça	Airões	39	79
Mediadora	Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	9	28
Mediadora	Casa do Povo da Lixa	Vila Cova da Lixa	107	266
Beneficiária	Centro Social e Paroquial Pe. António Mendonça	Airões	(--)	169
Beneficiária	Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	(--)	181
Beneficiária	Casa do Povo da Lixa	Vila Cova da Lixa	(--)	74

Fonte: CDSSP

VII.2.4.1.3 Programa de Emergência Alimentar (PEA) - cantina social

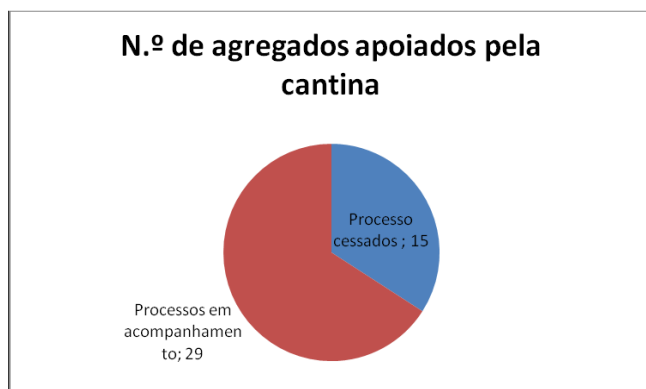
As Cantinas Sociais constituem-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar e do Protocolo de Cooperação 2011-2012 celebrado com as entidades representativas do setor social, que têm como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições.

O acesso ao serviço das cantinas sociais destina-se a indivíduos que são identificados pelas instituições locais como pessoas que vivenciam uma situação de carência económica, de tal modo que necessitem de apoio alimentar. Posto isto, as cantinas sociais confeccionam refeições a distribuir gratuitamente durante todo o ano. O número de refeições confeccionadas por dia dependerá da capacidade instalada da instituição que presta o serviço, apesar de ter como referencial 50 a 80 refeições diárias que destinar-se-ão preferencialmente ao consumo externo. O apoio fornecido pelas cantinas sociais tem caráter transitório, ou seja, é um apoio pontual que é prestado enquanto a pessoa não reúne condições para sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra. Como principais destinatários da medida encontram-se: os idosos com baixos rendimentos, famílias expostas ao fenómeno do desemprego, famílias com filhos a cargo, pessoas com deficiência e pessoas com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho.

No concelho de Felgueiras existe uma Cantina Social a funcionar na Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras, pelo que passamos a explanar os resultados obtidos pela mesma, bem como a caracterização da população que beneficiou deste apoio.

O Programa de Emergência Alimentar (PEA) teve início em Maio de 2012, durante o ano de 2014, foi renovado até Março de 2015. No mês de Dezembro de 2014 a cantina servia 80 refeições por dia, distribuídas por 29 agregados familiares.

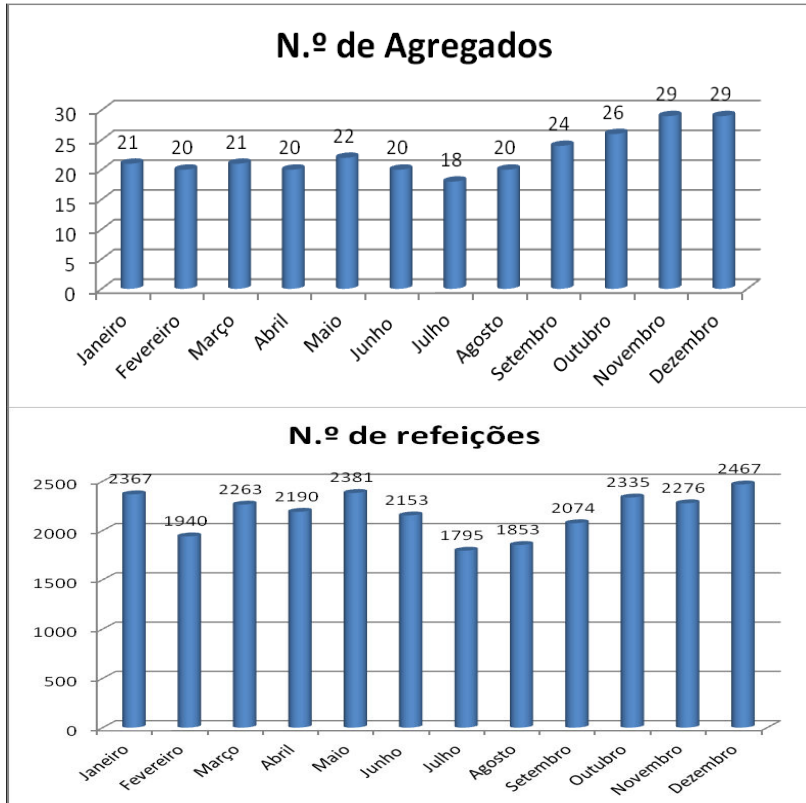
Figura 158 – Agregados apoiados pela cantina social.



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras (relatório da cantina social)

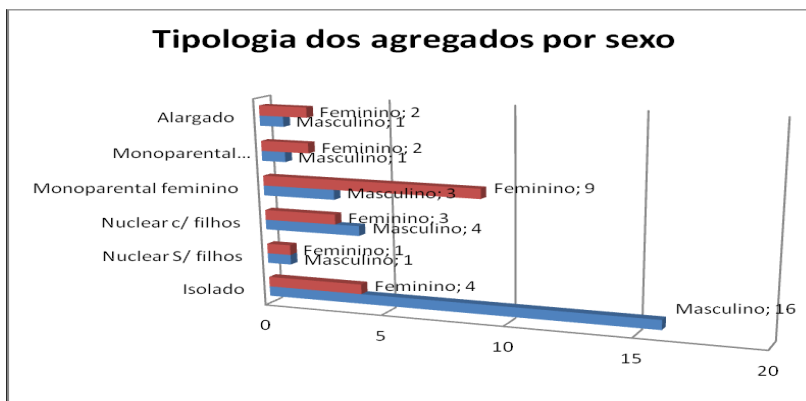
A Cantina Social em 2014 apoiou num total 44 agregados familiares. Dos 15 processos cessados, 46% foram integrados no mercado de trabalho.

Figura 159 – N.º de agregados e n.º de refeições servidas por mês (2014).



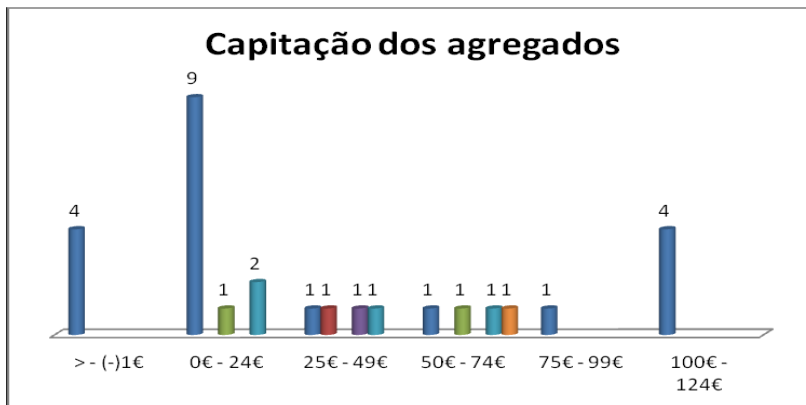
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras (relatório da cantina social)

Figura 160 – Tipologia dos agregados apoiados por sexo (2014).



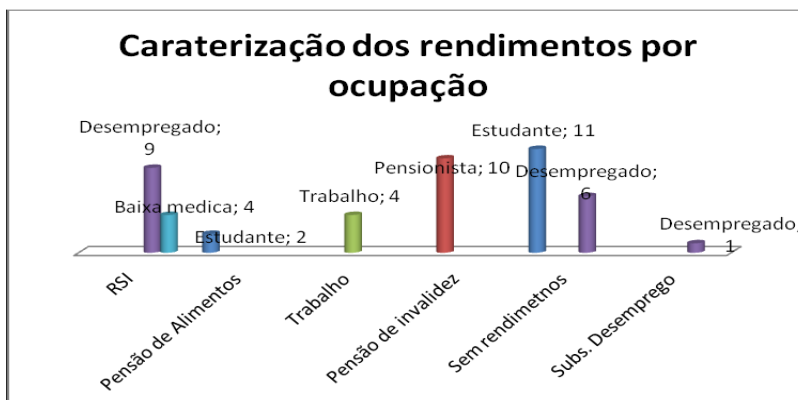
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras (relatório da cantina social)

Como podemos verificar a maior parte dos agregados que beneficiam da cantina são do sexo masculino e isolados.

Figura 161 – Rendimento per capita dos agregados apoiados (2014).

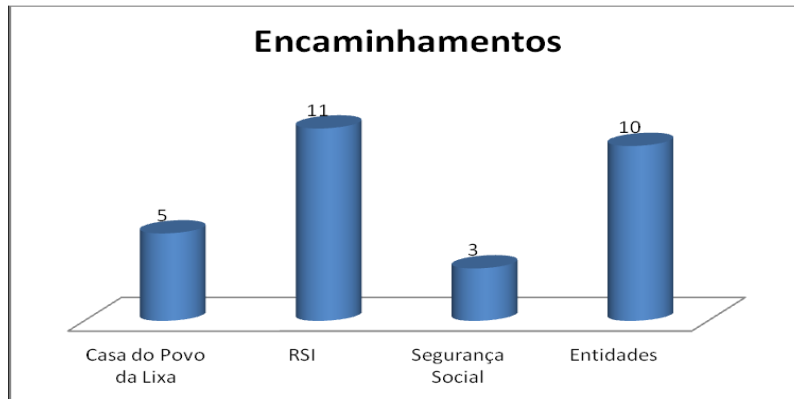
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras (relatório da cantina social)

Dos 4 agregados com capitação negativa, em 2 deles o valor é inferior a 100,00€ negativos. São considerados para o cálculo da capitação as despesas fixas com a habitação: renda, água, luz e gás e em alguns casos acresce a despesa de saúde. Em dois dos casos em que os agregados têm uma capitação de 100,00€ ou superior são pessoas com alguns problemas de psiquiatria.

Figura 162 – Agregados apoiados por fonte de rendimento (2014).

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras (relatório da cantina social)

Em relação aos agregados do RSI, 9 vivem exclusivamente da prestação, 4 encontra-se de baixa médica e dois dos agregados recebem pensão de alimentos.

Figura 163 – Origem dos encaminhamentos para a cantina social (2014).

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras (relatório da cantina social)

VII.2.4.1.4 Complemento Solidário para Idosos

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e residentes em Portugal.

Na determinação dos recursos dos beneficiários são tidos em consideração os rendimentos do cônjuge ou da pessoa que com ele viva em união de facto há mais de dois anos, assim como dos filhos quer coabitem ou não, na qualidade da solidariedade familiar, tendo em conta a dimensão dos agregados familiares. Em 2014, beneficiaram deste complemento, no distrito do Porto, 32.824, sendo que 9323 eram do sexo masculino e 23501 do sexo feminino.

VII.2.4.2 Medidas e Programas municipais

VII.2.4.2.1 Rede Social

A Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro, cria o Programa Rede Social que é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de junho, definindo-o como um fórum de articulação e congregação de esforços, tendo por base a adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nele queiram participar.

Nesta conformidade, a Rede Social de Felgueiras, implementada desde 2002, surge como uma estratégia de "erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e promoção do desenvolvimento Social".

Pretende desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais; promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local; e, garantir maior eficácia do conjunto de respostas sociais no concelho.

As medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção no âmbito da Rede Social, são assumidas localmente pelos Conselhos Locais de Ação Social, do qual fazem parte 71 entidades e do Núcleo Executivo, constituído por 7 representantes das seguintes entidades: Câmara Municipal de Felgueiras, Centro de Saúde de Felgueiras, Centro de Emprego do Tâmega e Sousa, Segurança Social, Juntas de Freguesia, Educação e IPSS's.

VII.2.4.2.2 Apoios Sociais

Atendendo ao atual contexto socioeconómico que o país atravessa e o aumento significativo de pedidos de apoio social de indivíduos aos serviços municipais, a Câmara Municipal de Felgueiras decidiu instituir a atribuição de apoios sociais a favor de famílias e/ou pessoas em situação de carência económica, com o objetivo de promover uma maior coesão social e uma melhoria da qualidade de vida dos munícipes do concelho

Os apoios sociais destinam-se a indivíduos e agregados familiares que, ao abrigo da análise dos serviços técnicos do concelho, estejam comprovadamente numa situação de carências económica, traduzindo-se no apoio pecuniário, pontual e temporário com vista a remover, reduzir ou compensar os fatores que originaram a situação de emergência social e que não são totalmente cobertos pelas diferentes prestações do sistema de Segurança Social.

As despesas comparticipadas pelos apoios financeiros, atribuídos ao abrigo do regulamento para atribuição de apoios sociais, são:

- a) Apoio à despesa com renda da casa ou prestação mensal referente à mensalidade de empréstimo bancário;
- b) Pagamento da mensalidade da água, da luz e do gás e de quaisquer despesas relativas a tarifas de suspensão e reinício de ligação de serviços por incumprimento que não tenha origem em atos de sabotagem;
- c) Aquisição e/ou pagamento de géneros alimentícios;
- d) Despesas com saúde, nomeadamente com medicamentos para doentes crónicos, prescritos através de receita médica, consultas de especialidade e ajudas técnicas (óculos, próteses, fraldas);
- e) Comparticipação de despesas com transportes públicos, em situações de doença que exijam deslocações frequentes para tratamento (considerar o passe ou bilhete diário de ida e volta);
- f) Comparticipação de despesas com transporte de munícipes com deficiência, cujas famílias apresentem carências financeiras, que frequentem instituições de apoio à deficiência no concelho de Felgueiras, ou na ausência de vagas ou valência das mesmas, em instituições de concelhos limítrofes.



Desde a sua implementação (2013), a Câmara Municipal de Felgueiras, atribuiu no ano de 2013 apoios sociais a 63 famílias, em 2014 a 64 famílias e em 2015 a 44 famílias. Maioritariamente os apoios foram atribuídos para o pagamento da renda de casa, aquisição de géneros alimentares, pagamento das despesas com a eletricidade, gás e luz.

VII.2.4.2.3 Cartão do Múncipe Sénior

Considerando o empenho do Concelho de Felgueiras na promoção do desenvolvimento económico e social do concelho e, sobretudo, na implementação de políticas sociais de apoio à população idosa, em situação de maior vulnerabilidade e risco de exclusão social, decidiu a Câmara Municipal de Felgueiras instituir o Cartão Municipal do Idoso, com o objetivo de dignificar e melhorar as condições de vida dos idosos residentes no concelho.

O cartão Municipal do Idoso destina-se a apoiar idosos, com idade igual ou superior a 65 anos, residentes no Concelho de Felgueiras, economicamente mais carenciados.

O Cartão do Múncipe Sénior proporciona aos seus titulares o acesso aos seguintes benefícios e regalias:

1. Passe dos transportes públicos rodoviários para viagem de ida/volta entre o local de residência e as cidades de Felgueiras e da Lixa, nos dias da feira semanal e das feiras anuais de Maio, do S. Pedro, das Oitavas e das Vitórias;
2. Desconto nos preços dos ramais de ligação às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
3. Desconto nas tarifas de consumo de água, de recolha de águas residuais, de limpeza de fossas sépticas e de recolha de resíduos sólidos urbanos;
4. Taxas de Urbanização e Edificação, desde que os atos sejam referentes ou relacionáveis com a residência permanente do titular do Cartão;
5. Prestação de serviços e concessão de documentos (atestados, certidões, fotocópias, exposições, etc.) desde que os atos sejam referentes ou relacionáveis com o titular do Cartão, e este detenha a faculdade de os poder requerer;
6. Redução ou isenção nas taxas de utilização das Piscinas Municipais, desde que para a prática exclusiva do titular do Cartão;
7. Iniciativas e programas destinados à população idosa promovidos diretamente ou em colaboração com a Câmara Municipal, quando não gratuitos;
8. Ações de educação/formação promovidas pela Câmara Municipal, quando não gratuitas;
9. Espetáculos, viagens, passeios e outras iniciativas culturais e de lazer promovidas pela Câmara Municipal, quando não gratuitas;
10. Comparticipação nas despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos sujeitos à taxa reduzida de IVA;

11. Comparticipação excecional nas despesas efetuadas com pequenas reparações de carpintaria, pichelaria, serralharia ou eletricidade, com carácter de urgência, ou de melhoria das condições de mobilidade habitacional, na residência permanente do titular do Cartão;

Desde a sua implementação, ano de 2012, já foram atribuídos 673 cartões.

VII.2.3.2.4 Espaço+Igualdade

O Concelho de Felgueiras, no âmbito do Espaço + Igualdade, resposta implementada no âmbito da candidatura ao POPH, tipologia 7.2, Planos Municipais para a Igualdade, teve como objetivo ao longo do ano de 2014, a realização de um leque de atividades cuja génese foi a Igualdade de Género, integradas no Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação (2014-2017), sensibilizando grupos populacionais estratégicos para a construção da Igualdade de Género e da não Discriminação em função do sexo e da orientação sexual, sabendo e aprendendo a viver em comunidade:

Gabinete de Informação e Aconselhamento Jurídico

Considerando a atividade do gabinete que visa a prestação de um serviço especializado na área jurídica em matéria da Igualdade de Género e Violência Doméstica, nomeadamente:

- Direito da Família, nomeadamente: Divórcio, Regulação do exercício das responsabilidades parentais, Pensão de Alimentos a ex cônjuges e filhos;
- Direito Penal, nomeadamente: crime de Violência Doméstica, maus-tratos, crime de ameaça, injúria, difamação, danos em contexto das relações de intimidade;
- Direito do trabalho, Igualdade e não discriminação em função do sexo nomeadamente: no acesso ao mercado de trabalho, Igualdade salarial, assédio em contexto laboral, protecção na gravidez, entre outros;
- Proteção jurídica.

Configurada a uma abordagem qualitativa e sucinta da atividade desenvolvida ao longo do ano 2014, **33** casos sinalizados e que originaram um total de **66** atendimentos verificam-se as seguintes conclusões:

- Os beneficiários/beneficiárias são maioritariamente mulheres;
- Maioritariamente relacionados com o divórcio, responsabilidades parentais, e o crime de violência doméstica;
- O pedido de proteção jurídica com nomeação de advogado/a é uma constante nos atendimentos realizados no Espaço;
- Contrariando aquele que desenha os objetivos e áreas de intervenção do Gabinete, outros pedidos de colaboração/informação, relativamente a outras áreas jurídicas como o arrendamento; ações de despejo, cobrança de dívidas, consumo e outros crimes (Dano, ofensa à integridade física, injúria/difamação) para além do da Violência Doméstica.

- Muito embora as situações continuem a ser sinalizadas por entidades, há uma clara evidência de sinalizações efetuadas pelos próprios interessados, presencialmente e/ou por telefone.

VII.2.4.2.5 Apartamento Protegido de Transição

Considerando que a conjuntura atual económica evidenciou algumas fragilidades sociais, ditando o aparecimento cada vez em maior números de situações de violência doméstica e que para dar apoio às pessoas vítimas da violência antes referida, será conveniente a existência de estruturas de apoio, ainda que transitório, que minimizem o sofrimento e potenciem o restabelecimento do bem-estar pessoal e social, entendeu a Câmara Municipal de Felgueiras dispor de um apartamento protegido de transição, para dar resposta de proteção urgente e temporária a vítimas de violência domésticas e/ou residentes, que vejam a sua habitação gravemente destruída ou afetada pela ocorrência anómala e imprevisível, de acidente grave ou catástrofe.

O referido apartamento tem como objetivo acolher temporariamente, com garantia de condições básicas de sobrevivências e de privacidade, pessoas que se encontrem em situação de grande vulnerabilidade, designadamente: vítimas de maus-tratos/violência doméstica, acompanhadas/os ou não de filhos menores e/ou dependentes, ou outros membros que com eles residam, desde que não hajam outras respostas alternativas; vítimas de catástrofes naturais; Proporcionar apoio psicológico e social aos/as utilizadores/as de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar; Promover a aquisição de competências básicas e relacionais, para os utentes vítimas de violência doméstica e o acompanhamento e apoio a pessoas, em situação de vulnerabilidade.

VII.2.4.2.6 Outros apoios

1. Educação:

a. Apoio ao nível dos transportes escolares – 1868 alunos.

b. Apoio em refeições escolares – 1567 alunos.

c. Apoio ao nível de livros e material escolar – 1643 alunos.

d. Participação em mais de 25% nos transportes dos alunos a frequentar o 10º ano com escalão A e B – 368 alunos.

e. Alunos em prolongamento de horário – 100 alunos a frequentar os 3 estabelecimentos



municipais e 394 alunos a frequentar os 17 estabelecimentos de outras entidades (Juntas de Freguesia, IPSS's, Associação de Pais);

2. Taxas Sociais:

a. Tarifário social de água e saneamento – 66 agregados familiares.

b. Tarifário social de resíduos sólidos urbanos – 88 agregados familiares.

c. Tarifário de água específico para famílias numerosas, destinado a agregados familiares com 3 ou mais filhos – 9 famílias numerosas.

VII.3 Investimento municipal

Por forma a perceber o papel do Município no domínio social, foram extraídos, a partir das contas de gerência dos últimos quatro anos (2011-2014), os dados de execução financeira nas rubricas orçamentais com maior correlação com o ambiente social do Concelho.

Verifica-se, antes de mais, que para o desempenho das funções sociais, o Município apresenta, de forma constante ao longo deste período, um investimento que equivale a aproximadamente 70% do investimento total anual, correspondendo, em 2014, a um valor de 13.145029,74 €.

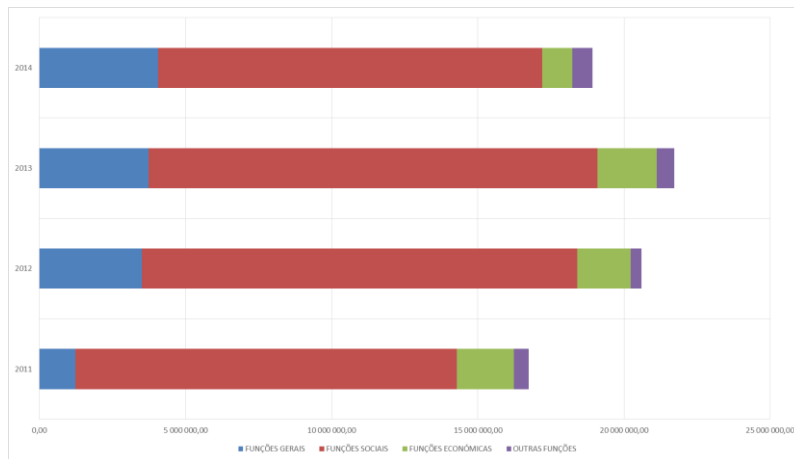
Destacadamente, é a tipologia de funções onde o Município mais investe e as oscilações no respetivo montante executado, em valores absolutos, tem acompanhado as oscilações do próprio montante executado total anual.

Figura 164 – Investimento municipal por função (2011-2014).

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	2011				2012				2013				2014			
		MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% MONTANTE EXECUTADO ANUAL	MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% MONTANTE EXECUTADO ANUAL	MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% MONTANTE EXECUTADO ANUAL	MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% MONTANTE EXECUTADO ANUAL
1.	FUNÇÕES GERAIS	1 223 766,84	36,25	41,34	7,31	3 503 851,99	63,38	52,25	17,01	3 731 959,57	70,06	47,09	17,18	4 057 436,59	78,00	44,86	21,44
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	13 051 396,21	40,53	41,79	77,96	14 894 122,71	46,01	50,82	72,32	15 358 551,82	56,56	60,39	70,69	13 145 029,74	58,22	64,16	69,47
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 959 234,35	34,88	36,94	11,70	1 828 432,09	33,92	39,34	8,88	2 032 906,10	45,54	34,55	9,36	1 023 136,62	36,98	37,92	5,41
4.	OUTRAS FUNÇÕES	507 328,77	30,36	75,90	3,03	357 033,04	25,34	78,87	1,78	601 951,66	62,44	51,30	2,77	697 339,74	69,78	55,11	3,69
	TOTAL	16 741 726,17	39,06	41,69	100,00	20 593 439,83	46,03	49,79	100,00	21 725 369,15	57,52	53,37	100,00	18 922 942,69	59,99	56,67	100,00

(a) - Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

(b) - Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)



Fonte: Município de Felgueiras, Prestação de Contas

Também será de relevar que a execução financeira anual nas funções sociais tem apresentado uma trajetória francamente positiva ao longo deste período (de 40,53% em 2011 para 58,22% em 2014).

Este expressivo volume de investimento em funções distribui-se por vários domínios, sendo, no caso das funções sociais e de forma constante neste período, os investimentos mais relevantes os correspondentes aos objetivos 2.1 ('Educação'), 2.4 ('Habitação e Serviços Coletivos') e 2.5 ('Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos').

Refira-se que estes objetivos se desdobram em numerosas rubricas e, que, obviamente muitas destas não têm correlação direta com a ação social propriamente dita.

Assim, seguidamente são apresentados dois quadros, nos quais se encontram omissas as rubricas que se julga não terem interesse direto para a presente análise (p. ex. em 'Educação' estão excluídas as rubricas referentes às intervenções nos edifícios escolares, em 'Habitação e Serviços Coletivos' estão excluídas as rubricas referentes às infraestruturas ambientais, em 'Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos' estão excluídas as rubricas referentes às intervenções nos equipamentos desportivos, etc.).

O primeiro destes quadros é exaustivo, apresentando os montantes executados, as execuções financeiras e a percentagem de investimento municipal, de acordo com a classificação POCAL.

No segundo quadro, mais resumido, são apenas elencadas as rubricas e o respetivo montante executado e percentagem de investimento municipal.

Figura 165 – Investimento municipal nas principais rubricas relativas às funções sociais (2011-2014).

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	2011					2012					2013					2014				
		MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% INVESTIMENTO TOTAL ANUAL	MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% INVESTIMENTO TOTAL ANUAL	MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% INVESTIMENTO TOTAL ANUAL	MONTANTE EXECUTADO ANO	EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA GLOBAL % (b)	% INVESTIMENTO TOTAL ANUAL				
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	13 051 396,21	40,53	47,79	77,96	14 894 122,71	46,01	50,82	72,32	15 588 551,82	56,56	60,39	70,69	13 145 029,74	58,22	64,16	69,47				
2.1.	EDUCAÇÃO	5 979 467,65	51,07	72,08	35,72	4 426 943,14	57,60	81,01	21,50	3 258 206,63	67,45	74,60	15,00	1 491 870,42	67,79	86,87	7,88				
2.1.1.2.	ENSINO BÁSICO (1º CICLO)	2 313 684,37	44,97	67,34	13,82	1 282 694,09	37,43	72,82	6,23	2 363 533,80	81,7	79,95	10,88	554 417,24	56,78	89,27	2,93				
	APOIOS SOCIAIS	41 075,33	70,87	87,09	0,25	30 283,94	47,28	81,02	0,15	36 774,60	56,05	86,25	0,17	37 048,50	47,11	83,98	0,20				
	PROTÓTIPOS REFEIÇÕES	41 075,33	70,87	87,09	0,25	22 356,30	41,79	81,26	0,11	28 728,60	51,66	86,01	0,13	29 889,00	43,56	83,43	0,16				
	TRANSFERÊNCIAS AGRUPAMENTOS DAS ESCOLAS / VISITAS DE ESTUDO	0,00		0,00	0,00	7 698,64	76,99	76,99	0,04	8 045,00	80,45	89,95	0,04	7 149,50	71,5	88,93	0,04				
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	1 170 347,33	69,45	93,64	6,99	981 409,94	70,85	95,49	4,77	883 877,73	49,72	64,61	4,07	896 156,87	77,34	97,52	4,74				
	APOIOS SOCIAIS	140 097,52	62,62	85,36	0,84	58 971,37	20,26	70,20	0,29	142 917,15	84,99	63,10	0,66	124 014,36	82,4	96,85	0,66				
	TRANSPORTES ESCOLARES	1 030 249,81	70,49	94,26	6,15	922 438,57	84,31	97,90	4,48	740 960,58	46,03	64,73	3,41	722 142,51	76,59	97,58	3,82				
2.3.	SEGURANÇA E AÇÕES SOCIAIS	85 202,92	17,96	29,02	0,51	143 271,16	26,69	41,99	0,70	277 586,95	66,04	76,35	1,28	35 532,36	20,75	35	0,19				
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	85 202,92	17,96	29,02	0,51	143 271,16	26,69	41,99	0,70	277 586,95	66,04	76,35	1,28	35 532,36	20,75	35	0,19				
	APOIOS SOCIAIS	7 147,02	17,04	68,10	0,04	15 077,94	19,23	58,53	0,07	6 706,41	36,40	88,38	0,03	7 713,80	27,14	82,64	0,04				
	APOIOS A INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	6 986,00	30,11	82,08	0,04	10 077,00	40,13	84,84	0,05	0,00	96,64	0,00	0,00	0,00	96,64	0,00	0,00				
	APOIO A TERCEIRA IDADE	181,02	56,55	68,07	0,00	4 995,94	56,55	68,07	0,02	6 706,41	43,28	43,28	0,03	7 713,80	56,55	68,07	0,04				
	EDIFÍCIOS	0,00		0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	581,55	36,76	36,76	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00				
	ADAPTAÇÃO/BENEFICIAÇÃO	0,00		0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	581,55	36,76	36,76	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00				
	CENTRO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL PARA CRIANÇAS E JOVENS	27 012,88	31,78	31,78	0,16	39 124,88	74,81	83,39	0,19	8 379,06	88,20	34,20	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00				
	CONSTRUÇÃO	27 012,88	38,59	38,59	0,16	39 124,88	75,53	83,92	0,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	EQUIPAMENTO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 379,06	88,20	34,20	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00				
	REDE DE CRECHES	51 043,02	14,74	16,45	0,30	89 073,34	25,05	35,63	0,43	211 109,63	93,66	96,10	1,02	0,00	0,00	60,21	0,00				
	PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34 921,70	36,86	36,86	0,16	0,00	0,00	96,68	0,00				
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34 921,70	40,38	40,38	0,16	0,00	0,00	99,71	0,00				
	FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 888,60	9,81	9,81	0,03	27 818,56	46,36	51,16	0,15				
	MEDIDAS DE APOIO ECONOMICO-SOCIAL	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 888,60	9,81	9,81	0,03	27 818,56	46,36	51,16	0,15				
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	5 222 065,30	38,4	31,20	31,19	7 291 155,93	47,68	40,31	35,41	7 331 733,14	53,88	53,55	34,67	9 080 391,43	67,79	58,67	47,72				
2.4.1.	HABITAÇÃO	19 229,72	15,96	7,64	0,11	114 658,92	72,83	21,35	0,56	3 688,80	6,65	13,99	0,02	0,00	0,00	27,47	0,00				
	HABITAÇÃO SOCIAL	19 229,72	15,96	7,64	0,11	114 658,92	72,83	21,35	0,56	3 688,80	6,65	13,99	0,02	0,00	0,00	27,47	0,00				
	MANUTENÇÃO	18 974,72	15,88	28,85	0,11	114 658,92	73,35	89,02	0,56	3 688,80	6,72	62,93	0,02	0,00	0,00	41,77	0,00				
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1 764 660,34	27,49	38,86	10,54	3 052 757,48	34,23	44,49	14,73	4 291 025,10	55,13	61,83	19,75	2 587 235,53	37,58	67,79	13,67				
2.5.1.	CULTURA	1 148 270,06	38,27	33,76	6,86	1 660 499,80	32,22	35,87	8,06	3 312 183,09	64,38	70,27	15,25	1 677 688,49	43,72	69,26	8,87				
	ASSOCIATIVISMO CULTURAL	0,00		0,00	0,00	116 100,00	86,84	86,84	0,56	60 950,00	86,45	94,88	0,28	60 700,00	98,7	99,66	0,32				
	APOIO AS INSTITUIÇÕES/COLECTIVIDADES	0,00		0,00	0,00	116 100,00	86,84	86,84	0,56	60 950,00	86,45	94,88	0,28	60 700,00	98,7	99,66	0,32				
	APOIO A JUVENTUDE	0,00		0,00	0,00	13 050,00	33,25	13,15	0,06	25 350,00	69,10	82,17	0,12	0,00	0,00	61,31	0,00				
	VOLUNTARIADO JOVEN	0,00		0,00	0,00	13 050,00	72,50	16,73	0,06	25 350,00	100,00	100,00	0,12	0,00	0,00	62,83	0,00				

(a) - Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

(b) - Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

(c) - Montante executado 2011 = 16741726,17

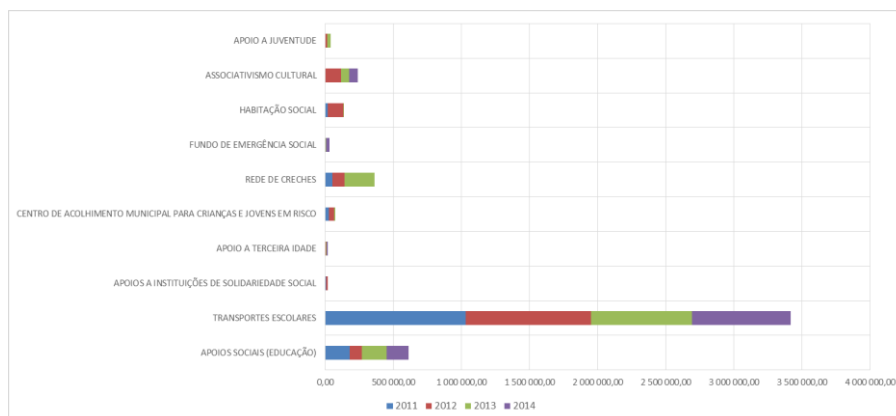
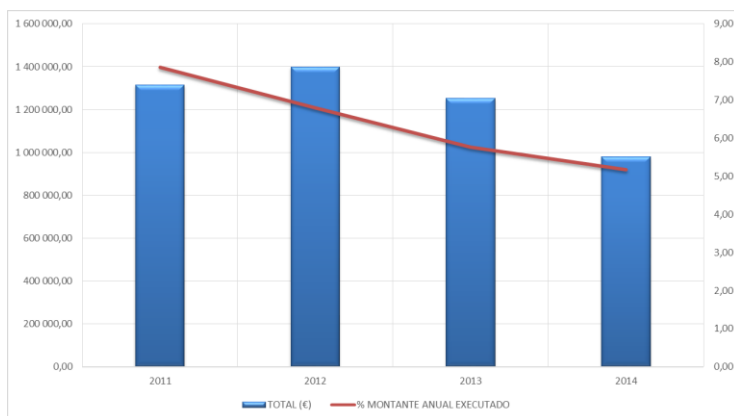
(d) - Montante executado 2012 = 20993439,83

(e) - Montante executado 2013 = 21725569,15

(f) - Montante executado 2014 = 18922942,69



DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014
	MONTANTE EXECUTADO ANO	MONTANTE EXECUTADO ANO	MONTANTE EXECUTADO ANO	MONTANTE EXECUTADO ANO
APOIOS SOCIAIS (EDUCAÇÃO)	181 172,85	89 255,31	179 691,75	161 062,86
TRANSPORTES ESCOLARES	1 030 249,81	922 438,57	740 960,58	722 142,51
APOIOS A INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	6 966,00	10 077,00	0,00	0,00
APOIO A TERCEIRA IDADE	181,02	4 995,94	6 706,41	7 713,80
CENTRO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL PARA CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	27 012,88	39 124,88	8 379,06	0,00
REDE DE CRECHES	51 043,02	89 073,34	221 109,63	0,00
FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	5 888,60	27 818,56
HABITAÇÃO SOCIAL	19 229,72	114 658,92	3 688,80	0,00
ASSOCIATIVISMO CULTURAL	0,00	116 100,00	60 950,00	60 700,00
APOIO A JUVENTUDE	0,00	13 050,00	25 350,00	0,00
TOTAL (€)	1 315 855,30	1 398 773,96	1 252 724,83	979 437,73
% MONTANTE ANUAL EXECUTADO	7,86	6,79	5,77	5,18



Fonte: Município de Felgueiras, Prestação de Contas

No período em causa, verifica-se uma diminuição no valor das rubricas seleccionadas, tanto em valores absolutos, como em valores relativos ao montante total executado anual.

No entanto, realça-se que isto também ocorre pois houve projetos que encerraram no período considerado (Creche, Centro de Acolhimento Municipal para Crianças e Jovens em risco).

A rubrica relativa aos transportes escolares é, de forma muito destacada, a que implicou maior investimento (ao todo, ao longo dos quatro anos, o montante total executado ultrapassa 3.400.000,00 €).

Tal volume de despesa explica-se pela elevada dispersão do povoamento, mas também pelo entendimento do Município deste serviço como uma função de apoio social, uma vez que este é alargado a um universo superior ao que a legislação obrigaria (residência do aluno a uma



distância superior a 4 km, se o estabelecimento escolar dispuser de cantina, o que acontece com praticamente todos).

Na verdade, é utilizado, em regra, o parâmetro residência do aluno superior a distância superior a 2 km, no caso das escolas do 1º CEB, e superior a 3 km no caso das escolas do 2º e 3º CEB e Secundário.

Salienta-se ainda o volume expressivo nas rubricas referentes aos restantes apoios sociais no domínio da educação (ex. refeições, apoios às famílias na aquisição de livros e material escolar).

Por fim, refira-se as (novas) apostas no associativismo cultural e no fundo de emergência social.

As valências deste último já foram exploradas no ponto relativo aos apoios sociais de âmbito municipal.

Em jeito de conclusão, o Município desempenha um papel de crucial importância na promoção do bem-estar social do concelho, não só pelo papel que desempenha nas estruturas próprias para o efeito (CLAS), mas também pelo investimento e pelas apostas estratégicas neste âmbito.



CAPITULO VIII

SÍNTESE CONCLUSIVA

VIII.1 Quadro Resumo – Instituições e respetivas valências

No quadro apresentado seguidamente são elencadas as instituições particulares de solidariedade social (ou equiparadas) sedeadas no concelho e as respetivas valências/serviços prestados.

Em anexo, é apresentado cartograma, à escala 1:25.000, representando a distribuição destas instituições, e respetivas valências, pelo território do concelho.

Figura 166 – IPSS (ou equiparadas) e respetivas valências.

Instituição	Freguesia	Rede Solidária														
		Infância				3ª Idade				Deficiência		UCC		Outros		
		Creche	Pré Escolar	1º CEB	Lar	ATL	ERPI	Centro Dia	SAD	C. Convívio	C. Edu	CAO	Conv.	Média	Longa	Refeitório/Cantina
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airões	X	X				X	X	X							
Centro Social e Paroquial S. Martinho de Caramos	Caramos	IPSS's sem qualquer valência e sem equipamento														
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idães	X	X			X	X	X	X							
Associação da Casa do Povo de Jogueiros	Jogueiros									X						
Centro Juvenil de S. José (Creche Rosas Amorim Vieira)	Jogueiros	X														
Associação da Casa do Povo de Marco de Simões	Macieira da Lixa	IPSS's sem qualquer valência - Tem equipamento														
Centro Social e Paroquial de Macieira da Lixa	Macieira da Lixa	IPSS's sem qualquer valência e sem equipamento														
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	X	X		X		X	X	X				X	X	X	X
Núcleo de Felgueiras da Cruz Vermelha Portuguesa	Margaride								X							
Associação Solidariedade Social João Paulo II	Margaride					X		X								X
Associação para Desenvolvimento Social Margaride	Margaride	X				X			X							
Associação Beneficência Casas S. Vicente de Paulo	Margaride	X	X	X												
Centro Social Paroquial Divino Salvador de Moure	Moure	X					X	X	X							
Associação da Casa do Povo da Longra	Rande									X						
Centro Social e Paroquial de Santão	Santão	X	X			X			X							
IPACIT	Torrados					X										
Misericórdia da Nª Srª do Rosário de Unhão	Unhão		X	X												
Associação para o Desenvolvimento Progresso Várzea	Várzea	X							X							
Centro Social Nossa Senhora Pedra Maria	Varziela	X						X	X							
CERCIFEL	Varziela									X	X					
Casa do Povo da Lixa	Vila Cova da Lixa					X	X	X								
Centro Infantil da Lixa	Vila Cova da Lixa		X													
SIRGO	Sendim									X						
Centro Social e Paroquial Sta. Maria de Pombeiro	Pombeiro									X						

Fonte: Ação Social



VIII.2 Matriz SWOT

A síntese que se apresenta em seguida, baseada na análise SWOT, pretende reunir os principais aspetos que caracterizem o atual estado do ambiente social no concelho.

Expõem-se os aspetos relevantes do diagnóstico em quatro quadrantes: as "forças" e as "fraquezas", que correspondem à análise do "ambiente interno", entendido neste caso como o conjunto de elementos respeitantes ao contexto local, e as "oportunidades" e as "ameaças", que constituem a caracterização do "ambiente externo", ou seja, o conjunto de elementos relacionados com o contexto regional ou nacional que poderão influenciar a evolução daquele.

Para a génese desta matriz, para além da componente analítica que se desenvolveu nos capítulos anteriores, também foram recolhidos contributos com base na participação em discussões coletivas que procuraram envolver todos os parceiros do Conselho Local de Ação Social na análise e discussão.

Nesse sentido, foram organizados grupos de trabalho por áreas temáticas.

A técnica selecionada para elaboração deste trabalho foi a "*Nuvem de Problemas*".

A "*Nuvem de Problemas*" é uma técnica de visualização utilizada para a realização de diagnósticos participados que poupa tempo e facilita a obtenção de visões partilhadas das situações. Outra das vantagens é separar os problemas enunciados das pessoas que os colocam. Permite no mesmo exercício analisar vários problemas, permitindo a análise casual dos problemas e a identificação das suas manifestações e ainda permite identificar variáveis matrizes para a definição de estratégias de intervenção.

As reuniões de trabalho revelaram-se frutíferas na medida em que prevaleceu uma discussão construtiva, com partilha de necessidades, expectativas, enriquecida portanto com os contributos das várias entidades/parceiros presentes.

Os documentos elaborados no âmbito da Rede Social permitiram conhecer melhor a realidade concelhia. Se por um lado proporcionaram uma análise dos recursos existentes e as potencialidades ao nível social, por outro, também permitiram tomar consciência das fragilidades que carecem de uma intervenção urgente.

Os elementos participantes dos vários grupos temáticos de trabalho apresentam-se nas seguintes tabelas:

**I-Grupo de trabalho da área da saúde**

Entidades	ACES Tâmega III Vale Sousa Norte - Felgueiras
	ACES Tâmega III Vale Sousa Norte - Felgueiras (USP)
	ACES Tâmega III Vale Sousa Norte - Felgueiras (DE)
	ACES Tâmega III Vale Sousa Norte - Felgueiras (URAP)
	Hospital Agostinho Ribeiro
	Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras
Rede Social	CPCJ de Felgueiras
	Núcleo Executivo da Rede Social

II-Grupo de trabalho da área da ação social

Entidades	Casa do povo da Lixa
	Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras
	Associação SIRGO
	Lar Vicentino de Stª Quitéria
	Associação de S. S. Bairro João Paulo II
	Associação para o Desenvolvimento e Progresso de Várzea
	CPCJ de Felgueiras
	C. S. P. Divino Salvador de Moure
	Delegação da Cruz Vermelha de Felgueiras
	A. Desenvolvimento Social da Freguesia de Margaride
	Centro Social Nº Srª de Pedra Maria
	Associação de Beneficência "Casas Sº Vicente de Paulo
Rede Social	Núcleo Executivo da Rede Social
Entidades Externas ao CLAS	Universidade Sénior e do Autodidata de Felgueiras

III-Grupo de trabalho da área da educação, formação e emprego

Entidades	Escola Secundária de Felgueiras
	Escola Secundária da Lixa
	Escola Básica e Secundária de Felgueiras
	Escola Básica e Secundária de Idães
	Centro de Emprego do Alto Tâmega (SE Felgueiras)
	Consultâmega
	Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado
Rede Social	Núcleo Executivo da Rede Social

IV-Grupo de trabalho das freguesias

Entidades	Câmara Municipal de Felgueiras
	União das Freguesias de Vila Cova da Lixa e Borba de Godim
	União das Freguesias de Margaride, Várzea, Lagares, Varziela e Moure
	União das Freguesias de Pedreira, Rande e Sernande
Rede Social	União das Freguesias de Vila Verde e Santão
	Núcleo Executivo da Rede Social

Foram realizadas um total de quatro sessões, as quais permitiram consolidar uma visão geral sobre as perceções dos diversos intervenientes nas diferentes temáticas e estabelecer os termos em que os problemas sociais deverão ser identificados e dimensionados.

Esta informação é preciosa, pois permite uma visão holística sobre as questões sociais, que frequentemente diverge da visão parcelar individualizada dos intervenientes, tendo sempre como fio condutor o núcleo executivo da rede social.



Forças	Fraquezas
<p>>Número elevado de organizações públicas e privadas com uma oferta diversificada de equipamentos, serviços e iniciativas ao nível do apoio social, educação, juventude, desporto e cultura.</p> <p>>Existência de instrumentos de gestão do desenvolvimento social e educacional (Diagnóstico Social, PDS, Planos de Ação, Carta Social, Carta Educativa, Plano Municipal para a Igualdade).</p> <p>> Aumento da dotação municipal em medidas de apoio social (p. ex. criação do Fundo de Emergência Social).</p> <p>>Predisposição das IPSS no sentido de qualificar/alargar os serviços prestados.</p> <p>>Rede de equipamentos escolares, na generalidade, dotada de espaços físicos adequados.</p> <p>>Existência de alternativas formativas ao ensino regular na Escola Profissional, Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias.</p> <p>>Taxa de pré-escolarização com tendência positiva.</p> <p>>Taxa de desemprego em níveis relativamente baixos.</p> <p>>Índice de polarização de emprego em valores positivos.</p> <p>>Taxa de dependência (inativos/ativos) apresenta um valor favorável.</p> <p>>Requalificação dos equipamentos desportivos e de lazer, incluindo nestes novas modalidades.</p> <p>>Elevada densidade populacional.</p> <p>>População jovem (< 19 anos) constitui quase um quarto da população residente.</p> <p>>Aposta na requalificação dos espaços urbanos na perspetiva da inclusão (Planos Local e Municipal de Acessibilidade).</p> <p>>Retaguarda familiar que ameniza algumas franjas populacionais com dependência, seja na 1ª infância ou 3ª idade.</p> <p>>Forte aumento, em termos gerais, da taxa de escolarização da população.</p>	<p>>Ausência de núcleos locais de investigação para aumentar o conhecimento face a determinadas problemáticas sociais.</p> <p>>Rede Social ainda muito associada à Câmara Municipal, com cultura de parceria ainda incipiente.</p> <p>>Elevada dispersão do povoamento e das atividades.</p> <p>>Existência de franjas da população com baixas competências sociais, profissionais e pessoais.</p> <p>>Fraca cobertura de respostas sociais ao nível da deficiência e da saúde mental.</p> <p>>Baixo nível escolar da população, em termos gerais, e de formação profissional da população empregada.</p> <p>>Rendimento médio dos trabalhadores por conta de outrem relativamente baixo.</p> <p>> Base de sustentação económica pouco diversificada, incidindo de forma muito significativa na indústria do calçado.</p> <p>>Setor terciário apresenta fraca expressão de serviços relacionados com a inovação.</p> <p>> Indicador Compósito de Cobertura e Utilização (ICCU) para as valências de 1ª infância abaixo do nível nacional.</p> <p>> Indicador Compósito de Cobertura e Utilização (ICCU) para as valências de 3ª idade (ERPI, Centro de Dia e SAD) abaixo dos níveis nacionais.</p> <p>>Desequilíbrios territoriais no acesso a alguns serviços de apoio social.</p> <p>>Emergência de fenómenos de "nova pobreza" decorrentes da situação de crise económica nos anos mais recentes.</p> <p>>Poder de compra per capita inferior à média nacional, apesar da trajetória positiva e de ser o mais elevado entre os municípios da CIM-TS.</p> <p>>Taxa de criminalidade significativa (apesar de inferior ao valor nacional, superior à região Norte e o mais elevado da CIM-TS).</p> <p>>Carência de uma intervenção concertada e em rede, que articule os recursos comunitários existentes em torno da promoção de um plano de prevenção e tratamento das dependências a nível concelhio.</p> <p>>Número significativo de residentes sem médico de família atribuído (dados de 2013).</p>
Oportunidades	Ameaças
<p>>Elevada proporção de população jovem.</p> <p>>Perspetivas de reforço das ofertas vocacionais.</p> <p>>Novo Quadro Comunitário de Apoio (PORTUGAL 2020).</p> <p>>Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – Agenda Regional para a Empregabilidade.</p> <p>>Existência de dinamismo e capacidade de iniciativa traduzida na grande pujança do setor industrial.</p> <p>>Existência de boas acessibilidades tanto para a Área Metropolitana do Porto como para o interior.</p>	<p>>Perda de vitalidade demográfica (estagnação do nº de residentes, diminuição das taxas de natalidade e de fecundidade).</p> <p>>Ameaças externas à competitividade da indústria do calçado.</p> <p>>Empresas pouco envolvidas nas soluções para a formação.</p> <p>>Desajuste entre a mão-de-obra qualificada e as exigências do mercado de trabalho.</p> <p>>Quadro económico nacional e internacional pouco animador.</p> <p>>Recursos limitados para fazer face a um número relevante de situações de pobreza.</p> <p>>Dificuldade das famílias em garantir as suas funções básicas.</p> <p>>Debilidade da rede de transportes públicos.</p>

VIII.3 Linhas gerais de orientação

Em consonância com o diagnóstico anteriormente efetuado, é possível delinear as linhas gerais de orientação estratégica para os próximos anos, muito embora dependentes de variáveis/fatores de incerteza cuja evolução é difícil de antever.

Estas linhas devem ser entendidas como um quadro tendencial desejável, sendo que algumas destas estão exclusivamente dependentes da vontade e da capacidade de investimento de instituições particulares, de incerta previsibilidade.

Ainda assim, o CLAS deverá levar este quadro em linha de conta, como orientação na sua atividade, tendo em vista a otimização de recursos e investimentos.

Estratégia – linhas gerais de orientação:

- Apoiar a rede de instituições existente, através de incentivos à criação / qualificação dos serviços por estas prestados, limitando a dispersão de valências nas freguesias que pode levar à ineficácia das respostas.
- Reforçar a cobertura da rede de creches através da criação de novos equipamentos, com especial incidência nas unidades territoriais “descobertas”.
- Encaminhar a componente material no que se refere à eventual criação de creches, para as proximidades dos Centros Escolares, no sentido de concentrar equipamentos estimulando sinergias entre eles.
- Qualificar a cobertura do serviço de apoio domiciliário com especial incidência nas unidades territoriais “descobertas” e de características mais rurais.
- Propor a localização de novos equipamentos preferencialmente em solo urbano, sendo para este fim admissível a utilização de áreas de solo rural, dependendo das condições de acessibilidade, infraestruturação e segurança, sendo igualmente admissível para ampliação e/ou remodelação de equipamentos já existentes ou para adaptação de edifícios pré-existent.
- Criar o lar residencial para a população deficiente, complementando a atual oferta de serviços a esta população.
- Reforçar a capacidade do Centro de Atividades Ocupacionais para deficientes.
- Criar o Serviço de Apoio Domiciliário dirigido especificamente para a população com deficiência / adultos dependentes.
- Requalificar o edificado e os espaços de utilização coletiva dos pólos de habitação social.
- Criar respostas no âmbito da saúde mental.
- Aumentar a eficácia e eficiência das medidas de apoio social de âmbito municipal, tendo em conta a realidade socioeconómica do concelho.



- Promover a conceção e execução de um plano de prevenção a nível municipal, em articulação com o SICAD, e tratamento das dependências a nível supramunicipal.
- Promover iniciativas visando a formação/reconversão profissional contínua.

FATORES DE INCERTEZA:

- Intenções / compromissos de evolução das instituições existentes, de iniciativa própria.
- Evolução das políticas públicas no que se refere às possibilidades de intervenção direta da administração na criação/requalificação de equipamentos.
- Evolução do número e tipologia de intervenções ao abrigo de programas específicos para o desenvolvimento social (ex. PARES, PO ISE, PO CH ou outros).



Ficha Técnica

Título: Diagnóstico Social de Felgueiras 2015-2020

Autoria: Conselho Local de Ação Social - Rede Social de Felgueiras

Coordenação: Presidente do Conselho Local de Ação Social

Conceção: Dr^a Cláudia Marques / Técnica Superior Psicologia

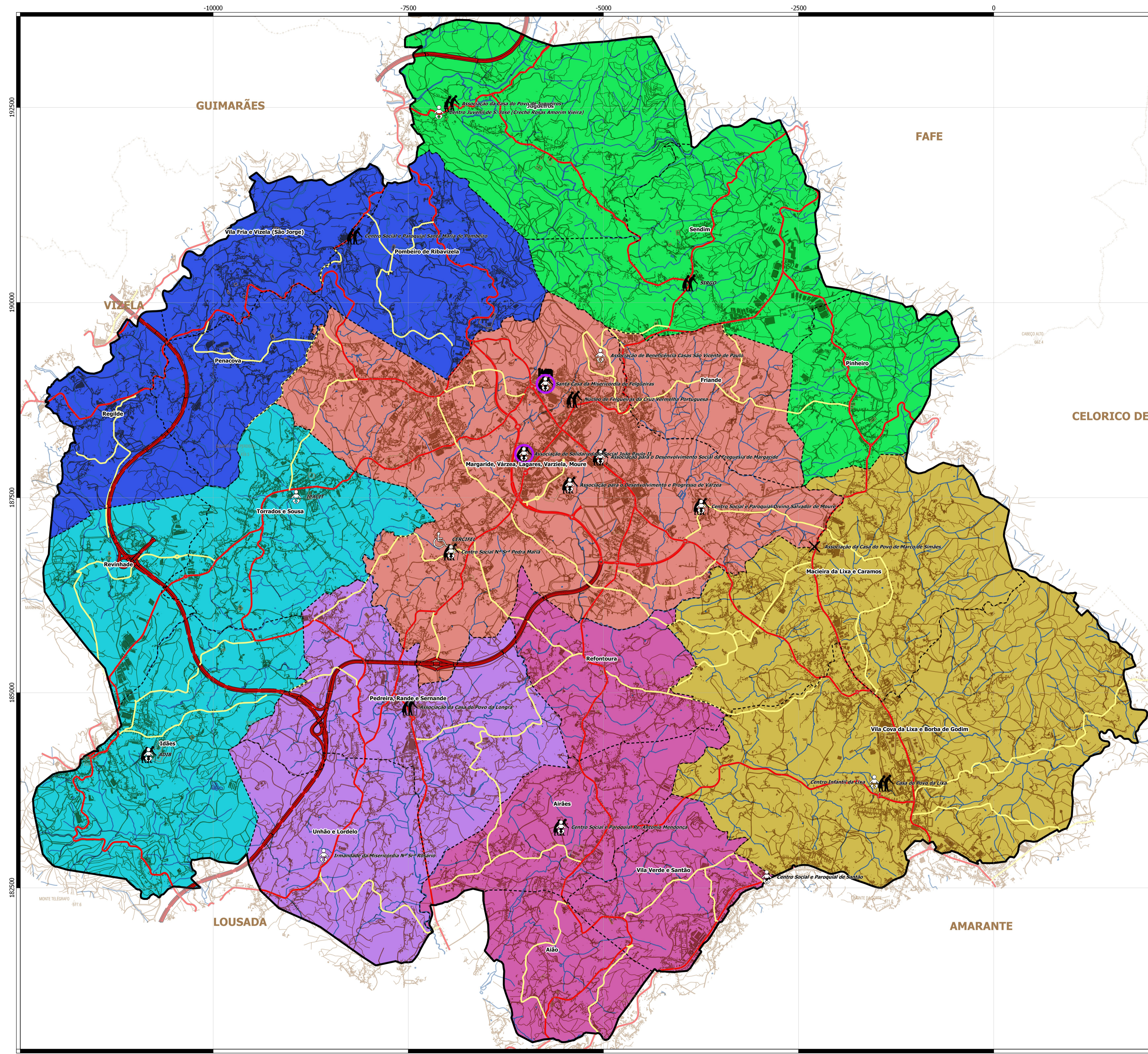
Dr. Paulo Silva / Técnico Superior Planeamento Regional e Urbano

Edição: Conselho Local de Ação Social de Felgueiras

Dezembro 2015



ANEXOS



Instituição	Freguesia	Rede Solidária															
		3ª idade			Deficiência			UCC		Outros							
		Creche	Pré Escolar	3ª CEJA	Ler	ATL	ERPI	Centro Dia	SAD	C. Convulso	C. Idos	CAO	Com.	Mesa	Longa	Refetório	Cantina
Centro Social e Paroquial Padre António Mendonça	Airões	X	X				X	X	X								
Centro Social e Paroquial S. Martinho de Carmona	Carmona																
Associação para o Desenvolvimento Integral de Barrosas	Idos	X	X				X	X	X								
Associação de Casa do Povo de Juguere	Juguere																
Centro Juvenil de S. José (Cesha Rosas Amorim Vieira)	Juguere	X															
Associação de Casa do Povo de Macieira de Lixa	Macieira de Lixa																
Centro Social e Paroquial de Macieira de Lixa	Macieira de Lixa																
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras	Margaride	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X
União de Escolas de Cruz Vermelha Portuguesa	Margaride						X	X	X								
Associação Solidária Social João Paulo II	Margaride						X	X	X								
Associação para o Desenvolvimento Social Margaride	Margaride	X	X	X	X	X	X	X	X								
Associação Beneficência Casas S. Vicente de Paulo	Moure						X	X	X								
Centro Social Paroquial Divino Salvador de Moura	Moure						X	X	X								
Associação de Casa do Povo de Longra	Longra																
Centro Social e Paroquial de Santo	Santo	X	X	X	X	X	X	X	X								
IPACT	União						X	X	X								
Misericórdia da Nª Sª do Rosário de União	União						X	X	X								
Associação para o Desenvolvimento Progresso Varzea	Varzea	X	X	X	X	X	X	X	X								
Centro Social Nossa Senhora Rainha Maria	Varzeia	X	X	X	X	X	X	X	X								
CRIC/PEL	Varzeia												X	X			
Associação de Casa do Povo de Lixa	Vila Lixa de Lixa						X	X	X								
Centro Infantil da Lixa	Vila Lixa de Lixa	X															
SIRGO	Sendim																
Centro Social e Paroquial Sta. Maria de Pombro	Pombro																

LEGENDA

- IPSS com valências para a infância
- IPSS com valências para a 3ª idade
- IPSS com valências para a deficiência
- IPSS com valências para a saúde (UCC)
- IPSS com outras valências
- IPSS sem valências

Unidades Territoriais

- Airões / Serrinha
- Barrosas / Eixo Industrial
- Felgueiras
- Lixa
- Longra
- Vale do Bugio
- Vale do Vizela
- Limite de Concelho (CAOP 2015)
- Limite de freguesia (CAOP 2015)

DIAGNÓSTICO SOCIAL

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

LOCALIZAÇÃO E VALÊNCIAS

Fonte / Propriedade: Município de Felgueiras
 Produtor: Município, E.M. S.A.
 Data de Edição: 2014
 Escala de referência: 1:10.000
 Escala de projeção planimétrica: 1:5 metros
 Escala de projeção altimétrica: 1:7 metros
 Exatidão: 99%
 Precisão da posição nominal das saliências gráficas: 1,5 metros
 Equidistância de curvas de nível: 5 metros
 Montagem: DGT/Proc. 09/2005

Sistema de Projeção Cartográfica: PFTM06 / ETRS89
 Elipsóide de referência: GR830
 Projeção cartográfica: Transversa de Mercator
 Código EPSG: 3763

PLANTA

01

DS_cart_01

Desenhado:
 Substituído:
 Substituído:
 Data: janeiro | 2016

ESCALA:

0 250 500 750 1000 m

1:25 000